## MENSAGEM

APRESENTADA AO

### CONGRESSO NACIONAL

POR OCASIÃO DA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1949

PELO

## GENERAL EURICO GASPAR DUTRA

PRESIDENTE DA REPÚBLICA



RIO DE JANEIRO 1949

# SENHORES MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL:

Volto à vossa presença, pela terceira vez, para darvos conta, e portanto à Nação, do estado dos negócios públicos, bem como para solicitar-vos medidas necessárias
à promoção do bem geral. No cumprimento dêsse dever
constitucional ponho o meu melhor empenho, porque assinala o regime de responsabilidade e publicidade, peculiar
à vida democrática e às instituições republicanas.

Na manutenção e enraizamento dessas instituições, sujeitas em nossa época a tantos azares e perigos, é de igual monta e valor a participação de cada um dos poderes do Estado. De vós, espera o país, de par com o despacho oportuno das matérias administrativas correntes, o debate amplo e a deliberação sôbre os grandes problemas que dizem respeito à nossa existência como Nação e ao progresso material e cultural do nosso povo. E tantos e de tal pêso são os óbices gerados pelas nossas condições, e os advindos da atual conjuntura histórica, que seria demasiado exigir de todos nós grau maior de eficiência, máxime depois do longo periodo de obliteração das instituições representativas.

Contudo, ouso lembrar a necessidade de uma revisão do mecanismo legislativo e dos seus órgãos auxiliares de

CONJUN-TURA HIS-TORICA informação, a exemplo do que se fêz em outros países. habilitando a deliberar com maior rapidez e sem as dificuldades que existem para a obtenção dos dados indispensáveis à formação de julgamentos.

CONVOCA-ÇÃO EXTRA-ORDINÁRIA Agora mesmo, não foi possível completar-se o exame das proposições incluídas no ato de convocação da vossa sessão extraordinária, algumas das quais com tramitação anterior e de urgência por vós proclamada.

ATAQUES AS INSTITUI-ÇÕES

Legislativo e Executivo dividem, em tôdas as formas de regime democrático, a responsabilidade pelas tarefas de governo. Bem conhecemos críticas mal informadas, quando não maliciosas, que nos têm por igual sido feitas, e na realidade visam às instituições. Apresentam-nas como inviáveis, ou incapazes de imprimir à Administração pública atuação à altura da crescente complexidade e premência dos problemas a enfrentar. Alega-se, em consequência, ter o país entrado em período de estagnação. De parte de alguns, o negativismo dessas críticas assume tais proporções, que se fica com o direito de supor a existência de inibição ou pudor de dizer bem, criados pela abstenção de criticar, que por tanto tempo lhes foi imposta. Outros há que professam assim agir com o ânimo de promover o interêsse das instituições restauradas, esquecidos de queo vilipêndio sistemático dos homens e o falseamento, igualmente constante, dos seus propósitos não concorrem para fortalecer a confiança pública.

RESPEITO

Creio que a minha conduta no governo me dá o direito de afirmar não pretendo, de modo algum, atenuar críticas ou ignorar discordâncias. Mas, forçoso é admitir, faz parte dêsse estilo democrático de viver — que encontra tantos adeptos e tão poucos seguidores — uma atitude de respeito aos fatos e à boa-fé alheia, bem como a capacidade de ouvir antes de julgar. Há, finalmente, os que condenam certas medidas — por exemplo: o aumento dos vencimentos dos servidores públicos, reputado inflacionário — depois que elas são tomadas. Enquanto, porém, estão submetidas seja ao vosso, seja ao exame do Executivo, juntam-se êles ao côro dos que as reclamam, ou não fazem ouvir as suas vozes, que porventura poderiam, se levantadas a tempo, evidenciar inconvenientes do que está em elaboração e reforçar a resistência a pretensões acaso descabidas.

Essa conduta cria embaraços aos que realmente desejam elucidar-se e seguir os ditames de uma opinião pública esclarecida, embora certamente redunde satisfatória no que diz respeito à popularidade fácil dos que assim procedem.

Não obstante, o balanço dêstes três anos de regime constitucional, em que o Govêrno estêve entregue a autoridades de livre escolha do país, revelará sensíveis ganhos, tanto no terreno administrativo quanto no político. Acredito serem tão velhos quanto a nossa existência nacional os reclamos sôbre insuficiências da atividade administrativa em certos setores — transportes, educação, saúde, fomento — e contra vícios que tornariam essa mesma atividade ineficaz e inconclusiva. Alinham-se, entre os alegados vícios, a falta de continuidade administrativa, os gastos com obras suntuárias, a dispersão de recursos forçosamente limitados, uma preferência indevida pelos núcleos de população urbana mais densos — a chamada política das capitais e até das sedes municipais.

Não sugiro que esses reclamos sempre tivessem por si fundamento de justiça. Por outro lado, a apreciação do que sejam gastos suntuários ou preferências indevidas é, frequentemente, matéria opinativa. Basta relembrar que

BALANÇO DE TRES ANOS

> RECLAMOS SECULARES

a rodovia Rio-Petrópolis — trecho inicial das comunicações para Minas Gerais e para o Norte e hoje insuficiente para o tráfego — foi, a seu tempo, considerada estrada de turismo e obra suntuária. O meu propósito é mostrar que o país, retomando o govêrno de si mesmo, e por meio dos agentes de sua designação, está cristalizando, na convivéncia federativa e no terreno administrativo, política condizente com aquêles reclamos seculares. Por certo, ainda tateamos o caminho e estamos sujeitos, na sua execução, a contingências de diversa natureza. Não se deve olvidar o grau de readaptação e de transigência necessário à retomada, em nível mais elevado, da prática do autogovêrno. Contudo, já se delineia aquela política com bastante firmeza e não será demais sejam mencionadas as iniciativas e providências com que os poderes da República procuram corresponder aos anseios longa e coerentemente expressos pela nossa gente.

COOPERA-ÇÃO INTER-GOVERNA-MENTAL

A Constituição indicou os rumos, tendo inovado, no capítulo da distribuição das rendas públicas e no atribuir à União responsabilidades, quer na cooperação com outras unidades de govêrno, quer, diretamente, no estímulo ao progresso de regiões retardadas ou sujeitas a tenômenos climáticos, cujas conseqüências não podem ser vencidas apenas com os recursos locais. Quanto a estas, existiam os precedentes estabelecidos pela Carta de 1934 e pela prática anterior da República. Mas a idéia consubstanciada nesses precedentes teve considerável extensão, tanto no sentido geográfico, com a inclusão do Vale do São Francisco e da Amazônia, quanto no da ampliação da colaboração intergovernamental, prevista pela Lei Magna em vários dos seus preceitos e particularmente no capítulo da educação.

O nosso espaço econômico e o mercado interno, bases naturais da nossa expansão, recebem assim um estímulo, que beneficia, direta e indiretamente, também as regiões mais evoluídas e, por isto mesmo, mais capazes no sentido tributário. A redistribuição da renda nacional, feita dessa maneira, concorre para diversificar e enriquecer o quadro das nossas atividades econômicas, o que permitirá, no futuro, a especialização regional da produção e o conseqüente desenvolvimento das trocas internas. Não precisaria notar, perante vós, que essa política atua no sentido da unidade e da coesão nacionais. O Govêrno lhe tem dado execução, limitada apenas pelos recursos disponíveis, não só de ordem financeira — e a necessidade de colocar as finanças públicas em bases sólidas tem impôsto grandes restrições — mas ainda humanos, técnicos e materiais.

No ano passado verificou-se, como previsto na Constituição, a entrega aos Municípios da primeira cota do impôsto de renda — esta de 5 %. Como os recursos orçamentários a êsse fim destinados não fossem bastantes, já vos encaminhei pedido de autorização para abertura do crédito especial que os virá completar. No corrente ano, aquela percentagem atingirá o seu nível normal Terei oportunidade, igualmente, de encaminhar-vos sugestões, no sentido da modificação da lei que regula a matéria, à luz da experiência resultante da sua aplicação. Não será exagêro dizer que, para muitos dos Municípios brasileiros, essa cota representará parte substancial, senão a maior, das suas rendas. Lamentável é, entretanto, que, por vêzes, motivos de rudimentar partidarismo tenham encontrado, no critério constitucional de divisão igualitária daquela cota, um estímulo para a cria-

AJUDA FINANCEIRA AOS MUNICÍPIOS ção de novos Municípios. E' evidente que, em tais casos, não teriam êles condições próprias de vida, não fôra o adjutório a receber por conta do impôsto de renda.

FRAGMEN-TAÇÃO DE MUNICÍPIOS

Isso vem agravar, ainda mais, a excessiva divisão municipal de alguns Estados, em que unidades primárias de govêrno se reduzem à sede, destituída de retaguarda econômica. Compromete-se, dêsse modo, a sua atuação, já quase nula, no meio rural, que é, no entanto, onde se processam as atividades econômicas que as sustentam. Parece necessário que os homens de boa vontade dêste país se reúnam para uma completa revisão dos critérios legítimos a que deve obedecer uma boa organização municipal. O problema difere conforme a zona geo-econômica em que os Municípios se situam e em alguns casos talvez fôsse proveitoso preparar a criação de unidades de maior superfície, nas quais os agrupamentos urbanos tivessem autonomia administrativa e financeira. Haveria, dessa maneira, especialização de rendas, quanto ao lugar de sua aplicação, e, ainda, coexistência de administrações, com funções delimitadas dentro de uma área mais ampla., Seriam as regiões da mesma marca ou caracterização: as comarcas administrativas. O que se afigura inadmissível, e falo-vos com tristeza, é que a uma experiência como a do fortalecimento financeiro dos Municípios, que pode ser grandemente fecunda para o país, se retirem as características revitalizadoras, dessangrando-os em movimentos de cissiparidade puramente eleitoral.

CAMPANHAS DE SAUDE E EDUCAÇÃO

E' êsse apenas um aspecto das relações mais intimas estabelecidas entre a União e os outros níveis de govérno. No correr da atividade administrativa, de que

éste documento vos dá conta, multiplicaram-se e foram mesmo procuradas as oportunidades para ampliá-las e estreitá-las. Grandes campanhas nacionais, no terreno da saúde e da educação, se fazem nessa base. Seria manifestamente impossível encarregar-se a União, em país com a extensão do Brasil, da assistência a tuberculosos e a doentes mentais em todo o nosso território. Do mesmo modo, estaria fora de cogitações assumisse a responsabilidade pelo ensino primário. Em lugar de um sistema educacional vivo e ligado às populações locais, dar-se-ia azo à sua burocratização. Contudo, não seria possível a indiferença diante de manifestas deficiências, oriundas das dificuldades dos Estados e Municípios em atender às exigências dos modernos sistemas de despesa pública. Em particular, urgia corrigir o aterrador deficit escolar existente no país, sobretudo nas regiões rurais.

E' então que se impõe a ação supletiva da União, levando a tôdas as unidades da Federação o concurso de meios financeiros e técnicos mais amplos. Neste passo, desejo apenas salientar a fidelidade mantida ao compromisso, constante da primeira Mensagem que vos dirigi, em 1947, quando assegurei a todos a colaboração do Govêrno federal.

Disse, naquela oportunidade, que, de minha parte, o interêsse de nenhum Estado, região econômica ou grupo social, deixaria de ter a atenta consideração que merecesse, pela circunstância de o seu governante ou representante ocasional filiar-se a êste ou àquele dos partidos democráticos e nacionais, ou não se filiar a nenhum. Assim tenho procedido e se, em alguns Estados, os programas de cooperação são mais amplos ou se encontram em estágio mais avançado de execução, isso se deve

ADMINIS. TRAÇÃO ACIMA DOS PARTIDOS à maior diligência das autoridades locais. E' possível que um regime de cooperação, obediente a êsses critérios, não assegure, sempre e em tôda parte, condições de completa eficiência. Mas êle é certamente educativo e concorrerá para despertar a iniciativa e o interêsse dos responsáveis pelos governos locais e das próprias populações, cuja vigilância e cuidados muito concorrerão, por sem dúvida, para tornar mais abundantes os seus frutos. Êstes, posso assegurar-vos desde já, são os mais auspiciosos.

De pouco serviria, no entanto, encontrar um bom método de trabalho, se não o empregássemos na consecução de objetivos úteis ao país. Nessas atividades de cooperação, como nas que executa diretamente, tem-se empenhado o Govêrno em atender aos reclamos antes referidos, que repontam insistentemente em tôdas as tases de nossa vida.

DISPERSÃO DAS VERBAS

Os orçamentos votados para o ano de 1947 e seguintes registram, de maneira absoluta e percentual, o vulto crescente e sem precedentes das despesas com o fomento e os transportes, e com as de natureza sanitária, assistencial e educacional. Ainda há um grande caminho a percorrer no aperfeiçoamento das leis de meios, sobretudo para evitar a dispersão de verbas, que se tornam, de tão reduzidas, inadequadas à realização dos objetivos visados. Parece necessário salientar, igualmente, não ser suficiente consignar recursos orçamentários para que uma obra ou serviço possam ser realizados. Além da execução orçamentária ficar sempre na dependência dos recursos do Tesouro, que deve acorrer primeiramente a compromissos irredutíveis e legalmente compulsórios, há ainda que considerar os elementos humanos e técnicos disponíveis, que condicionam, inelutàvelmente, o que se pode realizar no correr de um exercício.

O Plano de govêrno que tive a honra de vos enviar. em maio do ano passado, representa uma tentativa no sentido de sistematizar e melhor disciplinar a atividade administrativa e as despesas federais. Deliberadamente limitado no seu alcance, visa, sobretudo, concentrar recursos na efetiva solução de uma série de problemas, de necessidade ou utilidade dificilmente sujeitas a controvérsias.

USINA DE

PAULO **AFONSO** 

Assim, quando assumi a responsabilidade de encaminhar cêrca de um bilhão de cruzeiros, da economia pública e privada, para a constituição de uma fonte de energia elétrica em beneficio do Nordeste, tive em mente, precisamente, atacar pela base as causas da reduzida produtividade e da inquietação social que afligem aquela região. E também corrigir o crescente desequilíbrio econômico entre o Centro-Sul e o Norte do país.

Igual procedimento teve o Govêrno, aplicando centenas de milhões de cruzeiros para completar, no mais breve prazo, as ligações rodoviárias da Capital Federal com Salvador e Pôrto Alegre, a nova Rio-São Paulo e a conexão ferroviária Norte-Sul.

As despesas efetuadas, no último triênio, com a renovação da frota do Lóide Brasileiro, elevam-se a mais de seiscentos milhões de cruzeiros. No Pôrto do Rio de janeiro, que não era ampliado, nem tinha o seu equipamento convenientemente melhorado, desde antes de 1930, estão sendo investidas somas vultosas, que o colocarão à altura das crescentes necessidades do seu hinterland económico.

Não obstante dificuldades técnicas de difícil remoção e o vulto das despesas exigidas, empenha-se o Govêrno na dragagem dos nossos portos de mar. O açoreamento generalizado, da ordem de quarenta e cinco milhões de metros cúbicos, diz das condições em que foram encontrados.

O HOMEM DO INTERIOR E A ADMI-NISTRAÇÃO

E' possível que a visão de alguns, adstrita aos seus imediatos interêsses, de ordem econômica ou política, ou aos grandes centros, não possa alcançar o que se procura levar a cabo, com resultados permanentes para o país, a meio de grandes dificuldades financeiras. Mas o homem do interior apercebe-se, como já o está fazendo o das cidades, de que o Govêrno tederal vela pelos seus interêsses e pelo seu bem-estar. No combate às endemias rurais e às moléstias contagiosas, em particular à malária e à tuberculose, têm sido aplicados recursos sem precedentes. Também a assistência hospitalar no interior e a dos institutos e caixas aos seus associados foram grandemente ampliadas, estando o Governo dependendo. quanto ao melhor aproveitamento dos serviços dos últimos, de legislação que já vos foi solicitada. A obra em curso, de auxílio aos Estados na disseminação do ensino primário — pode ser dito sem falsa modéstia — não encontra paralelo. Espero em Deus não encerrar o meu mandato sem antes ver construídas, em construção ou contratadas, seis mil escolas rurais, duas centenas de grupos escolares e cinqüenta escolas normais rurais. São unidades escolares suficientes para atender a cêrca de um quarto do deficit escolar estimado. Seja êsse programa mantido e ampliado, com espírito de continuidade, e mais três governos serão suficientes para eliminar inteiramente aquêle deficit.

A continuidade que, nesse terreno, deve o país esperar, foi para nós norma de ação. O atual Govêrno não paralisou obras ou serviços vindos de administrações anteriores, nem lhes diminuiu o ritmo, a não ser pela contingência de reduzir despesas e segundo critérios de ordem geral. Muito ao contrário, frequentemente ampliou os programas e lhes apressou a execução, como sucede com as ligações rodoviárias e ferroviárias a que antes me referi, e que serão completadas ainda êste ano ou no próximo.

Onde havia um hospital em andamento, ou paralisado, foi êle concluído e pôsto a funcionar: o do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, nesta Capital; o de Clínicas, em Salvador; o de Pôrto Alegre, também de Clínicas, arrancado do abandono a que fôra relegado, e pràticamente iniciado.

A preocupação de salvaguardar o patrimônio e o crédito públicos levou o Govêrno a despender grandes esforços no sentido de resgatar empreendimentos, realmente úteis, de erros iniciais de concepção ou de falhas administrativas notórias: Fábrica Nacional de Motores; Companhia Vale do Rio Doce; Companhia Nacional de Álcalis. Prosseguirá nessa orientação, sempre desejoso de reconhecer os serviços que hajam sido anteriormente prestados àquelas emprêsas e ao país.

Nas atividades de fomento, os resultados obtidos na cultura do trigo e da juta falam por si; também o faz, em terreno correlato, o domínio conseguido sóbre a peste suína, durante o qual se transformou o Brasil em grande produtor mundial de vacina cristal-violeta.

TRIGO E IUTA: DUAS VITÓRIAS

De tôdas essas atividades encontrareis, nos capítulos próprios desta Mensagem, bem como nos relatórios dos meus auxiliares diretos, minudente exposição. Vereis que não foram tomadas iniciativas com a preocupação de terminá-las dentro do atual Govêrno, nem houve, igualmente,

a de realizar obras suntuárias, ou visando ao efeito. Não é tudo o de que o país precisa, mas representa, nas circunstâncias, esfôrço considerável, que pode sustentar confronto com o de qualquer outra época.

A CONCILIA-ÇÃO

Tal esfôrço foi tornado possível pelo ambiente de tranquilidade formado no país e pela cooperação existente, felizmente, entre os poderes da República. Desejo acentuar o papel representado, na obtenção dêsses resultados, pelo acôrdo estabelecido entre os maiores partidos políticos nacionais, em ato formal realizado em janeiro do ano tindo. Já na Mensagem transata, tive oportunidade de assinalar as circunstâncias que justificaram aquêle acôrdo e os altos propósitos a que obedecera.

Não foi apenas no terreno administrativo que se fizeram sentir os seus efeitos, mas também, e, principalmente, no terreno político.

FATO POLÍTICO NOVO Talvez pela normalidade em que transcorre, não está o país se apercebendo por inteiro do fato político novo, e altamente promissor, que ocorre entre nós desde as eleições estaduais e municipais. Refiro-me à coexistência, para a qual já pedira a vossa atenção por ocasião da minha primeira Mensagem ânua, de governos de procedência partidária diversa, na União, nos Estados e nos Municípios.

Ninguém contestará a impossibilidade do estabelecimento da democracia federal entre nós, sem que fique assegurada aquela coexistência; como ninguém poderá, igualmente, afirmar que o interêsse público possa ser devidamente resguardado, sem que se estabeleça estreita cooperação administrativa entre todos os níveis de go vêrno, repelidos os conselhos mesquinhos do facciosismo. Isso que, mais tarde, será uma peça normal no funcionamento do regime, tinha, porém, em período de transição como o que vivemos, de ser conquistado com infinita paciência e desejo de harmonizar e reunir os homens em tôrno do interêsse público.

O que é hoje uma experiência, a converter em aquisição definitiva, não teria sido possível sem o espírito de compreensão e de renúncia, demonstrado naquele acôrdo.

O fato salutar indisputável é que Municípios, Estados e a União estão sendo governados por autoridades de sua livre escolha. Cada autoridade, na esfera que lhe é delimitada pela Constituição e pelas leis, rege com autonomia os destinos da unidade de govêrno que lhe foi confiada pelo eleitorado. Bem sei que, na imensa vastidão dêste país, poderão ser apontados casos de desentendimento entre autoridades estaduais e municipais e que a cooperação, que se devem, nem sempre se estabeleceu no nível de imparcialidade e correção de que o Govêrno federal tem procurado dar o exemplo.

Casos houve, igualmente, de luta aberta entre poderes constitucionais de um mesmo Estado. Com a colaboração das direções dos partidos, procurou o Govêrno federal,
invariavelmente, restabelecer as relações comprometidas e
aproximar os desavindos, não se tendo feito necessário, em
nenhum momento, recorrer aos meios conferidos pela
Constituição para assegurar o livre funcionamento de
todos os poderes.

Também não constituem motivo de edificação para o espírito público as filiações partidárias que se fazem, desfazem e refazem, geralmente sob a inspiração de motivos meramente pessoais, com a consequente deslocação das maiorias de órgãos legislativos e inevitável perturba-

INTERVEN-ÇÃO CONCI-LIADORA ção para as administrações. Não se devendo exagerar, é certo, a significação de tais fatos, que a educação política irá progressivamente corrigindo, faz-se, porém, necessário reconhecer o quanto teriam sido danosos para o país, — não assegurasse a Constituição, com sabedoria e sentido prático, a independência e estabilidade dos poderes.

AÇÃO MO-DERADORA

Abstenho-me de citar os casos em que se processou a intervenção suasória e moderadora do Govêrno federal, porque não me parece de maior interêsse repisar em desentendimentos superados, mas apenas dos mesmos tirar ensinamentos de ordem geral para o funcionamento do regime.

ATUALIDADE DO ACORDO INTER-PARTIDARIO

O acôrdo interpartidário tem, pois, se revelado instrumento hábil para servir ao país nesta fase do seu desenvolvimento político. Devemos prosseguir nos esforços, empreendidos em comum, para que se consolide em todos os seus têrmos a prática do govêrno constitucional. As provas pelas quais ainda deva passar, como a da escolha oportuna e periódica de governantes, serão certamente vencidas pelo bom-senso da nossa gente. Se, no entanto, todo o esfôrço pôsto em simplesmente agitar o problema fôr empregado em criar as condições para a sua melhor solução, sem dúvida que muito maior será o proveito para o país. Aponto-vos o que já se poderia ter feito e ainda se poderá fazer.

LEI DOS
PARTIDOS
E LEI
ELEITORAL

Desde a primeira Mensagem ânua que tive a honra de vos enviar e, repetidamente, em manifestações públicas, encareço a necessidade de uma Lei de Organização Partidária e da reforma da Lei Eleitoral. Para que tais diplomas legais correspondam às necessidades da Nação, não basta recorrer aos conhecimentos hauridos nas melho-

res fontes da teoria política e jurídica. E' indispensável também que recorramos aos ensinamentos da experiência e aos que nos são impostos pela realidade. Ainda o melhor meio de alcançar o progresso político é eliminar em cada etapa os erros anteriormente verificados. Por mais de uma vez, tenho solicitado atenção para os que se patentearam nas eleições realizadas, a partir da de 2 de dezembro de 1945, e na prática diuturna da vida pública brasileira — na União, nos Estados e nos Municípios.

RAPIDEZ NA APURAÇÃO

Primeiramente, a demora e a incerteza dos resultados eleitorais. Melhor seria, evidentemente, que o pronunciamento do eleitorado tivesse a acatá-lo, sem sofismas, todos quantos concorressem aos prélies eleitorais. Mas, enquanto a nossa cultura política não atingir êsse grau, que pelo menos se cortem as asas à chicana e ao inconformismo. Sem retirar nenhuma das garantias trazidas pela colocação do processo eleitoral, em todos os seus têrmos, sob a égide da Justiça, — é sempre possível fazer com que os recursos pertinentes a cada uma das suas fases se esgotem com a própria fase a que se referem. À Justica Eleitoral conservar-se-ia sempre a possibilidade, no caso de graves irregularidades que efetivamente viciassem o pronunciamento do eleitorado, de empregar os corretivos necessários, que nunca devem, mesmo indiretamente, favorecer a quem haja concorrido para a sua prática. Por outro lado, é preciso abreviar a apuração, para que os resultados sejam conhecidos dentro do mais breve prazo e se façam a apreciação e o julgamento do pleito, de uma só vez e em tempo hábil. Não se olvide ser o período que medeia entre a realização das eleições e o têrmo constitucional dos mandatos eletivos bem menor do que o consumido para tornar líquidas as eleições estaduais passadas. Muito poderá concorrer para diminuir os erros e as possibilidades de fraude uma campanha prévia de esclarecimento dos interessados diretos no pleito e do eleitorado em geral, sob a orientação do Tribunal Superior Eleitoral.

DEMOCRATI-ZAÇÃO DOS PARTIDOS

Quanto aos partidos, já encareci legislação que, no interêsse público e tendo em consideração o papel que desempenham em nosso mecanismo político-constitucional, lhes discipline as atividades. Não creio que se deva recorrer a lei assaz minuciosa. Muito ao contrário, deve ela limitar-se à tradução legal de princípios que assegurem, na vida interna dos partidos, a obediência aos processos democráticos de deliberação. Tendo em vista a experiência nacional, receio a renovação, no terreno partidário, das velhas e malsinadas oligarquias estaduais. E' preciso criar condições legais que tornem imperioso o florescimento de verdadeiros partidos nacionais. Antes de mais, é preciso dar vida aos dispositivos legais definidores dos partidos, como sendo a associação — de âmbito nacional — de certo número de eleitores. Para isso, membro deliberante de um partido seria o eleitor que, por ato voluntário e expresso, a êle se filiasse, pagando uma mensalidade, por mínima que fôsse. Ao ônus assim impôsto corresponderia a contrapartida lógica de lhe dar o privilégio da escolha dos órgãos partidários, em todos os níveis da organização, e dos seus candidatos a todos os pleitos, bemcomo o da deliberação, através de convencionais de sua preferência, sôbre programas partidários e plataformas eleitorais. A eleição daqueles órgãos, de mandato breve e renovável em prazos certos, e a escolha dos candidatos seriam sempre diretas, até a órbita municipal. Daí por diante, poderiam ser indiretas; de qualquer modo, caben-

do a convenções estaduais a escolha dos candidatos aos Legislativos federal e estadual e ao Executivo estadual, e a convenções nacionais, a dos candidatos ao Executivo federal. Tais convenções deveriam ter época própria para a sua realização: de 60 a 150 dias antes do pleito, as estaduais e nacionais; de 30 a 90 dias, a escolha direta dos que concorressem a cargos municipais. A designação dos delegados far-se-ia sempre para determinada convencão, vedado aos de uma escolher os delegados de outra. Os que desejassem pleitear a sua candidatura por um partido precisariam inscrever-se para êsse fim, sendo impedidos de concorrer às prévias de mais de um partido e, consegüentemente, ser candidatos, por escolha posterior e na mesma ou outra região eleitoral, de partido diverso. Por outro lado, ficaria sempre reservado ao eleitorado em geral fazer a sua escolha entre os candidatos de uma mesma legenda.

A vida financeira dos partidos e os dispêndios eleitorais devem, por sua vez, ser objeto de ampla publicidade e devidamente fiscalizados. Não que julgue tal providência capaz, só por si, de eliminar a corrupção da vida política e do processo eleitoral, contingência de todos os regimes e de tôdas as épocas. Mas essa publicidade despertaria crescente vigilância pública e entre os próprios partidos, para êsse aspecto da sua atuação. Criando-se fontes normais de financiamento para os partidos — mensalidades obrigatórias, doações públicamente feitas, atividades intra ou extrapartidárias visando a êsse fim, — poder-se-ia dêles exigir, a par da publicidade, a abstenção de práticas de todo condenáveis, quando não criminosas. Êsse um dos pontos para os quais solicito a vossa atenção e os vossos rigores, que devem ir da limitação dos gastos eleitorais e

O PODER DO DINHEIRO NAS ELEIÇÕES

da investigação sistemática dos mesmos, ao estabelecimento de punições exemplares, preferentemente de caráter pessoal, para a violação das regras legais sôbre a matéria. E, se o faço, é porque se vai ominosamente desenhando, no horizonte da política brasileira, o poder do Do dinheiro arrancado ao erário duma ou dinheiro. doutra maneira, pois a ninguém ilude a natureza de certas contribuições ditas partidárias, que recaem, em última análise, sôbre o contribuinte e só sôbre êle; do dinheiro defraudado do consumidor, por processos mais ou menos suris, impondo a necessidade de fiscalizar-se a aplicação de tudo o que seja coletado em virtude de autorização legal; do dinheiro desviado, contra a vontade dos associados, ou com o seu desconhecimento, ou ainda sem o seu assentimento expresso, de sindicatos, clubes, grêmios ou quaisquer outras espécies de associação. O financiamento de atividades partidárias, eleitorais ou políticas, deve ser sempre voluntário, e, quando a contribuição partir de coletividade, tem de ser fruto de prévia deliberação, inclusive quanto ao seu montante. Mas não basta ser voluntário e de honesta e confessada procedência. Os gastos com aquelas finalidades devem também ser limitados. Bem sabemos o quanto é difícil joeirar o irregular e ainda identificar a despesa que, não sendo diretamente partidária ou eleitoral e fugindo, pois, a registros contábeis, importa a pior espécie de corrupção, que é a que visa ao eleitor ou ao chete eleitoral, individualmente, e aos detentores de meios de transporte ou de divulgação do pensamento. Sob ésse ponto de vista, poderá a lei obrigar os órgãos de publicidade e o rádio a conceder igual espaço, colocação e tempo, mediante tabelas uniformes e prèviamente aprovadas para cada pleito, aos partidos e candidatos que não os tenham próprios. Quanto à corrupção

individual, temos que confiar no aperfeiçoamento dos costumes e na sanção, de crescente fôrça, de uma opinião pública esclarecida e ativa. Podemos e devemos eliminar todos os fatôres objetivos da fraude, da violência e da corrupção; os de ordem subjetiva, só o tempo e a educação poderão corrigir.

A lei deverá, ainda, deliberada, firme e corajosamente, ser contrária à proliferação partidária. Não existe nenhum motivo pelo qual não se devam todos submeter às decisões da maioria, uma vez assegurados: o ingresso nos partidos a todos os cidadãos que preencham requisitos legais e estatutários; o acesso de qualquer dos seus membros aos seus postos de direção; a escoiha dos seus candidatos pelos que lhes são filiados; a expressão dos pontos de vista e a representação das minorias no seu seio; a plena vigência, em suma, do processo democrático na vida partidária. Com essas garantias, em vez de incentivos à criação de legendas de pura expressão pessoal, quando não de mero valor utilitário, todos encontrariam, no seu próprio interêsse, motivos para continuar o seu concurso à organização e ao fortalecimento dos respectivos partidos. Há evidentes omissões, no terreno dessa organização. Mas é forçoso admitir também que a ausência de legislação adequada favorece o renitente personalismo em nossa política. Fator novo está a mostrar, entretanto, a necessidade de uma reforma nesse terreno. A expressão puramente individualista da chefia política distancia-se, cada dia, das exigências surgidas com a crescente diferenciação e complexidade da sociedade brasileira. Em face destas, não procede a argüição de que não se podem organizar no Brasil partidos com vida própria. Porque queremos permanecer tiéis ao govêrno constitucional e ao processo

PROLIFERA-ÇÃO DE PARTIDOS democrático, teremos que colhêr a lição da História — que não é apenas nossa, nem recente, mas encontra sua melhor exemplificação na Europa, entre as duas guerras mundiais — de que a fragmentação partidária se torna fatal às instituições democráticas. Quando não as destruiu, tornou-as impotentes para a missão de govêrno. Em nosso sistema constitucional, são os partidos instrumentos utilizados para recolher e expressar a vontade coletiva. Para isso, no entanto, é mister que se organizem deitando raízes em todos os níveis da vida pública — do Distrito à Nação — e em tôdas as classes sociais, estabelecendo, dêsse modo, o denominador comum do interésse geral e nacional.

PARTIDOS DE AMBITO NACIONAL

Indispensável, igualmente, é que sejam nacionais, como o exige a Constituição. Essa exigência representa um ato de sabedoria dos Constituintes de 1946, que assim visaram corrigir e contrabalançar fatôres centrífugos e dispersivos da nossa formação nacional e social. Mas haveis de reconhecer não estar tendo exato cumprimento esse mandamento constitucional. Quanto à maioria dos partidos registrados, até às últimas eleições, não se pode dizer que fôssem nacionais, não importando o critério de apreciação ou o estalão pelo qual se afira aquela qualidade. Se um partido não é capaz de reunir, em todo o país, número mínimo, estabelecido em lei, de membros permanentes e contribuintes, é evidente que pode êle corresponder aos interêsses pessoais dos seus dirigentes ou mesmo a limitados interêsses regionais, mas não se constituirá, indubitàvelmente, em fator de estabilidade e de coesão da vida política nacional. Proponho-vos, tão-sòmente, rigorosa obediência à letra e ao espírito da Lei Magna.

Finalmente, é preciso dotar os órgãos partidários e o próprio poder público dos meios indispensáveis à proteção da estrutura partidária, contra a infiltração de elementos submetidos a organizações sem existência legal, por incompatíveis com o regime democrático. Essa infiltração faz-se em fraude à lei e com desrespeito à decisão da Justiça. É matéria de ordem pública e os partidos devem sofrer as conseqüências da sua omissão, desídia ou cumplicidade. Se a ação preventiva falhar, é preciso tornar impossíveis os

trutos daquela traude ou daquele desrespeito.

PARTIDOS LEAIS À NAÇÃO POLÍTICA INTERNA

#### DEFESA DA CONSTITUIÇÃO

ESTRUTURAÇÃO DO REGIME

LEI ELEITORAL — CRIMES ELEITORAIS — LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS

AS CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS EM FACE DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

CONSTITUIÇÃO DE ALAGOAS CONSTITUIÇÃO DO PIAUÍ. CONSTITUIÇÃO DE GOIÁS CONSTITUIÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE

#### PODER JUDICIARIO

RELAÇÕES ENTRE OS PODERES

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

EXPULSÃO DE ESTRANGEIROS TADELAMENTOS DE FREÇOS

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

ADICIONAIS DO IMPÔSTO SÔBRE A RENDA

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

TRIBUNAIS ELEITORAIS — MILITAR — DA JUSTIÇA DO TRABALHO E DAS JUSTICAS LOCAIS

#### LEGISLAÇÃO NOVA

#### MENSAGENS AO PODER LEGISLATIVO

NA PASTA DA AGRICULTURA

NA FASTA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

NA PASTA DO EXTERIOR

NA PASTA DA FAZENDA

NA PASTA DA GUERRA

NA PASTA DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

NA PASTA DA MARINEJA

NA PASTA DO TRABALHO

NA PASTA DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

#### VETOS PARCIAIS E TOTAIS

PARCIAIS

TOTALS

SANCÕES TÁCITAS

### REESTRUTURAÇÃO DO DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

REESTRUTURAÇÃO MUNICIPAL

#### TERRITÓRIOS FEDERAIS E ADMINISTRAÇÃO DE FRONTEIRAS

TERRITORIO FEDERAL DO ACRE TERRITORIO FEDERAL DO AMAPA TERRITORIO FEDERAL DO RIO BRANCO TERRITORIO FEDERAL DO GUAPORE

DEFESA DA CONSTI-TUIÇÃO

Já vos assinalei, exatamente há um ano, que estava propenso a crer que nem tôda a opinião do país vinha compreendendo, na sua inteira extensão, a natureza real e os propósitos do Partido Comunista. O crescimento da órbita militar soviética, a queda da democracia teheca, o avanço da "cortina de ferro", os episódios de Berlim e a guerra fria, tudo veio revelar o ânimo de destruição que propele o totalitarismo comunista contra o mundo democrático. Fanatismo por demais intolerante, desenvolveu bem urdida teia de intrigas, mobilizou centenas de espiões, comprou consciências, estimulou greves, infiltrou-se nos parlamentos, na imprensa, nos meios culturais, estudantis e obreiros, em todo o planêta, em escancarada ação antidemocrática e antinacional.

O Brasil não escapou a essa ofensiva de larga envergadura. São do conhecimento público os malefícios dêsse partido estrangeiro entre nós.

E', pois, meu propósito pedir a atenção e a colaboração dos representantes do povo para as atividades comunistas que ainda não cessaram de ameaçar o país.

Em face dos acontecimentos mundiais, ficaram em guarda todos os que estimam o estilo de vida em que fomos criados e em que tem vivido o mundo. No tocante ao nosso país, temos duras experiências no passado, as quais nos têm custado graves perturbações, prejuízos materiais consideráveis e a perda de vidas preciosas.

Atendendo à necessidade de resguardar a própria existência da Nação e defender as instituições democráticas, os constituintes deixaram expresso na Constituição que não será tolerada propaganda de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de classe, bem assim que é vedada a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer partido político ou associação cujo programa ou ação contrarie o regime democrático.

Em face desses dispositivos constitucionais, foi impedido de funcionamento legal o Partido Comunista, por decisões dos mais altos Tribunais do país, tanto mais quanto ficou apurado pela Justiça Eleitoral que esse partido usava dois estatutos, sendo um

para efeito de ser invocado perante a Justiça Eleitoral, e outro, marxista-leninista, para efetiva aplicação.

Vedado o funcionamento legal do Partido Comunista, resultou a urgente necessidade de serem tomadas outras providências de ordem administrativa e legislativa, muitas das quais, aliás, se vinham fazendo indispensáveis.

Circunstâncias novas concorrem agora para acentuar a urgência dessas medidas, sendo de notar que a maior parte das de natureza administrativa está na dependência de legislação adequada, já solicitada, em diversas ocasiões, nos anos de 1946, 1947 e 1948. Reportando-nos ao ato do Poder Judiciário que declarou a impossibilidade legal do funcionamento do Partido Comunista, apelamos, na última das Mensagens, para o Poder Legislativo, nos seguintes têrmos:

"Importa mais que tudo insistir na necessidade de leis que estabeleçam, de maneira concreta, a condição de lealdade ao Brasil, para o exercício de funções públicas".

Ainda, na mesma ordem de idéias e dando a sua cooperação ao estudo das matérias, cuidou o Govêrno, entre outras, da organização de um projeto de lei consolidando e atualizando os textos referentes à segurança nacional, o que fêz com a colaboração de órgãos do Ministério Público e juristas de valor.

E' êsse um dos projetos que o Govêrno deseja ver objeto da decisão do Poder Legislativo no mais breve tempo, encontrando-se os referidos estudos em poder dos líderes majoritários das duas Casas do Congresso Nacional.

Essa é a forma prática de prover a autoridade pública dos meios eficientes e adequados à defesa do regime e da Constituição.

estruturação do regime E' do conhecimento público que só recentemente terminaram as principais atividades da Justiça Eleitoral relativamente aos pleitos anteriores. Sòmente em janeiro do ano passado, recebeu o seu diploma um dos Governadores estaduais, havendo o recurso dessa diplomação logrado decisão há muito pouco tempo. Há ainda por decidir questões residuais relativas a suplências e assuntos eleitorais. Tanto basta para mostrar que é forçoso dotar a Nação de legislação apropriada que permita a livre manifestação da sua vontade, e em tempo curto, para que não ocorra se venha a conhecer a vontade do eleitorado apenas quando esta já tenha variado e se não afira em razão de critérios ultrapassados.

Acelerar o recolhimento das cédulas eleitorais e a proclamacão dos resultados - é um clamor de que todos participamos e de que dependem as periódicas reestruturações dos quadros dos dirigentes do país.

Tudo serve para demonstrar que não é demais insistir em que Lei Eleitoral é imprescindível uma moralizadora lei eleitoral e uma adequada lei dos partidos políticos.

- Crimes Eleitorais -Lei dos Partidos Políticos

Além dessas duas leis básicas, urge a votação da que regule o processo dos crimes eleitorais, os quais, embora definidos, continuam impunes, por falta dêsse diploma.

Figue registrado que o Supremo Tribunal Federal decidiu πão tomar conhecimento do recurso interposto pelo Partido Comunista do Brasil, da decisão do Tribunal Superior Eleitoral que lhe cassou o registro.

Por outro lado, a Justica Eleitoral julgou boa, válida e constitucional a lei que dispõe sôbre a cassação dos mandatos comunistas.

Dei conhecimento ao Congresso Nacional das representações as constituida Procuradoria-Geral da República, formuladas por solicitação das autoridades estaduais e que determinaram retificações nas Constituições dos Estados do Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo e Piauí, e ensejaram ainda exames nas Constituições de Pernambuco e Paraná.

ÇÖES ESTA-DUAIS EM FACE DA Constituição FEDERAL

Acrescento agora que a nossa Côrte Suprema invalidou dispositivos de outras Constituições em pontos nos quais elas se afastavam dos princípios constitucionais fixados no art. 7.º, n.º VII, da Lei Magna.

É assim que, pela representação n.º 111, relativa à Constituição do Estado de Alagoas, foi submetida a mesma à censura do Supremo Tribunal Federal, que declarou inconstitucionais os artigos 57 e seu § 2.º e 58 e seu parágrafo único, assentando:

Constituição de Alagoas

1.º, que as Constituições Estaduais devem regular o impeachment de conformidade com o modêlo federal e assim não podem atribuir ao Tribunal de Justica o julgamento do Governador nos crimes de responsabilidade, pois o juízo do impeachment é eminentemente político, devendo caber o julgamento ao Legislativo ou, pelo menos, a um órgão misto, em cuja composição entrem elementos da magistratura superior e membros do Parlamento, êstes, porém, em maioria:

2.º, não podem as Constituições e leis estaduais definir crimes ou fixar penas.

Constituição do Piauí

Ainda quanto à mesma matéria, discutiu o Supremo Tribunal Federal a Constituição do Estado do Piauí. Na representação número 102, que a Procuradoria-Geral ofereceu em aditamento à de n.º 97, julgada em 1947, ambas atinentes à Constituição daquele Estado, — foram declarados inconstitucionais os artigos 74 (em parte), 69 e seu parágrafo único, prevalecendo quanto ao impeachment a doutrina já consagrada nos julgamentos anteriores sôbre a própria Constituição do Piauí e sôbre as de São Paulo e Alagoas. Foi julgado constitucional c art. 59, que dá ao Vice-Governador a atribuição de presidir a Assembléia Legislativa, apenas com voto de qualidade.

Constituição de Goiás

Apreciando a representação sôbre a Constituição de Goiás, o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucionais os arts. 20, n.º XVI, e 21, n.º IX.

O primeiro dá competência à Assembléia Legislativa para manifestar voto de desconfiança aos Secretárics-de-Estado, Procurador-Geral da Justiça e Comandante da Polícia Militar. O segundo atribui competência exclusiva à Assembléia para examinar, em confronto com as respectivas leis, os regulamentos expedidos pelo Governador, suspendendo os dispositivos ilegais.

Por não ter alcançado o quorum necessário à declaração da inconstitucionalidade, ficou sujeita a nova apreciação do Tribunal a argüição referente ao art. 102, ns. X e XI, da Carta Goiana, segundo o qual compete à Câmara Municipal indicar, em lista tríplice, os candidatos à Delegacia de Polícia e solicitar ao Governador a demissão dos Delegados.

Constituição do Rio Grande do Norte

A representação n.º 103, relativa à Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, foi submetida a julgamento pela Procuradoria-Geral, com parecer contrário a tôdas as argüições de inconstitucionalidade.

A Procuradoria-Geral da República deixou de encaminhar outras representações relativas a Constituições de vários Estados, por isso que a matéria argüida não se vinculava a qualquer dos princípios indicados no art. 7.º, n.º VII, da Lei Magna, não sendo,

assim, daquelas que, nos têrmos do seu art. 8.º, parágrafo único, podem ser submetidas ao Supremo Tribunal Federal, para serem apreciadas em tese e darem lugar à intervenção federal.

Tenho timbrado em praticar, com rigidez, o regime, velando PODER JUpela independência e harmonia dos Poderes da União, entre si, sem embargo do espirito de cooperação que resulta da igual devoção ao serviço da Pátria.

Assim, o Poder Judiciário, como o Legislativo, usufruem, por parte do meu Govêrno, o maior respeito e prestígio e a mais deliberada consideração.

As decisões da nossa magistratura são intransigentemente acatadas.

E foi por isso que o Presidente do Supremo Tribunal Federal, RELAÇÕES ENao terminar, em janeiro dêste ano, o seu mandato bienal - para que fôra reeleito ao deixar o exercício da Presidência da República - teve ocasião de incorporar ao seu Relatório as seguintes palavras:

TRE OS PO-DERES

"Várias e frequentes têm sido as manifestações de aprêço ao Poder Judiciário, na vigência da Carta Política de 1946 e no exercício das atribuições que esta lhe confere, das quais realça a restituição, a êste Egrégio Tribunal, da prerrogativa de, como seu máximo intérprete. poder, sem quaisquer restrições, velar pelo respeito às leis fundamentais da República.

Ainda recentemente, o Poder Executivo, pela palavra do honrado Presidente da República, - General Eurico Gaspar Dutra, em saudação aos Congressistas, assim se pronunciou:

"Ao Poder Judiciário, não lhe tem faltado, nem faltarão, mais que o respeito, a estima e o aprêço deliberados, com a indisfarçável intenção de dar exemplo, nunca descontinuado, de valorização não só dos arestos da Justiça, como das prerrogativas dos seus membros tanto das de ordem pessoal quanto dos seus atributos funcionais, no plano federal como na esfera local".

Além das questões anteriormente citadas e relativas ao con- supremo TRItrôle constitucional das Cartas estaduais e à execução do texto fundamental quanto à proibição de funcionamento de partidos anti-

BUNAL FE-DERAI.

democráticos, e suas consequências, — examinou e decidiu o Supremo Tribunal Federal muitos outros feitos de importância excepcional.

Expulsão de Estrangeiros Dentre êstes, quero salientar a jurisprudência assentada, no sentido de que o Poder Judiciário sòmente aprecia a expulsão de estrangeiros sob o ponto de vista da legalidade do ato, cabendo os aspectos de sua conveniência e oportunidade à apreciação exclusiva do Executivo.

Tabelamentos de Preços Por outra decisão, foi mantido o tabelamento de preços, quer quanto às mercadorias pròpriamente ditas, quer quanto aos serviços essenciais, reconhecida, inclusive, a constitucionalidade da limitação dos preços pelo Poder Executivo.

TRIBUNAL FE-DERAL DE RE-CURSOS

Adicionais do Impôsto Sôbre a Renda No Tribunal Federal de Recursos, cujas instalações foram mauguradas a 28 de junho, em memorável solenidade, o trabalho tem sido também copioso. Dentre as causas ali julgadas, merece referida, pelo interêsse orçamentário que apresentou, a relativa aos adicionais do impôsto sôbre a renda, cuja constitucionalidade ficou reconhecida.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Pelo Tribunal Superior Eleitoral, em 1948, processos de alta relevância foram julgados, cabendo apontar a declaração de constitucionalidade da Lei n.º 211, de 7 de janeiro, que cassou o mandato de parlamentares comunistas; o término das batalhas judiciárias travadas em tôrno das eleições dos Governadores dos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte; o cancelamento, por falta de cumprimento de exigência legal, dos registros provisórios dos partidos Aliança Social Democrata, Partido Socialista Cristão, Partido Nacional Classista, União Social pelos Direitos do Homem, Partido da Lavoura, Indústria e Comércio, Partido Agrícola Democrático, União Nacional do Trabalho, Partido Popular Democrático, Partido Regenerador, Partido Nacional Evolucionista e Partido Democrata Progressista.

Solicitou o Tribunal Superior, para inclusão no préximo orçamento, verbas no total de Cr\$ 15.000.000,00, a fim de atender às despesas gerais com a eleição de 1950, quando todo o Brasil será chamado às urnas para o preenchimento de cargos eletivos.

Pela Lei n.º 486, foi dada às Secretarias da Justiça Eleitoral a sua organização definitiva. A lei, decorrente de propostas dos

Tribunais Eleitorais, alteradas nas Casas Legislativas, sempre no intuito de ampliar as possibilidades dos novos órgãos, atendeu às necessidades do Tribunal Superior Eleitoral e dos 21 Tribunais Regionais Eleitorais,

Todos os órgãos judiciários do país entretiveram com o Poder Executivo federal as melhores relações de cortesia, atendidos sempre pelos órgãos governamentais com especial solicitude, tal como ocorreu, entre outros, com o Tribunal Superior Eleitoral, com os do trabalho Tribunais Regionais Eleitorais, com tôda a Justiça do Trabalho, com o Superior Tribunal Militar e com os Tribunais de Justiça locais.

TRIBUNAIS ELEITORAIS, MILITAR, DA JUSTICA E DAS JUSTI-ÇAS LOCAIS

Destinando-se esta Mensagem, também, a servir como repositório de informações de interêsse público, não me eximo de registrar aqui, à semelhança do que fiz no ano passado, a relação das principais leis promulgadas em 1948, que são as seguintes:

LEGISLAÇÃO NOVA

Leis: n.º 209, de 2 de janeiro — Dispõe sôbre a forma de pagamento dos débitos civis e comerciais de criadores e recriadores de gado bovino; 211, de 7 de janeiro — Regula os casos de extinção de mandatos dos membros dos Corpos Legislativos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios; 215, de 9 de janeiro — Autoriza o Poder Executivo a incorporar o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro ao Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras; 216, de 9 de janeiro — Dispõe sôbre a composição do Ministério Público, determinando que os atuais advogados de ofício passam a denominar-se Defensores Públicos; 217, de 15 de janeiro - Lei Orgânica do Distrito Federal; 223, de 27 de janeiro - Autoriza a concessão de garantia, por intermédio do Govêrno nacional, à operação de compra de seis navios nos Estados Unidos da América, pela Companhia Nacional de Navegação Costeira; 225, de 3 de fevereiro — Modifica e acrescenta dispositivos ao Decretolei n.º 9.760, de 1946, que dispôs sôbre próprios nacionais, utilizados em serviço público da União; 231, de 6 de fevereiro — Restabelece os Quadros Paralelos criados no Exército, e dá outras providências; 232, de 9 de fevereiro — Cria o Departamento de Desportos do Exército, e dá outras providências; 237, de 12 de fevereiro — Estende aos alunos matriculados na Escola Naval as mesmas regalias, direitos e vantagens, assegurados aos cadetes da Escola de Aeronáutica, no que se refere à reforma

por incapacidade para o serviço militar; 243, de 17 de fevereiro - Revigora o art. 3.º da Lei n.º 7, de 19 de dezembro de 1946, que regulou o sistema de promoções nos Cursos Superiores, no que concerne a exames de segunda época; 247, de 17 de fevereiro — Autoriza o aumento de capital da Companhia Vale do Rio Doce S.A., e dá outras providências; 250, de 17 de fevereiro — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, de crédito especial para a aquisição de vagões postais; 253, de 18 de fevereiro - Abre ao Ministério da Fazenda crédito especial para indenização do acervo da Companhia Indústrias Brasileiras de Papel, Emprêsa de Armazéns Frigorificos e Southern Brazil Lumber and Colonization Company e autoriza a alienação dessas emprêsas, atualmente incorporadas ao Patrimônio Nacional; 255, de 19 de fevereiro -Autoriza a abertura, ao Ministério da Guerra, de crédito especial destinado à construção de edifícios e à instalação de maquinaria já adquirida ao Govêrno dos Estados Unidos da América para fabricação de munições; 262, de 23 de fevereiro - Subordina ao regime de licença prévia o intercâmbio de importação e exportação com o exterior; 263, de 23 de fevereiro - Modifica a competência do Tribunal do Júri, e dá outras providências; 266, de 26 de fevereiro - Autoriza o financiamento do saldo das safras de cêra de carnaúba de 1946-1947 e 1947-1948; 270, de 10 de abril — Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para reprodutores bovinos e lanígeros; 272, de 10 de abril — Dispõe sôbre a aplicação, durante 10 anos, de cotas de reaparelhamento das rêdes ferroviárias do país, correndo a despesa respectiva por conta do Orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas; 276, de 5 de maio - Modifica a redação do Decreto-lei n.º 8.554, de 4-1-46, que estabelece o regimento de custas do Distrito Federal; 280, de 24 de maio -Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, crédito especial para atender aos dois primeiros pagamentos dos atos firmados entre o Govêrno do Brasil e o dos Estados Unidos da América, relativos à aquisição de bens excedentes de guerra; 282, de 24 de maio — Reorganiza o Departamento Nacional da Criança, do Ministério da Educação e Saúde; 283, de 24 de maio — Assegura licença especial aos funcionários públicos, civis e militares; 284, de 27 de maio - Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 50.469.500,00 para a aquisição de unidades destinadas ao Serviço de Navegação da Bacia do Prata;

288, de 8 de junho - Concede vantagens a militares e civis que participaram de operações de guerra; 291, de 22 de junho — Dispõe sôbre a abertura de contas bancárias de súditos do Eixo, determinando a suspensão dos dispositivos do Decreto-lei número 4.166, de 11-3-42, e do art. 15, do Decreto-lei n.º 4.807. de 7-10-42, para as contas bancárias abertas a partir da data da presente lei; 292, de 22 de junho — Autoriza a abertura, pelo Ministério das Relações Exteriores, de crédito especial para ocorrer às despesas com a imigração intensiva; 293, de 26 de junho — Dispõe sôbre a antiguidade para promoção de oficiais da Fôrça Aérea Brasileira; 296, de 30 de junho — Cria uma Coletoria Federal no Município de Ingá, no Estado da Paraíba, e dá outras providências; 297, de 5 de julho - Autoriza a reconstrução de açudes particulares destruídos ou danificados em consequência das enchentes de cursos d'água no Nordeste; 298, de 5 de julho - Concede isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras para material importado pela Companhia Nacional de Navegação Costeira (Organização Henrique Laje); 301, de 13 de julho — Dispõe sôbre a matricula dos filhos de artistas de circo nas escolas primárias; 302, de 13 de julho — Estabelece normas para a execução do § 2.º do art. 15 da Constituição Federal, que determina sejam 60 % da arrecadação do impôsto sôbre lubrificantes e combustíveis entregues aos Estados, Distrito Federal e Municípios; 303, de 16 de julho - Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial para auxílio à Faculdade de Medicina, da Universidade de Pôrto Alegre; 305, de 18 de julho - Estabelece normas para a execução do § 4.º do art. 15 da Constituição Federal, que determina sejam 10 % da arrecadação do impôsto de renda distribuídos aos Municípios; 307, de 24 de julho -Concede isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras para material e objetos usados, destinados às missões amazônicas, dirigidas pelos Padres Redentoristas; 309, de 25 de julho — Concede auxílio à Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra; 312, de 27 de julho — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, de crédito especial para completar o pagamento de locomotivas elétricas, destinadas à Rêde de Viação Cearense e à Viação Férrea Federal Leste Brasileiro; 313, de 30 de julho - Autoriza o Poder Executivo a aplicar, provisòriamente, o Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio, assinado em

Genebra em 30 de outubro de 1947, reajusta a Tarifa das Alfândegas e dá outras providências; 314, de 31 de julho - Autoriza a promover, pelos meios regulamentares, a encampação da Estrada de Ferro de Ilhéus a Conquista, no Estado da Bahia, explorada mediante concessão por "The State of Bahia South Western Railway Co."; 316, de 31 de julho - Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00, destinado ao desenvolvimento econômico dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Alagoas, Espírito Santo, Goiás e Mato Grosso; 319, de 6 de agôsto — Altera o Decreto-lei n.º 9.869, de 1946, que determinou a encampação de "The São Paulo Railway Company Limited", estabelecendo que a indenização decorrente da encampação, na importância de £ 6.638.802-15-11, poderá ser realizada em espécie, retirada do saldo de que dispõe a União na Inglaterra; 321, de 9 de agôsto - Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial para contribuição do Govêrno à representação do Brasil nas Olimpíadas de Londres; 323, de 11 de agôsto - Acrescenta um parágrafo ao art. 5.º do Decreto-lei n.º 8.818, de 1946, que excluiu o terreno acrescido de marinha, destinado à construção da Casa de Assistência aos Advogados, das disposições do Decretolei n.º 2.803, de 21-11-40; 324, de 11 de agôsto — Organiza o quadro da Secretaria e Serviços Auxiliares do Superior Tribunal Militar, e dá outras providências; 326, de 13 de agôsto — Autoriza o Poder Executivo a dar execução ao Plano de ligação rodo-ferro-fluvial entre as cidades de Anápolis, em Gciás, e Belém, no Pará; 327, de 13 de agôsto — Autoriza a construção da estação de passageiros do aeroporto do Recife; 328, de 13 de agôsto — Autoriza a abertura, pelo Ministério das Relações Exteriores, de crédito especial para pagamento de contribuição ao Conselho Internacional do Trigo; 329, de 13 de agôsto - Dispõe sôbre a gratificação de magistério; 350, de 27 de agôsto — Concede isenção da taxa criada pelo Decreto-lei n.º 8.311, de 6-12-45, para o arroz adquirido pelos Governos dos Estados Unidos da América e Inglaterra, como excesso exportável da produção brasileira; 351. de 27 de agôsto — Altera dispositivos do Decreto-lei n.º 9.763, de 6-9-46, que isentou de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, inclusive a de previdência social, o papel para livros e jornais; 357, de 31 de agôsto — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de crédito especial para compra de muni-

ção destinada à Polícia Militar do Distrito Federal; 362, de 8 de setembro — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Agricultura, de crédito especial para atender às despesas com o combate ao gafanhoto, no sul do país; 363, de 8 de setembro — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial para atender às despesas decorrentes do socorro prestado à população de Trinidad, na Bolívia; 380, de 10 de setembro -Concede pensão especial aos veteranos da Revolução Acreana; 396, de 22 de setembro — Torna extensivo aos oficiais generais dos serviços da Aeronáutica dispositivo da lei de inatividade dos militares do Exército; 401, de 23 de setembro - Dispõe sôbre a contagem do tempo de serviço prestado por oficiais, praças ou funcionários públicos à Expedição Roncador-Xingu; 402, de 23 de setembro - Autoriza a abertura do crédito especial de CrS ... 16.000.000,00 para o desenvolvimento econômico da região do São Francisco; 404, de 24 de setembro — Concede favores a companhias, emprésas e cooperativas que se organizarem para a mecanização da lavoura; 408, de 24 de setembro — Autoriza a abertura de crédito especial para pagamento de materiais ferroviários destinados à Estrada de Ferro Santos-Jundiai; 409, de 25 de setembro - Cria os quadros do Pessoal da Justiça do Trabalho, e dá outras providências; 419, de 3 de outubro - Isenta de tôda tributação os animais importados para reprodução e melhoria da pecuária nacional, adquiridos em país estrangeiro, por compra direta de criador brasileiro, ou que se consignem às nossas exposições-feiras; 426, de 7 de outubro — Cria nas Faculdades Federais de Medicina a cadeira de Tisiologia, e dá outras providências; 429, de 12 de outubro - Aprova o Plano de aplicação de recursos orçamentários atribuídos ao Conselho Nacional do Petróleo, no exercício de 1948; 447, de 20 de outubro - Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial para ocorrer a despesas com a construção da Cidade Universitária; 457, de 29 de outubro — Dispõe sôbre a forma de pagamento dos débitos civis e comerciais de criadores e reprodutores de gado bovino; 462, de 30 de outubro — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00, para financiamento do excedente do consumo nacional da borracha; 475, de 8 de novembro — Revoga os Decretos-leis ns. 9.523 e 9.564, ambos de 1946, que, respectivamente, regulam a liquidação do câmbio destinado ao pagamento de importação e estabelecem multa para as liquidações fora do

prazo; 482, de 12 de novembro — Autoriza o Ministério da Fazenda a contratar com o Banco do Brasil S.A., por intermédio da sua Carteira Agrícola e Industrial, o financiamento agrícola das entressafras, dentro das disponibilidades e garantias exigidas pelo regulamento do referido Banco; 483, de 12 de novembro -Estabelece medidas para o combate ao gafanhoto migratório, e dá outras providências; 484, de 13 de novembro - Dispõe sôbre a difusão da vacina B.C.G.; 487, de 15 de novembro - Autoriza o Tesouro Nacional a garantir o empréstimo a ser contraído pela Brazilian Traction Light & Power Co., Ltd., de Toronto, Canadá, no Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento; 488, de 15 de novembro — Dispõe sôbre o pagamento de vencimento, remuneração ou salário do pessoal civil e militar da União; 494, de 26 de novembro — Altera a Lei do Impôsto de Consumo; 498, de 28 de novembro - Reajusta as tarifas postais e telegráficas, e dá outras providências; 499, de 28 de поvembro — Fixa os vencimentos da Magistratura e do Ministério Público da União; 500, de 29 de novembro — Dispõe sôbre a classificação dos funcionários civis e militares que reverteram à atividade em virtude da Lei n.º 171, de 1947; 519, de 1.º de dezembro — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Agricultura, de crédito especial para despesas com o combate à broca do café; 525-A, de 7 de dezembro — Dispõe sôbre a estabilidade dos funcionários interinos e extranumerários a que se refere o art. 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; 530, de 11 de dezembro — Autoriza a abertura de crédito especial destinado ao financiamento dos excedentes do consumo nacional de borracha; 535, de 14 de dezembro - Altera dispositivo da Lei n.º 209, de 2-1-48, que dispôs sôbre a forma de pagamento dos débitos civis e comerciais de criadores e recriadores de gado bovino (moratória aos pecuaristas); 537, de 14 de dezembro ---Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1949; 541, de 15 de dezembro — Cria a Comissão do Vale do São Francisco, e dá outras providências; 569, de 21 de dezembro — Estabelece medidas de defesa sanitária animal, entre as quais indenização, em dinheiro, aos respectivos proprietários, sempre que for necessário sacrificar animais doentes ou destruir coisas ou construções rurais para salvaguardar a saúde pública ou por interêsse da defesa sanitária animal; 586, de 23 de dezembro — Desapropria terras no Estado do R. G. do Sul para a cultura mecanizada do trigo; 592, de 23 de dezembro - Transforma a atual Imprensa Nacional em Departamento de

**医神经神经神经神经神经神经神经神经** 

Imprensa Nacional; 593, de 24 de dezembro - Restaura a aposentadoría para os ferroviários aos 35 anos de serviço, e dá outras providências; 594, de 24 de dezembro - Concede favores às fábricas que se instalarem para a exploração da fibra de côco, com o aproveitamento da matéria-prima nacional; e 599, de 24 de dezembro — Altera a discriminação do crédito especial, aberto pela Lei n.º 292, de 22-6-48, destinado a ocorrer às despesas com a imigração intensiva.

A maior parte dessas leis resultou de solicitações do Poder Executivo, devidamente encaminhadas.

Damos abaixo o quadro das Mensagens dirigidas, em 1948, MENSAGENS ao Poder Legislativo, registrando aquelas sôbre as quais já houve AO PODER LEdeliberação, mediante a sanção de leis ou a promulgação de decretos pelo Poder Legislativo:

			Decretos do
Ministério	Número	Leis	Poder Legislativo
da Aeronáutica .	3		
da Agricultura .	29	11	
da Educação e			
Saúde	67	26	
das Relações Ex-			
teriores	58	2	28
da Fazenda	79	15	
da Guerra	21	2	
da Justiça e Ne-			
gócios Interiores	- 26	8	
da Marinha	4	2	
do Trabalho, In-			
dústria e Comér-			
cîo	10	1	
da Viação e		-	
Obras Públicas .	26	5	
	—		
	323	72	28

#### RESUMO:

Mensagens encaminhadas	323
sancionadas ou aprovadas	100
em estudo	223
	323

Muitas já solucionadas, como acima se salientou, são as seguintes as Mensagens de maior relevância para o país, encaminhadas ao Poder Legislativo, devidamente discriminadas pelos Ministérios:

Na Pasta da Agricultura

Encaminhando projeto referente à Lei Agrária (n.º 16, de 12-1); encaminhando projeto de lei que dispõe sôbre a extração, indústria e comércio do sal-gema (n.º 39, de 29-1); submetendo projeto de lei sôbre nova redação do Regulamento do Instituto Nacional do Sal (n.º 49, de 5-2); encaminhando projeto de lei que modifica dispositivo do Decreto-lei n.º 395, de 29 de abril de 1938, e regula a organização das sociedades que poderão obter concessão ou autorização para construir e explorar oleodutos e refinarias de petróleo (n.º 61, de 31-1); encaminhando anteprojeto de Estatuto do Petróleo (n.º 62, de 4-2); submetendo anteprojeto de lei que assegura vantagens e auxílios às emprêsas e companhias que se organizarem no país com c objetivo de promover e executar, na Bacia do São Francisco, trabalhos de irrigação, colonização, aproveitamento de matérias-primas, industrialização, comércio e transporte de produtos regionais (n.º 108, de 24-2); abrindo crédito especial de CrS 4.000.000,00 para a instalação de uma usina hidrelétrica na Colônia Agrícola Nacional do Maranhão, subordinada à Divisão de Terras e Colonização (n.º 252, de 31-5) — solucionada; submetendo proposição do Conselho de Águas e Energia Elétrica a respeito da fixação do valor da taxa sôbre a potência concedida, autorizada ou utilizada, industrialmente, pelas emprêsas de energia elétrica (n.º 309, de 27-7); submetendo projeto de lei, alterando o Decreto-lei número 7.197, de 27 de dezembro de 1944, que estabeleceu a classificação comercial de la de ovinos e dispôs sôbre o comércio dessa matéria-prima (n.º 414, de 28-8); submetendo anteprojeto de lei que regula o direito de preferência do proprietário do solo, quanto às minas e jazidas, instituído no § 1.º do art. 153 da Constituição Federal (n.º 537, de 9-10); submetendo projeto de lei que dispõe sôbre a fixação de cotas dos Estados produtores de sal (n.º 555, de 8-10); abrindo crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para a encampação dos serviços de luz e energia elétrica e água, explorados pela Cia. Indústria e Viação Pirapora, E. de Minas, bem como para o reequipamento dêsses serviços (n.º 615, de 31-10); submetendo projeto de lei que estabelece as medidas julgadas necessárias para a erradicação da praga denominada carvão-de--cana, que vem assolando os canaviais dos municípios paulistas de Assis, Cândido Mota, Palmital, Maracaí, Ibirarema e Araguaçu

Educação

e Saúde

(n.º 711, de 5-12); submetendo anteprojeto de lei do novo Código de Caca e Pesca (n.º 741, de 13-12).

Submetendo anteprojeto de lei, fixando normas gerais para a Na Pasta da profilaxia da lepra, no país (n.º 51, de 5-2); encaminhando anteprojeto de Lei Orgânica da Saúde (n.º 74, de 12-2); abrindo crédito especial de CrS 12.860.000,00 para ocorrer às despesas com o prosseguimento das obras preliminares necessárias à construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil (n.º 101, de 19-2) - solucionada; abrindo crédito especial de CrS 1.114.352,50, para ocorrer às despesas com o prosseguimento das obras dos hospitais regionais, localizados nas cidades de Pirapora, Januária, Lapa, Barra, Santa Maria da Vitória, Pão-de-Açúcar, Propriá e Petrolina, no Vale do Rio São Francisco (n.º 565, de 14-10); submetendo projeto de lei que dispõe sôbre os créditos destinados às campanhas contra a malária e a peste (n.º 570, de 14-10); encaminhando projeto de lei destinado a fixar as diretrizes e bases da educação nacional (n.º 605, de 29-10); abrindo crédito especial de .... CrS 7.000.000,00 para atender às despesas com o prosseguimento do programa de desenvolvimento do ensino industrial em cooperação com o Instituto de Assuntos Interamericanos (n.º 675, de 28-11).

Exterior

Submetendo a aprovação cópias autenticadas e expesição de Na Pasta do motivos do Ministro do Exterior das versões portuguêsa, francesa e holandesa do Acôrdo sôbre transportes aéreos entre o Brasil e o Reino da Holanda (n.º 23, de 17-1) - solucionada; submetendo cópia autêntica da versão portuguêsa do protocolo modificado das Convenções Internacionais sôbre Entorpecentes, firmado em Lake Success, em 11-12-46 (n.º 42, de 17-1) --- solucionada; submetendo a aprovação a versão portuguêsa do Tratado de Paz com a Itália, firmado em Paris a 10-2-47 (n.º 43, de 17-1) — solucionada; submetendo a aprovação a versão portuguêsa do Acôrdo sôbre transportes aéreos entre o Brasil e a Suécia, firmado no Rio de Janeiro, em 14-2-48 (n.º 112, de 17-2-47) - solucionada; submetendo a aprovação a versão portuguêsa do Acôrdo sôbre transportes aéreos entre o Brasil e a Dinamarca, firmado no Rio de Janeiro, em 14-11-47 (n.º 113, de 17-2) — solucionada; idem, entre o Brasil e a Noruega (n.º 137, de 8-3) - solucionada; idem, entre o Brasil e Portugal, firmado em Lisboa a 10-12-46; submetendo texto da Constituição da Organização Internacional de Re-

fugiados (n.º 177, de 20-4); submetendo texto do Acôrdo Sanitário Pan-Americano, assinado em 13-3-48 em Montevidéu (número 226, de 7-5) — solucionada; encaminhando projeto de lei que regula a situação de bens de súditos do Eixo (n.º 234, de 4-6); submetendo a aprovação cópia autenticada do texto do Acôrdo Internacional do Trigo, de 6-3-48, firmado pelo Brasil, em Washington, a 30-3-48 (n.º 246, de 4-6) - posteriormente, foi encaminhada Mensagem sôbre a desnecessidade da ratificação dêste Acôrdo; submetendo a aprovação o texto da Constituição da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (F.A.O.), assinada pelo Brasil em 16-10-46, em Quebeque, Canadá (n.º 274, de 5-7); submetendo projeto de lei que extingue a Comissão Nacional do Trigo, criada pelo Decreto-lei n.º 9.122, de 3-4-46 (n.º 551, de 5-10); submetendo cópia autenticada do Acôrdo de Pagamentos entre o Brasil e a República Argentina, firmado no Rio, a 22-10-48 (n.º 602, de 27-10).

Na Pasta da Fazenda

Submetendo proposição do Ministro da Fazenda que justifica a necessidade de promulgação de lei alterando a distribuição dos recursos previstos pelo art. 199 da Constituição Federal, a fim de se atribuírem ao Banco de Crédito da Borracha S.A. os fundos necessários à execução, no ano de 1948, do programa de financiamento do excedente da produção da borracha (n.º 5, de 7-1) - solucionada; encaminhando projeto de lei que autoriza o Tesouro Nacional a garantir empréstimo a ser contraído pela Brazilian Traction, Light & Power Co. Ltd., de Toronto, Canadá, no Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (número 17, de 11-1) - solucionada; submetendo anteprojeto de lei que autoriza o Tesouro Nacional a adquirir ações do Banco de Crédito da Borracha S. A., pertencentes à Reconstruction Finance Corporation (n.º 123, de 27-2); submetendo anteprojeto de lei que revoga os Decretos-leis ns. 9.523, de 26-7-46, que regula a liquidação de câmbio destinado ao pagamento da importação, bem assim o de n.º 9.564, de 9-8-46, que estabelece multa para as liquidações que excederem os prazos estipulados no Decreto-lei. n.º 9.523 (n.º 126, de 29-2) — solucionada; isentando de direitos, pelo prazo de um ano, o inseticida hexaclorobenzeno, de larga aplicação no combate aos gafanhotos e à broca do café (n.º 130, de 11-3); encaminhando projeto de lei referente à proposta orçamentária para 1949 (n.º 195, de 10-5) - solucionada; encaminhando projeto de lei referente ao Plano SALTE (n.º 196, de

10-5): submetendo projeto de lei que reajusta vencimentos e salários do pessoal em atividade, civil e militar da União (n.º 216, de 20-5) - solucionada; submetendo projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a adquirir os excessos da produção de gêneros alimentícios, objetivando o abastecimento regular do mercado interno nos períodos de escassez (n.º 219, de 23-5); submetendo projeto de lei que aprova o plano de aplicação de recursos orçamentários atribuídos ao Conselho Nacional do Petróleo, no exercício de 1948 (n.º 220, de 25-5) — solucionada; submetendo projeto de lei que limita os lucros das emprêsas comerciais e estabelece outras medidas tendentes a impedir a elevação de preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade (n.º 230, de 31-5); submetendo projeto de lei que autoriza a colocar em aplicação provisória o Acôrdo-Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio assinado em Genebra, em 30-10-47, e bem assim que reajusta, mediante a majoração de 40%, os atuais direitos específicos de importação para consumo (n.º 258, de 24-6) - solucionada; abrindo crédito especial de CrS 16.000.000,00 destinado ao desenvolvimento econômico da região do São Francisco (n.º 260, de 28-6) - solucionada; isentando de direitos e demais taxas aduaneiras o gado e os apetrechos agrícolas, veículos e maquinaria agropecuária trazidos por imigrantes ou colonos, quando de sua entrada regular no país (n.º 294, de 21-7); isentando de direitos 430 toneladas de vergalhões de ferro, adquiridos pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e destinados à construção de casas para operários que o referido Instituto está edificando em todo o país (n.º 311, de 29-7); isentando de direitos o produto denominado B.H.C. (hexacloreto de benzeno), as máquinas, aparelhos e acessórios destinados ao combate à broca do café (n.º 381, de 17-8); encaminhando exposição de motivos do Ministro da Fazenda, relativa à aquisição de 90 locomotivas e uma refinaria de petróleo, visando à solução imediata do problema do petróleo nacional (n.º 514, de 30-9); abrindo crédito especial de....... Cr\$ 150.000.000,00 para atender ao financiamento dos excedentes do consumo nacional da borracha das safras 1948 e 1949, com a sustentação dos respectivos preços (n.º 596, de 22-10) - solucionada.

Submetendo anteprojeto do Estatuto dos Militares na parte Na Pasta da referente à inatividade dos militares (n.º 15, de 10-1); submetendo projeto de lei que prevê a extinção da Comissão de Readap-

Guerra

tação dos Incapazes das Fôrças Armadas (n.º 129, de 10-3); encaminhando projeto de lei, referente ao Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares (n.º 193, de 10-5).

Na Pasta da Justiça e Negócios Interiores

Abrindo crédito especial de Cr\$ 30.000,00, para atender às despesas com a compra de munição destinada à Polícia Militar do Distrito Federal (n.º 150, de 27-3); solicitando várias providências para a segurança nacional (n.º 182, de 24-4); encaminhando projeto de lei sóbre a localização da nova Capital da República (n.º 393, de 21-8); submetendo projeto de lei que faculta a prorrogação do prazo para desocupação de imóvel, nas ações de despejo, de locatário ou sublocatário, que seja estabelecimento de ensino ou hospitalar (n.º 581, de 20-10); encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sôbre a realização do 6.º Recenseamento-Geral do Brasil (n.º 600, de 28-10).

Na Pasta da Marinha Abrindo crédito especial de Cr\$ 34.831.360,00 para atender às despesas de aquisição do navio-tanque Santa Cecília, de propriedade da Navebrás S.A. (Comércio de Petrôleo) (n.º 52, de 5-2).

Na Pasta do Trabalho

Submetendo anteprojeto que altera disposições do Decretolei n.º 2.865, de 12-12-40, que dispõe sôbre a organização e funcionamento do I.P.A.S.E.

Na Pasta da Viação e Obras Públicas

Submetendo anteprojeto de lei destinada a estabelecer normas para simplificar a navegação fluvial, lacustre e portuária de pequenas embarcações (n.º 213, de 20-5); submetendo projeto de lei que aprova o Plano-Geral de Viação Nacional (n.º 242, de 9-6); submetendo anteprojeto que estabelece a criação de comissões especiais para estudos e melhoramentos da rêde hidrográfica nacional (n.º 317, de 31-7).

VETOS PAR-CIAIS E TOTAIS Tem aqui lugar adequado a relação dos vetos parciais e totais apostos a decretos do Congresso Nacional que a todos, salvo o último, deu a necessária e constitucional aprovação:

Parciais

 ao art. 34 da Lei n.º 209, de 2-1-48, que dispõe sôbre a forma de pagamento dos débitos civis e comerciais de criadores e recriadores de gado bovino. (O artigo isen-

Totais

tava da pena criminal os que, antes de 19-12-46, houvessem fraudado garantias outorgadas aos credores);

- 2) à expressão "... nas marinhas e nos mangues da cidade...", constante do § 1.º do art. 45 da Lei Orgânica do Distrito Federal, n.º 217, de 15-1-48. (Ésse dispositivo alterava a legislação vigente e transfería para a P. D. F. rendas da União, isto é, foros, laudêmios, etc., aplicados sôbre terrenos acrescidos de marinha e mangues);
- ao art. 2.º da Lei n.º 266, de 26-2-48, que autorizou o financiamento do saldo da safra de 1946-1947, da cêra de carnaúba. (O artigo fixava o preço do financiamento em base superior ao valor da cêra sintética);
- a vários dispositivos da Lei n.º 488, de 15-11-48, que dispõe sôbre os vencimentos do pessoal civil e militar da União;
- 5) a vários dispositivos da Lei n.º 525-A, de 7-12-48, que dispõe sôbre funcionários interinos e extranumerários amparados pelo art. 23 do A.D.C.T.
- ao projeto que equiparava às dos capitães fluviais, as cartas dos pilotos fluviais;
- ao projeto que autorizava o financiamento da construção de pequena açudagem. O Congresso manteve o projeto. dando origem à Lei n.º 614, de 1-2-49.

Cabe aqui consignar a relação das leis promulgadas, em 1948, sanção tápelo Presidente do Senado, em virtude da ausência de manifestações do Poder Executivo:

1) Lei n.º 267, de 28-2-48 — Eleva para 40 lugares o quadro de despachantes aduaneiros da Estação Aduaneira de Importação Aérea, de São Paulo; 2) Lei n.º 268, de 28-2-48 — Estabelece o horário de trabalho do pessoal da Guarda Civil do D.F.S.P.; 3) Lei n.º 341, de 25-8-48 — Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 200.000,00 para a comemoração do 3.º centenário da cidade de Paranaguá; 4) Lei n.º 369-A, de 9-9-48 — Aplica o Decreto-lei n.º 8.922, de 1945, aos instrutores de disciplinas dos ensinos fundamental e complementar, das Escolas de Aeronáutica e Naval; 5) Lei n.º 403, de 24-9-48 — Reestrutura os cargos de Tesoureiro e Ajudante de Tesoureiro do serviço público federal;

6) Lei n.º 437-A, de 16-16-48 — Dispõe sôbre o pagamento de diferença de vencimentos aos professôres civis vitalícios, com honras militares, dos estabelecimentos de ensino do Exército; 7) Lei n.º 529, de 9-12-48 — Dispõe sôbre a aposentadoria dos membros do Ministério Público, com o requisito do art. 30, ns. I e II, do A.D.C.T.; 8) Lei n.º 537, de 14-12-48 — Estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 1949; 9) Lei n.º 562-A, de 18-12-48 — Abre o crédito especial de Cr\$ 200.000,00 para auxílio ao Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, para a realização do 1.º Congresso de História da Bahia; e 10) Lei n.º 563-A, de 18-12-48 — Autoriza contagem, como tempo de serviço público, para a aposentadoria de Antônio Joaquim de Castilho, o período de 1895-1931, em que exerceu a atividade de editor-livreiro.

REESTRU-TURAÇÃO DO D.F.S.P. A deficiência do aparelhamento policial no Distrito Federal, agravada com a criação de noves serviços em que tiveram de ser utilizados funcionários vindos de outros setores, está a aconselhar uma reestruturação, de que resulte a fusão das diversas carreiras que atualmente reúnem o pessoal encarregado do policiamento ostensivo.

Presentemente são vários os organismos que repartem entre si funções de segurança e policiamento, o que importa em evidente dispersão de esforços.

Com a projetada fusão, tais esforços melhor se coordenarão e melhor se alcançará o objetivo comum da segurança e do bem-estar social, pela unificação das normas e métodos de trabalho que agora variam de uma para outra daquelas carreiras, e até mesmo entre diversas corporações.

O assunto está sendo estudado pelo Govêrno, para ser em breve submetido ao vosso exame e deliberação um plano geral de estruturação, em que se unifiquem os diversos aparelhamentos, visando à sua maior eficiência.

REESTRUTU-RAÇÃO MU-NICIPAL

No decurso do ano anterior, iniciou-se a execução da maior reforma que até agora registrou a história do municipalismo brasileiro. Ao assinalar êste evento, cumpro o dever preliminar de exaltar a obra dos representantes à Assembléia Nacional Constituinte de 1946 que, ao elaborar a mais municipalista das nossas Cartas Magnas, compreenderam, sob os nossos aplausos, a impossibilidade de buscar, em esquemas meramente políticos, soluções

para o Governo local entre nós. Tratando-se de problema de natureza fundamentalmente financeira e econômica, além de jurídica, só poderia ser ele resolvido, de fato, através da outorga, aos municípios, de novas fontes de receita, tendo em vista que o tradicional depauperamento de suas finanças vinha resultando menos da incapacidade das áreas contribuintes que de injustiças do sistema discriminatório.

Reestruturados politicamente os municípios, pela eleição de prefeitos e vereadores, começou a ser completada, em 1948, a obra de soerguimento municipal, graças à realização, que já se mostra promissora, de uma reforma financeira, caracterizada peculiarmente: pela transferência, à exclusiva competência dos municípios, do impôsto de indústrias e profissões; distribuição às comunas, em cotas idênticas, de 10% da arrecadação ânua do impôsto sôbre a renda; entrega, aos municípios, de 30% do excesso da arrecadação de impostos estaduais sôbre o total das rendas locais; recebimento de parte da arrecadação anual do impôsto único sôbre combustíveis e lubrificantes e participação em 40% da renda de quaisquer novos impostos a serem criados no país. Tais novas fontes de receita, algumas das quais começam a fluir promissoramente, de acôrdo com os prazos constitucionais previstos, aliam-se a outras, que continuaram a pertencer aos municípios, conforme o sistema que vem evoluindo desde a vigência da Constituição de 1934.

Tendo em vista que, em 1947, o total das arrecadações municipais atingiu Cr\$ 1.746.000.000,00, comprova-se que apenas o excesso já registrado no início da execução, em 1948, da reforma tributária, representa 39% do global arrecadado dos impostos constantes do sistema anterior. Novos reforços concorrerão ainda para o fortalecimento das finanças municipais, desde que se processe a adequada regulamentação de determinados dispositivos constitucionais, como é o caso do art. 20, segundo o qual os Estados darão, anualmente, aos municípios, 30% do excesso da arrecadação estadual de impostos, quando esta exceder, "em município que não seja o da capital", o total das rendas locais de qualquer natureza.

Apesar de merecerem análise especial os artigos que dizem mais de perto com as finanças locais, quero referir-me, apenas, nesta oportunidade, às vantagens que decorrerão da aplicação, em 1949, do dispositivo constitucional relacionado com a entrega, aos municípios de 10% do total que a União arrecadar do impôsto de renda e proventos de qualquer natureza.

Sancionei a regulamentação dêsse dispositivo, votada pelo Congresso Nacional, tendo em vista antes a situação de precariedade econômica em que se encontravam, no momento, as comunidades do interior brasileiro, do que propriamente por estar de acordo com o processo adotado para a distribuição e contrôle dos adiantamentos.

Está em estudo, porém, uma nova regulamentação, a ser oferecida à meditação do Congresso, e que só não foi apresentada como substitutivo, por não desejar o Govêrno antepor qualquer entrave à entrega imediata, aos municípios, dos reforços financeiros que lhes foram assegurados pela Constituição.

Essa reforma, no processo de entrega, visará, principalmente, à simplificação e à redução, ao mínimo, do número de expedientes e formalidades burocráticas.

Do total de CrS 390.000.000,00 destacados da arrecadação global dos impostos sôbre a renda, a cota-parte destinada a cada Município em 1949, deverá atingir cêrca de CrS 230.000,00.

Serão assim beneficiados os municípios em proporções de monta. Em alguns casos, os acréscimos se revelarão em cifras verdadeiramente extraordinárias. Ao município piauiense de Santa Filomena, por exemplo, que em 1947 arrecadou Cr\$.... 18.000,00 (fato que demonstra a precariedade em que vinham vegetando as comunas do país), será assegurada a participação de uma cota-parte 13 vêzes superior ao total de suas receitas, no referido exercício.

Já ressaltei, em Mensagem ânua anterior, que os territórios federais são instrumentos políticos propicios à realização de planos racionais de colonização, de desenvolvimento econômico e de povoamento racional de regiões determinadas. Dentre estas, ressalto, particularmente, as da imensa zona de fronteiras terrestres, onde se projeta a competência constitucional da União em atribuições que colocam a faixa, tradicionalmente reservada à defesa do país, sob o mais amplo contrôle legal e administrativo do Govêrno federal.

TERRITÓ-RIOS FE-DERAIS E ADMINIS-TRAÇÃO DE FRONTEI-RAS

Tive oportunidade de salientar, naquele documento, a fim de melhor justificar a função colonizadora das administrações territoriais, a perturbação sofrida em considerável parte das nossas fronteiras terrestres, desde a extinção dos Territórios Federais de Iguaçu e de Ponta Porã. O restabelecimento, porém, dêste último, em novas bases geográficas, já está em cogitação no Congresso Nacional. E tão graves têm sido os efeitos causados na economia do sul-mato-grossense pelo retôrno de Ponta Porã à precariedade anterior, que os projetos, em andamento, nas diversas comissões técnicas da Câmara dos Deputados, não visam apenas à sua restauração, no centro de interêsses definido pela serra de Maracaju, mas também à criação de novas entidades territoriais ao longo da faixa de fronteiras e em áreas interiores completamente despovoadas, como as do Brasil Central.

Continua o Govêrno federal a assumir o encargo de administrar, através de prepostos seus, os Territórios Federais subsistentes: Fernando de Noronha e os que se incluem em considerável porção da bacia amazônica brasileira. São êstes representados por .... 254. 163 km2 do Território Federal do Guaporé; 214.316 km2 do Território Federal do Rio Branco; 153.170 km2 do Território Federal do Acre e 137.429 km2 do Território Federal do Amapá. Tão vastas áreas, que perfazem superfície absoluta de 759.068 km2, representam 8,91% da do Brasil e 16,13% da de todo o poligono amazônico. Constituem uma base física, pouco menor, portanto, do que a do sul do país, na qual se integram os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O problema da administração dos Territórios Federais, não apresentando caráter militar preponderante, liga-se mais diretamente à vitalização econômica e ao povoamento adequado de regiões de interêsse nacional, principalmente quando se acham na faixa de fronteiras terrestres.

Compete às administrações territoriais a função precípua de promover a colonização das áreas em que operam, no sentido de sua nacionalização e desenvolvimento econômico.

Para que melhor se avaliem as possibilidades de alcançar-se êste alvo, lembre-se que as estimativas demográficas para 1948 assinalam que as populações territoriais acusam um crescimento de 25.171 habitantes em oito anos.

Naqueles 759.068 km² que integram hoje a área total dos Territórios Federais incluídos na Amazônia, foi apurada pelo recenseamento de 1940 a existência de 134.386 habitantes, que representavam 0,33 % da população absoluta do país e 7,17 % da da Amazônia. De acôrdo com as estimativas, aquelas populações, em 1948, se elevaram a 159.539 habitantes, mantendo-se, assim, as mesmas percentagens em relação às da Amazônia e do Brasil, em confronto com o crescimento demográfico nacional estimado para o mesmo ano. Revelam êstes coeficientes percentuais, idênticos aos de 1940, que o crescimento demográfico dos Territórios Federais segue o mesmo ritmo de desenvolvimento da população da Amazônia e do país.

Não é só no setor, de colonização que venho acompanhando, com o maior interêsse, as atividades administrativas dos governadores dos Territórios; esta observação também se completa através das realizações que resultam do funcionamento dos diversos órgãos que constituem o sistema de administração territorial do Brasil. Sob êste outro aspecto, é oportuno ressaltar que a legislação que rege êsses órgãos, inspirada no regime político anterior, se mostra inadequada, o que me leva a recomendar sua sistematização em lei orgânica geral ou em Código de Administração Territorial. Só assim o Govêrno poderá consubstanciar as medidas de reestruturação que se impõem, no sentido tanto de coordenar as administrações territoriais, sob a assistência de um órgão central de planificação e orientação, conforme, aliás, já sugeriu o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, quanto no de aparelhar os Territórios dos necessários meios de contrôle, de que realmente se ressentem. Não será aquêle órgão uma nova repartição burocrática, destinada a criar outra instância administrativa, entorpecedora da iniciativa dos governadores; terá antes o propósito de os aconselhar pela conveniente formulação de problemas e de verificar os resultados dos esforços e recursos despendidos pelo Govêrno federal, que não têm sido pequenos nos últimos anos. Em virtude de continuarem regidos por aquêle sistema legal anterior à Constituição,

os Territórios Federais, no quadro da organização democrática nacional, ainda oferecem verdadeiro contraste dentro da estrutura sederativa do país. E' que a vida política local não está organizada em obediência a princípios constitucionais que assegurem a autonomia de seus municípios, com os mesmos direitos assegurados aos dos Estados, tanto assim que até hoje não elegeram prefeitos e vereadores. Além do mais, por fôrça mesmo dessa inadequada estruturação jurídica, não possui nenhuma dessas unidades um conselho eleito pelas populações territoriais, a fim de colaborar com os governadores na solução dos problemas regionais, no exame de seus atos e na fiscalização da execução orçamentária. Se há o objetivo de preparar os Territórios Federais para a vida autônoma, a aceitação de tais sugestões viria proporcionar-lhes, desde já, o aparelhamento representativo necessário ao treinamento político com que tais entidades melhor se acomodariam à estrutura federativa da Nação.

Impõem-se, ainda, novas providências, no sentido de melhorar a estruturação administrativa dos Territórios; esta revisão legislativa, no entanto, somente agora pôde ser levada a efeito, graças a experiência adquirida com o funcionamento das administrações territoriais. Além de tudo, as medidas que se fazem necessárias resultam das próprias inovações da Constituição, como é o casopor exemplo, do art. 16, segundo o qual competirá às administrações territoriais arrecadar impostos idênticos aos dos Estados e que serão decretados pela União.

Disporão, assim, os Territórios, de novas fontes de receitas, independentes das dotações que o Govêrno federal lhes proporcione, e que já se mostram superiores à arrecadação de alguns Estados, conforme se poderá verificar pelo confronto com as arrecadações efetivamente realizadas no exercício de 1947.

Em 1948, as dotações e créditos especiais destinados aos Territórios Federais do Acre, do Amapá, do Guaporé e do Rio Branco, excluídas as despesas processadas através dos Ministérios, totalizaram cêrca de Cr\$ 156.230.000.00. Em 1949, apenas as dotações dessas entidades, exceto as do Território Federal de Fernando de Noronha, que está diretamente enquadrado no mecanismo administrativo do Ministério da Guerra, figuram no Orçamento Geral da União com aproximadamente Cr\$ 199.945.000.00. Mostramse, destarte, bastante generosos os quantitativos consignados aos Territórios Federais, principalmente em comparação com os dos

exercícios de 1946 e 1947, quando ultrapassaram, respectivamente, os globais de Cr\$ 102.700.000,00 e Cr\$ 101.510.000,00.

Dêsse modo, os auxílios que o Governo tem proporcionado aos Territórios Federais se exprimem na soma de mais de .... Cr\$ 560.385.000,00, que é a quanto montam as dotações e créditos de 1946 a 1949. Nem sempre, é certo, foram totalmente utilizados; mas, ainda que se descontem os não aproveitados, constituem recursos apreciáveis, desde que sensatamente aplicados, para que essas entidades possam desenvolver-se e prosperar, até atingir a auto-suficiência que haverá de transformá-las em unidades autônomas da Federação.

TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE

Em face dos recursos propiciados à administração acreana, no biênio de 1946-1947, concluíram-se importantes obras, de modo que, ao findar o exercício de 1948, se encontravam ultimados o Palácio Rio Branco e o Ginásio Acreano, o primeiro deixado em andamento desde 1928 pelos governos anteriores, bem como a imprensa oficial, a moderna estação de passageiros no aeroporto da capital, três grupos escolares e outros estabelecimentos de ensino, na realização de amplo programa de edificação escolar. No exercício de 1948, além de 14 obras concluídas, sete foram prosseguidas e outras se iniciaram. Dentre as realizações de vulto da administração acreana, cumpre-me destacar as que se referem à melhoria dos campos de pouso; abertura de estradas de penetração para o seringal Emprêsa; rodovia Rio-Branco-Abunã e loteamento de terras de domínio da União. Numa experiência exemplar de colonização na Amazônia, a administração do Acre distribuiu terras a colonos com o fim de favorecer o povoamento adequado de região inteiramente caracterizada pelo regime de economia extrativista, baseado nas grandes propriedades improdutivas. Não descuidou, por outro lado, a administração do Território Federal do Acre, dos problemas da economia regional, tendo providenciado. nesse sentido, sôbre a melhoria das condições de transporte, substituição dos processos de preparo da borracha pelo emprêgo de um sistema de laminação, cujos resultados já foram comprovados pela ındústria nacional, e realizações outras no campo da pecuária e da agricultura.

As despesas com a manutenção do Território Federal do Amapá, de 1946 a 1949, foram superiores a CrS 134.351.000.00. Dêsse global de quatro anos, as dotações para 1949 perfazem . . . . CrS 50.782.370,00, contando, assim, o Território Federal do Amapá, para o presente exercício, com recursos superiores às receitas efetivamente arrecadadas pelos Estados de Mato Grosso e Piauí e pouco menor que as do Rio Grande do Norte e Sergipe, respectivamente, conforme os balanços de 1947.

TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

Diante dêsses recursos, progride uma região que, antes de ser transformada em Território, jazia inteiramente esquecida dos poderes públicos.

Desenvolve-se no Território Federal do Amapá, unidade das mais favorecidas pela situação geográfica e facilidade de transportes, um trabalho administrativo que visa solucionar problemas de educação, saúde, obras públicas e de municipalismo.

A Divisão de Obras do Amapá construiu 102 quilômetros de estradas e 45 prédios e pavilhões. Das 58 escolas criadas em 1943, — quatro grupos escolares, 15 escolas rurais, uma escola profissional e um jardim de infância já possuem edifícios próprios. Salientam-se ainda outros empreendimentos de monta, particularmente no setor da saúde pública.

O Território Federal do Rio Branco disporá em 1949 de um total de dotações de Cr\$ 42.353.820,00, quase igual ao da receita estadual do Estado de Piauí, em 1947, e superior à do Estado de Mato Grosso nesse mesmo ano.

TERRITÓRIO-FEDERAL DO RIO BRANCO-

O Território Federal do Rio Branco é a única unidade que difere, em virtude de sua fisiografía e de seu regime econômico, das que se enquadram na região amazônica. Na sua extensa superfície, quase igual à do Estado de São Paulo, apenas uma porção do baixo Rio Branco pertence à hiléia. A parte restante de sua área constitui, porém, um espaço que representa, de fato, verdadeiro contraste geográfico com a vastidão equatorial, assinalando pastagens despovoadas e elevações montanhosas que gradativamente se alteiam até culminar no Roraima.

As populações rio-branquenses se concentram, na maior parte, em campos gerais e na região montanhosa, entregues à faina de uma pecuária rotineira, que cada ano sofre maiores desfalques, mercê dos métodos empíricos de criação, das matanças descontroladas e da falta de assistência técnica. Em determinadas épocas,

as atividades de considerável parte dos habitantes da região são desviadas para a exploração da indústria diamantífera, que também obedece aos mais rudimentares processos.

Nessa imensa e ainda pouco conhecida área, há apenas dois núcleos de população dignos de registro: Boa Vista e Caracaraí. A despeito das dificuldades, espera-se que o Território venha a ser em breve orientado no sentido de maior rendimento econômico e administrativo, quando devidamente conhecido, e amadurecidos as iniciativas e os planos de trabalho.

Modificaram-se as condições de habitabilidade da capital rio-branquense, hoje ligada a Caracaraí por uma rodovia que representa a primeira etapa da execução de um plano de comunicações, cujas vias principais se orientam no sentido da costa atlântica, através dos campos gerais do Alto Rio Branco.

TERRITÓRIO FEDERAL DO GUAPORÉ Quanto ao Território Federal do Guaporé, as dotações em 1949 perfazem Cr\$ 46.750.940,00, sendo programa da administração construir, neste exercício, vários grupos residenciais e melhoramentos em Pôrto Velho e no interior. Concluiu a administração do Guaporé novo pôsto de puericultura e uma importante maternidade, com recursos fornecidos pelo Departamento Nacional da Criança e pela Legião Brasileira de Assistência. Das obras em andamento no exercício de 1948, destacam-se o edifício-sede da administração, o edifício-sede da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, um grupo escolar, um mercado público, um hotel e sete residências para funcionários.

O Território Federal do Guaporé já vinha experimentando, de há muito, os benéficos influxos de ação do Govêrno federal, desde que a União começou a investir apreciáveis recursos financeiros na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, cujos melhoramentos para 1949 já estão programados, contando-se a substituição de 30.000 dormentes e melhoria das estações de Pôrto Velho e Guajará-Mirim.

A exposição que acabo de fazer, nestes tópicos da política interna do país, demonstra que em nenhum outra época da história brasileira tantos recursos foram concentrados no soerguimento das áreas que constituem os Territórios Federais do Acre, do Amapá, do Guaporé e do Rio Branco, num total de mais de meio bilhão de cruzeiros, que é quanto representará a manutenção dos

Territórios, incluindo dotações e créditos especiais, no período de 1946 a 1949, conforme o seguinte quadro:

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E CRÉDITOS ESPECIAIS DISTRIBUÍDOS AOS TERRITÓRIOS FEDERAIS DE 1948 A 1949

(Em milhares de Cr\$).

#### TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE

VERBAS	1946	1947	1948	1949	TOTALS GERAIN
Pesseal. Material. Serv. Encarg. Obtas.	21.836 5.680 2.610 1.770	19.172 7.396 4.268 4.510	23.728 8,752 5,745 14.000	29.220 9,272 6.565 15,000	Ü
TOTAIS	31,896	35,347	52,225	69.057	179.524

### TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

VERBAS	1946	1947	1948	1949	Totais Gerais
Pessont. Material Serv. Encarg. Obras	7,402	9.672 6.520 1.415 3.500	13.061 9.455 1.755 14.700	19.805 12.126 2.536 16.322	
rotais	23.490	21.107	38.971	50.783	134.351

# TERRITÓRIO FEDERAL DO GUAPORÉ

VERBAS	1946	1947	1948	1949	TOTALA CERAIS
Pessoal Material Serv. Encarg. Obras.	13.208 4.996 300 5.200	13,224 5,471 365 3,000	16.535 5,157 815 13.300	22,210 6,620 1,170 16,750	,
TOTAIS	23.614	22.069	35.807	46.750	. 128.23

### TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO

VERBAS	1946	1947	1948	1949	Totals Gerais
Pessoal Material Serv. Encarg. Obras.	10,300 700	11.513 7,182 805 4,500	12.171 6.980 1.075 9,000	17.895 7,748 1,210 15.500	
TOTAIS	23,700	23,000	29,226	42.353	118.279

(Quinhentos e sessenta milhões e trezentos e citenta e cinco mil cruzeiros).

POLÍTICA EXTERNA

## PERSPECTIVA DE TRES ANOS DE GOVERNO

## ATUAÇÃO DO BRASIL NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

II E III ASSEMBLÉIAS GERAIS DAS NAÇÕES UNIDAS

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

IX CONFERÊNCIA INTERNACIONAL AMERICANA ----CONFERÊNCIA DE BOGOTÁ

# RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RECONHECIMENTO DE GOVERNOS

NICARÁGUA

ÍNDIA

ESTADO DE ISRAEL

PROTEÇÃO DE INTERESSES BRASILEIROS NO EXTERIOR UNIÃO SOVIÉTICA

PROTEÇÃO DE INTERESSES ESTRANGEIROS NO BRASIL FRONTEIRAS

VENEZ UELA

BOLÍVIA

PARAGUAI

URUGUAI

#### ARBITRAGEM

TRATADO ENTRE O BRASIL E O URUGUAI

#### ASSUNTOS MILITARES

ACÓRDO COM A MISSÃO MILITAR DO BRASIL NO PARAGUAI CURSO SÔBRE OPERAÇÕES COMBINADAS REPARAÇÕES DE GUERRA

## VISITANTES ILUSTRES

GOVERNADOR-GERAL DO CANADÁ PRESIDENTE DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI MINISTROS DE ESTADO ESTRANGEIROS

# INTERCAMBIO CULTURAL

CONVENIOS CULTURAIS

LÍBANO

FRANÇA

PORTUGAL

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

INSTITUTOS DE CULTURA BRASILEIRA NO EXTERIOR

MISSÃO CIENTÍFICA NO PARAGUAI

MISSÃO CULTURAL AO URUGUAI

SUBVENÇÕES A INSTITUTOS E SOCIEDADES CULTURAIS

# COOPERAÇÃO ECONÔMICA

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE COMÉRCIO E EMPRÉGO

ACORDOS

OBRAS EM ANDAMENTO

ESTRADA DE FERRO CORUMBÁ-SANTA CRUZ DE LA SIERRA

Desde que assumi o Govêrno em 1946, a política exterior do PERSPECTI-Brasil, ainda que sujeita a vicissitudes e crises internacionais, vem-se mantendo adstrita às linhas gerais de nossa tradição diplomática. E' ela patrimônio de apreciável riqueza que nos cumpre resguardar, pois o Brasil pode orgulhar-se de sua fidelidade aos melhores padrões de moralidade internacional. Nunca foi outro o empenho do nosso Govêrno, nem creio que outro haja mais acertado.

ANOS DE GO-YERNO

Igualdade entre Estados, preferência pela arbitragem como processo pacífico para a solução de conflitos, permanente esfôrço no sentido de ampliar e aperfeiçoar o entendimento entre os povos, -- eis alguns desses princípios que nos têm orientado no último triênio, a exemplo da inspiração que nos traz o passado. Daí a nunca interrompida cordialidade de nossas relações com a Comunidade pan-americana, que consigno desvanecidamente, assim como a atuação que vimos tendo, ativa, embora discretamente, na esfera extracontinental.

Lançando o olhar sôbre passado mais recente, desde quando se îniciaram os trabalhos para tornar realidade a Carta Constitucional de 1946, vereis que, em 1948, se estenderam e melhor caracterizaram essas diretrizes, já arraigadas aliás no espírito nscional.

Nesse ano, a vitória recente dos Aliados deu-nos ensejo a que reconhecêssemos os novos governos da Austria, da Iugoslávia, bem como a independência do Reino Haximita da Transjordânia e a da República das Filipinas.

Sendo o único país latino-americano convidado a participar da Conferência da Paz, que se reuniu em Paris a fim de elaborar os tratados de paz com a Itália, a Romênia, a Hungria e a Finlândia, o Brasil só participou daquele primeiro tratado e defendeu ali o pento de vista de que o acôrdo com a Itália fôsse feito em bases equânimes. Este gesto logrou apoio de numerosos países e repercutiu favoràvelmente na opinião pública nacional.

Ainda nessa Conferência, a Delegação brasileira advogou, a propósito da questão da maioria de 2/3 para as deliberações, o

princípio da igualdade jurídica entre os Estados, que sempre constituíra aspiração da política externa e da doutrina nacionais.

No Conselho de Segurança das Nações Unidas, batemo-nos pelo princípio da universalidade da O.N.U. e, consequentemente, pela admissão de todos os países que se candidatassem a membros dessa Organização, contanto que preenchessem as estipulações previstas pela Carta que lhe rege a existência.

Apresentamos também, à União Pan-Americana, o projeto de Pacto do sistema pan-americano, em harmonia com o que se decidiu na Conferência do México; e, porque a Cidade do Rio de Janeiro fôsse escolhida sede da Conferência Interamericana, destinada a dar forma de tratado aos princípios que se contêm na Resolução VIII do Ato de Chapultepeque, o Governo brasileiro envidou os esforços necessários para que, no ano seguinte, fôsse realizada, em condições favoráveis, a Conferência de Petrópolis.

Num círculo menos amplo, o das relações do Brasil com os países lindeiros, vários empreendimentos revelaram o invariável esfôrço construtivo de nossa política externa: a Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra atingiu Roboré (km 250), ficando a terraplenagem concluída até São José (km 385); a Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudos de Petróleo terminou os estudos geológicos da zona petrolífera da região subandina beliviana, em tôrno de Santa Cruz; foram levados a bom têrmo trabalhos de delimitação de fronteiras com a Venezuela e aprovados pela Comissão Boliviana os da 2.ª Divisão Demarcadora; realizou-se a entrega das partes brasileira e uruguaia da praça internacional, respectivamente, à Prefeitura de Santana do Livramento e à Intendência de Rivera; prosseguiu a liquidação de contas relativas à construção da ponte internacional Brasil-Argentina; o próprio território brasileiro recebeu benefícios da atuação externa do Govêrno, ao criar-se o Instituto da Hiléia Amazônica.

Em 1947, teve o Brasil ensejo de salientar-se no plano extracontinental, graças à presidência da Assembléia extraordinária das Nações Unidas, reunida para o exame das questões da Palestina; nesse pôsto, tivemos oportunidade de reafirmar princípios tradicionais nossos, que receberam calorosa aprovação.

Na 2.ª Assembléia-Geral da mesma Organização, criada a Comissão especial balcânica, para observar o cumprimento, por parte do Grécia, da Iugoslávia, da Albânia e da Bulgária, das recomendações destinadas a solver a crise nos Balcãs, fomos honrados com

a indicação do Brasil para membro da comissão, o que foi aceito pelo nosso Govêrno.

No hemisfério, a atuação brasileira fêz-se ainda sentir, com relêvo, principalmente, na Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente, da qual o chefe de nossa Delegação foi aclamado presidente. Lançaram-se, então, as bases definitivas do atual sistema interamericano de relações entre os Estados, e fixaram-se medidas a tomar, tanto no caso de agressão de Estado americano por potência não pertencente ao sistema, como também no de agressão partida de dentro do Continente.

A Estrada de Ferro Brasil-Bolívia atingiu San José de Chiquitos, iniciando-se a seguir a construção do último trecho, entre São José e Santa Cruz. Determinou-se a revisão dos estudos do plano da Estrada de Ferro Vila Vila-Santa Cruz, último elo da transcontinental Santos-Arica.

O Govêrno brasileiro serviu ainda de mediador oficioso na guerra civil paraguaia, porfiando, destarte, por expandir o espírito de conciliação que sempre pautou a sua ação.

E, na demarcação de nossa fronteira, quer com a Venezuela, quer com a Bolívia, fizeram-se reconhecimentos aéreos das linhas geodéticas, de modo a facilitar a ultimação da tarefa, com o prosseguimento ininterrupto dos trabalhos.

Inaugurou-se a ponte internacional sôbre o rio Uruguai na fronteira argentina, sendo assinado o convênio para a construção da que ligará as margens do Quaraim, nos limites com a República Oriental do Uruguai. Por ocasião da inauguração da primeira dessas pontes, encontrei-me, na fronteira, com o Presidente da República Argentina, e que logrou a melhor repercussão na imprensa e na opinião pública do país. Na assinatura do convênio para a construção da segunda, tive ensejo de avistar-me novamente com e saudoso Presidente Berreta, outro chefe de govêrno de nação vizinha e amíga.

No balanço de nossas atividades no campo internacional, em 1947, foi ainda de assinalar um registro: a despeito dos esforços tendentes a diminuir a desagradável situação criada para o Brasil e para os brasileiros, pela imprensa governamental de Moscou, rompemos relações com o Govêrno da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, dada a recusa, em que perseverou, de oferecer as inde-

clináveis satisfações, a que tínhamos direito, pelas ofensas irrogadas ao nosso país.

Se procurássemos fixar as linhas mestras de 1948, na esfera internacional, teríamos de assinalar a generalização das atitudes de resistência ao Kremlim; a IX Conferência Interamericana, realizada em Bogotá; e, finalmente, a Assembléia-Geral das Nações Unidas, recentemente reunida em Paris. Tais foram, em verdade, os mais importantes frutos que se colheram de tudo quanto os anos anteriores haviam preparado.

O fato marcante foi, sem dúvida, a inequívoca e áspera dissensão que vem agravando as relações entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (acompanhada por governos mantidos em sua órbita de influência) e as potências ocidentais, defensoras dos princípios democráticos de govêrno. Esse desentendimento tem servido para ilustrar a estreita correlação entre as políticas externa e interna das nações, fato que por muitos continua ainda a ser imprudentemente relegado a segundo plano. Propugnando pelos meios pacíficos para a solução de controvérsias, e assegurando seu integral apoio a quaisquer sugestões sinceras que tendam a consolidar a paz mundial, - o Brasil tem-no feito, autorizadamente, desde que se integra, com firmeza, entre as nações que seguem o padrão democrático no ordenamento das instituições internas. Não podia deixar de assim proceder, dado que continua a cingir-se aos mesmos princípios que lhe presidiram a independência e a constituição como Estado. Sua atuação em meio à comunidade internacional é, pois, natural reflexo de sua vida interna.

Para melhor sistematização das atividades da nossa política exterior em 1948, aqui se expõe o que de mais relevante importa registrar.

ATUAÇÃO
DO BRASIL
NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Estamos, cada vez mais, ligados à Organização das Nações Unidas e à Organização dos Estados Americanos, que, através de órgãos e agências especializadas, estudam assuntos políticos, econômicos e sociais, transformando o trabalho em resoluções e recomendações, encaminhadas então aos Estados-membros que as integram.

Filiado a êsses organismos internacionais, o Brasil nêles se tem feito representar por intermédio de delegações permanentes, que lhe têm granjeado significativas provas de acatamento e confiança, em virtude de sua equilibrada e judiciosa atuação. Inaugurou-se a 16 de abril de 1948, em Flushing Meadows, a II sessão especial da Assembléia-Geral, a fim de examinar o problema do Govêrno da Palestina, havendo-se criado um comitê provisório, com a finalidade de atender às questões que acaso surgissem entre a II e a III sessões regulares da Assembléia-Geral.

De 21 de setembro a 12 de dezembro último, realizou-se em Paris a III Assembléia-Geral, que foi presidida pelo Chefe da Delegação da Austrália e congregou 58 delegações.

Setenta e uma questões integravam o temário da Conferência, nenhuma delas proposta pelo Brasil ou do seu direto interêsse. Ainda assim, foram tôdas examinadas e estudadas com atenção, já pela sessão especializada do Itamarati, já pela nossa Delegação junto à referida Assembléia.

Representado o Brasil nas seis comissões que se incumbiram de examinar as matérias da ordem do dia, foi apreciável o esfôrço que desenvolveram os delegados brasileiros e seus assessõres, sob a orientação e chefia direta do Ministro das Relações Exteriores. Intervieram nos debates, com regularidade e segurança, obedientes sempre àquela tradição que informa a nossa política exterior. Atuando coordenadamente, alcançamos para o país o respeito das demais delegações, o que nos granjecu espontâneas provas de confiança. Foi, sobretudo, no seio das diversas comissões que frutificaram amplamente os esforços brasileiros, ora pela aceitação de propostas e sugestões, ora por terem sido designades os nossos delegados para integrar comitês e subcomitês especiais, ora pela eleição do Brasil para membro componente da Comissão de Codificação do Direito Internacional.

Teve ensejo o Brasil de ser o primeiro a pronunciar-se em sessão plenária, por intermédio do discurso do Chefe da Delegação, a favor da mediação como solução única para resolver, no momento, os problemas relativos à paz e outros que tanto preocupam a humanidade, como o caso da Alemanha. Foi esta uma iniciativa que despertou vivo interêsse, vindo a assumir forma concreta no seio do Conselho de Segurança e aplicando-se à solução do caso de Berlim, com a mediação dos neutros. Aproveitada pelo Chefe da Delegação mexicana, logramos encontrar uma fórmula que talvez constitua, no futuro, ponto de partida para a solução pacífica de conflitos internacionais.

Não é lícito, contudo, desconhecer que a obra da O.N.U. padece visceralmente das divergências surgidas entre as demo-

organização das nações unidas

II e III Assembléias Gerais das Nações Unidas cracias ocidentais e a União Soviética, o que explica o ambiente de suspicácia em que se discutem os problemas políticos, que lhe são submetidos. Desarmamento, fiscalização da energia atômica casos da Palestina, de Berlim, da Coréia e da Grécia, — todos êsses problemas provocaram longas discussões, que apenas serviram para evidenciar o antagonismo menos de duas políticas que o de inconciliáveis concepções de vida. A U.R.S.S., que com os seus aderentes não dispõe de maioria nos Conselhos da O.N.U., vem empregando reiteradamente um sistema de obstrução pelo qual, não conseguindo impor as próprias idéias, impede, pelo menos, a vitória das alheias. E' precisamente no Conselho de Segurança que os delegados russos se excedem no uso do direito de veto, agravando a precariedade de um organismo estruturado sôbre o acôrdo comum.

Já por ocasião da Conferência de São Francisco, quando se discutiu a Carta das Nações Unidas, o Brasil expôs o seu ponto de vista sôbre o direito de veto concedido às grandes potências. Frisamos, então, quanto êle contrariava o princípio jurídico de igualdade das Nações, que sempre nos empenhamos por conservar na sua intangibilidade. Cedemos, no entanto, pela fôrça das circunstâncias, para não protelar os trabalhos da Conferência, insistindo em que ficasse ressalvada a possibilidade de revisão da Carta. Assistimos agora à comprovação de que o ponto de vista brasileiro era o único justo, ainda que não tivéssemos fôrças para impô-io. Talvez porque aquêle princípio fôsse esquecido, nada de fundamental se chegou, desgraçadamente, a objetivar, até hoje, constituindo o veto uma arma política de excepcional vantagem para os soviéticos e únicamente para êles.

A despeito dos louváveis esforços realizados pelos neutros no Conselho de Segurança, não foi possível, por isso mesmo, resolver o caso de Berlim, consumando-se a cisão entre as partes litigantes, pela criação de municipalidade dissidente na zona soviética.

Nos debates sôbre os assuntos conexos com o desarmamento e utilização da bomba atômica, revelaram-se, desde o início, irredutíveis os pontos de vista sustentados pelos norte-americanos e soviéticos: preconizava-se, de um lado, o contrôle internacional da energia atômica, enquanto exigia a U.R.S.S., preliminarmente, a destruição das bombas existentes. Adotou então a Assembléía uma resolução anódina e sem valor prático, recomendando às grandes potências uma reunião, a fim de que se encontrasse fórmula satisfatória. Essa questão foi versada pelo Delegado bra-

sileiro em harmonia com o ponto de vista do país; manifestamo-nos, então, a favor da criação do órgão de contrôle proposto pela Comissão de Energia Atômica, introduzindo, no entanto, reivindicações a respeito de certos pontos específicos, que desejaríamos consignados no Tratado, se acaso viesse a ser assinado.

Quanto à proposta soviética de desarmamento, a concretizar-se na destruição de 1/3 dos armamentos atuais, não tardou que a maioria da Assembléia demonstrasse, infelizmente em debates acrimoniosos, que a proposta soviética era um engôdo que a ninguém iludia, destinando-se tão-sòmente a fins de propaganda.

Discutiu-se a questão da Palestina sob a penosa impressão causada pelo trágico assassínio do emissário da Organização, cujo plano de partilha foi abandonado para que prevalecesse outro, de origem anglo-americana. A formação do novo Estado sofreu, assim, desde os primeiros dias, sérias vicissitudes, que não permitiram se fixassem bases de acôrdo concreto, embora a princípio coincidissem os pontos de vista esposados pelos norte-americanos e soviéticos, o que era animadora promessa de solução.

No debate geral, acentuou o Delegado brasileiro que o caminho para resultados profícuos estaria em uma fórmula que combinasse os seguintes processos: 1, negociação entre as partes; 2, mediação de organismo conciliador; e, 3, contrôle das Nações Unidas. Defendemos ainda a idéia de um estatuto especial para Jerusalém e para os Lugares Santos, os quais ficariam sob a proteção das Nações Unidas. Formulou-se, em conseqüência, uma Resolução, que a Assembléia-Geral finalmente aprovou, incorporando êsses pontos básicos, defendidos pela Delegação brasileira na Comissão política. Ainda assim, perduravam as dissensões, parecendo, em certo momento, que nunca se chegaria a qualquer solução, quando acontecimentos ulteriores vieram prepará-la de maneira satisfatória: a mediação das Nações Unidas conseguiu estabelecer um armistício e isto deixa pressagiar uma solução pacífica do problema.

Também não foram promissores os debates sôbre o caso da Grécia. Uma resolução, de reduzido alcance prático, convidou os vizinhos do país em luta a cessarem a assistência prestada às facções antagônicas, confirmando em suas atribuições de inquérito e conciliação a Comissão Balcânica. Integrando a referida Comissão, o Brasil votou a favor da prorrogação, por um ano, do mandato que à mesma havia sido conferido.

A discussão do caso da Grécia foi adiada para a segunda fase dos trabalhos da III Assembléia, a qual se reunirá em Nova Iorque, em 1.º de abril próximo, e igual decisão se tomou relativamente ao problema das colônias italianas em território africano, notadamente no tocante ao destino a ser dado à Tripolitânia. A Delegação brasileira advogou a tese de que a Itália deveria ser mantida na região como mandatária da O.N.U., pois, mesmo depois da guerra, ainda ali se conservam 45.000 colonos italianos. Ésse ponto de vista foi comunicado às principais delegações e com elas discutido, sendo significativa a ratificação que lhe concedeu a maioτία das delegações latino-americanas. Nossa atitude, aliás, já estava firmada desde a Conferência da Paz. Por isto mesmo, reiteramo-la em Londres, perante os Ministros do Exterior das quatro principais potências que combateram a Itália. Esforçou-se o Govêrno brasileiro, nessa questão, por manter a linha de coerência que o seu primeiro pronunciamento lhe impunha, e o fêz com autoridade tanto maior quanto é certo não defendia quaisquer interêsses subjacentes, agindo apenas em homenagem à contribuição que a Itália prestou ao progresso dos países americanos e à cultura universal.

Em relação à Espanha, a Delegação brasileira redigiu e fêz circular uma proposta, segundo a qual, sem modificar as declarações aprovadas em 1946, quanto ao atual regime político vigente naquele país, a Assembléia deixaria a cada membro a liberdade de se representar diplomàticamente em Madri, se o julgasse conveniente. Partilham dêste ponto de vista muitos países latino-americanos e alguns não-americanos, justificando-se êle com a alegação de que a observância da Resolução de 1946, inócua para abalar a situação dominante em Espanha, tem causado prejuízo aos governos que lealmente se conformaram com ela, como é o caso do Brasil.

Finalmente, no que diz respeito à participação de novos membros na Organização das Nações Unidas, a União Soviética tem vetado, sistemàticamente, a entrada de Estados, como Portugal, Itália, Irlanda e Ceilão, que apresentam todos os títulos ao deferimento de suas aspirações. Na Assembléia de 1947, o Delegado soviético, porém, estranhamente condicionou a modificação de sua atítude à entrada da Bulgária, da Romênia, da Hungria, e da Mongólia Exterior. Fortalecidas por um parecer consultivo da Côrte Internacional de Justiça, que declara não ser lícito a qualquer membro das Nações Unidas subordinar a admissão de um Estado a condições outras que não as previstas no art. 4.º, algumas dele-

gações submeteram à Assembléia um projeto de resolução, pelo qual se considerariam ipso facto propostos à Assembléia, para a admissão na Organização, os Estados que obtivessem sete votos favoráveis no Conselho de Segurança. A êste ponto de vista não pôde aderir a Delegação do Brasil por motivo de ordem estatutária.

Foram mais auspiciosos do que no campo político os frutos dos trabalhos realizados pelos organismos técnicos e especializados da O.N.U. Registraram-se reais progressos nas atividades da 2.º Comissão Econômica e Financeira, — onde o Delegado brasileiro encareceu a necessidade de adotar-se critério equilibrado e universalista, em substituição à política de prioridades, até agora observada pelo Banco Internacional. Tal critério poderia, no seu entender, ser reforçado, embora parcialmente, por meio de auxílios técnicos, que a O.N.U. prestaria aos países cujo desenvolvimento econômico fôsse incipiente e necessitasse de maior estímulo. Na reunião conjunta das Comissões Econômica e Social, o Delegado brasileiro secundou uma proposta hindu, que autorizava a se reunirem duas vêzes, em 1949, as Comissões econômicas especiais para a Ásia e para a América Latina.

Essa atitude do Delegado brasileiro obedeceu à orientação, sempre seguida pela nossa Delegação, de preservar o equilíbrio entre as atividades regionais, ao mesmo tempo que marcou uma reação contra o caráter centrípeto das atividades européias da O.N.U.

Discutiu-se, outrossim, na 2.ª e na 3.ª Comissões, a questão do socorro a ser dado aos refugiados da Palestina numa base de US\$ 29.500.000, até 31 de agôsto de 1949. Atentos a essas condições, os Delegados brasileiros advogaram o princípio de que se deveria conceder o auxílio em base voluntária, e acrescentaram que o Brasil teria de proporcionar a sua contribuição ao que lhe fôsse possível.

As duas iniciativas, que vêm sendo apontadas como vitórias indiscutíveis, alcançadas pela III Assembléia-Geral, foram a aprovação da nova Declaração dos Direitos Fundamentais do Homem e a adoção da Convenção para a repressão do genocídio, isto e, a exterminação de uma comunidade nacional, racial ou religiosa. Cumpre atentar, porém, em que a Declaração dos Direitos Fundamentais do Homem só terá fôrça obrigatória quando os princípios, que nela se enunciam, se incorporarem a tôdas as Constituições dos membros da Organização. A contribuição que o Delegado brasileiro prestou à 6.º Comissão (Assuntos Jurídicos), incumbida de

estudar a questão do genocidio, foi altamente apreciada, tendo êle sido eleito Presidente e Relator do Comitê de Redação da Convenção sôbre essa matéria.

Na 4.ª Comissão, encarregada do exame das informações sôbre a administração de territórios não-autônomos e do Relatório do Conselho de Tutela, teve o Brasil papel relevante, por isto que foi escolhido para fazer parte do comitê ad-hoc da Comissão de Tutela. Nos trabalhos dessa Comissão, evidenciou-se o progresso que vem realizando a O.N.U. relativamente à nova concepção do colonialismo, com a qual se visa à futura emancipação dos territórios ainda não incorporados à comunidade internacional.

Na 5.ª Comissão (Administrativa e Orçamentária), desenvolveu o Brasil grande atividade, tendo sido também eleito seu relator o representante brasileiro, que acumula as funções de membro do Comitê Consultivo das Nações Unidas em assuntos financeiros e administrativos.

Nada obstante a escassez de providências de efetivo alcance prático, tomadas até agora pela O.N.U. com referência às questões políticas, não há como negar a utilidade, embora à primeira vista imponderável, dos encontros internacionais que periòdicamente se têm realizado. Vêm a propósito, à guisa de conclusão, algumas reflexões a respeito.

Demonstrou a III Assembléia, uma vez mais, que depende em grande parte de Moscou a paz universal. Acertadamente, portanto, assinalou o Chefe da Delegação belga que muito pouco bastaria para que o mundo se libertasse do mêdo que o vem paralisando em sua obra de reconstrução: seria suficiente que a U.R. S.S. praticasse um só ato, provando, de forma positiva, o seu desejo de paz e o de colaboração internacional. Mas não fêz ela um gesto sequer na reunião de Paris. Tardiamente, ante as ameacas que se acumulam, é que as potências ocidentais começaram a compreender a necessidade de se unirem. Esse novo estado de espírito é a causa da criação da Comissão Militar da União Ocidental. deliberado pelo Pacto dos Seis, em Bruxelas. Eis por que não deixa de ser grato o registro de que, concomitantemente com a III Assembléia, se avistaram em Paris os Ministros da Defesa dos cinco países em causa, com a colaboração de um Delegado norte-americano, a fim de examinarem a questão do financiamento do programa de rearmamento e das garantias territoriais.

A organização da defesa ocidental parece, portanto, que passou a trilhar caminho mais realista, e o mesmo se poderá dizer do acôrdo entre as potências ocidentais: Inglaterra, França, Bélgica e Itália. Vai-se, destarte, delineando uma Internacional da Paz e da Liberdade, que cuida de preparar também as armas de sua política, pois hoje, como em 1939, constitui séria ameaça o desequilíbrio das fôrças.

Convém, finalmente, registrar que, pela primeira vez, na Assembléia-Geral de 1948, a quinta-coluna comunista foi apontada como complemento do potencial bélico da U.R.S.S., tendo cabido ainda ao Chefe do Govêrno belga, em discurso que pronunciou em sessão plenária, o ressaltar com desassombro o perigo dessa quinta-coluna, "que busca enfraquecer e desmoronar o esfôrço comum de reconstrução". Não menos incisivo foi o pronunciamento do Ministro do Exterior da Grã-Bretanha, que, com a autoridade de representante de um Govêrno trabalhista, não hesitou em tornar clara a análise da situação internacional, dirigindo-se ao Delegado russo para indagar-lhe se o seu Govêrno, "fiel ao dogma de Lenine, continuava a crer na impossibilidade de acôrdo duradouro com os Estados capitalistas". Se assim fôsse, concluiu, "só se poderá falar de trégua, porém não de paz"!

Na verdade, nessa guerra fria, que separa o mundo em dois campos inimigos, tôdas as armas não-sangrentas (propaganda, quinta-coluna, greves, manobras de intimidação) entram em linha de combate e são manipuladas com suma habilidade e apurada técnica. Já se tornou mesmo evidente, tanto aqui como no exterior, a solicitude hábil dessa quinta-coluna, que, mercê dos partidos comunistas, atua dedicadamente a serviço dos soviéticos, sempre que êles se propõem estender sua ação ou seu domínio a determinados países. O programa desenvolvido pelo Kremlim nos países da Europa oriental esclarece também o papel dos partidos comunistas locais, cuja ação, bem delineada, orientada e dirigida pelo Politburo, permitiu a conquista, sem resistência, numa atmosfera de quase apatia, de quantos acreditaram na proteção moscovita.

A recente Assembléia-Geral da O.N.U. deixou patente, com eteito, a interdependência das políticas externa e interna: a ordem internacional pressupõe a ordem nacional; no mais rigoroso sentido do têrmo, são co-extensivas. E uma das conclusões fecundas, decorrentes dos debates realizados em Paris, é a de que a guerra hodierna não sacrifica apenas os combatentes, mas atinge também os civis, e que, portanto, a pátria não deve ser defendida unicamente pelas armas. A experiência da última década fêz com que avultasse a guerra ideológica e nos aconselha que a preparação

militar seja reforçada e completada pelo esclarecimento preventivo de tôda a população.

organização

dos estados

Americanos

IX Conferência Internacional

Americana—

Conferência

de Bogotá

A IX Conferência Internacional Americana, realizada em Bogotá em março de 1948, transformou fundamentalmente a antiga União Pan-Americana, ao tomar a deliberação de dar aos povos da América a Carta da Organização dos Estados Americanos.

Logo que se inaugurou a Conferência, foram seus trabalhos perturbados pelos acontecimentos de caráter político aparentemente interno, que tão larga e penosa impressão deixaram na consciência dos povos americanos. A despeito dessa desorientação inicial, prosseguiram êles durante todo o mês de abril, sendo satisfatórios os resultados recolhidos.

A reunião de Bogotá assinala com efeito a culminância da cvolução da política exterior do Hemisfério, no sentido de ser criado um sistema harmonioso de convivência entre as nações americanas. Juntamente com o Tratado do Rio de Janeiro, de 1947, os atos emanados da IX Conferência deram sistema e consolidação à obra, até certo ponto fragmentária, do interamericanismo.

Dêsses atos, os mais importantes são a Carta da Organização dos Estados Americanos, o Tratado sôbre Soluções Pacíficas das Controvérsias e o Convênio Econômico.

As discussões sôbre a Carta basearam-se no projeto definitivo de Pacto Constitutivo, sendo grato lembrar que foi tomado em consideração, entre outros, o anteprojeto do Govêrno do Brasil.

A Organização dos Estados Americanos passou a constituir uma entidade dentro da Organização das Nações Unidas, com o propósito de instaurar uma ordem de paz e de justiça que, por intermédio de diferentes órgãos, favoreça a solidariedade e a colaboração interamericanas, defendendo ainda a soberania, a integridade territorial e a independência dos países do novo continente.

Os órgãos componentes désse Sistema Interamericano são os seguintes:

- 1) Conferência Interamericana, órgão da O.E.A., que se deve reunir de cinco em cinco anos;
- 2) Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores, órgão de consulta, que pode ser convocado para assuntos de natureza urgente, que apresentem interêsse comum;
- 3) Conselho, composto de um representante de cada Estadomembro, responsável pelo cumprimento das funções atribuídas à

União Pan-Americana, através de três outros Conselhos: Econômico e Social, de Jurisconsultos e Cultural;

- União Pan-Americana, órgão central e permanente, e Secretaria-Geral da Organização;
- 5) Conferência Especializada, para tratar de assuntos técnicos especiais; e
- 6) Organismos Especializados, órgãos intergovernamentais, estabelecidos por acôrdos multilaterais que tenham determinadas funções em matérias técnicas de interêsse comum para os Estados Americanos.

A Carta da Organização dos Estados Americanos estabelece. pois, os propósitos e deveres fundamentais dos Estados e as normas para sua segurança coletiva, regulamentando, como já foi registrado, os órgãos que estruturam o sistema.

Na elaboração do Tratado sôbre as Soluções Pacíficas das Controvérsias (Pacto de Bogotá), teve o Brasil atuação do maior relêvo, graças à adoção do princípio de arbitragem obrigatória, propugnado por nossa Delegação.

O Convênio Econômico de Bogotá é uma síntese das aspirações comuns de desenvolvimento, de progresso e de civilização das nações americanas, destinado a ser complementado pelos trabalhos de uma Conferência Especializada, que se reunirá em futuro próximo.

Tomaram-se outras resoluções, também importantes, na Conferência de Bogotá. Assim, pela primeira vez na história, uma associação de Estados soberanos proclamou uma Declaração dos Direitos e Deveres do Homem. Deliberou-se, também, sôbre o reconhecimento dos governos de fato, a defesa da democracia e o problema da existência de colônias européias na América, o que torna essa Conferência uma das reuniões mais ricas e fecundas dentre as que, até hoje, se promoveram em solo americano.

Ao nomear a Delegação do país à Conferência, teve o Govêrno o cuidado de selecionar valores que não representassem apenas o Poder Executivo. Eis por que, embora sob a presidência de um Embaixador, antigo e experimentado Ministro das Relações Exteriores, foi ela também integrada por eminentes parlamentares o iornalistas de indiscutida autoridade perante a opinião pública.

Merecem ainda registro especial alguns fatos importantes no âmbito de nossa política externa, durante o ano que vem de findar. Reconhecimento de novos governos, fixação de fronteiras, proteção

relações Interna-Cionais de nossos interêsses no estrangeiro, visitas de Chefes de Estado e de personalidades ilustres, são ocorrências ou medidas que servem para caracterizar a posição do Brasil em meio à comunidade das nações.

RECONHECI-MENTO DE GOVERNOS Nicarágua O Govêrno que logrou estabelecer-se na Nicarágua, depois da queda do Presidente eleito, tinha revelado, em abril de 1948, condições de estabilidade que permitiram a sua participação na Conferência de Bogotá. Aliás, nessa mesma reunião, foi aprovada uma resolução sôbre o reconhecimento de governos de fato, em que se expressava o desejo de serem mantidas relações diplomáticas entre os países americanos, independentemente do regime que nos mesmos prevalecesse. Isto pôsto, o Govêrno brasileiro decidiu reconhecer o da Nicarágua e, nesse sentido, a 26 de maio, foram expedidas instruções à Legação em Costa Rica, para comunicar oficialmente ao Govêrno da Manágua essa resolução, graças à qual se reataram as relações diplomáticas entre as duas Repúblicas. Como conseqüência, o representante do Govêrno da Nicarágua assinou, a 15 de outubro, no Itamarati, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, celebrado em 1947.

India

Reconhecemos também o novo Govêrno da India, que já manifestara a intenção de estabelecer representação diplomática no Brasil. Foi publicada simultâneamente, no Rio de Janeiro, em Washington e em Nova Delhi, a criação de Legações de ambos os países, nas respectivas capitais.

Recentemente o Govêrno da India manifestou à Delegação do Brasil junto à Assembléia-Geral da O.N.U., em Paris, sua intenção de elevar à categoria de Embaixada a Missão Diplomática no Rio de Janeiro. Atendendo ao critério de reciprocidade, à importância da India na Organização das Nações Unidas e à necessidade de desenvolver as relações de ordem política e econômica com o grande país asiático, o Govêrno brasileiro decidiu também elevar à categoria de Embaixada a Legação criada em Nova Delhi, sendo, nesse sentido, expedido o Decreto n.º 25.668, de 15 de outubro de 1948.

Os dois Governos fizeram publicar no mesmo dia, no Rio de Janeiro e em Nova Delhi, a comunicação oficial do fato.

Estado de Israel O Govêrno brasileiro só veio a reconhecer o Estado de Israel em fevereiro dêste ano, porque esperou, para pronunciar-se a respeito, que a luta entre árabes e judeus houvesse terminado e as

fronteiras do novo Estado apresentassem melhor definição. Na verdade, para a existência de um Estado, considera-se geralmente indispensável que os seus limites estejam pelo menos em processo de fixação. Não era possível qualquer manifestação por parte do Govêrno, enquanto persistissem flagrantes transgressões ao que determinaram a II Assembléia Especial da O.N.U. e o Conselho de Segurança. Dissolvida, no entanto, a frente comum interarábica, o Estado de Israel pôde iniciar negociações separadas com cada Estado árabe, de forma que a Conferência de Rodes e o entendimento com o Egito acabaram por afastar os obstáculos que impediam o estabelecimento da paz na Palestina. Tudo agora leva a crer que o novo Estado definirá pacificamente as suas fronteiras, sob a égide da O. N. U., ao mesmo tempo que aumenta o número das Nações que lhe reconhecem a soberania e lhe dão assento no conclave internacional.

Em nota de 29 de janeiro de 1948, a Legação da Polônia comunicou ao Itamarati que, a pedido da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o Govêrno polonês anuíra em assumir a proteção dos interêsses daquele país no Brasil, para o que solicitava a aprovação de nosso Govêrno. Ponderou o Itamarati, em nota de 4 de fevereiro do mesmo ano, que não teria dúvida em atender ao que lhe era pedido, se o Govêrno soviético concordasse, de maneira formal, em que os Estados Unidos da América, em conformidade com as negociações que promovêramos, tomasse igual responsabilidade pelos interêsses brasileiros na Rússia. Vacilava. porém, em fazê-lo, por isto que à comunicação ao Govêrno soviético. feita pela Embaixada dos Estados Unidos em Moscou, se respondera por mera nota verbal, notificando ter o Govêrno soviético tomado conhecimento da questão. Assegurou então a Legação da Polônia que a anuência do Govêrno, cujos interêsses se propunha resguardar, era expressa e formal, permitindo que lhe déssemos reciprocidade de tratamento. Fixada, em entendimento com o Departamento de Estado norte-americano, a interpretação da nota verbal soviética, o Itamarati concordou, em nota de 12 de novembro de 1948, em que a Legação da Polônia assumisse o encargo dos interêsses soviéticos no Brasil.

Mediante troca de notas, consentiu o Govêrno brasileiro em cue o Govêrno de Sua Majestade Britânica assumisse a proteção dos interêsses birmaneses em nosso país. Ainda pelo mesmo proPROTEÇÃO DE INTERÊS-SES BRASI-LEIROS NO EXTERIOR

> União Soviética

PROTEÇÃO DE INTERÊS-SES ESTRAN-GEIROS NO BRASIL cesso, o Itamarati ficou inteirado de que as legações da Suécia e da República Federativa Popular da Iugoslávia não mais patrocinavam, respectivamente, os interêsses da Hungria e da Romênia e da Albânia.

**FRONTEIRAS** 

A execução dos trabalhos da demarcação estêve a cargo da 1.º e da 2.º Divisões das Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites.

Realizaram-se importantes trabalhos nas fronteiras com a Venezuela, Bolívia, Paraguai e Uruguai, graças às Comissões Mistas, que se compõem de elementos das Comissões brasileiras e de suas congêneres daqueles países.

Venezuela

Continuam na fronteira da Venezuela as demarcações na Serra Parima, onde mais de 100 km já foram fixados.

Bolívia

Registre-se, entre os encargos que assumimos, o serviço aerofotogramétrico, realizado com os melhores resultados pela 1.ª Divisão, num importante setor da fronteira boliviana. O Serviço Geográfico do Exército prestou solícita e eficiente colaboração, tanto de
ordem material como técnica, para que se alcançasse pleno êxito
nessa tarefa, deveras fundamental nos trabalhos de demarcação.

Paraguai

Na fronteira com o Paraguai, prosseguem as demarcações, na Serra do Maracaju.

Uruguai

As demarcações na fronteira com o Uruguai estiveram longo tempo paralisadas, em virtude do afastamento do Chefe da Comissão uruguaia. Cumpre assinalar a iniciativa que tomamos para que se venha a caracterizar, em definitivo, a fronteira na Barca do Xuí.

Incidentes reiterados, que se verificaram entre brasileiros e autoridades uruguaias, em virtude da imprecisão da fronteira na embocadura do arroio Xuí, revelaram ao Govêrno a conveniência de iniciar estudos para a sua mais perfeita caracterização. O desvio do curso das águas, — que abandonaram seu antigo leito e invadiram terrenos situados à margem esquerda, — deu origem às presentes condições, ocasionando mesmo que o marco n.º 1, construído pelos demarcadores de 1853, em obediência ao Tratado de 1851, agora se encontre muito distante do desaguadouro do Xuí. Acordaram o Brasil e o Uruguai, por ocasião da inauguração dêsse marco, em que o limite seria definitivo, mesmo que o seu rumo

viesse a sofrer naturais alterações. Não há, em verdade, questão de limites: existe apenas uma situação de fato que importa assinalar, a fim de evitar mal-entendidos futuros.

Ainda de acôrdo com ata da Conferência realizada a 15 de julho de 1853, a mudança de leito do Xuí não obstaria a que se considerassem as respectivas margens do arroio como propriedade Je um e outro domínio. A desembocadura deslocou-se, porém, para o norte, interessando pequena faixa de território, que inclui instalações balneárias de certa importância. A solução mais indicada parece que está ha construção, pela Comissão Mista, de um canal, que, seguindo o rumo do marco n.º 1, construído pelos demarcadores de 1853, leve o arroio até o seu ponto de encontro com o Oceano. Acresce que a divagação dêsse curso d'água fronteiriço tem sido constante, e sòmente a construção do canal projetado fixaria, definitivamente, a linde entre os dois países. Acreditamos que o Govêrno uruguaio concordará com tal sugestão, que interpreta de maneira satisfatória os dispositivos do Tratado.

Cumpre assinalar, finalmente, que os diversos projetos para a solução do assunto constam da Ata da 34.ª Conferência da Comissão Mista, realizada em Montevidéu, no dia 5 de outubro do ano findo.

Durante a estada do Presidente Luís Battle Berres no Rio de Janeiro, foram concluídos, em 5 de setembro, dois acôrdos de grande importância entre o Brasil e o Uruguai. São êles o Tratado de Extradição e o de Extradição e de Arbitragem e Solução Judiciária de Controvérsias, tendo êste último substituído a Convenção de Arbitragem Geral Obrigatória, celebrada no Rio de Janeiro, a 27 de dezembro de 1916.

ARBITRAGEM Tratado entre o Brasil e o Uruguai

Os plenipotenciários do Brasil e do Paraguai assinaram em Assunção, a 3 de agôsto de 1948, um acôrdo relativo à Missão Militar Brasileira de Instrução, no Paraguai, pelo qual se definiram e precisaram as atribuições da Missão, que se encontra naquele país, por solicitação do seu Govêrno, desde maio de 1942. Submetido à Câmara dos Deputados do Paraguai, foi o acôrdo aprovado. em setembro de 1948.

ASSUNTOS MILITARES Acordo com a Missão Militar do Brasil no Paraguai

Os representantes dos Estados Unidos da América e do Brasil Curso sobre assinaram em Washington, a 29 de julho de 1948, um acôrdo para o estabelecimento e funcionamento, no Brasil, de um Curso para

Operações . Combinadas chefes do Exército, Marinha e Aeronáutica, sôbre operações combinadas, semelhante ao do National War College, de Washington.

Reparações de Guerra A Comissão de Reparações de Guerra, no desempenho de suas múltiplas funções, realizou 95 sessões no decorrer de 1948. Ao seu julgamento foram submetidos 1.776 processos, tendo ela proferido 1.672 decisões e feito baixar em diligência 104 processos. Desde a sua criação, em 1946, até 31 de dezembro de 1948, a Comissão de Reparações de Guerra, examinou cêrca de 3.000 processos, esperando-se que, em breve, possa concluir os seus trabalhos.

Por proposta da Comissão ao Poder Executivo, foi expedido o Decreto n.º 25.147, de 29 de junho de 1948, em que se dispõe sôbre o Fundo e o Plano de Indenizações. De conformidade com os têrmos dêsse decreto, foram enviados 1.498 processos à Agência Especial de Defesa Econômica, do Banco do Brasil, para pagamento das indenizações devidas, num total de Cr\$ 448.090.642,70.

VISITANTES ILUSTRES

Govenador--Geral do Canadá Revestiu-se de solenidade a visita com que nos honrou Sua Excelência o Marechal Visconde Alexander de Túnis, acompanhado de Lady Alexander e de sua filha, além de brilhante comitiva oficial. Decorreu de 11 a 17 de junho a permanência dos ilustres hóspedes. Pelas homenagens que por tôda parte lhes foram prestadas e pelas espontâneas manifestações populares que saudaram com entusiasmo o ex-Comandante das Fôrças Expedicionárias Brasileiras na Itália, certamente ficará o acontecimento como demonstração do espírito de cordialidade que anima o povo brasileiro para com os seus bons vizinhos do extremo norte.

O Governador-Geral do Canadá ficou hospedado no Palácio das Laranjeiras e foi homenageado em diversas cerimônias, salientando-se o banquete que lhe foi oferecido no Palácio Itamarati e a recepção que lhe dedicou o Ministro da Guerra. Foi também recebido, com as honras que lhe eram devidas, pelo Congresso Nacional e pelo Supremo Tribunal Federal.

Presidente da República Oriental do Uruguai

De 2 a 9 de setembro, o Chefe do Estado uruguaio, a Senhora Battle Berres e família foram hóspedes do Govêrno brasileiro, no Palácio das Laranjeiras, tendo sido cumprido, durante a estada dos ilustres visitantes, significativo programa em sua honra.

Entre as muitas homenagens prestadas ao Presidente do Uruguai e sua família, destacaram-se a recepção solene, pelo Congresso Nacional, no Palácio Tiradentes, a visita ao Supremo Tribunal Federal e o banquete, no Palácio Itamarati, quando o Sr. Battle Berres recebeu o Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Convém ainda lembrar a assinatura dos Tratados que os dois países celebraram durante a permanência do Chefe do Govêrno uruguaio no Brasil, aspecto êste de sua visita que é melhor consignado noutro local desta Mensagem.

Assistiu ainda o Sr. Battle Berres ao desfile militar de 7 de setembro, revestido de especial brilhantismo, tendo também visitado a Usina de Volta Redonda.

Cumpre ainda registrar que, de 24 de março a 4 de abril, o Sr. Luís Alberto Prause, Ministro da Agricultura do Uruguai, fêz visita oficial ao Rio de Janeiro.

Ministros de Estado Estrangeiros

De regresso da Conferência de Bogotá, estiveram no Rio de Janeiro os Ministros das Relações Exteriores da Argentina, Senhor Juan Atilio Bramuglia; e do Paraguai, Sr. César Vasconcellos. Hospedados pelo Govêrno, receberam as homenagens a que tinham direito, também decorrentes da cordialidade brasileira para com aquêles países vizinhos.

Importante aspecto de nossa política exterior é o que diz res- intercambio peito ao intercâmbio cultural do Brasil com as nações de maior progresso e civilização e, de maneira particular, às relações que. por vários processos, temos procurado estreitar entre organismos universitários e culturais de nosso país e do estrangeiro. Os convênios culturais constituem, por outro lado, um dos mais seguros meios de aproximação entre os povos, beneficiando largamente os que dêles participam porque aprendem a conhecer-se menos superlicialmente. Não obstante a restrição de gastos que se impôs o Governo, firmamos vários convenios, que, por certo, produzirão os mesmos frutos de seus similares.

CULTURAL

A 30 de agôsto foi firmado, no Itamarati, o Convênio Cultural com o Líbano, cuja execução se acha dependente de troca de ratificações.

CONVÊNIOS CULTURAIS Libano

E' um convênio complexo porque abrange e prevê os mais variados aspectos pelos quais uma cultura pode ser estudada e interessar a povos que tenham vivido próximos ou longe dela. O intercâmbio de professôres, conferencistas e bolsistas constituí

França

um dos seus pontos básicos. A circulação desembaraçada de livros, revistas, publicações e discos, secundada por facilidades aduaneiras para os mesmos e para objetos destinados a exposições, quando sem caráter comercial, é outro ponto fundamental que não deve ser subestimado. A equiparação entre os certificados do segundo cíclo secundário brasileiro e os diplomas franceses de bacharelado constituirá um dos meios mais eficazes para selar de vez a identidade dos traços culturais da França e do Brasil.

Para a aplicação do acôrdo, são criadas duas Comissões Mistas, uma no Rio de Janeiro, outra em Paris, ambas compostas de brasileiros e de franceses.

Portugal

Destina-se o Acôrdo celebrado entre os dois Governos a manter e a desenvolver ainda mais a identidade fundamental das culturas portuguêsa e brasileira, mediante o intercâmbio de conferencistas e professôres universitários ou membros de academias e institutos reconhecidos oficialmente. Cogita ainda da concessão de facilidades, a fim de se equipararem os diplomas secundários ou superiores para se facilitar o exercício de profissões liberais. Procura finalmente estimular a circulação e troca de livros, teses e trabalhos sôbre questões culturais e científicas.

Estabelece, outrossim, um prêmio luso-brasileiro, o "Prêmio Alvares Cabral", concedido anualmente, por um dos Estados a um nacional do outro, ao melhor trabalho sôbre matéria discriminada no Acôrdo.

A execução do Acôrdo está entregue, no Brasil, a uma comissão do Ministério da Educação e Saúde em ligação com o Ministério das Relações Exteriores, e em Portugal ao Instituto para a Alta Cultura.

Estados Unidos da América

Por troca de Notas, ocorrida em outubro de 1948, foi prorregado o acôrdo, firmado em 1946, entre o Ministério da Educação e Saúde do Brasil e o "Institute Of Inter-American Affairs" (ao qual foi incorporada a "Inter-American Education Foundation, Inc.", signatária do acôrdo primitivo), referente à educação industrial vocacional.

INSTITUTOS DE CULTURA BRASILEIRA NO EXTERIOR Vêm sendo dos mais benéficos os resultados obtidos com a manutenção, em países estrangeiros, de institutos que se propõem ensinar a língua portuguêsa e disciplinas relacionadas com o conhecimento inicial ou mais aprofundado de nossa História e Geografia.

Tal é a função do Instituto de Cultura Brasileira, de Assunção; do Instituto Uruguaio-Brasileiro, de Montevidéu; dos Cursos Livres de Português, de Rosário e de Santa Fé. As informações minuciosas que temos recebido dos trabalhos realizados mostram que o esfôrço des professores vem sendo recompensado.

Convém acrescentar que, em princípio, foi decidida a criação de uma Cadeira da Língua Portuguêsa na Universidade de La Paz e de outra, em caráter efetivo, no Colégio Militar de Iparvi, na mesma capital.

Cabe, aliás, fazer-se referência ao êxito obtido com o ensino de Português no mesmo Colégio Militar de Iparvi, onde foi iniciado desinteressadamente pelo Adido Militar da Embaixada do Brasil. Segundo comunicação de nossa Embaixada, o Estado Maior do Exército boliviano decidiu substituir a obrigatoriedade do Francês pela do Português, o que, se outras razões não houvesse, resultantes do paralelismo de interêsses com o país vizinho e amigo, justificaria amplamente a ida de professor brasileiro para a capital boliviana.

Tem sido honrosa e eficiente a atuação da Missão Científica MISSÃO CIEN-Brasileira no Paraguai, que vem realizando trabalhos de vasto alcance.

TÍFICA NO PARAGUAI

Os serviços a seu cargo funcionam no Instituto de Higiene de Assunção e acham-se equipados com material próprio. Nos laboratórios estão sendo preparadas, pela primeira vez no Paraguai, vacinas antitíficas e antivariólicas e anatoxinas tetânicas e diftéricas. estas com os respectivos soros.

A parte propriamente de investigação de laboratório tem merecido a maior atenção, planejando-se o estudo do alastrim, da difteria, da psitacose, da brucelose, da bacteriologia de águas e de fenômenos de imunidade relacionados com infecções de tipo regional.

Encontra-se, ainda, na capital paraguaia, outra Missão de caráter científico, encarregada de organizar o contrôle de drogas e medicamentos.

Coube-nos, em outubro último, enviar, como embaixadores MISSÃO CULjunto ao povo uruguaio, representantes distintos da cultura brasileira, que versaram em conferências temas técnicos ou culturais, em que bem espelhava a contribuição de estudiosos brasileiros para o esclarecimento de questões jurídicas, históricas e literárias.

TURAL AO URUGUAI

As homenagens prestadas aos intelectuais brasileiros pelo elemento oficial uruguaio e pelas instituições culturais de Montevideu revelaram ainda uma vez o papel que essas conferências desempenham na vida uruguaia, a ponto de já se considerarem louvável tradição de vizinhança cordial.

SUBVENÇÕES

A INSTITUTOS
E SOCIEDADES
CULTURAIS

Prestou-se, em 1948, todo o apoio possível aos Institutos estrangeiros que, pela sua finalidade, se acham diretamente ligados à investigação ou à propaganda de temas brasileiros, nos domínios da cultura ou da especialização.

Impõe-se, neste passo, uma referência ao Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que se tornou um centro de estudos destinado a promover naquela cidade universitária o interêsse pelas coisas brasileiras e a facilitar os meios de alimentá-lo. Edita o Instituto a revista Brasilia, da qual já se publicaram três números de valor indiscutível e que se destina a ser poderoso veículo de aproximação cultural.

#### COOPERAÇÃO ECONÔMICA

A adesão, que o Brasil nunca recusa aos organismos internacionais, que se proponham a incrementar as boas relações — econômicas, culturais ou diplomáticas — entre os povos, leva-o a colaborar econômicamente com países ou instituições de mútuo interêsse, seja para estreitar laços de intercâmbio comercial, seja para facilitar, mediante convênios e assembléias, os meios de comunicação rápida, seja promovendo diretamente a construção de estradas que tornarão mais desembaraçada a circulação das riquezas de país vizinho e amigo.

Balanceadas as atividades de cooperação econômica do Brasil, nos três últimos anos de govêrno, saliento como principais acontecimentos, em 1946: os acôrdos monetários Brasil-França, Brasil-Bélgica e Brasil-Dinamarca, pelos quais a renda consular naqueles países foi recolhida à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova Iorque, mediante a compra de cambiais correspondentes, pelo Banco do Brasil; a eleição do Brasil para a Comissão Central da UNRRA, o que deu ao nosso país a possibilidade de veto nas decisões daquela instituição; as conversações de Londres, referentes à utilização das disponibilidades brasileiras em esterlinos; e, por fina, com especial destaque, a 1.ª reunião preparatória, em Londres, da Conferência Internacional de Comércio e Emprêgo, onde muito diligenciamos pela elaboração de uma Carta Internacional de Comércio, que veio a ser assinada em Havana, no ano findo.

Em 1947, avultaram os tratados comerciais com o Chile, o Paraguai, a Bolívia, a Grã-Bretanha e a Argentina; os esforços brasileiros no sentido de obter a concessão de direitos comerciais no transporte aéreo civil internacional, o que levou o Govêrno a negociações diversas com Portugal, França, Chile, Dinamarca, Noruega, Suécia e Países-Baixos, além de quase tôdas as repúblicas latino-americanas e alguns outros países europeus e asiáticos; a Assembléia da Organização de Aviação Civil e Comercial, ocorrida em Montreal, e a Conferência de Navegação Aérea Regional do Atlântico Sul, realizada no Rio de Janeiro, em julho de 1947, sob os auspícios do Govêrno federal; e, finalmente, a realização, em Genebra, da 2.ª reunião preparatória da Conferência Internacional de Comércio e Emprêgo, a que emprestamos o melhor de nossos esforços.

A mesma orientação nos conduziu, em 1948, quer no tocante à nossa atuação na Conferência Internacional de Comércio e Emprêgo, quer nos acôrdos que firmamos em seguida a negociações ultimadas no referido ano.

Só em 1948 veio, finalmente, a realizar-se a Conferência Internacional de Comércio e Emprêgo, que se reuniu em Havana. Essa Conferência representou a fase final das negociações iniciadas em Londres, em 1946, e nela se alcançou a elaboração da Carta Internacional de Comércio e do Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comerciais. No empenho de promover novas negociações tarifárias, está marcada uma reunião para abril do corrente ano, em Genebra. O papel desempenhado pelo Brasil, durante as negociações por que passaram os dois importantes instrumentos internacionais, em Havana, foi de considerável relêvo, apesar das limitações impostas pela natureza muito especial das questões em discussão — limitações que se tornaram mais evidentes, tôdas as vêzes que foi necessário determinar a verificação de dados, até então desconhecidos, e que levaram à ratificação de uma posição assentada anteriormente.

CONFERÊNCIA INTERNACIO-NAL DE CO-MÉRCIO E EMPRÊGO

Estão em fase de estudos, no momento, vários outros acôrdos de importância: um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com o Uruguai, em obediência à Declaração Conjunta pelos Governos do Brasil e do Uruguai, por ocasião da visita, ao nosso país, do Presidente da Nação irmã; um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, com a República do Líbano; um Acôrdo com a Po-

**AÇÔRDOS** 

lònia, destinado a disciplinar a troca de mercadorias entre os dois países, e ainda outro, possívelmente em térmos idênticos, com a Iugoslávia.

Já em novembro foi concluído, por troca de notas com o Govêrno dos Estados Unidos da América, um acôrdo que formalizará um programa de cooperação para o estudo dos recursos minerais do Brasil, por meio de pesquisas geológicas, localização de jazidas, ensaios de beneficiamento e projetos correlatos.

No setor dos transportes aéreos, muito se trabalhou durante o ano de 1948, tendo sido concluidos dois acôrdos, que observaram em suas linhas gerais o tipo padrão adotado pelo Brasil: o acôrdo de dois de junho, com a República Argentina, e o de dez de agôsto, com a Suíça.

Desenvolvem-se também negociações semelhantes com o Peru, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Equador, Colômbia, Venezuela, Cuba, Éepública Dominicana, Canadá, Espanha, Bélgica, Itália, Egito, Líbano e Turquia, cujos territórios representam o caminho natural da expansão da aviação comercial brasileira. Com o Uruguai, o Peru e o Líbano, as negociações se encontram pràticamente concluídas, sendo possível a assinatura dos convênios dentro de pouco tempo.

Ainda em 1948, foram denunciados, por inexequíveis, os acôrdos firmados em 1946 com a Bélgica e com a França, sendo renovados, entretanto, os acôrdos de pagamentos e de resgate, concluídos com êste último país. Assinaram-se com a Grã-Bretanha dois outros acôrdos: um de pagamento e outro de compensação. Com a Argentina foi também firmado um convênio de pagamento, em substituição ao anterior, já denunciado pelo Brasil.

OBRAS EM ANDAMENTO Fiel a compromissos assumidos em acordos internacionais anteriores, tem o Governo diligenciado por levar avante obras de vulto excepcional, que beneficiarão grandemente o intercâmbio econômico do hemisfério.

Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de La Sierra Dêsse modo, apraz-me dar conta de nossos esforços no tocante à construção da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra, de transcendente importância para as relações econômicas entre o Brasil e a Bolívia.

Assim, a 22 de agôsto último, fui encontrar-me com o Presidente Hertzog, da Bolívia, em San José de Chiquitos, para inauguração do trecho da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra, entre El Portón e aquela cidade.

Após as cerimônias em San José, prosseguimos até El Portón e Roboré, onde o Presidente da Bolívia ofereceu um banquete, trocando-se, nessa ocasião, discursos altamente cordiais.

De Roboré, seguimos ambos para Corumbá, em aviões especiais. Na referida cidade matogrossense, onde fomos recebidos festivamente, tive oportunidade de homenagear o Presidente da Bolívia com um banquete, durante o qual discursaram os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Bolívia.

Quanto ao andamento dos trabalhos, é-me grato assinalar que a ponta dos trilhos chega, hoje, a San José de Chiquitos, a cêrca de 400 quilômetros de Corumbá. Resta construir os últimos 266 quilômetros do traçado, até Santa Cruz de la Sierra.

Importa não perder de vista as grandes dificuldades decorrentes da escassez de material e as que resultam, ainda agora, da guerra passada, bem como os obstáculos trazidos pela vazante excepcional do rio Paraguai, cujos efeitos ainda perduram, além de terem sido extremamente penosas e prolongadas as obras preparatórias da estrada. A linha férrea devia atravessar regiões desérticas, onde tudo faltava; não obstante êsses óbices, conseguiu-se a média anual de 44 quilômetros de leito construído.

Tendo em vista os antecedentes apontados, e, sobretudo, a importância da obra para o fortalecimento das relações de amizade entre o Brasil e a Bolívia, o Govêrno deseja concluir a aludida estrada no menor prazo possível. A pedido do Ministério das Relações Exteriores, a Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana, a cujo cargo está a construção da estrada, preparou um orçamento para a terminação dos trabalhos em dois anos, estimando a despesa total em Cr\$ 242.043.200,00, cujos créditos já foram providenciados.

Só assim poderá ser ponderado devidamente o esfôrço brasileiro nesse empreendimento magnífico de cooperação econômica que é a estrada até Santa Cruz de la Sierra.

DEFESA NACIONAL

# ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

## EXERCITO

ENSINO MILITAR SERVIÇO NACIONAL OBRIGATÓRIO INDÚSTRIA MILITAR

### MARINHA

BASES NAVAIS
ESQUADRA
ENSINO NAVAL
SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO

# AERONAUTICA

ENSINO E INSTRUÇÃO NAVEGAÇÃO E SEGURANÇA AÉREAS SUPRIMENTO DE COMBUSTÍVEIS Fatos recentes indicam, lamentàvelmente, que nem todos os países se libertaram dos complexos de dominação, o que obriga as mais pacíficas e ordeiras nações, como o Brasil, a não descurar do aparelhamento de sua defesa nacional. Amantes da paz, somos prudentemente vigilantes quanto aos dias de amanhã. Não nos temos afastado desta linha de conduta, e, sem receio, pode afirmar-se que, no triênio transcorrido de meu mandato, as Fôrças Armadas Brasileiras continuaram em alerta quanto aos supremos interêsses da segurança, empenhando-se na resolução de seus problemas básicos. Embora condicionadas estreitamente às exigências da situação financeira do país, suas atividades foram desenvolvidas dentro de um ambiente de cooperação e entusiasmo.

Sabemos todos que, nos conflitos armados dos dias de hoje, se empenham tôdas as fôrças vivas das nações, em cujos quadros os militares representam elementos de choque, que devem ser continuadamente alimentados com as reservas adrede preparadas em tempo de paz. As Fôrças Armadas precisam utilizar um potencial econômico de elevado teor, que abrange homens treinados, material abundante e tôda a série de serviços, exigidos progressivamente pelas operações militares, segundo a capacidade máxima das correntes gerals de suprimentos.

Por conseguinte, é de interêsse geral que se promova o aproveitamento do contingente humano que excede à capacidade de absorção das Fôrças Armadas, na preparação de reservas nas indústrias de guerra e noutros setores intimamente ligados à nossa defesa externa. Nem foi outra a nossa orientação ao reestruturar, em 1946, o organismo superior da segurança nacional, para preparar e realizar mais firme articulação entre os esforços de caráter especificamente militar e os de natureza civil.

O Estado-Maior das Fôrças Armadas, organismo superior de direção, destinado a assistir ao Presidente da República, na qualidade de Chefe Supremo das Fôrças Armadas, elaborou, em apenas dois anos de funcionamento, anteprojetos e estudos, que concretizam, exemplarmente, sua participação em tarefas de fundamental

ESTADO MAIOR DAS FORÇAS AR-MADAS importância. Podemos salientar, desde já, sua prestigiosa contribuição ao problema do combustível líquido, convindo ressaltar que tal colaboração, neste setor, não se limitou apenas à procura de soluções técnico-militares, mas atingiu relêvo marcante para a adoção de medidas concretas que atenderão, ampla e esclarecidamente, às exigências nacionais.

Nem foi outra sua orientação a respeito das normas que visam a aproveitar os elementos em idade militar que excedem às necessidades atuais das Fôrças Armadas, os quais, além de preparo profissional, receberão instrução técnica e educação cívica.

No tocante ao exercício de suas atribuições, caracteristicamente militares, segura e eficiente se afirma a política seguida por aquêle órgão superior. Nesse ponto, apraz-me enaltecer a orientação impressa, pelo Estado-Maior referido, aos trabalhos de nossos representantes na Junta Interamericana de Defesa e na Conferência de Bogotá, bem como, finalmente, à complexa obra de coordenação do sistema militar brasileiro, setor que se vem destacando, atualmente, pela tarefa de unificar os métodos e processos usados nas comunicações, no que diz respeito ao treinamento do pessoal e à padronização do material empregado.

Finalmente, todo o trabalho das Fôrças Armadas teve de processar-se dentro das normas de rigorosa economia, que o Govêrno foi obrigado a observar. Mas não é inoportuno deixar acentuado que, no setor da defesa nacional, sofreram-se as restrições gerais suportadas pelos demais Ministérios, e sempre de modo a não lhe prejudicar a eficiência.

E' testemunho disso o constante crescimento dos orçamentos militares.

Se as verbas orçamentárias do Ministério da Guerra montavam a Cr\$ 1.577.766.000,00, em 1945, subiram paulatinamente a Cr\$ 1.873.696.000.00, em 1946; a Cr\$ 2.409.938.000,00, em 1947; a Cr\$ 2.452.509.000,00, em 1948; e a Cr\$ 2.827.456.000,00, em 1949. O mesmo fenômeno ocorreu em relação ao Ministério da Marinha, que, se em 1945, contava com Cr\$ 616.224.000,00 de verbas orçamentárias, dispôs de Cr\$ 724.830.000,00, em 1946; Cr\$ 1.005.878.000,00, em 1947; Cr\$ 1.155.424.000,00, em 1948; e Cr\$ 1.428.136.000,00, em 1949. Nem menor foi a ascensão das verbas destinadas ao Ministério da Aeronáutica, que, de apenas Cr\$ 619.950.000,00, em 1945, se elevaram a ......

Cr\$ 947.391.000,00, em 1946; a Cr\$ 1.211.847.000,00, em 1947; a Cr\$ 1.298.109.000,00, em 1948; e a Cr\$ 1.480.840.000,00, em 1949.

Nas cifras acima, não estão evidentemente compreendidos os créditos especiais e os suplementares.

Utilizando produtivamente todos os seus recursos, vão as Fôrças Armadas, dêsse modo, usufruindo a fecunda tranquilidade advinda do restabelecimento do regime constitucional e da desmobilização, e empenhando-se ativamente em realizações materiais que interessam a todos os ramos da atividade do país, maneira produtiva de permanecer vigilante a serviço do Brasil.

Animado dêsse impulso de cooperação militar, o Exército dedica-se silenciosamente às suas nobres tarefas, realizando obra modelar. E realiza-a com os sacrifícios resultantes da boa compreensão das necessidades da administração financeira, levados a efeito empenhadamente pelas direções de seus múltiplos órgãos, que passaram a atender apenas ao mínimo de suas necessidades básicas. A par dos cortes que se impôs, constituiu preocupação constante do Exército suavizar, através de medidas concretas, o deficit com que estruturou o Congresso Nacional o Orçamento da República.

Dêsse modo, e só quando as necessidades o exigem, organizamse novas grandes unidades, tal como acaba de ocorrer com a criação da 6.º Divisão de Infantaria e a 4.º Divisão de Cavalaria, em regiões convenientes para a defesa do país.

Nos cursos das escolas, vêm aumentando as matrículas de oficiais, que se familiarizam cóm os processos técnicos da guerra moderna e satisfazem as exigências para o acesso a postos mais elevados na hierarquia militar. Estreitaram-se nêles os laços de simpatia e camaradagem entre os nossos oficiais e os de países sulamericanos que, em número crescente, têm obtido permissão para frequentá-los.

Serão ainda mais intensificados, em 1949, o ensino e a instrução dos quadros permanentes, bem como a preparação de reservistas, soldados e graduados.

A orientação que vimos seguindo teria de levar, por certo, à revisão da Lei do Serviço Militar, com o escopo de adaptá-la ao Serviço Nacional Obrigatório, previsto no art. 181 da Constituição.

EXERCITO

ENSINO MILITAR

SERVIÇO NACIONAL OBRIGATÓRIO Assim, para que a instrução militar não se limitasse aos jovens anualmente convocados, estudou-se a possibilidade de disseminar núcleos de preparação de reservistas, de tôdas as armas, pelos pontos do território nacional onde não existam corpos de tropa. Esses núcleos proporcionarão aos jovens, em idade de serviço militar, oportunidade para a quitação dessa obrigação cívica, sem exigir seu afastamento das zonas de produção, no interior do país.

Iniciaram-se entendimentos com o Instituto de Seleção e Orientação Profissional, a fim de escolher, peios modernos processos ali em prática os conscritos que devam exercer, nas fileiras, funções especializadas, cogitando-se mesmo de preparar naquele Instituto uma turma de militares para a continuação dêsse trabalho no próptio selo do Exército.

Estudam-se também os meios pelos quais o contingente de jovens em idade militar, estimado em 450.000, anualmente, será aproveitado nos variados pontos de aplicação do esfôrço nacional, como, por exemplo, no melhoramento da rêde de estradas do país, na produção agrícola e em outras atividades adequadas.

Tôdes estas medidas são previstas no anteprojeto que submeti à vossa apreciação. Encarecendo a urgência de pronunciamento, deseja-se insistir em que tal lei não é apenas de interêsse militar; dentro de moldes racionais, ela ensejará imprimir forte impulso à educação e preparação técnica do povo, elevar o nível de produção do país e, consequentemente, reforçar sua economia.

indústria Militar Tem sido preocupação constante de meu Govêrno desenvolver a indústria bélica do país, que, além do mais, incentivará a indústria civil nacional, pelo aproveitamento de produtos e subprodutos semimanufaturados. Dêsse modo, está o Exército reunindo modernas fábricas de armas e munições, sob a direção de um único órgão crientador e fiscalizador. E' óbvio que a recuperação e conservação do material de guerra sòmente oferecerão resultados plenamente satisfatórios quando as nossas fábricas dispuserem de instalações, maquinaria e pessoal especializado, que possam, nas diferentes regiões do país, atender às necessidades de tão relevantes serviços. Com essa finalidade, obtiveram grande aceitação as normas organizadas pelo Serviço de Tecnologia, para uso das escolas de formação técnica, visando à fixação das exigências mínimas para a obtenção de bons produtos.

Continuam a esforçar-se, para a formação de mão-de-obra especializada, as escolas profissionais das Fábricas do Andaraí e

Bonsucesso, que estão sendo ajustadas ao sistema de ensino profissional objetivo, o mesmo acontecendo com a Fábrica Presidente Vargas. Nesse setor da vida militar, como nos demais, a capacidade de produção é significativa, estando o Exército empenhado em adotar, em 1949, medidas capazes de neutralizar os efeitos da retração de recursos. Revelam-se avançados os sistemas adotados em tais fábricas: merecem observação e encômios, também, as atividades de previdência, higiene e segurança industrial. Tôdas as fábricas militares atendem exemplarmente à necessidade de proporcionar um mínimo de confôrto e decência a seus operários, procurando também facilitar a aquisição de casas dotadas de satisfatórias condições sanitárias.

O trabalho do Exército, no ano de 1948, mostrou-se intenso e complexo e ainda bem sucedido, graças ao seu desenvolvimento concomitante e harmônico.

Responsável pela integridade da extensa orla marítima brasileira e, com os demais países das Américas, pela defesa do Hemisfério Ocidental, nossa Marinha de Guerra cumpre sua missão com material flutuante deficiente. Este, embora mais numeroso que o anterior ao último conflito mundial, não dá para constituir ainda uma fôrça naval, na expressão da moderna técnica da guerra no mar, nem permite concentração capaz de representar uma pequena fôrça-tarefa equilibrada.

Apesar da situação opressiva em que se vê envolvida, não teve, entretanto, a Marinha um instante de esmorecimento. Com recursos orçamentários deficitários, vem procurando levar a efeito um programa de construção e de aquisição de navios que lhe permita dispor de um poder marítimo à altura das necessidades do país. Para concretização dêsse programa, necessita do congraçamento generalizado de esforços. Depende a Marinha, hoje, da co-operação nacional, e dela muito espera. Seus recursos são insuficientes para o ressurgimento naval que se impõe. Eis que o Govêrno se empenha atualmente em completar os planos necessários à construção naval entre nós.

Com as atuais verbas orçamentárias, é impossível pensar, não só na construção de contratorpedeiros, como também na aquisição de, pelo menos, dois cruzadores pesados (10.000 toneladas mais ou menos), um navio-aeródromo, e seis submarinos, os quais, com as unidades já existentes e a construir no país, constituirão uma fôrça-tarefa equilibrada, ainda que de proporções mínimas. Ésse

MARINHA

programa representaria o marco inicial do nosso ressurgimento naval.

Para aquisição no estrangeiro, torna-se, também, preciso crédito especial, cabendo ainda salientar que, dado o longo prazo necessário para a construção das unidades requeridas, aguardamos ainda com vivo interêsse a concretização da Cooperação Militar Interamericana, a qual permitirá a obtenção rápida daqueles navios, mediante custo relativamente baixo.

BASES NAVAIS

A construção de bases navais e portos militares, — imprescindíveis ao apoio da esquadra modernizada que necessàriamente haveremos de possuir, — continuou a se processar no ritmo permitido pelos recursos disponíveis, estando já constituídas as áreaz das Bases de Val-de-Cãs, no Estado do Pará, e de Aratu, em Salvador, Estado da Bahia. Em ambas, foram feitas as construções preliminares: na do Estado do Pará, já se encontra pronta a escavação para a construção de um dique sêco, com capacidade para docar navios até 10.000 toneladas; e na de Aratu já foram feitas as sondagens geológicas necessárias à localização de um outro dique sêco, com capacidade para docar navios até 35.000 toneladas, diques êsses que virão a tornar de excepcional importância para a navegação em geral os portos de Belém e Salvador, já que o primeiro se transformará em pôrto atlântico, uma vez dotado de tão grande melhoramento.

Na Base Naval de Natal, está em fase de conclusão a Vila Naval, para praças e operários, tendo sido objeto de especiais cuidados o dique flutuante ali existente.

ESQUADRA

Durante o ano de 1948, a Esquadra efetuou todo o programa de exercícios de conjunto, organizado pelo Estado-Maior da Armada, fato que, há alguns anos, não se verificava. Foram também desempenhadas inúmeras comissões, ao longo do litoral, pela quase totalidade dos navios, com o objetivo, não só de representação em diversas regiões do país e de complemento da instrução e prática do pessoal, como também de utilização das instalações já existentes nas bases navais, especialmente na de Natal, onde foram efetuadas revisões de motores e vários reparos, confirmando a eficiência tanto daquelas instalações como do respectivo pessoal.

No corrente ano, deverão estar concluídos, e em plena atividade, os seis contratorpedeiros, classe A, construídos no Arsenal de Marinha, os quais virão assim aumentar o número de unidades existentes. Convém ressaltar que alguns de seus canhões são oriundos da Fábrica de Artilharia da Marinha.

A Escola de Guerra Naval continua em intensivo funcionamento, estando nela matriculados oficiais superiores da Marinha e do Exército, distribuídos pelos Cursos Superior e Fundamental.

ENSINO NAVAL

O navio-escola Almirante Saldanha, com uma turma de 59 Segundos-Tenentes, ora realiza mais uma viagem de instrução, a décima, na qual serão navegadas cêrca de 25.000 milhas, com escalas em ilhas do Atlântico Sul e Norte e em portos do Mediterrâneo.

Em 1948, foi incorporado à Marinha mais um navio-escola, o Guanabara, ex-navio-escola da Marinha de Guerra Alemã, o qual iá está realizando cruzeiros na costa do Brasil, com aprendizes--marinheiros e aspirantes da Escola Naval.

Acontecimento de relevante importância se anota com o início das atividades do Centro de Instrução "Almirante Wandenkolk", primorosamente equipado com todo o material de ensino, instalado na Ilha das Enxadas, para preparo, especialização e aperfeiçoamento do pessoal subalterno da Marinha e oficiais.

Ainda nesse setor, foi concluída a Escola de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco, com capacidade para 1.200 alunos, dotada do equipamento e instalações necessários a um perfeito adestramento e preparo dos que pretendem ingressar na Marinha de Guerra.

No que concerne aos balizamentos e iluminação da costa, muito foi feito durante o ano de 1948, por isso que se trata de serviço a que o Brasil tem de atender, nos têrmos de várias convenções internacionais. Em virtude de seu quase-abandono durante a última guerra, foi preciso construir ou reconstruir inúmeros faróis e realizar um grande esfôrço para restabelecer e ampliar o balizamento dos portos e canais.

SEGURANÇA DA NAVE-GAÇÃO

Completando a série de serviços prestados ao Brasil pelas AERONAUTICA Fôrças Armadas, a Aeronáutica, no ano de 1942, contou a seu favor com um grande número de empreendimentos assinaláveis.

Preocupados em dotar a Nação de instrumental aéreo capaz

de executar com eficiência as missões que lhe venham a ser atribuídas, os responsáveis pelo problema aéreo não negaram um momento de atenção ao estímulo e conseqüente desenvolvimento que deveriam imprimir também à aviação comercial e desportiva. Para isso, consideraram como programa mínimo a criação de uma infra-estrutura destinada a apoiar, indistintamente, tôdas as atividades aéreas, sejam elas civis ou militares.

Na realização dêsse programa, tiveram, no entanto, particularmente no setor correspondente à aviação comercial, de despender um esfôrço considerável, que só poderá ser bem compreendido se tomarmos na devida conta os rumos que, por fôrça de convênios internacionais, o país foi obrigado a seguir, a fim de cooperar para a concretização de uma política eficiente de transporte.

ENSINO E INSTRUÇÃO

Na realização do vasto programa que o Ministério da Aeronáutica vem cumprindo, era natural que enfrentasse graves probiemas de pessoal e material. Um melhor recrutamento foi iniciado no último ano e homens selecionados são encaminhados a cursos ou escolas especializadas, o que lhe tem garantido elevado nível cultural de oficiais e praças, e, em consequência, melhores resultados disciplinares e profissionais.

As escolas de Aeronáutica. Técnica e a de Especialistas, têdas elas funcionaram a contento, formando a estrutura básica do ensino. Complementaram-na as realizações do Curso de Tática Aérea, o amplo desenvolvimento assumido pela Escola de Comando e Estado-Maior, e a colaboração eficiente da Escola Técnica do Exército, que continuará a formar os engenheiros de nossa fôrça aérea, até que o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, em São Paulo, possa arcar com essa responsabilidade.

Os resultados colhidos influíram diretamente na instrução e na disciplina. O adestramento nas Zonas Aéreas atingiu elevado grau de eficiência, merecendo destaque a cooperação prestada pela Aeronáutica a todos os exercícios ou manobras realizados pelo Exército ou pela Marinha.

Vale ainda acrescentar que é intuito do Govêrno, em breve tempo, transformar o Curso Prévio da Escola de Aeronáutica em Escola Preparatória de Cadetes do Ar, a ser localizada na cidade mineira de Barbacena, em edifício que o Govêrno do Estado de Minas Gerais cederá e em que funcionara o extinto Colégio Militar de Barbacena.

O elevado grau de eficiência do Ministério pode ser compro- NAVEGAÇÃO E vado pelas atividades dos grupos de transporte, registrando-so significativa redução dos acidentes aéreos.

SEGURANÇA AÉRRAS

Nesse ponto, faz-se mister ressaltar o problema da Segurança Aérea, de reconhecida complexidade, pois envolve os mais variados aparelhos radioelétricos, que, elém do mais, fica dispendioso, por abranger todos os rincões de país.

O aparelhamento dôsses serviços vem-se tornando mais eficiente. Os nossos técnicos realizam hoje tarefa elogiável, permitindo que a vastidão do nosso território seja sobrevoada por centenas de aviões, civis e militares, em rotas que se cruzam com segurança e sob as mais adversas condições de tempo.

Bom augúrio representa o desenvolvimento de nossa aviação desportiva. Daí esmerar-se o Govêrno em dotá-la de melhores indices assistenciais, quer se trate de meios de manutenção, quer de qualidade de instrução e organização.

Com a cooperação que vem caracterizando êsses trabalhos governamentais, a Fôrça Aérea julga poder solucionar as inúmeras questões que lhe são cotidíanamente propostas, assegurando ao país o lugar de relêvo que, nos setores da Aeronáutica, lhe atribui o conceito mundial.

As dificuldades insuperáveis e anti-econômicas, contidas no problema da renovação dos grandes volumes de combustíveis reclamados pela mobilização da FAB, obrigaram-nos a estudar a melhor maneira de resolver assunto de tal magnitude para a Aeronáutica.

SUPRIMENTO COMBUSTÍVEIS

Basta um exame sumário das deficiências das linhas interiores de comunicações, como sejam estradas de ferro ou mesmo de rodagem, para verificar-se como seria ineficiente ou inútil todo o esfôrço de construção e aparelhamento de Parques de Combustíveis em portos de fácil acesso, quando ésses combustíveis tivessem ·lo ser distribuídos aos demais portos, não acessíveis aos navios petroleiros. Além do mais, a imobilização de dezenas de milhares de tambores, cheios ou vazios, espalhados por todo o Brasil, representa uma das causas, de múltiplos efeitos, que repercutem no sistema de distribuição e suprimento de combustíveis, em todos os campos de pouso de que se utiliza a FAB, motivando, por vezes, sérias dificuldades em determinados locais. Dispomos de valiosas instalações situadas em Belém, São Luís, Fortaleza, Natal e Recife, e possuímos um depósito no Rio de Janeiro. Era óbvio que utilizássemos tais empreendimentos como ponto de partida para resolver o problema, o que está sendo feito dentro dos recursos da Aeronáutica. Foi então reconhecida a imperiosa necessidade de adquirir dois pequenos petroleiros para o serviço ao longo da costa, e de um terceiro, de grande tonelagem, tipo T-2, destinado ao serviço de ligação entre as fontes produtoras e os portos de mais fácil acesso.

Diante de tão graves dificuldades, tomou o Governo a deliberação de solver urgentemente o problema, tendo-se impôsto a aquisição de petroleiros com os próprios recursos orçamentários da Aeronáutica. Daí térmos negociado dois navios petroleiros, — construídos para o Governo Americano, em 1944, pelo custo unitário de US\$ 1.670.000,00, — que nos foram cedidos na base de US\$ 225.000,00. Essa importância, acrescida da correspondente às despesas de colocá-los em condições de novos, e com equipamentos especiais de rádio, radar e armamento, elevou o custo de cada petroleiro a cêrca de US\$ 450.000,00. Realizou-se, assim, valiosissima aquisição, operada em bases extremamente vantajosas.

Dei-vos conta da situação dos vários setores de nossas Fôrças Armadas, com as informações de ordem militar que se afiguraram adequadas a um documento da natureza desta Mensagem.

Finalmente, não é fora de propósito assinalar o patriotismo e a disciplina com que as Fôrças Armadas têm correspondido à confiança da Nação. Respondendo ao apêlo que lhes fiz em minha primeira Mensagem ânua, têm elas arrostado com os sacrifícios decorrentes das graves dificuldades financeiras em que se debate a administração, devotando-se a espontânea cooperação com as fôrças produtoras nacionais.

POLÍTICA SOCIAL

#### **EDUCAÇÃO**

DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL REALIZAÇÕES NO CAMPO EDUCACIONAL

ENSINO PRIMÁRIO
CAMPANHA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS
ENSINO NORMAL
ENSINO MÉDIO
ENSINO INDUSTRIAL
ENSINO SUPERIOR
ENSINO RURAL
UNIVERSIDADE RURAL
CIDADE UNIVERSITÂRIA

## SAUDE

CONDIÇÕES SANITÁRIAS DO PAÍS REALIZAÇÕES NO CAMPO SANITÁRIO

TUBERCULOSE

DOENÇAS MENTAIS

CÂNCER E DOENÇAS VENÉREAS

ENDEMIAS

ENDEMIAS RURAIS

MALÁRIA

ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

DEFESA SANITÁRIA DOS PORTOS E AEROPORTOS

CERAS DE ENGENHARIA SANITÁRIA

AUXÍLIO ÀS VÍTIMAS DE ENCHENTES

# PROTEÇÃO À INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA

CAMPANHA DA CRIANÇA SERVIÇO DE ASSISTENCIA A MENORES CÓDIGO DE MENORES

### PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAIS

RETROSPECTO GERAL PROJETO DE LEI ORGÂNICA LEIS COMPLEMENTARES

> VINCULAÇÃO DO SEGURO DE ACIDENTES DO TRABALHO ÀS INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

## DEBITO DA UNIÃO PARA COM OS INSTITUTOS É CAIXAS DE APOSENTADORIA E PENSOES

## REALIZAÇÕES NO CAMPO DA PREVIDENCIA E ASSIS-TENCIA SOCIAIS:

ASSISTÈNCIA SOCIAL

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS MÉDICO-HOSPITALARES E FAR-MACÉUTICOS

MOVIMENTO IMOBILIÁRIO

# OUTROS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

ABONO FAMILIAR ASSISTÊNCIA ALIMENTAR CASAS POPULARES

#### TRABALHO

RETROSPECTO GERAL HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO SINDICALISMO

## IMIGRAÇÃO, COLONIZAÇÃO, MIGRAÇÕES INTERNAS NATURALIZAÇÃO E ASSUNTOS CORRELATOS

SITUAÇÃO GERAL ATIVIDADES E REALIZAÇÕES

ESTUDOS E PLANEJAMENTO

CADASTRO DE MÃO-DE-OBRA E ORGANIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

HOSPEDAGEM DE IMIGRANTES

MIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE TRABALHADORES

DISTRIBUIÇÃO DA MÃO-DE-GRA

ÉXODO RURAL

## NEGOCIAÇÕES E ACORDOS

ITÁLIA

PORTUGAL

PAÍSES-BAIXOS

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE REFUGIADOS (O.I.R.)

ASSIMILAÇÃO DOS IMIGRANTES

ACCEDOS ENTRE A UNIÃO E OS ESTADOS

DESPESAS COM A IMIGRAÇÃO

## COLONIZAÇÃO

ESTRANGEIROS EM GERAL

NATURALIZAÇÃO S PERMANÊNCIA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentam-se, sob esta denominação, informações e comentários acêrca de atividades, realizações, planos e estudos de vários órgãos executivos do Govêrno federal, — precisamente aquêles que, entrando em contato íntimo e direto com o povo, maior obrigação e oportunidade têm de conhecer as necessidades coletivas, e de como remediá-las ou satisfazê-las.

Se excluirmos o Ministério da Agricultura e o da Viação e Obras Públicas, de cujas largas fólhas de serviço se dá notícia em outro capítulo desta Mensagem, são os Ministérios da Educação e Saúde e o do Trabalho, Indústria e Comércio os responsáveis, diretos ou indiretos, pelo que a seguir é referido, em resenha que não esgota, nem poderia esgotar, os vários aspectos dos problemas e questões suscitados.

Há cêrca de 20 anos, estudioso das nossas coisas e da evolução social brasileira fêz o reparo, então perfeitamente justificado, de que os grandes problemas brasileiros — extinção do analfabetismo, combate à malária e à tuberculose, valorização econômica do Nordeste, obras contra as sêcas periódicas, e tantos outros—ainda esperavam solução honesta e bem intencionada. E enquanto a Nação se estiolava, sem condições elementares de trabalho, discutiam-se temas políticos abstratos, de alcance vago e problemático.

A obra administrativa do Govêrno federal, referida nas páginas seguintes, pretende confessadamente ser o retrato de uma situação e de um estado de espírito novos.

Tem o Govêrno devotado especiais cuidados à Educação no quadro geral de nosso progresso e, sobretudo, na consolidação do regime político.

**EDUCAÇÃO** 

Cremos que, sem cometer injustiça, se pode afirmar que, no triênio transcorrido, tem-se diligenciado, com realismo ímpar e senso prático, por dar solução conveniente e duradoura ao magno problema.

Dir-se-á, talvez, que agora a Nação se acha preparada para receber e fazer germinar as sementes das grandes campanhas de educação de adultos e adolescentes analfabetos e de recuperação do homem do campo, e que o sucesso da emprêsa está menos em quem a promove do que na resposta popular alcançada. Não há, porém, como deixar de reconhecer, singelamente, que tais campanhas nunca se tinham promovido no Brasil, ou pelo menos com a intensidade e os frutos já colhidos.

Se eram desfavoráveis as condições enfrentadas por outros Governos para realizar algo de positivo no setor da educação pública, — subsistem elas, decorrentes, que são, tanto das costumeiras carências do erário, como também de outras concausas emergentes. Na verdade, êsses mesmos empecilhos, de um modo geral, também agora existem e nem por isso se deixou de incentivar a política de cooperação intergovernamental, que se deseja fique como expressão autêntica do atual Govêrno.

A obra que em três anos se realizou no setor educacional ainda está, por certo, muito longe de atender às necessidades mínimas do país. Seus índices revelam, ainda assim, a extensão do caminho percorrido, mesmo que sejam confrontados com os que se referem a períodos mais longos de governos anteriores. Na verdade, nunca dedicaram os orçamentos da União quantitativos tão generosos a essas questões fundamentais como a partir de 1946. Nunca se exerceu com tanta vigilância a ação supletiva da União nos Estados, como agora se faz, — tanto no que se refere ao ensino primário e rural, como no que diz respeito ao ensino técnico e superior. No setor da educação primária, inaugurou-se mesmo uma forma de empreendimento conjunto, para melhor atacar o problema, que não mais poderá ser esquecida ou relegada: a cooperação administrativa dos dois níveis de govêrno, — o federal e o estadual, - fci posta à prova com tal sucesso pela experiência dos dois últimos anos, e frutificou tão amplamente, que até parece deva ser o processo definitivo pelo qual se poderão corrigir debilidades das finanças de Estados, para custear certos ideais de bem-estar público, inscritos nas suas Constituições em harmonia com a Carta Magna.

DEMOCRATI-ZAÇÃO DO ENSINO O ideal da democratização do ensino, tendência predominante nos países de cultura européia desde a Primeira Grande Guerra, ainda não logrou até hoje lançar, no Brasil, raízes profundas que produzissem efeitos duradouros. A educação em nossa terra ainda não permite, com efeito, ao indivíduo, independentemente de condições sociais, perfeita realização de sua personalidade, a par de uma soma de conhecimentos técnico-profissionais capazes de garantir-lhe a existência e de situá-lo como valor real entre as fôrças produtivas da nação.

Visando à consecução desses objetivos, tanto a União como alguns Estados fizeram, sem espírito de sistema, tentativas em determinados campos do ensino. Cedo, porém, as experiências se frustraram, principalmente pela falta de ambiente social favorável, reduzindo-se a movimentos descontínuos e dispersos, que não tinham forças para subsistir ou prevalecer. E essa foi a situação em que, por exemplo, permaneceu o ensino primário, muito embora já em 1930 se proclamasse a necessidade da intervenção direta ou indireta do Govêrno Federal para solução do grave problema.

Entretanto, a despeito de disposições legais que se anunciavam auspiciosas, o problema educacional se manteve, até há bem pouco tempo, pràticamente com as características anteriores.

A promessa feita na Constituição de 1934 não logrou concretizar-se, pois o Plano Nacional de Educação, previsto naquele Estatuto, foi relegado ao esquecimento. Ao contrário, desenvolveu-se em seguida uma política educacional, que se fundava em postulados autoritários e antidemocráticos, deformando a pouco e pouco os próprios fundamentos do tradicional humanismo brasileiro.

Em relação ao ensino secundário, idênticos eram os males que se observavam. Até 1934, orientou-se o ensino médio visando especialmente à formação da elite intelectual do país; constituía um fim em si mesmo, embora se destinasse a permitir matrícula, dos que o houvessem completado, nos cursos superiores. Era uma tendência a refugar, pois não se asseguravam às classes menos favorecidas possibilidades de ascensão intelectual. Tais perspectivas, porém, como já se disse, logo também se desvaneceram e o problema passou a ser estudado em harmonia com as diretrizes da Carta de 1937, o que vale dizer, à base de princípios que não correspondiam ao ideal de democratização do ensino.

As reformas de 1942 e 1943 representaram a êsse respeito um real aperfeiçoamento, pois facilitavam maior articulação entre o primeiro ciclo secundário e os cursos técnicos, e, especialmente, a possibilidade de ascensão até à universidade, através dos cursos profissionais. Entretanto, as contingências da ordem política reinante e as inevitáveis influências do espírito centralizador e burocrático que lhe eram inerentes, dominaram a execução de tais

reformas, prejudicando as possibilidades de melhoria de nosso ambiente educacional.

Desde que se admita em nosso país que a solução do problema educacional condicionará a própria sobrevivência dos princípios democráticos, logo se compreenderá por que se tem empenhado o Govêrno em estruturar um sistema educacional, cujas características marcantes se acomodem fielmente aos postulados da Constituição de 18 de setembro.

O sistema educacional consagrado pelos Constituintes de 1946 repousa, com efeito, na oportunidade, que facilita a qualquer brasileiro, — pobre ou rico, da cidade ou dos campos, — de escalar, até ao último degrau, a chamada "escada educacional", com a única restrição dos limites de seu talento e de seus dotes pessoais.

Desdobrando tais premissas, o Govêrno procurou planejar uma educação básica que permita a qualquer indivíduo verdadeiramente capaz ascender da escola primária, através da secundária, à educação superior e participar das classes dirigentes do país, escolhido assim sem atenção a privilégios de qualquer natureza.

DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL O ano que acaba de findar foi assinalado, no campo das atividades educacionais, por um acontecimento de especial relevância: o encaminhamento ao Congresso Nacional do anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A iniciativa resultou do propósito de contribuir para o cumprimento do dispositivo constitucional, tendo o Executivo solicitado para tanto a colaboração dos mais autorizados expoentes de nossa cultura pedagógica.

Representará essa lei, na evolução das nossas instituições de ensino, uma etapa de decisiva significação: será a fundação da política educacional brasileira, em conformidade com as inspirações democráticas consagradas na Constituição, e incorporará um rico manancial doutrinário e de experiência para a reestruturação do aparelhamento didático, dotando o de plena eficiência. Vazada nos moldes gerais, explicitamente preconizados pela Carta de 18 de setembro, que estabeleceu a necessidade de uma nova política de educação, com objetivos definidos, a coberto da influência de sistemas filosóficos contrárics às tradições nacionais, há de ser uma lei que, a exemplo dos estatutos inglêses, necessitará mais de desenvolvimento do que de reformas. Será um flexível conjunto de princípios, de bases, de limites e de faculdades criadoras: uma verda-

deira constituição do ensino, que suscitará e modelará os sistemas estaduais, cujas leis deverão obedecer ao seu espírito.

Com essa Lei fundamental complementar, a primeira de ensino a ser entre nós elaborada estritamente em moldes democráticos, é de esperar que cesse de vez o interminável processo das sucessivas reformas que temos suportado. O Govêrno reuniu e sistematizou abundante material de estudo, ouviu entidades dedicadas ao problema, e, após árduas e intensos trabalhos, que duraram mais de um ano, ultimou o anteprojeto. Este foi publicado para receber sugestões, tendo sido objeto de análises e apreciação de numerosos especialistas. Dêsse exame aberto resultaram algumas alterações que nos pareceram aconselháveis, mas que, de nenhum modo, se chocam contra as normas gerais e o sistema a que obedeceu o esquema.

Preliminarmente, sua diretriz fundamental é a implantação de um sistema contínuo e articulado de educação para tôdas as classes, desde o ensino infantil até o superior. Renova-se, destarte, revestida de fortes garantias, a esperança que a Constituição de 1934 despertara e que as circunstâncias sacrificaram.

Outra grande vitória, que, por certo, sobreleva à recuperação da autonomia na órbita do ensino, — que é corolário natural da própria Federação, — é a unicidade do sistema educacional brasileiro, que será alcançada em tôdas as órbitas estaduais, segundo o princípio da equivalência pedagógica e não mais conforme o falso princípio da uniformidade pedagógica. A unidade pela diversificação, ao contrário da unidade pela simples uniformização, foi a norma que prevaleceu em harmonia com as características da vida nacional.

Reconheceu-se, no anteprojeto, a necessidade da interferência do Estado na educação nacional, já que se trata de um pressuposto que promana de objetivos superiores, tais como: conservação da unidade nacional, funcionamento do regime democrático e redistribuição social dos indivíduos.

Estabeleceu-se também com cuidado o sistema de fiscalização profissional, cuja necessidade se impõe, num país onde o direito de exercício das profissões se baseia em diplomas concedidos por estabelecimentos de ensino; não pode o público prescindir de um mínimo de segurança quanto à competência dos profissionais.

Ao lado da autonomia dos sistemas locais e da flexibilidade das escolas, a unidade do aparelho escolar ficará assegurada, tanto

pelos objetivos comuns atribuídos à educação nacional como pela identidade de mínimos morfológicos funcionais impostos aos sistemas locais. A função unificadora será exercida por três entidades centrais: o Ministério da Educação, cujas atribuições deverão ser sobretudo de estímulo e assistência técnica, e não de simples vigilância; o Conselho Nacional de Educação, ao qual é conferido papel de acentuado relêvo; e a Conferência Nacional de Educação, cuja ação persuasiva será, sem dúvida, valiosa e eficaz.

E' atribuída à escola primária uma finalidade de integração social, não só através da iniciação nas chamadas técnicas elementares, senão também por meio de noções de civismo, princípios e atitudes morais.

Relativamente à educação de grau médio, o anteprojeto concilia os dois sistemas, — o cultural e o utilitário, — permitindo a circulação entre um e outro, e assegurando, outrossim, ao diplomado por escola profissional, acesso ao colégio universitário e daí à escola superior.

São conhecidas as deficiências de nossos cursos de formação técnica. Eis por que o anteprojeto, de acôrdo com a lição da nossa própria experiência e da melhor doutrina, amplia o alcance modesto das escolas profissionais de qualquer gênero, prevendo que nelas se ministrem disciplinas de natureza cultural, com as quais se evitarão os inconvenientes de possíveis deformações profissionais.

O ensino superior é definido como de caráter seletivo, objetivando o desenvolvimento da alta cultura e da pesquisa científica. O respectivo sistema, tal como é previsto no projeto, baseia-se na autonomia das escolas isoladas e na autonomia ainda mais ampla das universidades. Sem invadir o campo da autonomia didática, administrativa e financeira, o projeto cuidou, entretanto, de traçar nitidamente os limites que a circunscrevem.

Dispõe ainda o anteprojeto sôbre numerosos aspectos ligados à definição das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tais como: providências para prevenir vícios, inclusive a displicência e a comercialização do ensino, e animar uma atividade escolar mais intensa em alguns Estados; caracterização das responsabilidades relativamente ao direito à educação e ao dever de educar, às relações entre a educação e a família, e à iniciativa privada; variedade de cursos para atender às diferenças entre os individuos e à diversidade de suas aptidões ou de seus interêsses culturais; normas para a execução do princípio de gratuidade e diretrizes práticas

para sua progressiva ampliação, mediante regras ordenadoras da atividade educativa do país, nas suas diversas esferas.

O sistema de fiscalização intensiva descerá a minúcias sôbre as condições de reconhecimento das escolas, o processo de escolha dos seus professôres, a organização dos currículos, e o regime de aulas e de provas, assegurando uma vigilância, por parte do Govêrno, que impossibilitará seja a autonomia usada perniciosamente.

Estas considerações mostram à saciedade a repercussão que êsse diploma legal terá na vida brasileira: seus dispositivos dizem respeito, em verdade, a problemas fundamentais de nossa formação e prescrevem rumos e normas segundo os quais poderá processar-se a renovação da mentalidade nacional e o aperfeiçoamento cultural e cívico das novas gerações.

Dirijo-vos, pois, um apêlo insistente e grave, para que nesta sessão legislativa, reserveis o melhor de vosso tempo, do vosso patriotismo e das vossas luzes ao exame dêsse anteprojeto de Lei de Diretrizes e Bases do Ensino, pois não será exagêro afirmar que seremos julgados no futuro pelo que fizermos em favor do povo brasileiro ao lhe ministrar a educação que merece e tem o direito de reclamar.

Enquanto a discussão e votação do anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional são aguardadas confiantemente pela opinião pública do país, o Govêrno Federal vem envidando esforços no sentido de aparelhar o sistema educacional vigente com o máximo disponível de recursos técnicos e financeiros.

REALIZAÇÕES NO CAMPO EDUCACIONAL

A atuação supletiva da União no setor do ensino primário, — indispensável num país de tão elevados índices de analfabetismo, — tem sido nos últimos anos deveras relevante. A discriminação de competência, que nos foi legada pela Constituição de 18. ... havia, de certo modo, entorpecido essa atuação e o seu impeto de realizações e empreendimentos, em virtude de uma estrita concepção do federalismo. A Constituição de 1934 tentou remediar o mal, mas o fêz timidamente. Caberia à Constituição de 1946 estabelecer um quadro geral dentro do qual se tornaria possível essa obra de íntima cooperação administrativa entre os vários níveis de govêrno.

Na Mensagem que vos dirigi em 1947, por ocasião da abertura de vossos trabalhos, arrolei os dados numéricos mais significativos a respeito do problema do ensino primário em nossa terra. Longo foi o rol de deficiências que êles exprimiram e, à primeira vista,

Ensino Primário dir-se-ia uma situação que desafiava a operosidade do administrador nacional. Vale talvez reavivar a lembrança dêsse quadro para que se possa aquilatar o alcance das realizações de um biênio.

Ao fazermos um balanço da situação, em fins de 1946, verificamos que, para cêrca de 5.800.000 crianças entre sete e 11 anos, — idade mais apropriada para a formação de hábitos e aquisição das técnicas fundamentais da cultura, — dispúnhamos apenas de 89.419 professôres primários, ministrando ensino em 40.235 unidades escolares a cêrca de 3.300.000 alunos. Ésses dados estavam longe de corresponder às necessidades reais de nossa população escolar e (o que é mais grave) acusavam mesmo um progressivo declínio. Assim, o total de unidades escolares, que em 1942 chegava a 43.975, vinha gradualmente diminuindo de ano para ano, chegando tal redução, no último quinquênio, a 3.740 unidades, fato estranhável ante o crescimento continuo da população em idade escolar primária.

Fenômeno idêntico se registrava no movimento de matrículas em nível primário. Este, que em 1941 atingira o total de .... 3.347.642, vinha decrescendo, anualmente, até acusar, em 1945, a cifra de 3.295.291, isto é, uma diminuição de 52.351 matrículas.

A situação nos pareceu ainda mais grave ao verificarmos que, de 3.295.291 crianças matriculadas em nossas escolas primárias, em 1945, apenas 2.333.696 tiveram uma freqüência média regular e sòmente 1.522.412 obtiveram aprovação nos exames de promoção.

Tomando por base a frequência real dos escolares e não os dados inseguros da matrícula, que muitas vêzes não se positivam, verificamos que cêrca de 3.500.000 futuros cidadãos brasileiros estavam privados dos benefícios de uma escolaridade sistemática e relegados ao analfabetismo ou ao semi-analfabetismo, justamente nos anos mais propícios à aprendizagem das técnicas e lastros fundamentais da cultura.

Era uma situação tanto mais alarmante quanto é certo que para enfrentar o problema, dispunha o Govêrno Federal de recursos especiais para lhe custear as atividades. No entanto, êsse Fundo Nacional do Ensino Primário, criado em 1942, reformado em 1944 e regulamentado em 1945, jamais teve a necessária aplicação.

Os acréscimos das dotações com que o Congresso o reforçou, têm agora permitido ao Govêrno mobilizar recursos de vulto para a execução de iniciativas de amplas proporções e real interêsse coletivo. Assim, foram instaladas 10.416 classes de educação de adultos, em 1947, e 14.110, no ano findo, com matrícula superior a um milhão de brasileiros, em todo o território nacional; iniciou-se a construção de mais de 4.000 escolas rurais, com residências anexas para professôres, inclusive nas zonas de fronteira e de colonização estrangeira, e, dessas escolas, mais de 1.000 se acham concluídas. Realizaram-se convênios com os Estados para a construção de dezenas de escolas normais regionais e ginásios nas zonas que dêles mais careciam. Criaram-se cursos de aperfeiçoamento no Rio de Janeiro e em vários Estados para professôres primários. Forneceram-se subvenções e auxílios substanciais aos estabelecimentos de ensino de grau médio e superior e introduziram-se melhoramentos importantes nas condições materiais dos que se encontram sob a responsabilidade do Govêrno Federal.

Muito ainda nos resta fazer no setor do ensino primário, pois que, lamentàvelmente, apesar de nossos esforços, para uma população infantil em idade escolar que oscila entre 5 milhões e meio e 6 milhões, a capacidade de matrícula ainda não se eleva a 3 milhões e meio.

E' certo que a solução do problema está vinculada a fatôres e circunstâncias inerentes ao estágio econômico e social do país, que reflete o grau de progresso material atingido. No entanto, se c Govêrno Federal não levar a cabo uma decisiva campanha de ensino, o Brasil se debaterá indefinidamente num circulo vicioso já que é óbvia a dependência do progresso material em relação ao nível de educação do povo,

Acresce que também não é possível esperar possam todos os Estados atender, dentro de suas possibilidades financeiras, à premência dos esforços que neste setor precisam ser despendidos. A intervenção do Govêrno Federal é, pois, de caráter necessário, e singular seria que permanecesse indiferente ao problema.

Com eseito, segundo os dados estatísticos, há unidades federativas que deixam de atender a 75% de sua população em idade escolar; em outras, o desicit teórico varia entre 60% e 70%; raras apresentam índices inferiores a 50%. Esta desoladora realidade, todavia, não se exprime apenas em dados percentuais: os números absolutos também são eloquentes. Minas Gerais, por exemplo, teòricamente conta com quase 400.000 crianças fora das escolas; a Bahia apresenta igual situação, conquanto sua população seja

apenas a metade do grande Estado mediterrâneo; em Pernambuco, há mais de 200.000 crianças, e no Ceará e em São Paulo, cêrca de 200.000, que também esperam pela sua oportunidade escolar-

E' igualmente desanimador o movimento de matrícula na órbita municipal, o que demonstra ser profundo e extenso o mai, reclamando para sua solução recursos e prazos que estão fora de nosso alcance imediato. Para isso, aliás, muito contribui a fraca densidade demográfica de, pelo menos, 500 municípios brasileiros. Lembre-se mesmo que, em 20 municípios, 90% das crianças em idade escolar não estão matriculadas no curso primário; em 142 municípios, êsse deficit varia de 80 a 90%; em 245, oscila entre 70 e 80%; em 220, entre 60 e 70%; em 180, entre 50 e 60%; abaixo de 50%, encontram-se apenas 675.

A crise de assistência educacional se apresenta, contudo, com aspectos ainda mais sombrios nas regiões rurais. De fato, das crianças matriculadas no curso primário, 36% pertencem aos núcleos rurais, 50% às zonas urbanas e 12% às zonas distritais. Concorrem para essa situação, além dos fatôres gerais e específicos decorrentes da rarefação demográfica e do baixo nível social e econômico, a falta de prédios adequados e a insuficiência de professõres habilitados. Convém mesmo lembrar-vos que, de acôrdo com o último inquérito realizado, de 28.302 prédios escolares destinados ao ensino primário, apenas 4.927 pertenciam aos poderes públicos e sòmente 70% dêstes haviam sido construídos especialmente para fins escolares.

Seguido de um toque de reunir dirigido a tódas as fôrças construtivas da Nação, — de que resultou adotar o Govêrno, nesse setor, uma política de ampla assistência supletiva da União aos Estados, — foi por mim lançado o grito de alarma em discurso que pronunciei na Bahia, durante a campanha presidencial, descrevendo tal estado de ccisas. Afirmei, então, que "à União deveriam caber fortes encargos no incremento da educação popular, tendo em vista a insuficiência das rendas tributárias dos Estados para tão onerosa tarefa". Não era apenas um juízo emitido à vista de uma situação: era e continua a ser um programa de ação que sempre me pareceu irrecusável, e agora me proponho levar avante.

De acôrdo com essa orientação, teve início, a partir de 1946, a construção de unidades escolares nas zonas rurais, de fronteira e de colonização, que foram aumentando no último biênio, de maneira a permitir que a colaboração financeira e técnica da União

produzisse os mais promissores frutos. A tímida tentativa de 1946, que visava à construção de 28 escolas por Estado, é hoje a campanha vitoriosa que firmou acôrdos para construção de 4.360 prédios escolares, dos quais mais de 1.000 se encontram inteiramente concluídos e já em funcionamento; mais de 2.000, em fase final de acabamento, sendo que mais de 500 estarão ultimados por ocasião da abertura das aulas do corrente ano letivo. Além dêsses prédios, firmaram-se acôrdos para a construção de 100 pequenos grupos escolares, que já estão em adiantada fase de construção.

Julgo o alcance dessa política plenamente demonstrado nas realizações em aprêço e nos benefícios que dela se vêm colhendo em todo o país. Atualmente, não há município do Brasil, — e poucos distritos estarão em situação diversa, — que não disponha, pelo menos, de uma escola rural, em construção ou já funcionando em prédio próprio, construído em obediência aos requisitos da pedagogia moderna.

O plano de ensino supletivo para adolescentes e analfabetos, Campanha de lançado em 1947, alcançou plenamente, no período já transcorrido, de Adultos os seus principais objetivos.

Graças 20s seus serviços, vão sendo recuperados para as atividades construtivas e para as responsabilidades da vida cívica, consideráveis massas de nossa população que, estagnadas pelo anallabetismo, viviam em situação marginal, propícia às influências dissolventes e negativas.

São convincentes e auspiciosos os resultados já obtidos, qualquer que seja o aspecto pelo qual se analise a Campanha. A convocação da solidariedade coletiva, feita pelo Govêrno, em benefício dessa causa, foi correspondida com excepcionais demonstrações de espírito de cooperação de todos os grupos sociais.

As repercussões do movimento ultrapassaram mesmo as nossas fronteiras, despertando interésse em instituições educativas e órgãos do pesquisa, que foram unânimes em reconhecer a importância e a significação do empreendimento ensaiado no Brasil. Recentemente, em sua última conferência mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). apontou como digno de imitação o trabalho que se efetuou entre nós, escolhendo o Brasil para sede, no correr dêste ano, de uma reunião especial dedicada ao estudo do assunto. Finalmente, publicações especializadas do estrangeiro também se têm referido

com entusiasmo à obra empreendida, o que demonstra a atenção com que a vêm acompanhando, tanto do ponto de vista cultural, como do administrativo. A Campanha de Educação de Adultos apresenta, em verdade, três aspectos de iniciativa inteiramente singular: como empreendimento pedagógico, como movimento de educação social e, finalmente, como obra de cooperação interadministrativa, experiência que ainda não fôra tentada no país, em bases tão amplas e completas.

Em 1947, os cursos se elevaram a 10.416, ao passo que em 1948 funcionaram mais de 13,000 com auxílio federal, mediante acôrdos com os Estados, os Territórios e o Distrito Federal, não sendo computadas, as classes que espontâneamente se criaram graças à operosidade de organizações culturais, instituições religiosas, emprêsas comerciais e industriais, ou ainda, por voluntários individuais. O movimento estatístico, que está sendo apurado pelos boletins mensais de freqüência de cada uma das classes, ainda não concluído, permite afirmar que a matrícula geral de ensino supletivo em todo o país excedeu a meio milhão de alunos, em 1947, e se aproximou de 700.000 em 1948. Sabendo-se que antes não excedia a 100.000, o movimento anual de todos os alunos de classes de ensino supletivo do país, inclusive os dos patronatos e instituições semelhantes, calcula-se que os adultos diretamente beneficiados, neste primeiro biênio, foram em número superior a um milhão.

Para êsse empreendimento impar, contou o Govêrno, em 1948, não sòmente com 25% dos recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário, consignado no orçamento, na importância de CrS 28.250.000,00, senão também com uma dotação especial de CrS 17.000.000,00, que, no mesmo orçamento, o Poder Legislativo destinou aos trabalhos de educação de adultos. Os gastos, em 1947, foram de CrS 26.655.757,20 e os de 1948 atingem cêrca de 40 milhões, o que se explica pelo maior número de classes em funcionamento, bem como pelas providências tomadas para dotá-las com melhor aparelhamento técnico, essencial ao programa da Campanha.

Ensino Normal A ação supletiva da União no campo do ensino primário, além da ampliação da rêde nacional de estabelecimentos dedicados a êsse fim, projeta-se, também, no plano do ensino normal e completa-se com as oportunidades de aperfeiçoamento e especialização que oferece a professôres e diretores de escolas nos Estados.

Não desconheceis, por certo, que o deficit de professôres diplomados é especialmente elevado: das escolas normais existentes, mais de 80% são mantidas por instituições particulares; assim, não basta construir o prédio para a escola, cumpre também auxiliar os Estados nos seus programas de formação de professôres.

Graças aos recursos concedidos pelo Congresso, estão sendo firinados acôrdos para construção de 45 novas escolas normais, que muito contribuirão para atenuar as graves deficiências que se observam neste tão importante domínio das atividades educativas.

Tal como o programa dos estabelecimentos rurais, a distribuição e a localização dessas escolas normais obedecem à prioridade das necessidades regionais. E' de notar, ainda, uma circunstância excepcional: é a primeira vez que a União dilata sua ação supletiva ao ensino normal, mantendo cursos de especialização e aperfeiçoamento para professôres e diretores de escolas, além de cursos regionais com a mesma finalidade.

Os estudos realizados para a elaboração do anteprojeto de Lei de Diretrizes e Bases redundaram em amplo inquérito sôbre a situação do ensino médio no Brasil e em relação à crise por que êle vem passando em todos os países. Relacionaram-se, destarte, em todos os seus aspectos, as deficiências, deformações e falhas que o viciam, assim como as causas históricas e influências que têm atuado sôbre o mesmo.

Quando se começa a considerar o assunto, impressiona, desde logo, dadas as limitações de nosso meio, o aumento extraordinário, nos últimos tempos, do ensino secundário, comercial, normal, industrial, doméstico e artístico.

De pouco mais de mil, em 1932, acolhendo cêrca de 120.000 alunos, o número de escolas dêsses ramos se eleva hoje a 4.000 e o de alunos a 600.000. No ensino secundário, pròpriamente dito, os estabelecimentos ascenderam de pouco mais de duas centenas a uma cifra superior a mil.

E' forçoso reconhecer, porém, que nesse aumento de iniciativas, a participação dos empreendimentos oficiais foi mínima, cabendo à cooperação privada mais de 80% do total de escolas e alunos. Cumpre, ainda, corajosamente registrar que, pela extensão e variedade de aspectos sociais que apresenta o Brasil, os órgãos federais, excessivamente centralizados, não raro exerceram, Ensino Médio até 1946, com sua atitude predominantemente fiscalizadora, ação de completo desestímulo.

Tôdas estas falhas só poderão ser erradicadas, em definitivo, através de nova conceituação do ensino médio.

No anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases, procurou-se estabelecer uma conciliação feliz entre os dois sistemas, — o cultural (ensino secundário) e o utilitário (ensino profissional), — atenuando-se a rigidez que porventura caracterize cada um.

O traço predominante que esta solução oferece é a possibilidade de circulação entre um e outro sistema, assegurando a ascensão até à universidade, através dos cursos profissionais, dos que se não tenham beneficiado com um curso secundário regular. Consagra-se, destarte, a orientação realmente democrática, por que tanto vimos trabalhando e que deve informar a educação brasileira.

## Ensino Industrial

Registraram-se, no ano findo, sensíveis progressos no desenvolvimento e na execução do programa do ensino industrial.

A rêde de escolas industriais e escolas técnicas compõe-se de 73 estabelecimentos, dos quais 24 são federais, 31 são equiparados e 18 são reconhecidos; 38 são de nível industrial e 35 de nível técnico.

Empenha-se o Govêrno em dotar as escolas técnicas de edificios modernos, que satisfaçam todos os requisitos do ensino que ministram. Em Maceió, acaba de ser lançada a pedra fundamental do novo edificio da Escola Industrial, que terá capacidade para 600 alunos e abrangerá uma área de 12.206 metros quadrados. Edificio moderno, terá tôdas as dependências necessárias ao ensino teórico e prático, além de instalações para alunos internos, auditório, ginásio coberto e amplo campo para esportes. A sua construção está orçada em Cr\$ 15.400.000,00.

O novo edifício da Escola Industrial de Cuiabá, em início, também de linhas modernas, terá capacidade para 500 alunos. Sua área total é de 8.028,94 metros quadrados e a sua construção está orçada em cêrca de Cr\$ 10.000.000,00. O projeto consigna todos es elementos indispensáveis ao funcionamento de uma escola profissional moderna.

Outra construção, iniciada há pouco, é a Escola Industrial de Florianópolis. Sua capacidade será de 1.500 alunos, dispondo de mstalações modernas para salas de aula, oficinas, ginásio, auditório e de dependências amplas para administração, refeitório, dormi-

tórios para 166 leitos, vestiário, etc. O orçamento atinge Cr\$ .. 15.189.396,00 e a área total de construção é de 12.764 metros quadrados.

A Escola Técnica de Natal terá também novo edirício para suas instalações. Não se recomendando a ampliação do edifício onde funciona, atualmente, no centro da cidade, desapropriou-se extensa área no bairro do Tirol e nela foi projetado, em condições vantajosas, o novo edifício, com capacidade para 600 alunos, cuja construção, orçada em Cr\$ 16.000.000,00, se iniciou em dezembro último.

Na Escola Industrial de Fortaleza prossegue a construção do pavilhão de ensino, com dois pavimentos, capacidade para 800 alunos e área de 3.396 m2. Amplia-se o corpo principal do edifício da Escola Técnica de Curitiba para instalação de novas oficinas, salas-de-estudo e de-estar, dormitórios, vestiários, enfermarias, etc.

Nas escolas sediadas no Distrito Federal, Vitória, Mañaus, Salvador e Recife estão sendo executadas obras de ampliação ou se constróem pavilhões para oficinas, salas e outras dependências. Em Belo Horizonte, retomou-se a construção da Escola Técnica, paralisada há mais de dois anos e insistentemente reclamada pelo desenvolvimento industrial que se processa naquela Capital. O edifício terá quatro pavimentos e capacidade para 500 alunos.

Não se limitou o Govêrno a construir novos edifícios ou ampliar os existentes. Melhora, renova e amplia as atuais instalações das escolas e adquire novos equipamentos. No exercício passado, cêrca de Cr\$ 8.000.000,00 foram despendidos na aquisição de máquinas operatrizes, aparelhos, utensílios de oficinas e de laboratórios e materiais diversos, a serem distribuídos pelas diferentes escolas.

Para 1949, estão previstas, entre outras, as seguintes providências: continuação do aparelhamento das oficinas e laboratórios escolares; organização de novos tipos de séries metódicas; e prosseguimento no programa de construções.

Está sendo objeto de estudos a adoção de uma política de cooperação com os governos estaduais, municipais e instituições privadas, visando oferecer assistência técnica e financeira em benefício do desenvolvimento do ensino industrial.

São igualmente expressivas as realizações do Govêrno no setor do ensino superior.

Entre as providências por que se traduziu a assistência do Govêrno às universidades do país, cooperando para o desenvolvimento das mesmas, citamos: a criação das universidades do Recife e da Bahia, sob o regime de autonomia; a inauguração do majestoso Hospital de Clínicas de Salvador, cujas instalações foram concluídas nos dois últimos anos, tendo o Govêrno adquirido, igualmente, todo o seu equipamento, que é, sem dúvida, o mais moderno do país. Suas enfermarias dispõem de 700 leitos. Acha-se também em fase final de construção, que por muito tempo estêve paralisada, a escola de enfermagem, anexa ao Hospital.

Apesar de dispor do necessário crédito, concedido pelo Congresso, em 1936, o Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina de Pôrto Alegre continuava apenas em projeto. Tomaram-se providências para que, em 1947, fôsse iniciada a sua construção, e, no ano passado, lançaram-se as fundações do seu monumental edifício de 15 pavimentos, com capacidade para 540 leitos, além de ambulatórios para 500 doentes.

Vultosos foram, também, os auxílios concedidos para a construção do Hospital de Clínicas da Universidade de Curitiba e para a Cidade Universitária de Minas Gerais.

Ensino Rural Além das escolas de ensino superior de agronomia e veterinária, mantém o Govêrno escolas de iniciação agrícola, escolas agrícolas e escolas agrotécnicas, destinadas à formação de técnicos nos diversos misteres agrícolas. O aparelhamento material dessas escolas tem sido objeto de especial cuidado, e, em 1948, nelas se realizaram, à conta de dotações do Orçamento da União, obras de readaptação e ampliação avaliadas em Cr\$ 9.233.793,00. Nos dois últimos anos equiparam-se, outrossim, êsses estabelecimentos agrícolas, o que permitirá a ampliação de suas áreas de cultura, tendo em vista o auto-abastecimento, pelo menos, de produtos regionais.

A Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário mantém 14 escolas em 12 Estados da União. Em 1946, a freqüência nesses estabelecimentos era de 1.513 alunos e, em 1948, foi de 2.203. Verificou-se, destarte, em dois anos do atual Govêrno, um aumento de 790 alunos, o que representa um acréscimo de 50% da freqüência.

A fim de tornar esses estabelecimentos centros de atração das populações vizinhas, neles se realizam semanas ruralistas, durante as quais se utilizam o cinema, o rádio, demonstrações práticas, pales-

tras educativas e exposições regionais, como meios capazes de esclarecer e orientar o homem do campo na melhoria de suas condições de vida e de seus métodos de trabalho. Dentro dêsse programa, cumpre mencionar que, nos dois últimos anos, houve 17 semanas ruralistas em diversos pontos do território nacional.

Na realização das semanas ruralistas e no aparelhamento dos estabelecimentos federais de educação rural, tem sido valiosa e eficiente a cooperação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais, criada em virtude do acôrdo assinado entre o Govêrno do Brasil e o Govêrno dos Estados Unidos da América, a 20 de outubro de 1945 e ratificado em 2 de abril de 1946. Para a execução das finalidades previstas nesse acôrdo, instalaram-se 34 centros de treinamento, sendo 20 em cooperação com estabelecimentos federais, quatro com estabelecimentos estaduais e 10 em colaboração com organizações particulares. Concluíram, em 1947, os cursos dos Centros de Treinamento 624 rapazes e moças, e, em 1948, foram em número de 792 os alunos que terminaram os cursos de tratoristas, trabalhadores rurais, práticos em veterinária e agricultura, economia doméstica e normalista rural.

Concederam-se, também, em 1948, auxílios no total de Cr\$ ... 4.400.000,00 à Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná, à Escola de Agricultura de Pernambuco, à Escola de Agronomia do Ceará, à Escola de Agricultura de Lavras, à Escola Superior de Agricultura de Minas Gerais, à Escola Superior de Veterinária de Minas Gerais, à Escola Fluminense de Medicina Veterinária, à Escola Técnica de Agricultura do Rio Grande do Sul e à Fábrica-Escola de Laticínios Cândido Tostes.

Desde 1.º de fevereiro de 1948, encontrava-se a Universidade Universidade Rural, com todos os órgãos que a integram, em pleno funcionamento nas suas novas e magníficas instalações, no km 47 da rodovia Rio-São Paulo.

Rural

Nos diversos cursos da Universidade Rural foram matriculados, em 1948, 972 alunos, sendo 141 em agronomia, 87 em veterinária e 744 nos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão. Além dos cursos normais de agronomia e veterinária, funcionaram em 1948, 13 cursos regulares e 24 cursos avulsos.

A transferência da Universidade Rural para suas novas instalações vem possibilitando, não só maior eficiência do ensino, principalmente do ensino prático, senão também grande desenvolvimento das atividades universitárias em geral. Assim é que, em 1948, teve lugar a Primeira Semana do Fazendeiro da Universidade Rural, com o objetivo de proporcionar aos lavradores e criadores do Distrito Federal e do Estado do Rio a possibilidade de aperfeiçoar seus conhecimentos, por meio de cursos rápidos sôbre diversos assuntos de interêsse imediato para a melhoria de sua lavoura e criação.

Em 29 de outubro de 1948 também se inauguraram no km 47 da rodovia Rio-São Paulo, obras diversas, destinadas a completar a instalação da Universidade Rural e de outras dependências do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas. Essas obras, nas quais foi aplicada a importância total de Cr\$ 26.275.818,30, são as seguintes: aviário e praça de desportos na Escola Agrícola Ildefonso Simões Lopes, abastecimento de gás para as dependências do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, compreendendo usina, equipamento e rêde de distribuição; instalação de campo para o ensino experimental e demonstrativo da cadeira de Horticultura e Silvicultura da Escola Nacional de Agronomia; abastecimento de energia elétrica para as dependências do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas; edifício, sede e pavilhão industrial do Instituto de Óleos; 15 residências para diretores, professôres e funcionários do Centro Nacional do Ensino e Pesquisas Agronômicas; edifícios de armazém, bar e açougue; serviço de esgôto e respectiva rède de coletores; almoxarifado geral do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas; ginásio e centro de desportos da Universidade Rural.

## Cidade Universitária

Após 12 anos de controvérsias sôbre a localização da cidade universitária da Universidade do Brasil, adotou o Govêrno Federal medidas para a solução do assunto, tendo tido prosseguimento os serviços preliminares que vinham sendo realizados para o aproveitamento das ilhas unificadas.

No orçamento de 1948, figuraram créditos para atender à desapropriação dos terrenos aluviais da Ilha do Fundão, e outros trabalhos imprescindíveis.

Até que se ultime a construção do Hospital de Clínicas, o que se verificará dentro de três ou quatro anos, preparam-se, de acôrdo com entendimentos entre o Govêrno e a Reitoria da Universidade, as enfermarias do Hospital São Francisco de Assis, para servirem provisòriamente ao ensino das clínicas da Faculdade Nacional de Medicina.

Autorizou-se, também, a título precário, a instalação da Reitoria da Universidade do Brasil e de quatro unidades universitárias que não possuem edificios próprios, no antigo Hospital de Psicopatas da Praia Vermelha, concedendo-se à Universidade do Brasil, para as primeiras adaptações, significativos auxílios financeiros.

As condições sanitárias de um país circunscrevem-lhe rigidamente o desenvolvimento econômico-social. No caso do Brasil, — onde talvez se processe, como já foi assinalado por tantos estudiosos, a maior experiência conhecida de adaptação da civilização européia a um ambiente tropical, — a melhoria geral das condições sanitárias e o desenvolvimento econômico-social são, verdadeiramente, têrmos co-extensivos do mesmo problema, isto é, a asseguração de possibilidades de progresso.

Imensas, desalentadoras dificuldades são encontradas neste setor da administração. Os resultados do censo de 1940 salientaram, como foi registrado em outra oportunidade, certos índices demográficos, que explicam o atraso econômico do país: crescimento populacional graças a uma natalidade altissima, mas estrangulado por um coeficiente de mortalidade excepcional, dos mais alarmantes em todo o mundo; 42,5% da população constituídos de menores de 14 anos de idade, carga dificilmente arrostada por outra nação; índice de morbidade elevadíssimo, tributo humano que pagamos há séculos, vitimados por endemias rurais e moléstias que, de endêmicas nas grandes cidades, passaram a assolar vilas e campos em caráter epidêmico.

Não havia como desanimar, porém, diante de quadro tão confrangedor. E hoje, passados três anos de govêrno, posso afirmar que a obra encetada no campo sanitário reveste aspectos de verdadeiro movimento de recuperação nacional.

A administração dos serviços de saúde pública, a cargo da União, já atingiu, em alguns pontos, elevado grau de organização técnica e está aparelhada para atender às necessidades do País.

SAUDE CONDIÇÕES SANITÁRIAS DO PAÍS como já se acha demonstrado pelo que foi conseguido na luta contra alguns dos mais terríveis flagelos.

Tem o Governo federal, a seu crédito, neste setor, os recentes exitos colhidos nas campanhas contra a febre amarela, a malária, a peste e o cólera, além do contrôle sob que vem mantendo outras moléstias, como a lepra e as febres tifóides. Aliás, convém acentuar que o renome dêsses trabalhos realizados no Brasil, em questões de saúde pública, já agora se estende por todos os círculos científicos e técnicos das nações civilizadas.

Dispomos, hoje, de serviços que já atingiram elevado grau de eficiência, como o Serviço Nacional da Febre Amarela, Serviço Nacional da Peste e Serviço Nacional de Saúde dos Portos. Outros atravessam fase de plena expansão, através dos quais realiza o Govêrno trabalhos excepcionais, em larga escala, sob a forma de campanhas, como o Serviço Nacional da Malária, o Serviço Nacional de Tuberculose e o Serviço Especial de Saúde Pública, que, fortalecido pela cooperação norte-americana, desenvolve amplo programa de assistência sanitária no Amazonas e no Vale do Rio Doce.

Convém, no entanto, ressaltar que a escassez de recursos financeiros impede que se dê o desenvolvimento desejado a serviços de reconhecida eficiência técnica, como o Serviço Nacional da Lepra, Serviço Nacional de Doenças Mentais, Serviço Nacional do Câncer, e ainda a outros complementares, cuja expansão depende estritamente das possibilidades orçamentárias.

REALIZAÇÕES NO CAMPO SANITÁRIO As realizações no campo sanitário, conforme verificareis, mostram que se não têm poupado esforços no propósito de estender maior assistência médica a tôda a população do país. Não se atacaram, apenas, os surtos de moléstias epidêmicas: também se vêm combatendo perseverantemente as endemias. Ademais, o combate à tuberculose, às doenças mentais ou ao câncer; à peste, à febre amarela ou à lepra, paralelamente a uma ação decisiva no campo da profilaxia de tôdas as doenças transmissíveis, vem absorvendo a atividade sanitária do Govêrno federal, através de campanhas de âmbito nacional, cujos resultados já são ponderáveis e dignos de especial registro.

Tuberculose

Antes do lançamento da Campanha contra a Tuberculose, em que se concentraram, a partir de 1946, fortes recursos técnicos e financeiros, tanto de caráter oficial como particular, a fim de dar

combate de larga envergadura a êsse flagelo, a situação da atividade sanitária nesse campo se apresentava deficiente e fragmentária, sem que se articulassem sistematicamente iniciativas e providências dedicadas a êsse fim.

O Serviço Nacional de Tuberculose, à míngua de verbas orçamentárias compatíveis com o vulto da tarefa que lhe coubera e desprovido dos necessários elementos de ação, por fôrça de falhas e insuficiências de uma legislação inadequada, revelava-se um serviço incompleto no quadro da Administração sanitária federal.

Em 1946, dispôs-se o Govêrno, em seguida a estudo acurado das condições do problema, a empreender a mobilização nacional dos elementos de combate à tuberculose; planificando minuciosamente sua ação, que se desdobraria em fases sucessivas, incorporando, sob diretrizes centrais, quaisquer disponibilidades que pudessem ser aliciadas. As bases da campanha assentavam na classificação das localidades e regiões de maior incidência da moléstia; na centralização da orientação e descentralização da execução; na reunião e entrosamento dos esforços oficiais, parestatais e privados; na possibilidade de desenvolvimento técnico-científico; na adoção de medidas de profilaxia e de educação e em regimes especiais de verbas e pessoal. Tais foram, com efeito, os objetivos que informaram o anteprojeto que, àquela época, vos foi encaminhado.

Elaborada sob os mais rigorosos critérios técnicos e concertada nos mínimos aspectos, processaram-se os entendimentos para o lançamento da Campanha em todo o território nacional, mediante indispensável articulação com os Estados e o Distrito Federal.

Norteou os trabalhos a certeza de que a tuberculose pode ser atingida em seus redutos, partindo-se de 25 centros funcionais, que incluem, na área de cada centro ou zona, a capital de cada Estado. Tal sistema engloba, em seu conjunto, 70% de tôda a população urbana, — onde se verificam 80% dos óbitos por tuberculose, — e interessa a 38,8% dos municípios brasileiros.

Constitui o aparelhamento médico-sanitário especializado a primeira preccupação da Campanha, por isto que, nas zonas estudadas, se registra um deficit de cêrca de 18.000 leitos hospitalares. Tal aparelhamento, ainda de acôrdo com os estudos referidos, está dentro de nossas possibilidades econômico-financeiras, tendo-se em vista os padrões fixados para a construção em série.

Incorporou-se também à Campanha o sistema de assistência social, já que parcela apreciável de nossa população urbana, ---

60% da população de 23 cidades de mais de 50.000 habitantes, segundo o recenseamento de 1940, — são compostos de associados ou beneficiários de instituições de previdência social. Tão notável contingente de nossa população está, assim, em condições de receber benefícios, sob a forma de profilaxia e assistência especializadas, da parte dos respectivos institutos, para os quais contribui em massa. Essa providência, que nos parece indispensável, deverá efetivar-se de acôrdo com as medidas legislativas já em discussão nas duas casas do Congresso.

A execução da Campanha vem-se desenvolvendo dentro dos estágios previstos e em obediência às seguintes providências: assinatura de convênios para a instalação da Campanha em todos os Estados, Territórios e Distrito Federal; construções hospitalares, visando a um total de 15.000 leitos; transformação dos dispensários atualmente existentes no País em centros dinâmicos de pesquisa e descoberta precoce da moléstia; ativa terapêutica ambulatória e intensa educação sanitária; e cooperação do Serviço Nacional de Tuberculose para a imprescindível formação do pessoal médico e pré-médico.

Quanto à assinatura de convênios, — magnífica demonstração de solidariedade intergovernamental, — apraz-me assinalar que, se até 31 de dezembro de 1947, já tínhamos ultimado acôrdos com os Estados da Bahia, de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Amazonas, Pará, Piauí e Rio Grande do Norte, já em 1948, novas unidades da Federação se entrosaram com os serviços da União; assim, exceção feita do Maranhão, Alagoas, São Paulo, Gciás e Mato Grosso, os demais Estados estão agora vinculados à Campanha Nacional contra a Tuberculose, tendo a maioria dêles recebido ajuda substancial em obras, equipamentos e pessoal técnico.

A Campanha não estaria vitoriosa nem poderia ser levada a bom têrmo se o Govêrno não empreendesse, de pronto, vultoso movimento de construções hospitalares. Desenvolveram-se, a partir de março de 1947, estudos para a padronização de um hospital de doença infecciosa que atendesse a exigências técnicas preestabelecidas, de tipo simples, de baixo custo e para construção em série. As obras, que tiveram início no fim daquele ano, já no comêço do segundo semestre de 1948 estavam em fase final de construção, apresentando capacidade para 3.000 leitos. Convém lembrar, todavia, que nesse número se incluem obras principiadas mas abandonadas na administração anterior, que comportariam 500 leitos.

O volume que tais obras atingiram durante o ano findo é de cêrca de 90.000 m2 de construção, com um orçamento aproximado de Cr\$ 100.000.000,00. Espera-se que até meados de 1950 estejam construídos 12.000 leitos dos de que tão urgentemente necessita o país.

Deve-se ainda à Campanha a ampliação, em todo o País, do uso do B.C.G. Incumbindo-se da distribuição da vacina para o território nacional, pôde o Serviço Nacional de Tuberculose superar as dificuldades decorrentes do prazo de sua vitalidade, que é de 10 dias, a partir da data da fabricação, mobilizando transportes aéreos e valendo-se de processos especiais de entrega. Incrementou-se, destarte, de maneira notável, o emprêgo do B.C.G., cuja produção, em 1948, foi o dôbro da de 1947.

O programa de luta contra a tuberculose inclui, para 1949, entre outros serviços: intensificação dos trabalhos e das obras já projetadas ou em execução, de acôrdo com o planejamento da Campanha; providências para objetivar a participação das instituições de previdência social na campanha, logo que seja aprovado pelo Congresso o projeto que dispõe sôbre o assunto; construção de 5.000 leitos numa área aproximada de 70.000 m2, os quais estão orçados em cêrca de Cr\$ 90.000.000,00; montagem de leitos iniciados em 1948 e a iniciar-se em 1949, despendendo-se nessas providências, respectivamente, CrS 20.000.000,00 e 15.000.000,00; desenvolvimento do programa de preparação de técnicos (médicos, enfermeiras, assistentes sociais, visitadoras e auxiliares de administração), através de cursos, bôlsas e estágios; estímulo e assistência aos núcleos de pesquisas, de acôrdo com o programa já iniciado em 1948; organização e montagem das cátedras de Tisiologia das Faculdades de Medicina, de modo a orientar os esforços da Campanha.

O Govêrno não esmorecerá, à vista das vitórias já alcançadas. Desejo mesmo afirmar que insistiremos com redobrado vigor, e, para tanto, volto a encarecer-vos a necessidade do pronunciamento do Congresso relativamente ao anteprojeto ora submetido a vosso exame, tão amplas são as possibilidades que êle abrirá a uma atuação mais eficiente da Administração federal.

Embora ainda persistam a insuficiência e as deficiências dos estabelecimentos dedicados aos doentes mentais, vem o Govêrno empliando grandemente suas possibilidades, insistindo principalmente na construção de unidades hospitalares.

Doenças Mentais Vale salientar de início que, no período findo, tive o prazer de inaugurar as obras do Bloco Médico-Cirúrgico do Centro Psiquiátrico Nacional. Possui o edifício oito pavimentos, e tôdas as suas dependências estão instaladas com excelente equipamento moderno. Ultima-se também a construção do moderno edifício destinado ao Instituto de Psiquiatria, cuja finalidade será a de receber, sob o regime de internação aberta, doentes nervosos e mentais, para observação, exame e tratamento, assim como identificação e triagem dos psicopatas, do Distrito Federal.

Na Colônia Juliano Moreira, cinco grandes obras estão em execução, consistindo em pavilhões separados para adolescentes e adultos.

Merece ainda especial destaque o edifício do Manicômio Judiciário, cuja construção acaba de ter início. Obra há muito reclamada e incluída nos programas governamentais, ficará situado nas proximidades da Penitenciária do Distrito Federal, como se impunha. A capacidade do novo edifício será de 374 leitos, sendo 336 para homens e 38 para mulheres. Compor-se-á de 12 pavimentos, estando as despesas estimadas em Cr\$ 40.000.000,00.

A cooperação entre as atividades da União e as dos Estados ampliou-se gradativamente no ano findo, não só através de atividades dos ambulatórios mantidos pelo Govêrno Federal, em várias capitais dos Estados, senão também pelo início da construção de vários pavilhões de verdadeiros hospitais psiquiátricos em numerosas cidades do país.

Para êste movimento, foram concedidos aos Estados, pelo Govêrno Federal, a partir de 1946, auxílios que se elevam a Cr\$ 27.100.000,00.

As providências acima indicadas, e cuja execução, em maior escala, depende de recursos suficientes, fazem parte de um largo programa que estamos levando a efeito, o qual se propõe dotar o país de 100.000 leitos para doentes mentais, número que julgamos indispensável a uma razoável obra de assistência social, no referido setor.

Câncer e Doenças Venéreas

Embora se venha ressentindo da falta de recursos e aparelhamento, o Govêrno está hoje vigilante no combate ao câncer, mantendo para tanto um órgão específico que espera tão-sòmente ser dotado de maiores possibilidades financeiras para que possa cumprir adequadamente suas atribuições. No ano em curso, terá início um programa de auxilios aos centros anticancerosos de iniciativa privada nos Estados, inclusive os que se acham em organização.

Essa cocperação se efetivará sob a forma de convênios com os Estados ou entidades particulares.

No momento, a despeito do que já se tem realizado neste triênio, o Govêrno Federal está empenhado em aumentar com urgência, o número de leitos para internamento de doentes necessitados de intervenções cirúrgicas, ou tratamento por irradiações, e na construção da sede do Instituto Central do Câncer, já autorizada, mas ainda dependente de trâmites administrativos.

No capítule das doenças venéreas, continuou o Govêrno Federal a cooperar substancialmente com as organizações sanitárias de cada Estado, quer fornecendo material de instalação, de laboratório e medicamentoso, quer financiando o trabalho de profissionais, indispensáveis a tais serviços, e até mesmo fornecendo-lhes a necessária assistência técnica, através de normas e instruções que lhes facultam orientação uniforme e adequada e mais segura coordenação de suas tarefas executivas.

Com apreciável rendimento e excelentes resultados, auxiliouse a manutenção de 32 dispensários antivenéreos nos Estados, além daqueles integrantes do Serviço Antivenéreo das Fronteiras, que são em número de 12, todos localizados no Rio Grande do Sul, e mais 25 centros de tratamento rápido, perfazendo um total de 400 leitos.

O combate sistemático a endemias representa importante ponto do programa de defesa sanitária. Dentre estas, convém assinalar a fabre amarela, a peste, a lepra e o tracoma. O Govêrno mantém, em promissoras condições, órgãos específicos de ação, que dêle vêm merecendo as maiores atenções.

Em 1948, só foram confirmados, em nosso País, três casos de febre amarela do tipo silvestre, o que demonstra o efetivo contrôle do mal. Nesse período, foram aplicadas mais de 480.000 doses de vacina antiamarílica, já tendo sido beneficiadas até agora, mais de 530.000 pessoas.

Quanto à peste, é animador constatar o alto teor de eficiência do respectivo serviço, que mantém as áreas urbanas do país fora do alcance dêsse flagelo. Dominamos todos os surtos de natureza silvestre que se verificaram, no ano findo, notadamente o que se Endemias

registrou na Bahia, que foi particularmente intenso. Os casos positivos verificados elevaram-se a 309, ocorrendo 50 óbitos. No entanto, excluídos aquêles em que não houve possibilidade de tratamento, por retardamento de notificação, o coeficiente de letalidade foi apenas de 7%. Em tôrno dêsses focos foi plenamente assegurada a assistência contra o perigo de disseminação dos surtos epidêmicos.

No tocante à lepra, é cada vez maior o vulto da cooperação que o Govêrno Federal vem dando aos Estados. A experiência demonstrou que o regime mais indicado para a realização de obras nas colônias ou leprosários é o de acôrdo com os Estados, uma vez que sejam observados os planos, projetos e especificações aprovados pelo Govêrno Federal.

Atentos a essa orientação, construíram-se unidades de vária natureza em leprosários do país. Em 1947. Estados foram beneficiados com a soma de Cr\$ 4.002.991,50. No exercício findo, esse auxílio se elevou a Cr\$ 20.858.152,00, proporcionando grande ampliação na capacidade dos leprosários.

Endemias Rurais Um dos setores de organização sanitária que apreciáveis cuidados vem inspirando é o referente às endemias rurais, tais como o tracoma, a bouba, a ancilostomose e a esquistossomose, para cujo combate eficaz ainda não dispomos, todavia, de recursos orçamentários suficientes. Dêsse modo, ainda são amplos e desastrosos para nossa vida rural os efeitos maléficos que decorrem dessas endemias. Julgo mesmo que, se há campo de defesa sanitária que nos deva merecer ainda maior atenção, é precisamente êsse.

No que concerne ao tracoma, são bastante conhecidos os três focos de endemia, situados, respectivamente, no Nordeste, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, dilatando-se ainda pelas regiões circunvizinhas dêsses Estados, o que permite uma estimativa do número de tracomatosos em cêrca de 750.000.

Já dispúnhamos, em fins de 1947, de 89 postos de combate à doença, distribuídos por 10 Estados. Mantidas tôdas essas unidades, foram ainda instaladas em 1948, — e quase tôdas se encontram em pleno funcionamento, — mais 17, assim distribuídas: uma no Piauí; três no Ceará; uma na Paraíba; uma em Pernambuco; uma em Alagoas; oito em São Paulo; uma em Minas Gerais e uma no Paraná, totalizando 106 postos de luta contra o tracoma e outras doenças infectuosas dos olhos.

Em relação à bouba, grave enfermidade que nas regiões de maior incidência chega a atingir 20% das populações, também temos insistido, sem tréguas, na campanha de defesa sanitária. Instalaram-se, destarte, em 1948, mais cinco postos e 10 subpostos de profilaxia, localizando-se seis em Alagoas; três em Pernambuco; três no Ceará, o que permitiu elevar a 36 o número de unidades da rêde que se vem estabelecendo nesta Campanha, ainda nela se incluindo dois centros de hospitalização: um em Pacoti (Ceará) e outro em Camucá (Paraíba).

Tão animadores são na profilaxia dessa espiroquetose os resultados já alcançados com os atuais recursos terapêuticos e sistemas de combate, que se torna plenamente indicada a concessão de mais largos fundos orçamentários, capazes de permitir um ataque mais extense, rigoroso e decisivo a êsse mal, possibilitando, assim, em prazo mais reduzido, sua erradicação que tão manifesta influência exercerá sôbre a economia das regiões por êle assoladas.

Vem o Govêrno também se esforçando por desenvolver o combate às verminoses, dirigindo-se principalmente contra as duas mais perigosas infestações helmínticas — a ancilostomose e a esquistossomose.

Embora adstrito a recursos muitos reduzidos, o trato do agudo problema constituído por êste grupo de doenças, em face de sua larga distribuição e alta intensidade, está a exigir ação de larga envergadura. No entanto, não obstante essas dificuldades, conseguimos instalar, em 1948, 17 novas unidades sanitárias, ampliando, assim, para vinte e cinco, o número de postos destinados a dar combate ao flagelo.

Das endemias rurais, a malária nos tem sido a mais perniciosa, assim pela virulência do mal, como pela amplitude das zonas de sua incidência.

No entanto, o objetivo que, há alguns anos atrás, parecia inatingível, — libertação de mais de 8.000.000 de brasileiros vitimados pelo flagelo da malária, — começa a oferecer possibilidade de ser alcançado, em virtude do desenvolvimento que teve a campanha desencadeada pelo Govêrno, que já agora promete frutificar da maneira mais auspiciosa.

Contribuiu para nos animar nessa tarefa formidável a descoberta de novos agentes de profilaxia e terapêutica da doença, que os progressos científicos permitiram fôssem utilizados com maior eficiência. Malária

Já vos dei conta, nas mensagens anteriores, das impressionantes vitórias que se colheram com os esforços despendidos, nesse importante setor do programa administrativo do Govêrno Federal.

Os métodos clássicos de combate à malária, onerosos e inseguros, foram substituídos pelas poderosas e eficientes técnicas reveladas pela ciência nestes últimos anos. Graças ao D.D.T., transferiu-se o campo de ação para o interior dos domicílios, o que veio
facilitar grandemente o trabalho sanitário, permitindo, ao mesmo
tempo, pela sua vigorosa ação residual, o abandono dos processos
de contrôle permanente, sem prejudicar a segurança nos períodos
estacionais de maior incidência da moléstia. Com a cloroquina,
tornou-se possível organizar um plano de assistência medicamentosa de maior amplitude e que hoje se irradia por todo o território
nacional.

Armado dêsses elementos e apercebido de consideráveis e crescentes dotações orçamentárias, pôde o Govêrno realizar contra a malária, nos dois últimos anos, uma mobilização de fôrças que não encontra similar em todo o mundo.

Em 1946, já se gastavam 1.858 kg de D.D.T., beneficiando diversas localidades dos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia e Espírito Santo; 164.831 pessoas foram medicadas; realizaram-se 337.779 visitas domiciliares; e aprestaram-se as bases de uma rêde de assistência permanente, com execução de trabalhos de engenharia sanitária e criação do Instituto de Malariologia, escola e centro especializados de estudos e pesquisas no terreno da malária.

Em 1947, êsses trabalhos lograram forte incremento. Cumpre assinalar nesse período, entre as realizações levadas a efeito, além da distribuição de medicamentos a 1.576.648 pessoas, duas grandes campanhas de dedetização e de proteção às populações da Bacia do São Francisco e da Baixada Fluminense, assim como as atividades gerais de profilaxia, que se estenderam ao Distrito Federai e a 18 Estados, tendo sido pesquisados 15.928.502 locais e feitas 2.849.850 visitas domiciliares.

Ao encerrar-se o ano de 1947, haviam sido instaladas 5.051 unidades distribuidoras de medicamentos antimaláricos, e dedetizados cêrca de duzentos mil prédios.

Em 1948, prosseguiu com firmeza crescente a execução do programa que se destina à eliminação da malária, como grave problema nacional.

A assistência medicamentosa, em larga escala, posta ao alcance dos necessitados das zonas malarígenas, foi o primeiro grande passo para restituir aos afazeres produtivos o homem do campo anemizado pela moléstia, reduzindo ao mesmo tempo a mortalidade, sobretudo na época epidêmica, e, principalmente, entre as crianças.

Em dezembro de 1948, encontravam-se em funcionamento, no país, cêrca de doze mil unidades distribuidoras de medicamentos, verificando-se, dêsse modo, em relação aos dados de 1947, os favoráveis resultados da campanha.

Assim, em qualquer recanto da maioria das regiões malarigenas, sob o contrôle da Campanha, pôde o nosso homem rural encontrar remédio para o mai que o enfraquece e inutiliza para a vida e para o trabalho.

Relativamente às aplicações domiciliares do D.D.T., que é a principal arma profilática de que dispomos contra a malária, a Campanha, além de prosseguir com seus programas de dedetização na Bacia do São Francisco e no Estado do Rio de Janeiro, já iniciados em 1947, elaborou e pôs em execução novos e extensos programas no Recôncavo Baiano, no Vale do Mearim e Itapecuru (Estado do Maranhão), nos Vales do Tocantins (Estado de Goiás), do Gramame (Estado da Paraíba), do Ceará-Mirim (Estado do Rio Grande do Norte), do Parnaíba (Estado do Piauí) e em tôda a área malarígena do Rio Grande do Sul (Municípios de Tôrres e Osório), zona malarígena do Distrito Federal e em outros pontos de diversas unidades da Federação.

Iniciaram-se também, e deverão ser concluídos nos próximos meses, programas de dedetização que cobrirão a extensa zona malarígena dos Estados do Paraná e Santa Catarina, enquanto foi levada a cabo, no Estado de Minas Gerais, em cooperação com o seu Govêrno, uma grande campanha de dedetização, que cobriu tôda a sua área malarígena, com mais de trezentos mil prédios.

O programa de dedetização domiciliar, cumprido em 1948, é um dos maiores que até hoje se executaram em todo o mundo. Quase 1.000.000 de prédios foram borrifados com D.D.T., uma ou duas vêzes, no decorrer do ano, tendo sido beneficiados mais de cinco milhões de brasileiros.

Não é preciso encarecer-vos a importância dessa obra, na qual foram despendidas cêrca de 800 toneladas de D.D.T., 1.500.000 litros de solventes e emulsificantes, e utilizadas 5.000 bombas aspersoras de vários tipos, dez conjuntos de compressores motorizados, 345 veículos diversos, sete aviões, sete lanchas, e outros

materiais, tomando parte na campanha setenta médicos malariologistas.

Anualmente, nas regiões dedetizadas, fazem-se novos inquéritos epidemiológicos para comparação dos índices malariométricos e anofelinométricos, de antes e depois da aplicação do inseticida, com a finalidade de avaliar a eficiência do método aplicado. Ainda para contrôle da transmissão da malária em zonas dedetizadas, é realizado, sempre que possível, e com periodicidade mensal, o exame microscópico de sangue das crianças nascidas após a dedetização até atingirem a idade de seis meses.

Cumpre ainda assinalar a atuação altamente elogiável do Serviço Nacional de Malária no sentido de manter e conservar as obras de drenagem construídas e até mesmo fazer executar outras. No decorrer de 1948, aquêle órgão, só no tocante a coletores superficiais, construiu 341.844 m, além de haver realizado obras de conservação em 12.825.462 m de coletores e revestido outros 204.096 m.

Foram ainda construídos drenos profundos na extensão de 57.120 m.; conservaram-se cursos d'água, que, somados, perfazem 35.397 m.; e realizou-se o desmatamento em 21.649.590 m2.

Procedeu-se, ainda, em 1948, a experiências e observações em busca de novos métodos de combate à malária, além dos anteriormente utilizados. Esses estudos experimentais para aperfeiçoamento dos métodos de trabalho, bem como o preparo e formação do pessoal técnico, são funções precípuas do Instituto de Malariologia, criado em 1946, pelo Govêrno Federal, como parte integrante do Serviço Nacional da Malária. Durante o exercício de 1948, o Govêrno empenhou-se na organização dêsse instituto, cujas instalações exigem uma série de laboratórios e aparelhagem especializada, prevendo-se a possibilidade de sua inauguração em princípios do ano vindouro.

Assistência Hospitalar Uma das atividades do Govêrno Federal no campo da saúde pública que se vêm desenvolvendo de modo crescente e substancial é a da assistência hospitalar. A originalidade do sistema adotado e as normas peculiares que o regulam, constituem, em matéria de organização hospitalar, valiosa experiência, já plenamente aprovada. Opiniões de especialistas estrangeiros inscrevem o Brasil na vanguarda dessa iniciativa, já que fomos os primeiros no mundo a criar um serviço oficial normativo para atender ao desenvolvimento

hospitalar, tanto das iniciativas governamentais como das particulares.

Pelas dotações orçamentárias destinadas a êsses serviços, podeleis plenamente avaliar o incremento que nos três últimos anos alcançou tão característica solução dada ao problema. Como pedra angular do financiamento da assistência hospitalar, foi instituído por lei o Fundo de Assistência Hospitalar a que se atribuiram, em 1947, CrS 30.300.000,00, e já em 1948 obtinha CrS 36.000.000,00

Graças a essas dotações, concederam-se, em 1947, auxílios a 453 hospitais; em 1948, processaram-se 685 pedidos e já estão encaminhados os pagamentos a 541.

A distribuição obedece a rigoroso critério, que se baseis em o número de leitos mantidos para indigentes, beneficiando, igualmente, hospitais gerais e especializados, com exceção dos de lepra, tuberculose, doenças mentais e leitos de maternidade, cujas necessidades são atendidas mediante recursos especiais.

As subvenções ordinárias para manutenção de instituições hospitalares, em 1948, atingiram Cr\$ 9.705.500,00, tendo sido a sua distribuição efetuada de acôrdo com as indicações do próprio Congresso. Em 1947, essas subvenções atingiram o total de Cr\$ ... 8.871.500,00.

Quanto aos auxílios e às partes que tocam à União nas obras em cooperação, inclusive construção de unidades hospitalares, se em 1947 atingiram Cr\$ 28.950.000,00, elevaram-se, em 1948, a Cr\$ 78.744.000,00.

Os acôrdos assinados em 1947 referiram-se à execução de 115 obras diversas. Aos Estados foram entregues Cr\$ 7.000.000,00 para construção de cinco hospitais regionais e dois leprosários, enquanto aos municípios coube a parcela de Cr\$ 8.900.000,00 para aplicar em cinco hospitais. As entidades privadas atribuiu-se a importância de Cr\$ 23.950.000,00, o que eleva o dos auxílios a Cr\$ 39.850.000,00.

Em 1948, a dotação destinada a obras em cooperação subiu para CrS 82.460.000,00, e o número de beneficiados, inclusive

Com êsses auxílios a instituições particulares, vai o Govêrno contribuindo para manutenção e ampliação de hospitais, santas-casas, asilos, orfanatos e escolas, de todos os graus. Decorreram, pois, dêsse esfôrço financeiro da União, que se alastrou por todo o território nacional, benefícios incalculáveis para a assistência hospitalar, assistência social e mesmo para o ensino particular.

Defesa Sanitária dos Portos e Aeroportos

São advertências que vêm sendo devidamente ponderadas, os constantes perigos que nos têm ameaçado nesses últimos tempos, entre os quais, por duas vêzes, graves possibilidades de invasões epidêmicas, a primeira, decorrente do contato com as regiões africanas, habitat do Anopheles gambiæ, por ocasião da guerra; e a segunda, em fins do ano passado, quando da irrupção do cólera no Egito.

Mediante recursos especiais, concedidos pelo Congresso a fim de que ficassem bem aparelhados os nossos portos, atenderam-se às mais prementes exigências nos de Recife e do Rio de Janeiro, prosseguindo idêntico trabalho nos demais. Para tanto, o Serviço de Saúde dos Portos realizou, no ano findo, amplo trabalho a fim de melhor cumprir suas finalidades, aperfeiçoando sua organização e aparelhamento.

Outras providências também se adotaram, visando aos mesmos resultados nos aeroportos, onde a fiscalização sanitária, indispensavel como é, deve oferecer absolutas condições de eficiência.

Em obediência a êsse programa, já-estão sendo instalados dois aeroportos sanitários, um em São Paulo, outro em Recife, achando-se previstos os do Rio e Belém.

Também já está aprovado o projeto para a instalação de Estação Sanitária na Ilha das Flores, de tão imperiosa necessidade.

Procura, pois, o Govêrno aprestar-se ràpidamente para qualquer eventualidade, no que se refere a setor das atividades sanitárias, tão relevante que é, a fim de salvaguardar assim o bemestar da Nação, como o do próprio Continente.

Obras de Engenharia Sanitária

Em setor de tanta importância para nossa defesa sanitária, os diferentes órgãos especializados vêm trabalhando com afinco e exercitando um programa que cobre todo o território nacional.

Em 1948, concluíram-se os levantamentos topográficos necessários ao estudo de abastecimento de água das cidades de Aracati, Sobral, Juazeiro, Ipu, Iguatu, Quixadá, Baturité, Barbalha, Itapipoca e Camocim, tôdas no Ceará; Alegre e Mimoso, no Espírito Santo; Petrolândia, Petrolina, Pão-de-Açúcar, Penedo, Propriá, Carinhanha, Bom Jesus da Lapa, Barra, Barreiras, Juazeiro e Curaçá, no Vale do São Francisco.

Desdobrou-se ainda o Govêrno em vultosas obras de saneamento por todo o território nacional. Iniciaram-se os serviços de dragagem do canal Santo Alberto, no Rio Grande do Norte, e dos rios Jucu e Araraquara, no Espírito Santo, tendo sido escavados cêrca de 40.000 m3; continuamos os mesmos serviços no canal Jaguaribe, na Paraíba, e também nas baixadas Santista e Fluminense. Nesta última, prosseguiram as dragagens nos distritos de Sepetiba, Guanabara, Araruama e Goitacases, com o emprêgo de 70 drag-lines e duas dragas flutuantes, cuja produção ultrapassou 5.000.000 m3.

Muito mais, todavia, foi realizado no tocante à defesa contra as inundações de cidades como Juiz de Fora e Pôrto Alegre: limpeza e escavação manual de cursos d'água; revestimento e conservação de canais; e construção de cais. Convém, ainda, lembrar que, só na Bahia, iniciamos obras em Jacobina, Ilhéus e Itajuípe, com extensão total de 1.806 m.

Propõe-se o Govêrno Federal, durante o exercício de 1949, a proceder à instalação dos serviços de saneamento do Maranhão; início dos serviços de escavação mecânica de rios, nos Estados de Santa Catarina e Paraná; início do terrapleno do Cais de Navegantes, em Pôrto Alegre, e dos serviços de saneamento em Ijuí e Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul; início da construção da barragem de Chapéu d'Uvas e do saneamento de Cataguases e São Lourenço, no Estado de Minas Gerais; ampliação dos serviços de saneamento na Baixada de Araruama, Estado do Rio de Janeiro; ampliação das obras de atêrro dos alagados de Recife, Pernambuco; ampliação das obras de saneamento, na Bahia e no Espírito Santo; conclusão dos cais de saneamento de Jacobina e Itajuípe, no Estado da Bahia; conclusão do revestimento do canaí do Reginaldo, em Alagoas; conclusão das tomadas d'água dos canais São Bento, Saquarema e Macaé-Campos e das pontes sôbre os canais São Pedro e Imunana e lagoa de Saquarema, na Baixada Fluminense; conclusão do Cais de Navegantes, do túnel do Parso

do Salto-Bugres e das barragens do Salto e Capingui, no Estado do Rio Grande do Sul; construção da barragem móvel do rio Cachoeira, em Itabuna, Estado da Bahia, e, finalmente, construção das pontes de concreto armado, sôbre os canais da Flecha, Macacu, Perequê-Açu, Batatal e Iguá, na Baixada Fluminense.

Como vêdes, são tôdas elas obras de grande vulto, que, uma vez concluídas, influirão ponderàvelmente nos índices efetivos de nossa defesa sanitária.

Auxilio às Vitimas de Enchentes

Merece registro especial a mobilização de recursos técnicos e humanos, realizada pelo Govêrno, para assistir, de modo rápido e eficiente, as populações flageladas pelas enchentes que se verificaram em Minas Gerais.

Confiada ao Ministério da Educação a coordenação das providências a serem tomadas para atender a êsse objetivo, procedeu-se ao exame da situação, em todos os seus aspectos, reunindo-se para êsse fim, não só os chefes de serviços técnicos do Ministério, como os dirigentes das entidades representativas do Comércio e da Indústria.

Os auxílios visaram, de início, o socorro médico-sanitário e provisão de roupas, víveres, utensílios e vestuário.

Partiram imediatamente para o local numerosos comboios e caminhões, transportando auxílios de tôda natureza, desde alimentos até pequenas casas de madeira, de armação fácil e rápida.

Vencidas grandes dificuldades, atingiram-se os locais mais fortemente assolados. Aí, o Govêrno instalou seus postos médicos e assistenciais: em Pôrto Novo, Vila Laroca e Caxias, no município de Além-Paraíba, e nos municípios de Volta Grande e Pirapitinga.

De posse de novos elementos recolhidos durante a fase preliminar, o plano de assistência foi dividido em três fases: socorros médicos e sanitários; auxílios gerais e abrigos; e restabelecimento da normalidade da região assolada, procurando evitar o êxodo das populações tomadas de pânico.

A primeira fase desenvolveu-se sob a inspiração da experiência já lograda em trabalhos anteriores, com o aperfeiçoamento e ampliações reclamados pela situação.

Além das atividades de assistência médica e sanitária, o Govêrno iniciou um serviço de cadastro e recenseamento dos prejuízos. Entre as atividades da missão médica, cabe destacar a cloração da água de abastecimento, vacinação intensiva contra a febre tifóide e paratifóide e varíola, assistência aos feridos, assistência médica à população em geral e cuidados especiais com a saúde da criança.

Depois de alguns dias de trabalho intenso, foram alcançados es objetivos previstos na segunda fase, embora não tenha sido possível restabelecer imediatamente o abastecimento normal das populações atingidas, em conseqüência da desorganização geral da vida comercial e bloqueio das estradas. Foi emprêsa que exigiu os maiores sacrifícios, tendo o Govêrno contado com a cooperação do Exército, Marinha e Aeronáutica, a cuja eficiência se deve, em grande parte, o êxito dos trabalhos levados a efeito sob tão difíceis condições.

As providências constantes da terceira fase desenvolveram-se também com excepcional presteza, mantendo o Govêrno da União permanente contato com o dos Estados diretamente interessados. Recolheram-se informações minuciosas, através de amplo inquérito que foi realizado de casa em casa, de fazenda em fazenda, com o objetivo de inventariar com segurança os prejuízos soíridos pelos habitantes locais.

Para atender às contingências oriundas da interrupção das vias de comunicação, o Ministério da Marinha enviou para as regiões assoladas dois grupos de aparelhos radiotransmissores, montados em caminhões especiais e providos de guarnição técnica.

Instalaram-se êsses grupos em Pôrto Novo e Pirapitinga, tendo efetuado, enquanto durou a interrupção, trabalho superior a 2.000 comunicações radiotelegráficas.

Um dos problemas mais sérios foi e está sendo o do restabelecimento da rêde de energia elétrica dos municípios vitimados por essas enchentes, tendo ocorrido, as mais das vêzes, destruição de barragens e destroçamento de usinas pelas águas. Providencicu-se, inicialmente, energia para Volta Grande. Tendo ésta município, entretanto, conseguido restabelecer seus serviços próprios, foram as providências transferidas para o município de Além-Paraíba, mais carente do que qualquer outro, dado o número de indústrias que possui; já se iniciaram, destarte, os trabalhos de construção de uma linha especial para a localidade de Pôrto Novo. Promoveu também o Govêrno o pronto restabelecimento das escolas rurais e grupos escolares, bem como dos hospitais, cuidando atualmente de construir os que foram destruídos.

Posso afiançar-vos que estão assegurados da melhor maneira abrigo e socorro às populações flageladas, o que representa um significativo êxito do Poder Público, pela presteza e segurança com que se houve em tão lamentável emergência.

Neste momento, empenha-se o Govêrno no estudo minucioso da conjuntura, que lhe permita adotar medidas concretas para recuperação socioeconômica de tôda a zona sinistrada.

PROTEÇÃO A INFÂNCIA E À ADOLES-CÊNCIA Os lamentáveis índices de mortalidade infantil ou de mortinatalidade são provas bem eloquentes de como o problema da criança se tem apresentado, entre nós, com aspectos sombrios.

Acresçe a circunstância de que, ao contrário do fenômeno verificado em todos os centros civilizados, êsses índices não apresentam tendência a decrescer, mantendo-se, em geral, estacionários nas capitais brasileiras, salvo em três ou quatro, enquanto se registra em outras movimento para a alta.

Diante dessa situação foram insuficientes e precários os esforços despendidos pelas administrações passadas. As medidas anteriores resultaram, as mais das vêzes, improfícuas, principalmente porque não foram acompanhadas dos recursos indispensáveis à sua execução.

Basta citar que as verbas orçamentárias destinadas a essa causa, de 1939 a 1945, totalizaram apenas Cr\$ 20.000.000,00. Ao lado da exigüidade dos recursos, tampouco se elaborara um planejamento amplo das providências mais aconselháveis. Os auxílics eram distribuídos sem prévia sistematização das necessidades, impondo-se notar que, naquele período, o número de obras auxiliadas pelo Govêrno federal foi apenas de 117. Foram empenhados, é certo, esforços em prol da redenção da criança, convindo ressaltar que partiram principalmente da iniciativa particular, dispersada em instituições isoladas.

Ainda em 1946, a dotação orçamentária destinada à assistência à maternidade e à infância foi, como em 1945, apenas de CrS 6.000.000,00, a que se devem acrescentar Cr\$ 4.306.000,00 de subvenções distribuídas a obras dêsse gênero pelo Conselho Nacional do Serviço Social.

Tal era, grosso modo, a situação quando o Govêrno começou a elaborar um programa e articular um sistema, que objetivavam

congregar energias dispersas, possibilidades existentes, iniciativas já devotadas ao problema, em todo o país, a fim de promover uma cruzada de grande alcance em favor da criança.

Esse movimento, organizado sob a forma de Campanha, que lancei direta e pessoalmente do Palácio do Catete, empreendeu desde logo vigorosa atividade educativa, tendente a interessar tôdas as classes e o próprio povo no problema, e a canalizar, sob uma só orientação, todos os veios da cooperação particular. Simultâneamente com essa mobilização da consciência pública, a Campanha dispôs-se a colaborar econômicamente com quantos governos estaduais estivessem dispostos a manter e a desenvolver obras de assistência à mãe e à criança.

CAMPANHA DA CRIANÇA

Elaborou-se um programa básico de realizações e de combate à mortalidade infantil, com o exame das necessidades dos Estados e Territórios, que para isso foram visitados por técnicos federais; planejou-se a distribuição da verba destinada à Campanha; organizou-se um esquema de prioridades para as obras mais estreitamente relacionadas com o assunto: maternidades, consultórios de gestantes, consultórios de higiene infantil, postos de puericultura, lactários, abrigos maternais, creches e hospitais infantis.

Já em 1947 os recursos utilizados pela Campanha se elevaram a Cr\$ 32.048.000,00, total que inclui Cr\$ 9.048.000,00 de subvenções, o que por si só exprime o surto de realizações e trabalhos verificados nesse setor.

Em 1948, a atividade da Campanha assumiu proporções que ainda mais encorajam o prosseguimento dos esforços. Além dos Cr\$ 30.000.000,00, da verba própria de estímulo à Campanha de Assistência à Infância, distribuíram-se, de acôrdo com os planos e plantas organizados pelo Departamento Nacional da Criança, Cr\$ 21.750.000,00 da verba de Obras e Equipamentos para realizações específicas de maternidade e proteção à infância. Se se acrescentarem a êsses auxílios os Cr\$ 10.402.500,00 de subvenções do Conselho de Assistência Social, concedidos em seguida a pareceres do Departamento Nacional da Criança, chega-se a um total de Cr\$ 62.152.500,00, que é a importância dos recursos proporcionados pelo Govêrno federal, no ano findo, aos Estados e Territórios, para obras de assistência à criança. Graças a estas dotações, auxiliaram-se, para início, prosseguimento ou equipamento de construções, 499 unidades assistenciais.

Celebraram-se convênios com todos os Estados para o desenvolvimento dos serviços de maternidade e proteção à infância e também com a Legião Brasileira de Assistência, obrigando-se esta entidade, em virtude do acôrdo, a contribuir com Cr\$ 10.000.000,00 para a execução dos planos estaduais.

Empreendeu-se em quase tôdas as capitais um movimento de cooperação financeira, que alcançou em alguns Estados extraordinário êxito. No Distrito Federal, as importâncias angariadas a ingiram a Cr\$ 7.500.000,00, com os quais foram auxiliadas 78 obras particulares. No Recife, as contribuições atingiram a Cr\$ 1.300.000,00, e, em Salvador, a Cr\$ 1.800.000,00.

A campanha doutrinária cresceu de vulto, através de trabalhos sôbre problemas de maternidade, infância, educação popular, e da distribuição de milhares do folhetos sôbre educação infantil e propaganda de puericultura.

Realizaram-se, outrossim, quatro exposições educativas de puericultura: três, no Distrito Federal, Recife e Curitiba; a outra que é desmontável, deverá circular no interior do país. Efetuaram-se cinco inquéritos sóbre problemas de maternidade e infância; cito cursos de puericultura e administração, de aperfeiçoamento, organização de serviço e treinamento de pessoal auxiliar. Procedeu-se à instalação das Delegacias da Criança, recentemente criadas, em sete regiões, já estando nomeados e em exercício cinco dêsses delegados.

O planejamento para 1949 prevê, entre outras iniciativas, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos planos estaduais de serviços, em cooperação com os órgãos federais, visando, principalmente, à aplicação dos recursos orçamentários, na forma já estabelecida nos Convênios com os Estados; e o prosseguimento das obras que já se encontram em andamento, com instalações de novas unidades da rêde de serviços assistenciais à maternidade e à infância.

Dará o Govêrno prioridade às obras mais estreitamente relacionadas com o problema da mortalidade infantil, — maternidades, postos de puericultura, lactários, abrigos, cantinas maternais e creches, — optando preferencialmente pelas adaptações e instalações de emergência, de modo a evitar dispêndio de recursos e perda de tempo.

Será ainda intensificada a assistência à criança da zona rural, através de maior número de Postos Volantes, idênticos aos que já se encontram em funcionamento, bem como os entendimentos

com a Justiça de Menores dos Estados e Territórios, e quaisquer repartições que se ocupem do problema do menor abandonado, para elaboração de um plano conjunto de ação.

No campo de assistência a menores, cabe salientar, de início, que só em 1948 ficou claramente dirimido o conflito de atribuições que se vinha arrastando entre órgãos de dois poderes, — o Judiciário e o Executivo. Tratando-se de matéria que, por sua natureza, não admite conflitos de competência, saiu vencedora a tese do Executivo, — endossada pelo egrégio Supremo Tribunal Federal, — do que resultou dispensar-se maior fôrça ao Decreto-lei n.º 6.865, de 11 de setembro de 1944, que redefiniu o Serviço de Assistência a Menores, subordinando-o ao Ministro da Justiça e articulando-o aos Juízes de Menores de todo o país, o que lhe dá, conseguintemente, âmbito nacional.

A Justiça de Menores acumulava, sponte propria, êsse lento, minucioso e difícil reajustamento, antes da existência do órgão executivo e, para tanto, dispunha, no Distrito Federal, dos meios ora atribuídos ao Serviço de Assistência a Menores. Hoje, cabe ao Serviço aquela elevada tarefa, e êle a vem exercendo, procurando, outrossim, aperfeiçoar-se dia a dia. Desapareceu, portanto, a contingência, enquadrando-se o juizado na forma e na figura do Juízo, a fim de realizar sua missão exaustiva e absorvente, que impossibilita desvios para o terreno afeto à Administração Pública. A Justiça poderá, assim, esgotar sua jurisdição, sem essa sobrecarga, que lhe seria insuportável ou inadequada.

Convém ainda lembrar que tudo concorre para tornar sem objeto o conflito: a categoria administrativa do Serviço de Assistência a Menores, a universalidade do seu poder assistencial, sua irradiação no território nacional, sua complexidade técnica e suas finalidades, que vão desde o estudo das causas de abandono e da delinqüência da menoridade (art. 2.º, n.º VIII, do Decreto-lei n.º 6.865, de 1944), até à colocação dos egressos (n.º VI); desde a publicação de estudos e pesquisas, inclusive estatísticas (número IX), até a sistematização, orientação, fiscalização de educandários.

Até 1947, o Serviço de Assistência a Menores, — pedra angular na administração, neste setor da Assistência Social, — não possuía, de fato, características que o credenciassem junto à opinião pública.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A MENORES O Serviço tinha apenas âmbito local. Dispunha de um órgão central, um alojamento provisório para ambos os sexos, três patronatos e um pavilhão para menores difíceis.

A única escola para menores difíceis lhe foi retirada e entregue a uma fundação particular. O Hospital Central não chegou a ser inaugurado. Dêsse modo, acontecia que os menores tinham de ser enviados a vários estabelecimentos particulares, pagos pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, mediante contrato, ou pelo próprio Serviço. Os menores matriculados eram apenas submetidos a exames médicos e psicotécnicos e encaminhados aos colégios.

Em 1948, o Serviço sofreu completa e radical transformação, pondo-se efetivamente em execução a lei que lhe dá âmbito nacional. Fundou agências no Amazonas, Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Minas Gerais (Juiz de Fora e São Lourenço), no Estado do Rio de Janeiro (Niterói e Campos), Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás, socorrendo assim, fora do Distrito Federal, cêrca de 62.000 menores.

Quanto aos métodos didáticos, também foram em parte mudados, aproveitando-se a experiência dos anos anteriores. Os colégios foram classificados em masculinos e femininos; os primeiros subdividem-se, quanto ao tipo, em agrícola, quando no interior, e industrial, quando nas cidades; quanto ao grau: pré-escolar, primário, comercial-básico e ginasial; os segundos compreendem os seguintes tipos: pré-escolar e escolas de artes e ofícios, com cursos primário, comercial-básico e ginasial.

Quanto ao setor de assistência médica do referido serviço, cumpre mencionar que, em 1948, o movimento global de consultas, exames, radiografias, trabalhos de laboratório, de odontologia e de cirurgia, atingiu a cifras bastante eloqüentes. Para o ano que se inicia pensa o Govêrno levar avante substancial programa de ação, instalando novas agências nos Estados, novas casas de menores trabalhadores, novos ambulatórios, creches e berçários, contratando novos colégios, além de ampliar o Hospital Central e o Serviço Médico.

Como afirmei na Mensagem que vos enderecei no ano passado, a estrutura dêsse Serviço, inserto em Ministério a cuja alçada escapam os problemas educacionais, e as normas de seu funcionamento não vinham correspondendo aos seus objetivos, talvez porque fixadas em legislação anterior ao regime vigente. Vícios administrativos que nêle se localizaram e erros acumulados de administrações passadas criaram condições de todo desfavoráveis ao desempenho de suas funções.

Obviando a tais inconvenientes, pensa o Govêrno imprimir-lhe cunho de instituto de pesquisas, observações e experiências, havendo mesmo a Comissão criada para elaboração do anteproieto do Código de Menores concordado em dar nova estruturação ao órgão, erigindo-o em departamento nacional e autônomo.

Quando em 1946 assumi o poder, tive logo a atenção despertada pelas deficiências de nosso Código de Menores, que o tempo de vigência se encarregara de tornar retrógrado e inadequado aos modernos princípios de assistência aos menores abandonados.

Não ignorava que, enquanto o país contasse, em tantos pontos de seu território, com uma infância analfabeta e mal alimentada, seria impossível valorizar a eficiência moral e econômica das novas gerações.

Dada a importância do problema, a par de medidas administrativas imediatas, providenciei fôsse apressada a elaboração do novo Código de Mencres, que aproveitará a experiência de outros países mais avançados nesse campo da administração assistencial, consubstanciando, entre outras disposições, a entrosagem dos órgãos oficiais e entidades particulares, dedicadas a essa finalidade, para o fim de melhorar os meios de reeducação e alojamento dos menores. Cogita-se mesmo de conferir autonomia aos órgãos administrativos atinentes à matéria, a fim de que venham a exercer, com maior presteza, as suas atribuições.

A Comissão em aprêço concluirá a sua importante tarefa neste exercício, de forma que espero muito em breve solicitar o pronunciamento do Congresso Nacional sôbre um Código de Menores que corresponda às modernas concepções existentes sôbre a matéria.

As instituições que compõem o sistema previdenciário brasi- ?REVIDENCIA leiro, atendendo a insistentes recomendações que o Govêrno tem feito, vêm tomando medidas, com o intuito de reduzir ao mínimo indispensável o tempo de concessão de benefícios e a documentação que instrui os respectivos processos, procurando, outrossim, dar maior objetividade à prestação de serviços sociais e assistenciais a seus segurados e beneficiários.

Fazendo-se um retrospecto sôbre as atividades dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, melhor se observará o පුල පොල්ට MENORES

E ASSISTEN-CIA SOCIAIS

crescimento orgânico da política seguida pelo Govêrno nesse importante setor da administração federal.

RETROSPECTO GERAL No triênio de 1946 a 1948, porfiou-se por estender os benefícios do seguro social a maior número de habitantes do país, e, efetivamente, essa ampliação gradativa de âmbito vem-se processando, não sòmente em virtude do maior número de pessoas assistidas pela previdência social, mas também pelo aumento na distribuição dos benefícios. Assim, o expressivo crescimento observado em o número de segurados e beneficiários e o custeio da assistência podem ser verificados no quadro abaixo:

AX08	SEGUBABOS ATWOS	heneficiários	TOTAL DE ASSISTIDOS	BESPESA COM	
		(1)		PAGAMENTO BE DENEFICIOS	CESTEIO DA ASSIS- TÊNCIA
1945 1946 1947 1948	2,762,822 2,824,400 2,924,538 (2) 3,300,000	5,648,818 5,349,076	S. 473. 227 S. 773. 634	882,544,709,70	111.980,888,70 193.954,078,20

Fontes: Serviço Atuarial do M.T.I.C.; D.N.P.S. do M.T.I.C.

- 1) Avaliado em duas pessoas por segurado
- 2) Estimativa
- 3) Dotações orçamentárias.

No tocante às reservas de previdência social, observa-se orientação mais razoável e sensata quanto à aplicação das mesmas. As iniciativas de interêsse social das classes seguradas, como encareci na mensagem transata, têm agora a primazia do mesmo passo que se cerceiam os investimentos de caráter inseguro ou os que se processavam em larga escala. Facilitaram-se, de preferência, os financiamentos destinados a fomentar o bem-estar coletivo, e, ora adquirindo imóveis para instalação de dependências das próprias autarquias, ora construindo ou ampliando hospitais, casas de saúde, sanatórios, ambulatórios, postos médicos e casas de tipo popular, as reservas de previdência social passaram talvez a ter melhor utilização.

PROJETO DE LEI ORGÂNICA A tramitação do projeto de Lei Orgânica da Previdência Social tem sido acompanhada com vivo interêsse e, embora reconheça que a complexidade da matéria determina o retardo de um pronunciamento definitivo do Congresso Nacional, não me eximo ao dever de solicitar de vossa operosidade a rápida concretização desse projeto de lei, que é uma necessidade há muito protelada.

O acurado estudo a que vem sendo submetido pelas diversas comissões técnicas da Câmara dos Deputados demonstra bem o empenho de seus ilustres membros em dotar o país de um Estatuto legal que lhe permita atender, com maior eficiência e equidade, a todos os trabalhadores, sejam êles rurais ou urbanos.

Desnecessário também se torna acentuar a importância de uma lei que venha pôr têrmo à diversidade de tratamento entre os segurados da Previdência Social, no que diz respeito a contribuições, benefícios e assistência médico-hospitalar, bem como à notória dispersão de esforços administrativos que ora ainda se vêm verificando.

Propõe-se êsse projeto de Lei Orgânica a reestruturar em bases uniformes todo o conjunto previdenciário brasileiro e consolidar sua vasta e contraditória legislação, permitindo, destarte, o alargamento de seu campo de aplicação e uma oportuna e imprescindível unificação dos sistemas. Não desconheceis, pois, a magna relevância dêsse projeto, sendo de esperar que, na sessão legislativa que se inicia, seja êle debatido isento de tumulto e das controvérsias partidárias, visando aos interêsses gerais da Nação.

Como complementação da legislação vigente, foi, em 1943, convertido em lei, sob o n.º 593, o projeto que colimava restaurar a aposentadoria ordinária para os segurados das Caixas de Aposentadoria e Pensões e dava outras providências relativamente à administração das mesmas Caixas.

Para que fôssem atendidos os novos encargos originários da Lei n.º 593, aumentaram-se para 7%, nos primeiros cinco anos de sua vigência, as contribuições de empregados e empregadores.

Em relação aos segurados dos Institutos, tomaram-se medidas que asseguram solução humana e racional para problemas que reclamavam firme solução.

No tocante à aquisição de casa própria pelos segurados em geral da Previdência Social, foi decisiva a reforma introduzida nos dispositivos do Decreto n.º 1.749, de 28 de junho de 1937, pelo Decreto n.º 25.175-A, de 3 de julho de 1948. Essas novas disposições vieram disciplinar a matéria, que estava a exigir, com efeito, clarificação de modo a permitir, mesmo no exercício de 1948, a extensão do benefício a maior número de segurados. Possi-

LEIS COMPLE-MENTARES bilitou-se, destarte, um apreciável aumento em o número e valor Jas operações, naquele setor.

Vinculação
do Seguro
de Acidentes
do Trabalho
às Instituições de
Previdência
Social

As iniciativas governamentais, no sentido de tornar o seguro de acidente do trabalho um monopólio estatal, revelam bem o cuidado especial e interêsse profundamente humano pela pessoa e dependentes econômicos do trabalhador nacional.

E' finalidade precípua de todo seguro salvaguardar um patrimônio ou seus rendimentos dos riscos que o ameaçam; todavia, quando o patrimônio a defender é representado pela própria capacidade de trabalho do indivíduo, essa finalidade se reveste de ainda mais elevada importância, porque interessa à própria sociedade.

Os perigos e infortúnios que podem atingir os operários, e as experiências que se vinham colhendo em determinadas classes, como marítimos e estivadores, levaram os Constituintes de 1946 a consagrar a socialização do seguro contra acidentes do trabalho. Em 30 de agôsto de 1946, pelo Decreto-lei n.º 9.683, foram estendidos ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas os delicados encargos da cobertura dos viscos de acidentes do trabalho de todos os seus segurados. Os resultados que se obtiveram nas autarquias, que já possuem o monopólio dessa modalidade de seguro, são os mais satisfatórics e compensadores, tanto do ponto de vista social como do econômico-financeiro.

DÉBITO DA
UNIÃO PARA
COM OS
INSTITUTOS
E CAIXAS DE
APOSENTADORIA E
PENSÕES

A estrutura técnico-financeira do seguro social brasileiro, baseada, como está, em contribuições compulsórias e iguais da União, dos empregadores e assalariados, vem-se revelando, a pouco e pouco, precária e incerta, em virtude da impontualidade nos recolhimentos ou mesmo pela não-satisfação dos pagamentos correspondentes ao têrço a que o Estado se obrigou.

Os Intitutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões só poderão escapar ao deficit técnico e manter equilíbrio econômico, se lhes for assegurada entrega normal e regular, para conveniente aplicação, da expressiva parcela representada por essa cota anual do Govêrno Federal. E' de vital importância, outrossim, que se fixem normas e prazos para solvência do débito acumulado, que atualmente já é de valor ponderável e não produz a menor parcela de rendimento.

O deficit referente à cota de previdência, em 31 de dezembro de 1948, atingiu, como se previra na Mensagem daquele ano, importância superior a 2 bilhões de cruzeiros.

Urge declarar honestamente que não é mais possível se prolongue e agrave uma situação só admissível como excepcional.

No encerramento do exercício de 1945, o débito do Estado era de Cr\$ 839.541.652,10; em virtude de ingentès esforços do Govêrno, ao liquidar-se o ano de 1946, êsse saldo devedor foi reduzido para Cr\$ 261.465.060,60; à mesma época de 1947, elevou-se, em conseqüência das obrigações decorrentes do exercício, para Cr\$ 1.280.210.781,80 e, em 31 de dezembro de 1948, já alcançava, pelos mesmos motivos do ano anterior, a vultosa e alarmante cifra de Cr\$ 2.409.377.448,80. Cumpre-nos registrar sem rebuços, à vista do exposto, um crescimento deficitário, anual, de mais de 1 bilhão de cruzeiros, o que demonstra, expressivamente, a insignificância das receitas para cobertura dessa importante responsabilidade do Estado, e, por isto mesmo, a insuficiência das dotações orçamentárias destinadas a seu pagamento.

Para mais clara e perfeita focalização do assunto, recapitularei, no quadro a seguir, os valores com que o problema se nos apresenta:

DÍVIDA DA UNIÃO PARA COM OS INSTITUTOS E CAIXAS DE APOSENTADORIA E PENSÕES
"COTA DE PREVIDÊNCIA"

especificação	1946	1947	1948
Saldo devedor acumulado de exercícios an- teriores	\$39,541,052,10 \$58,473,508,50	261,465,660,60 1,018,745,721,20	1,280,240,781,50 (2) 1,280,000,000,00
80MA	1,708,014,560,60	1,259,210,761,80	2,480,210,781,80
Duodécimos pagos por conta da dotação orçamentária do ano	131.033.009,00		(2) 70.\$33.333,80
Diferença	1,576,981,550,60	1,280,210,781,80	2,499,377,448,8
Outres valores entregues para amertização.	(1) 1.315.516.506,00	<b></b> .	
Saldo devedor em 31 de dezembro	261.465.060, 00	1,280,210,781,80	(4) 2.409.377.448,80

## Observações:

- 1) 1.250 milhões de cruzeiros em partes beneficiárias da Companhia Siderúrgica Nacional (Dec. n.º 9.264, de 15 de maio de 1946), e 65.516.500 cruzeiros, saldo da dotação orçamentária de 1945, paga no correr de 1946;
- Previsão baseada nas últimas informações recebidas do M.F. e M.T. I.C.;
- Cinco duodécimos da dotação de 170 milhões de cruzeiros consignada para 1948;
- Cifra aproximada em virtude de uma parcela anterior representar previsão para 1948.

Por ocasião da apresentação da proposta orçamentária para 1948 e na Mensagem ânua transata, acentuei a necessidade do reajustamento das fontes de renda então vigentes, a fim de que melhor se pudesse atender às responsabilidades do Govêrno Federal no tocante à Previdência Social. A fragilidade dessas fontes de renda tem-se tornado progressivamente patente a partir de 1945, em virtude da elevação verificada na taxa de contribuição para os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, e, conseqüentemente, pelo maior ônus que passou a caber ao Estado.

E' óbvio que, no orçamento de um exercício, não é possível consignar verba para a liquidação do débito acumulado da coia de previdência; cumpre, no entanto, que, pelo menos, se assegure quantia suficiente para liquidação imediata da despesa prevista para o ano, e ainda um superavit, com o qual se possa, gradativamente, processar, até seu completo desaparecimento, o pagamento daquele deficit.

Para que as possibilidades financeiras da União, no que diz respeito às suas obrigações com a Previdência Social, alcancem um limite que permita impedir as anormalidades atuais, ocorre-me sugerir seja estudado pelo Poder Legislativo, na sessão que ora so inicia, a viabilidade da instituição de novas fontes de renda ou de majoração de algumas das existentes, como se segue:

- a) aumento da "cota de previdência", cobrada em favor des Caixas de Aposentadoria e Pensões e dos Institutos dos Marítimos, Bancários e Cargas, fixada em 2%, há mais de quinze anos, e que passaria a ser de 4%;
- b) criação de uma taxa que incidiria sôbre os prêmios de seguros de acidentes do trabalho, a ser cobrada exclusivamente pelas autarquias, paga pelo segurador a título de cota de previdência e destinada à própria instituição arrecadadora, revertendo os excessos verificados ao fundo único da cota;
- c) criação de uma "cota de previdência" que incidiria sôbre as faturas industriais e destinada exclusivamente ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários;
- d) criação do "Sêlo de Previdência", destinado ao fundo único da cota e para ser usado da mesma forma que o "Sêlo de Educação e Saúde".

Os resultados que porventura se colham das sugestões ora propostas, tôdas dependentes de lei especial, serão de qualquer maneira decisivos para a estabilidade econômico-financeira da organização previdenciária do país. A impossibilidade de adoção, em parte ou no todo, de medidas tendentes a resolver definitivamente essa questão, colocar-nos-á, em futuro muito próximo, a braços com um problema de imprevisível repercussão, qual seja a reestruturação da base econômico-financeira em que há mais de vinte e ciuco anos se alicerça a nossa previdência social.

E' grato assinalar a benéfica ação desenvolvida pelas Instituições de Previdência Social, no decorrer de 1948, na proteção efetiva e na assistência a cêrca de dez milhões de brasileiros, número em e assistência que estão orçados os assistidos pela organização previdenciária do país.

REALIZAÇÕES NO CAMPO DA previdência.

Atendendo à necessidade de estimular, orientar e coordenar as atividades dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, relativamente à prestação de assistência social a seus segurados, determinaram-se providências para que se promovesse, nas Institutções onde não houvesse, a instalação de um "Serviço Social".

Assistência Social

O objetivo dêsse serviço é prestar aos segurados e beneficiários, em estreita cooperação com os demais orgãos, especialmente os de benefícios, os de inversões simples ou imobiliárias e os de assistência geral, um auxílio imediato, de forma a satisfazer, por processo expedito, certas necessidades individuais.

Essa "assistência complementar" compreende: orientação para melhor processamento dos benefícios e maior rapidez na obtenção de documentos, tutelas, curatelas, registros de nascimento ou óbito; orientação e educação sociais nos conjuntos residenciais, em casas isoladas, nos serviços de higiene, nos preventórios e nos ambulatórios das instituições; estudo e exame de casos individuais de desajustamento; organização de caravanas, com fins de socorros ou prevenção, e, finalmente, tôda ajuda supletiva possível, quando se evidenciar, da parte dos assistidos, dificuldade ou impossibilidade de agir.

Continua em franco desenvolvimento a ampliação da rede de assistência médico-hospitalar da Previdência Social, que, func nando agora em harmonia com sadios princípios de cooperação. além de atender aos segurados da própria instituição a que pertencem, socorre, em caso de necessidade ou quando em trânsito,

Serviços Assistenciais Médico-Hospitalares e Farmacêuticos

mediante prova de qualidade, os segurados e respectivos beneficiários de instituições congêneres.

No exercício de 1948, registraram-se obras de notável importância que vieram enriquecer essa rêde de assistência médico-hospitalar.

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos adquiriu um hospital em Belém, no Estado do Pará, com capacidade normal de 60 leitos. Instalou, e já se encontra em funcionamento, amplo e completo ambulatório em Recife, Pernambuco, bem como outro de menores proporções, na cidade de Caravelas, Bahia, e remodelou completamente sua clínica especializada de tisiologia nesta Capital, dotando-a com a mais moderna e eficiente aparelhagem.

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários já presta assistência médica em tôdas as cidades do país, onde haja segurados que lhe estejam vinculados. Tem, outrossim, devotado especial atenção ao problema da tuberculose, havendo mesmo, nos sanatérios especializados que possui, atingido os maís elevados índices do mundo na recuperação de pessoas atacadas por essa enfermidade, como, aliás, foi reconhecido e louvado pelo último Congresso Internacional de Tuberculose, realizado em Lima, no Peru. Em 1948, o Instituto acrescentou à sua rêde assistencial um ambulatório no Distrito Federal e dispensários para tuberculose nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte.

O plano de assistência médico-hospitalar-farmacêutica do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, a despeito de certos obstáculos, vai gradativamente alcançando seus objetivos. Durante o ano de 1948, instalaram-se postos médicos nas seguintes localidades: Campo Grande, no Distrito Federal; Guaraparí, no Espírito Santo; Tutóia, no Maranhão; Patos, na Paraíba, e Caicó, no Rio Grande do Norte.

Instalaram-se, também, diversos ambulatórios: na Bahia, em número de seis, respectivamente, nas cidades de Valença, Jequié, Alagoinhas, Caravelas, Itabuna e Belmonte; no Ceará, quatro, situados nas cidades de Camocim, Aracatí, Russas e Sobral; no Espírito Santo, dois, em Cachoeiro do Itapemirim e Conceição da Barra; em Minas Gerais, um, em Governador Valadares; em Mato Grosso, três, em Cuiabá, Campo Grande e Corumbá; no Paraná, um em Jacarèzinho; no Rio Grande do Norte, um, em Mossoró; em Sergipe, um, na cidade de Estância; no Estado do Rio de Janeiro, um, em Barra Mansa; no Rio Grande do Sul, dois, em Cruz Alta e Santa Maria; em São Paulo, quatorze, respectivamente, nas cidades de

Araçatuba, Araraquara, Assis, Botucatu, Guaratinguetá, Jundiaí, Marília, Mogí das Cruzes, Bauru, Barreto, Piracicaba, Ribeirão Prêto, São José do Rio Prêto e Santo André. Cumpre, ainda, que se destaque em São Paulo as instalações, no ambulatório da capital, dos importantes serviços de "pronto socorro", "conjunto cirúrgico de emergência" e "seção de recuperação profissional".

Considerando também a obrigatoriedade de, paralelamente com outros serviços, atender aos acidentados do trabalho, foram adquiridas e enviadas pelo mesmo Instituto quinze ambulâncias aos Estados em que o serviço mais o exigia.

Ademais, como auspicioso fato para os segurados dêste Instituto, em 1948, é de registrar-se a inauguração e início de funcionamento, no Rio de Janeiro, do primeiro conjunto hospitalar, dentre os que, por recomendação do govêrno, estão sendo construídos por esta instituição.

No setor farmacêutico, vêm sendo manipulados mais de setenta produtos diferentes, cuja distribuição por tôdas as unidades médicas do Instituto se processa com regularidade e eficiência comprovadas. E' também apreciável o número de entidades integrantes da Previdência Social do país que se utilizam dêsses produtos, sendo razoável esperar-se que, uma vez ultimadas as instalações definitivas dêsse Serviço nos moldes em que foram projetadas, fique resolvido um dos problemas básicos da Previdência Social, que é o do fornecimento de medicamentos a seus segurados, a título gratuito ou pelo preço de custo.

Além das obras que acabam de enumerar-se, prossegue o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas com a construção dos hospitais de Recife, Salvador e São Paulo. Os dois primeiros deverão ser inaugurados no correr de 1949, oferecendo uma capacidade de 350 leitos cada um; o último estará concluído em 1950 e comportará 500 leitos.

O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, por seu turno, prossegue na política de expandir seus serviços, levando a assistência médica ao interior do país.

Assim, no correr do ano passado, criaram-se ambulatórios em Belo Horizonte, Salvador, João Pessoa, Natal e Niterói, além dos que já se tinham instalado em Marechal Hermes e Benfica, no Distrito Federal.

Em outras localidades, o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado tomou a decisão, para atender a seus segurados e beneficiários, de designar, credenciar ou contratar profissionais, que, trabalhando em consultórios próprios, prestarão assistência médica até que seja instalado o ambulatório do Instituto. Também dedicou, particular atenção a assistência a tuberculosos, procurando sempre empregar os recursos da mais moderna terapêutica e, em virtude do alto custo de certos medicamentos, determinou fossem fornecidas, inteiramente gratuitas, aos doentes que seguem tratamento em sanatório e quando prescritas por seus médicos, as necessárias quantidades de estreptomicina, havendo sido distribuídos cêrca de 11 quilos dêsse precioso medicamento.

Levou a efeito, outrossim, a título preventivo e de ensaio, o recenseamento torácico do funcionalismo do Instituto, em todo o território nacional.

Movimento Imobiliário A promulgação do Decreto n.º 25.175-A, de 3 de julho de 1948, a que já se fêz menção contribuiu decisivamente para o impulso que se observa no movimento imobiliário da Previdência Social, no tocante à casa própria para seus segurados. Assim, os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, em obediência à orientação do Govêrno, construíram em maior escala nas próprias áreas de terreno e deram preferência às obras de vilas e casas isoladas.

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos determinou a construção de um conjunto residencial na cidade do Salvador, Bahia, com 35 unidades; dois blocos de apartamentos e 18 casas isoladas, num total de 32 unidades, na Capital Federal; adquiriu, em Niterói, Estado do Rio, um grupo de 50 casas e inaugurou o prédio próprio da Sede regional de Recife. Ademais, estão em andamento e projetadas novas e importantes obras hospitalares e residenciais, como sejam: hospital dos Marítimos no Distrito Federal, com capacidade para 600 leitos; edificio-sede, no Distrito Federal, com 11 pavimentos: edifício da Delegacia Regional da Bahía, em Salvador; conjuntos residenciais para segurados, em Pôrto Alegre, Niterói, Distrito Federal e Santos.

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, no intuito de proporcionar moradia confortável, higiênica e barata, concedeu a seus segurados, em 1948, exclusivamente para compra, construção ou reforma da casa de moradia, empréstimos no valor de cêrca de 150 milhões de cruzeiros. Construiu, para locações por aluguéis módicos a seus segurados, cêrca de 1.800 residências, distribuídas pelos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco e no Distrito Federal. Adquiriu, ainda no

exercício de 1948, conquanto em menor escala, alguns imóveis destinados a renda ou uso próprio, elevando-se o montante dessas inversões a cêrca de 11 milhões e 500 mil cruzeiros.

No campo dos empréstimos hipotecários, onde anualmente se investiam vultosas importâncias, as operações foram mais moderadas, não excedendo de 90 milhões de cruzeiros.

Das obras programadas para 1949, convém mencionar como de maior expressão as que dizem respeito a residências proletárias. Assim, o referido Instituto, fiel ao prosseguimento de seu programa, construirá, neste anc, cêrca de 3.000 unidades, o que corresponde à significativa média de 250 residências por mês.

O plano de inversões do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, no exercício de 1948, teve como finalidade a expansão geográfica de sua órbita de ação; os serviços da Carteira Imobiliária foram estendidos, com efeito, a elevado número de cidades do interior do país, tais como: Aracaju, Araraquara, Bauru, Belém, Blumenau, Cachoeira do Sul, Campina Grande, Campinas, Campos, Cuiabá, Florianópolis, Goiânia, Lins, Manaus, Marília, Petrópolis, Ribeirão Prêto, São Luís, Teresina, Uberaba e Uberlândia. A par desta medida, o Instituto realizou notável movimento imobiliário no valor aproximado de 56 milhões de cruzeiros.

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários, em 1948, concluiu a construção de dois conjuntos residenciais no Distrito Federal, com, respectivamente, 526 e 39 residências; prosseguiu, outrossim, obras vultosas que deverão ser terminadas no correr de 1949, dentre as quais convém mencionar, pela sua importância, quatro edifícios, destinados às sedes regionais do próprio Instituto, nos Estados do Pará, Piauí, Minas Gerais, Paraná, e do prédio destinado ao órgão local de Parnaíba. Acham-se ainda em andamento as seguintes construções: edifício com 19 apartamentos, para renda, em Belém, Estado do Pará; edifício com 18 apartamentos e três lojas e prédio para hotel e escritórios, ambos para renda, em Recife, Pernambuco, e mais dois edifícios num total de 110 apartamentos para aluguel, no Distrito Federal.

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas vem planejando e executando suas inversões de acôrdo com o critério da proporcionalidade entre investimentos e arrecadação; procura, destarte, fazer, tanto quanto possível, uma distribuição regional equânime de suas reservas. Além do intensivo prosseguimento que deu êsse Instituto ao seu plano hospitalar, referido no capítulo dos serviços assistenciais médicos, hospitalares e farmacêuticos, contribuiu êsse Instituto apreciável parcela para a solução do angustioso problema da moradia em que, não obstante os esforços do Govêrno, se debate, grande parte das populações urbanas.

Em Pernambuco, na cidade de Recife, terminou mais um conjunto residencial com 140 casas. No Distrito Federal, acaba de ser inaugurado um núcleo residencial, com 270 residências, escola, berçário, garage, lojas e outras instalações necessárias, sendo que o plano geral dêsse núcleo prevê 1.200 unidades residenciais. No Estado de São Paulo, construiu na capital 254 unidades residenciais, sendo 28 blocos de seis apartamentos e oitenta e seis casas isoladas. O plano geral dêsse conjunto prevê novecentas unidades, devendo as restantes ser construídas em núcleos distintos.

Esse Instituto, a exemplo de seus congêneres, prossegue com importantes empreendimentos que, uma vez realizados em harmonia com o que foi planejado, entrarão em fase final no correr de 1949 e 1950. Dentre essas obras, algumas realmente de grande vulto, destacam-se três edifícios de apartamentos no Distrito Federal; um edifício em Niteroi, destinado igualmente à sua Delegacia Regional no Estado do Rio e apartamentos para renda; um edifício em Cuiabá, Mato Grosso; um edifício em Aracaju, Sergipe; um núcleo residencial em Salvador, Bahia; um núcleo residencial em Santos, São Paulo, e ainda outros núcleos no Distrito Federal.

Quanto ao programa elaborado e a ser iniciado em 1949, salientam-se as seguintes iniciativas: início da construção de um edifício de dez pavimentos em Manaus, Estado do Amazonas; aquisição de parte de um imóvel em Fortaleza, Estado do Ceará; aquisição de um edifício, já pronto, com oito pavimentos, em Salvador, Bahia, e construção de dois blocos de apartamentos, no Distrito Federal.

OUTROS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS Em relação à Previdência e à Assistência Sociais, convém ainda referir as atividades desenvolvidas diretamente pelo Governo Federal, através do Serviço de Estatística da Previdência Social, na concessão do abono familiar, e as valiosas atividades suplementares que também levam a efeito o Serviço de Alimentação da Previdência Social e a Fundação da Casa Popular.

Abono Familiar ,

Já vos dei conta, nas Mensagens apresentadas em 1947 e 1948, do interêsse que dispenso ao problema da assistência às famílias numerosas e de recursos modestos. A êste cumpre, aliás, articular outro não menos relevante: o elevado índice de mortalidade infantil do país, a que me tenho referido por diversas vêzes. A despeito das causas determinantes dêsse índice e das dificuldades econômiças, sociais ou administrativas para dar solução eficaz àquele problema, — umás e outras sômente removíveis a longo prazo — penso que se poderá a pouco e pouco, por processos indiretos, tentar extirpá-las. Na verdade, ainda está no amparo àqueles que sustentam larga prole um dos meios mais adequados para proteger a família e a infância.

Prosseguindo a política inaugurada com o Decreto-lei número 3.200, a concessão do abono familiar representa hoje um dos pontos altos da obra assistencial do Govêrno, embora as receitas oriundas do impôsto específico, que lhe foi afetado, fiquem muito aquém das responsabilidades assumidas pelo Estado, obrigando-o a uma obra de suplementação financeira.

No decorrer de 1948, a concessão de abonos familiares ascendeu a 15.987 que, adicionados aos 98.065 vigentes em 31 de dezembro de 1947, perfazem 105.052 grupos familiares, compreendendo 898.884 menores. A incidência do abono familiar, em 1948, firmou-se nas zonas rurais com cêrca de 61% da totalidade. Essa predominância é tanto mais significativa quanto é certo o empenho do govêrno de socorrer as classes mais necessitadas e que ainda não estejam enquadradas no âmbito dos benefícios da previdência social.

As anormalidades manifestadas em exercícios anteriores, quando, em virtude da redução da dotação orçamentária inicialmente pedida, o Govêrno teve que adiar o pagamento de abonos devidos, não se observaram no decorrer de 1948. Assim, não houve necessidade, como nos exercícios anteriores, de liquidá-los por exercícios findos. Melhor esclarecidas as obrigações da União no setor da política social que esposou, pôde o Govêrno fazer consignar no orçamento geral da República, para aquêle ano, crédito suficiente, no valor de 100 milhões de cruzeiros, convindo acrescentar que, no orçamento de 1949, foi êle majorado para 120 milhões de cruzeiros, em atenção ao provável crescimento na distribuição de abonos familiares.

Assistência Alimentar Como realizações principais do Serviço de Alimentação da Previdência Social, em 1948, mencionem-se: o restaurante no quilômetro 47 da Estrada Rio-São Paulo — Universidade Rural —, com capacidade para fornecer 1.000 refeições diárias; o restaurante popular de Barreto, Niterói, com capacidade para 6.000 refeições diárias; o restaurante popular de Santos, São Paulo, com a capacidade para 3.500 refeições diárias; o restaurante popular de Juiz de Fora, Minas Gerais, aparelhado para o fornecimento de 6.000 refeições diárias, e os Postos de Subsistência nos Estados do Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Ceará e São Paulo. Ademais, a fim de atender ao progressivo aumento de clientela, passaram por reformas radicais quase todos os restaurantes do Distrito Federal, subordinados ao Serviço.

Mantém ainda o Serviço de Alimentação da Previdência Social, em local próximo do Distrito Federal e servido de boas vias de comunicação, uma granja de produção, de grandes properções, destinada a abastecer de gêneros alimentícios em geral seus restaurantes e postos de subsistência.

Casas Po-

Por decreto de 1.º de maio de 1946, foi criada a Fundação da Casa Popular, órgão destinado a suplementar os esforços do Govêrno na solução da crise de habitação, problema que ainda permanece no primeiro plano das suas cogitações, e que é também um problema aflitivo para tôdas as nações.

O ano findo transcorreu, efetivamente, para a referida Fundação, num clima de trabalho intenso e eficiente. O amplo programa experimental, que foi cumprido, de construções de baixo custo, destinadas preferencialmente à moradia da classe proletária, permite considerar vitorioso êsse empreendimento brasileiro, que não encontra outro que se lhe equipare na América do Sul.

Inúmeras cidades de quase todos os Estados da Federação foram contempladas com casas do tipo popular. As obras, já concluídas, em andamento acelerado ou prestes a ser iniciadas, representam no momento 7.746 unidades residenciais. Tôdas estão dotadas dos imprescindíveis requisitos de higiene e relativo confôrto, distribuindo-se do seguinte modo: em Maceió, Alagoas, 51; em Corumbá e Cuiabá, Mato Grosso, 104 e 69; no Estado de Minas Gerais, em Bambuí, 10, em Barbacena, 22, em Belo Horizonte, 554, em Cataguazes, 50, em Juiz de Fora, 213, em Araxá, 50, em São João del Rei, 48, em Pomba, 40, em Uberaba, 50, em Uberlândia, 50 e em Montes Claros, 50; no Paraná, em Curitiba, 241; no Rio

Grande do Sul, em Pôrto Alegre, 200, em Quaraí, 68, em Jaguari, 50, em Bagé, 50, em Alegrete, 60 e em Rio Grande, 82; na Paraíba, em João Pessoa, 100, em Campina Grande, 38 e em Patos, 20; no Estado de Pernambuco, em Recife, 588, e em Olinda, 152; no Piauí, em Teresina, 29 e em Parnaíba, 45; no Estado do Rio de Janeiro, em Araruama, 40, em Niterói, 51 e em Rio Bonito, 37; no Rio Grande do Norte, em Natal, 74; no Estado de São Paulo, em Santos, 736, em Santo André, 442, em Araraquara, 172. em Botucatu, 67, em Bauru, 200, em Campinas, 245, em Catanduva, 24, em Guaratinguetá, 90, em Lorena, 42, em Itu, 104, em São Carlos, 27, em Mooca, 12, em Sorocaba, 236 e em Jundiaí, 192; no Maranhão, em São Luís, 50; no Estado de Sergipe, em Aracaju, 50; no Estado de Goiás, em Goiânia, 400 e no Distrito Federal, 1.356.

Para a realização dessa extensa obra que abrange vasta área do território nacional e a fim de que os seus efeitos morais e econômicos se façam logo sentir, até mesmo nas mais longínquas cidades do interior, têm sido invariávelmente aproveitados os elementos humanos e materiais existentes no local e convindo acrescentar que essa política vem dando os melhores resultados.

A promissora experiência colhida nesta primeira fase de atuação da Fundação da Casa Popular permite assegurar seria inteiramente desaconselhável não se perseverar no caminho que vem sendo trilhado. Impõe-se dotar essa entidade dos recursos financeiros de que carece, para que satisfatoriamente possa levar a tôdas as regiões do País, e ao alcance dos menos afortunados, os benefícios de uma habitação confortável e higiênica.

Fiel às diretrizes de sua política social-trabalhista, vem o Govêrno, desde o retôrno do país à normalização constitucional, envidando todos os esforços para manter no mais elevado nível de coexistência harmônica e compreensão as relações entre empregadores e empregados.

Dos mais difíceis e agitados foi o ano de 1946 para a Nação brasileira, então no início da tarefa de redemocratização. Ideologias extremistas procuravam lançar raízes profundas no meio sindical, a fim de transformá-lo em veículo de obra de desagregação da nacionalidade. Incertezas decorrentes de certos dispositivos legais, ainda mais agravadas pelas preexistentes condições precárias de vida, que de pronto não era possível modificar ou remediar, causavam inquietação e agitações.

TRABALHO
RETROSPECTO
GERAL

O Govêrno, atendendo com presteza e resolução a certos problemas encontrados sem solução, e reagindo contra obstáculos de vária espécie, conseguiu proteger a sociedade dos efeitos maléficos que fatalmente a atingiriam, se houvesse ocorrido a eclosão irremediável do antagonismo frontal, de luta de classes direta entre o Trabalho e o Capital.

Em 1947, pôde o Govêrno chegar a uma situação propícia à colheita dos primeiros frutos de sua ação moderada e disciplinadora. Baseado em preceito legal e com a integral ratificação do Poder Judiciário, procedeu-se à intervenção em algumas associações de classe, criando-se, destarte, condições favoráveis ao retôrno da vida sindical à completa calma e normalidade.

Ainda em 1947, no campo da higiene e segurança do trabalho, na defesa dos menores trabalhadores e na assistência aos desempregados, - alargaram-se sensivelmente as atividades governamentais. Ampliou-se e ativou-se o setor de fiscalização, desenvolveu-se a execução das próprias leis de amparo existentes e encaminharamse ao Poder Legislativo o anteprojeto relativo ao repouso remunerado e os estudos atinentes à participação dos trabalhadores nos lucros das emprêsas e ao livre exercício da greve legal.

Quanto ao ano de 1948, marcou êle, realmente, um ponto elevado no curso da ação permanente do Estado em favor das classes trabalhadoras.

HIGIENE E SEGURANÇA

A higienização do trabalho, a prevenção dos acidentes, as mo-DO TRABALHO léstias e intoxicações profissionais e a assistência aos desempregados foram as constantes preocupações da Administração do país. Assim é que têm sido postas em prática, através de exigências, fiscalização e cooperação de órgãos do Govêrno, medidas de caráter eminentemente técnico, — de medicina e engenharia sanitária, tendentes a prevenir infortúnios de tôda espécie.

> Criaram-se, sob a orientação da União e às expensas do Fundo Social Sindical, postos de Higiene e Segurança do Trabalho, em Belo Horizonte, Juiz de Fora, Niterói, Campos e Salvador. Pode-se considerar, nesses assuntos, como pràticamente vencida a fase experimental. Devemos entrar em breve, logo que concluídos os estudos para a definitiva elaboração do Código de Segurança do Trabalho, em período de plenas realizações positivas, tornando-se, então, possível executar integralmente o programa traçado.

O após-guerra tem-se feito sentir, de modo particularmente SINDICALISMO acentuado, no seio das instituições sindicais. Ativas minorias, inspiradas em ideologias antidemocráticas, tentaram também em nosso país conduzir ou influenciar, sub-repticiamente, a vida dessas instituicões. Apesar de haverem sido contidas, como médida acauteladora dos interêsses das próprias classes, continuam embaraçando às maiorias reais o direito de representação da coletividade.

Com o firme propósito de salvaguardar as instituições sindicais do país e mantê-las dentro dos dispositivos constitucionais, — o que, aliás, tem sido o constante empenho do Govêrno, — diligenciou-se no sentido de que fôssem ultimadas as instruções a baixar com o fim de, mediante eleições livres, reconduzir definitivamente as associações profissionais à sua integral autonomia administrativa. Não chegaram, todavia, a ser postas em vigor, por isto que, a êsse tempo, foi apresentado ao Congresso Nacional projeto de lei regulamentador da organização sindical, já estando sua redação final aprovada pela Comissão Mista de Leis Complementares.

Seria, dêsse modo, inconveniente realizar eleições sindicais na forma das instruções elaboradas, em face do pronunciamento iminente do Legislativo, prescrevendo, para a matéria, nova estruturação. Assim, afigurou-se prudente manter o statu quo, até que, promulgada a nova lei, venha ela a dar as diretrizes definitivas para escolha dos dirigentes das entidades classistas, que se encontrem em situação anormal.

A atual organização sindical do país, embora em permanente desenvolvimento e desfrutando o apoio que o Govêrno nunca lhe regateou, ainda está aquém das nossas necessidades e do volume do trabalho e da renda nacionais.

Ao encerrar-se o exercício de 1948, a composição sindical articulava 1.005 entidades de empregados, 649 de empregadores e 79 de profissões liberais, exclusive quatro confederações nacionais, - Indústria, Comércio, Trabalhadores na Indústria e Trabalhadores no Comércio, - e 70 federações, sendo 36 de empregados, 32 de empregadores e duas de profissões liberais.

Aconselhável é, portanto, que se persevere nessa tarefa de fomento à criação de novas entidades de classe, aprimorando quanto possível a organização sindical do país.

IMIGRAÇÃO,
COLONIZAÇÃO, MIGRAÇÕES INTERNAS
NATURALIZAÇÃO E ASSUNTOS
CORRELATOS

SITUAÇÃO GERAL País em fase de crescimento e valorização efetiva de grandes zonas desaproveitadas de seu território, sempre foram de extrema importância para o Brasil os problemas de imigração, colonização, migrações internas, naturalização e permanência de estrangeiros.

Não seria difícil enumerar os fatôres adversos que têm contribuído, até o presente, para dificultar a execução dessa ingente tarefa de incorporar vastas regiões ao patrimônio da nossa civilização; continua ela, porém, a ser retardada de modo especial pela tripla conjugação dos seguintes fatôres: carência de recursos, hostilidades do meio ambiente e rarefação demográfica.

Sendo a população a riqueza por excelência, sobretudo nos países de grande extensão territorial e necessidade de mão-de-obra qualificada, cumpre elaborar diretrizes demográficas racionais, capazes de assegurar povoamento adequado do solo, exploração inteligente dos recursos disponíveis e bem-estar generalizado, tanto das populações urbanas como das rurais, infelizmente ainda desprovidas da proteção a que têm direito.

Desde 1946, venho acentuando a conveniência de estimular a vinda de contingentes humanos bem selecionados — agricultores, operários, técnicos e cientistas alienígenas — como providência destinada a consolidar nossa organização econômica e enriquecer o processo de miscigenação do povo brasileiro. E' bem verdade que têm sido enormes, nestes últimos anos, os obstáculos antepostos à execução da política imigratória e colonizadora que melhor nos convém.

Já na primeira Mensagem ânua que vos dirigi deixei bem clara a necessidade da legislação orgânica complementar prevista pela Constituição. Só essa legislação tornará exequível a concentração de esforços e recursos para ampliação das instalações e meios referentes à seleção, transporte, recepção, hospedagem, encaminhamento e colocação final, na agricultura ou na indústria, das correntes imigratórias do exterior e das próprias correntes nacionais de migrantes desajustados.

Convém realmente frisar a necessidade que o Poder Executivo vem sentindo dessa legislação indispensável, a fim de pôr têrmo às condições em que trabalham os órgãos, que se ocupam dos diversos aspectos daqueles problemas a que logo de início me referi. São condições de inteira desarticulação administrativa, a qual de pronto não se pode corrigir. Ainda na Mensagem relativa as atividades e realizações do Govêrno, em 1948 insisti na urgência de medidas que permitissem sanar dificuldades existentes e evitar perniciosa diluição de esforços, recursos e responsabilidades, que

tem sido um dos fatôres que mais concorrem para o atraso da ação dos órgãos administrativos. Não será exagêro observar que a expansão e aperfeiçoamento qualitativo da nossa população adquirem, dia a dia, maior importância, impondo medidas bem coordenadas, tanto no concernente ao fomento da natalidade e redução dos coeficientes de mortalidade, assistência à maternidade e à infância, ampliação dos serviços sociais, como no que diz respeito à luta contra as endemias e o subconsumo, auxílios especiais às famílias de prole numerosa, casa própria e demais providências que venham fortalecer o potencial demográfico brasileiro. As atividades e realizações mais importantes do govêrno, acêrca dêsses assuntos, no ano de 1948, são resumidas nos capítulos que se seguem.

A orientação-que se adotou e que as Mensagens anteriores ATIVIDADES E vulgarizaram, tem consistido na execução de serviços de emergência, enquanto se espera o advento da reforma preconizada pela Constituição em seus dispositivos específicos, e cujos lineamentos já se incorporaram de um modo geral aos projetos em discussão no Congresso Nacional.

Na expectativa dessa lei que facultará ao Poder Executivo a reorganização administrativa dos serviços disciplinadores da imigração e colonização, das migrações internas, da naturalização e dos estrangeiros em geral, procurou o Govêrno tirar o proveito possível dos órgãos existentes, coordenando-os e promovendo estudos especiais capazes de servir de base a um planejamento objetivo, em função das necessidades de povoamento e suprimento de mão-de-obra especializada. Daí se intensificarem as atividades de assistência social, médica e jurídica aos imigrantes e trabalhadores deslocados.

Prosseguiram, durante o ano findo, as pesquisas necessárias aos planos de colonização destinados às áreas do território brasileiro, que devem ser objeto de cuidados especiais no que se refere a povoamento conveniente. Procurou-se, destarte, enquadrar os Territórios Federais, trechos escolhidos das nossas fronteiras, determinados vales do interior e regiões apropriadas do Planalto Central, no âmbito das cogitações de ordem demográfica e colonizadora do Govêrno federal. Os levantamentos das terras devolutas e propriedades da União tornam-se, pois, providências iniciais para que se constituam colônias e núcleos agro-industriais, em

Estudos e Planejamento tôrno dos quais se organizarão essas tentativas de colonização e de que participarão imigrantes e elementos nativos, propiciando-se quando possível oportunidades de caldeamento racial.

Cadastro de Mão-de-obra e Organização do Mercado de Trabalho O Govêrno lançou as bases de um cadastro de mão-de-obra para facilitar o recrutamento e a colocação de técnicos, especialistas, operários especializados e demais trabalhadores, de procedência estrangeira ou nacional. Um serviço dessa natureza é imprescindível: manter-se-á em día o registro das ofertas, transmitindo-se às emprêsas ou às organizações interessadas no aproveitamento da mão-de-obra as informações de que acaso necessitarem.

Enquanto não se implanta um cadastro de mão-de-obra nessas proporções, já exigidas pelo mercado de trabalho nacional, formulei recomendações específicas às classes produtoras, por intermédio das Sociedades Rurais e Organizações da Indústria, em todo o país, com o objetivo de estimular a apresentação de pedidos de imigrantes aos órgãos federais. Esses pedidos permitirão que o Govêrno adote orientação segura, já que através das classes produtoras se poderão conhecer quais as categorias profissionais de que há maior procura. O cadastro será, assim, o repositório das possibilidades de emprêgo no país e das deficiências do mercado de trabalho nacional, e servirá de roteiro às diretrizes e aos critérios seletivos da imigração. Não será temerário, então, entrosar seleção e colocação, a fim de que as levas de imigrantes a chegar correspondam, exatamente, aos claros que devem ser preenchidos na agricultura, indústria ou pecuária dos diversos Estados.

Hospedagem de Imigrantes Medidas diversas estão sendo tomadas para restringir ao mínimo a permanência dos imigrantes na Ilha das Flores, e, consequentemente, as elevadas despesas de manutenção, que ainda mais se avolumam com a permanência na hospedaria. Um serviço de divulgação vem sendo feito exortando as classes produtoras a colaborar com propostas de emprêgo, logo após a chegada dos contingentes, a fim de acelerar o escoamento.

Pretende o Govêrno tornar a Ilha das Flores, tanto quanto possível, auto-suficiente, no que se refere ao abastecimento para alimentação dos imigrantes. E' de acentuar o vulto das consideráveis economias para os cofres públicos decorrentes das medidas postas em prática para tal fim. Está esquematizada a instalação de hortas, aviário, criação de peixes e porcos, esperando-se dentro

de um período razoável que a produção atenda a grande parte do consumo. A participação dos imigrantes, não só nesses serviços, mas também nos de administração da hospedaria, é outra medida que se impõe. A recepção, alojamento e distribuição pelo território nacional dos imigrantes, deslocados de guerra e trabalhadores nacionais em migração interestadual, exigem a construção de hospedarias em pontos adrede escolhidos, bem instaladas e capazes de atender ao volume de trabalho, cada vez maior, nesse setor.

O movimento de imigração dirigida acusou no ano transato a entrada de 6.497 imigrantes, assim distribuídos: São Paulo — 3.300; D. Federal — 357; Paraná — 819; Estado do Rio — 56; Rio Grande do Sul — 295; Minas Gerais — 57; Goiás — 140; Bahia — 8; Sta. Catarina — 3; Santos — 8; Ilha das Flores — 1.436.

Pelo Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores foram atendidas 9.523 pessoas, concedidas 9.283 passagens e negadas 240. Em 1948 a arrecadação em selos federais de imigração atingiu a importância de Cr\$ 277.307,00.

Igualmente imperiosa é a necessidade de proporcionar aos milhares de trabalhadores rurais deslocados e respectivas famílias, nas suas dolorosas migrações internas, a mesma proteção e assistência que o govêrno concede ao imigrante estrangeiro. Na verdade, cumpre examinar, com empenho e carinho, as condições econômicas e sociais dos trabalhadores nacionais desajustados. De vários pontos do território, principalmente dos Estados do Nordeste, a tradicional área do centrifugismo demográfico brasileiro, partem êles à procura de mais satisfatórias condições de vida, mas nem sempre a esperança dêsses melhores dias se concretiza, à falta de elementos que tornem efetiva a sua incorporação à terra que desejam enriquecer.

Dentre os trabalhadores que se deslocam em periódicas migrações interestaduais, merecem destaque os contingentes de nordestinos enviados à Amazônia e que estão abandonando suas atividades produtivas no Vale Amazônico, em virtude da ausência de um mínimo de assistência técnica, social, médica e sanitária, indispensável à radicação nos locais de trabalho. Esse desajustamento, que se tem verificado com freqüência, é fenômeno ocasionado, em grande parte, pela ausência de adequada legislação que discipline a ocupação da terra ou o trabalho rural. Por diversas vêzes tenho insistido na conveniência da elaboração de leis especiais, como a

Migração Interestadual de Traba-Ihadores agrária ou a de proteção ao trabalhador rural, de modo a evitar o alarmante êxodo das populações sertanejas em direção aos centros urbanos, ocasionando desemprêgo e queda dos índices de produção.

Dirijo-vos, pois, nesta conjuntura, um apêlo patriótico para que não vos deslembreis, na sessão legislativa que se inicia, de atender com legislação adequada a problemas tão relevantes.

Distribuição da Mão-de-obra Providências mais amplas estão sendo adotadas a fim de possibilitar a disseminação de imigrantes pelos Estados até agora esquecidos na distribuição dos elementos alienígenas. Espera-se bem sucedida essa política de equilíbrio étnico, permitindo a participação equitativa dos vários Estados na absorção dos imigrantes, o que, sem dúvida, beneficiará o país, propiciando-lhe vantagens de ordem política, social e econômica.

Com êsse objetivo, estão sendo coletadas propostas de aproveitamento de imigrantes nos Estados ainda não beneficiados, a fim de se encaminhar para essas regiões parte da imigração que tradicionalmente vai em demanda dos estados meridionais.

Como medida concreta nesse sentido, iniciaram-se entendimentos com o govêrno do Estado do Ceará, no sentido de ser estudada a localização de imigrantes em núcleo colonial, na Serra de Guaramiranga.

Exodo Rural

Desequilibrios econômicos têm originado problemas de desajustamento profissional entre os nossos trabalhadores, que buscam as cidades na ilusória crença de que ali reside a fonte de sua independência econômica.

O abandono dos campos pelos centros urbanos é tão nocivo à produção agrícola, como às próprias atividades citadinas, que não podem absorver, nas diversas atividades características dos centros populosos, essa flutuante oferta de mão-de-obra, as mais das vêzes sem qualquer qualificação apreciável. Dentre os males decorrentes dessa fuga às atividades agropecuárias, um dos piores é o fenômeno do desemprêgo, que torna o indivíduo fácil prêsa de propaganda subversiva. De tal estado de coisas advêm sérias conseqüências para a ordem social e econômica, pois que, via de regra, os trabalhadores migrantes dificilmente regressam ao campo onde não encontram algumas das vantagens da assistência social existente nos centros urbanos. A legislação trabalhista, que incontestàvelmente representa grande conquista dos trabalhadores, deve ser estendida — na medida do possível e atendidas as características específicas das nossas realidades econômicas e so-

ciais - aos sertanejos ou a quaisquer trabalhadores do campo. Ademais, a projetada Lei Agrária, que tôda a Nação aguarda com justa ansiedade, há de contribuir -- mais uma vez tomo a liberdade de vo-lo reiterar - para reduzir essas causas determinantes do êxodo rural, cujas proporções, aliás, têm constituído motivo de graves apreensões. Atendendo a que ainda não foi implantado aquêle cadastro de mão-de-obra, que equilibrará a oferta e a procura de braços, urge apressar a concretização de tão importante providência.

Não descurou o Govêrno de promover negociações e acôrdos, tanto externa como internamente, no empenho de restabelecer e E ACORDOS ampliar as correntes de imigração colonizadora.

Assim, a imigração italiana, durante o ano de 1948, continuou enquadrada no setor da imigração espontânea. Apreciável contingente de imigrantes dessa nacionalidade ingressou no Brasil, quer por chamada de parentes, quer atendendo a convites de empregadores, mediante contrato.

Itália

A Comissão Mista ítalo-brasileira ofereceu à consideração do Govêrno um texto cuidadosamente elaborado, sôbre o qual os órgãos competentes ainda não se manifestaram.

Procurou-se estimular o interêsse oficial e privado, na Itália e no Brasil, visando ao restabelecimento das tradicionais correntes imigratórias italianas. Com esse fim, acham-se em estudos empreendimentos de migração colonizadora, com base em cooperativa, em Goiás e na Serra dos Órgãos, Estado do Rio.

Portugal

A legislação portuguêsa sôbre emigração e a recente política colonial adotada por êsse país, têm impedido a realização do objetivo do Govêrno brasileiro de examinar, corrigir e aperfeiçoar a corrente de imigração espontânea que sempre existiu entre os dois países e que nos reforça a étnia ao invés de criar problemas. Antes do acôrdo geral sôbre imigração entre Portugal e o Brasil, pretende o govêrno levar a efeito um ajuste para o aproveitamento dos excedentes demográficos da Ilha da Madeira. As negociações para um acôrdo definitivo entre os dois países poderão ser abertas, dentro em breve, por isto que a troca de pontos de vista já se iniciou e as suas preliminares mereceram cuidadoso estudo de nossa parte.

A corrente de imigração portuguêsa não deveria cessar, sob nenhum pretexto; mantê-la e incrementá-la é antes um imperativo das tradições históricas e dos próprios interêsses dos dois povos.

Paises--Baixos A Comissão Mista Brasil-Países Baixos concluiu anteprojeto de Acôrdo, submetido ao Govêrno de ambos os países, para assinatura em data próxima.

Os imigrantes neerlandeses já começaram a ingressar no país, em sua maioria sob forma espontânea. Todavia, faz-se mister pôr um paradeiro aos obstáculos que se antepõem à entrada dêsses imigrantes por fôrça de interpretações deveras limitadas de dispositivos legais. Algumas autoridades têm criado restrições legais e dificuldades desnecessárias, ao interpretarem textos de leis fiscais em face de famílias de migrantes que trazem consigo bens capitais e elementos de ação produtiva, além de precioso patrimônio em gado; essa é uma situação paradoxal que urge evitar, mormente no caso dos imigrantes de boa qualidade, qualquer que seja a sua procedência.

Dentre as iniciativas que já se concretizaram sobressai, promissoramente, a Fazenda Ribeirão, no Município de Campinas, Estado de São Paulo, para cuja aquisição foram destinados..... Cr\$ 4.000.000,00 por parte do Govêrno federal. Nessa fazenda já se encontra em atividade a Cooperativa Holandesa, que deu início à vinda de levas de agropecuaristas, com suas famílias, gado e equipamento. O govêrno do Estado de São Paulo providenciou, de sua parte, os créditos suficientes para a instalação das 120 famílias que darão início a essa colonização.

Organização Internacional de Refugiados (O.R.I.)

A 28 de agôsto de 1948, ficou definitivamente constituída a Organização Internacional de Refugiados (O.I.R.).

O Govêrno brasileiro deu plena execução ao primeiro Acôrdo firmado com essa Organização em abril de 1947, recebendo 5.000 imigrantes. A 30 de abril do ano findo, concluiu novo entendimento com a O.I.R., sem limite preciso do número de imigrantes a receber, se prorrogado o novo ajuste. Pelo Decreto Legislativo n.º 42, de 7 de dezembro de 1948, o Congresso Nacional aprovou a nossa adesão à Constituição dêsse organismo internacional.

A experiência confirmou, desde o início, que o tipo de imigrante representado pelo "deslocado", embora complexo, é de excelente qualidade, contanto que o selecionem e o coloquem devidamente. Encaminhados, a princípio, em sua quase totalidade, para o Estado de São Paulo, a pouco e pouco êsses imigrantes estão sendo enviados para outros Estados, como o Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Río de Janeiro e Distrito Federal.

Os dados relativos à corrente imigratória que os "deslocados" representam são para 1947 e 1948 os seguintes: em 1947, entraram no país 3.489 refugiados; em 1948, 6.497; o total do biênio é, assim, de 9.986. A despeito da deficiente organização administrativa dos serviços de imigração e colonização, da precariedade do aparelhamento material, exigüidade de pessoal especializado e parcos recursos financeiros disponíveis para a imigração intensiva, colocaram-se com êxito cêrca de 8.000 refugiados de guerra, aguardando as demais oportunidades semelhantes.

Os problemas da rápida assimilação dos imigrantes que nos são enviados, ou que nos procuram espontâneamente, estão intimamente ligados às questões de colonização, miscigenação, aculturação e nacionalização. Já se tomaram diversas medidas práticas como preliminar indispensável à solução dêsse aspecto fundamental da nossa política imigratória e colonizadora. Todos os esforços se afiguram insuficientes para a mais rápida integração possível dos imigrantes no ambiente brasileiro, eis por que maiores facilidades lhes devem ser proporcionadas para efeito de naturalização.

Assimilação dos Imigrantes

Medida urgente e de alcance para a boa solução dos problemas de imigração e colonização é o estabelecimento de acôrdos entre a União e os Estados, fixando normas de ação conjunta, das quais é lícito esperar benéficos resultados. Acôrdos entre a União e os Estados

São indiscutíveis as vantagens recíprocas decorrentes dos ajustes administrativos com os Estados, principalmente no que diz respeito à boa execução dos Acôrdos Internacionais já negociados ou que se vão firmar com os países de emigração.

Nesse sentido, entabularam-se preliminares de Acôrdo com os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás. Nestes dois últimos casos as negociações estão concluídas e o texto do Convênio esboçado.

Em 1948, os recursos destinados à imigração atingiram o total de Cr\$ 34.000.000,00. Dêsse total, merecem referência

Despesas com a Imigração especial a contribuição do Brasil à Organização Internacional de Refugiados, na importância de Cr\$ 14.223.597,60; a importância remetida para a Secretaria de Agricultura do Estado L'e S. Paulo, Cr\$ 800.000,00; as despesas com a Comissão de Seleção de Imigrantes na Europa, Cr\$ 2.358.780,00. Avulta, ainda, no total dos recursos destinados à imigração, no ano findo, a parcela de..... Cr\$ 4.000.000,00 para sinal da compra da Fazenda Ribeirão, em Campinas, Estado de São Paulo.

A experiência aconselha a utilização de recursos extra-orçamentários neste setor. O financiamento e o crédito bancário são providências que se impõem, principalmente quanto à colonização.

É de considerar pelo Congresso a sugestão feita no sentido de que se crie, no Banco do Brasil, uma carteira especializada de crédito, para imigração e colonização, bem como outras modalidades de formação de fundos creditícios com o mesmo fim. Na verdade, representa um lugar comum, — e a experiência dos Estados Unidos o demonstra exemplarmente, — que os recursos dispensados à solução dêsses problemas, inclusive as despesas com a melhoria de condições de vida do colono nacional, constituem investimentos de rendimento garantido, cujos resultados se traduzem, imediatamente, no aumento da produção e fortalecimento econômico do país.

COLONIZAÇÃO

Cabe, agora, mencionar atividades do Govêrno no setor da colonização, estreitamente ligada pela sua própria natureza aos problemas de imigração e migração interna dos trabalhadores rurais. Neste caso, são de extrema importância as Colônias Agrícolas Nacionais, destinadas a receber e fixar contingentes humanos aptos para os trabalhos agropecuários. Nessas colônias, tanto os agricultores patrícios como os provenientes das correntes imigratórias alienígenas, encontram oportunidades excepcionais para obtenção de propriedade rural, em terras dotadas das condições agrológicas e climáticas adaptadas às mais diversas culturas.

No momento, estão sendo definitivamente organizadas sete Colônias Agrícolas Nacionais, nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Mato Grosso e Goiás, destinadas a exercer profunda influência no concernente ao povoamento e aumento da produção das zonas rurais dêsses Estados.

Importa acentuar que cêrca de 6.000 familias de pequenos agricultores já podem encontrar, nesses estabelecimentos mantidos

pela União, lotes de terra de boa qualidade e instrumentos de trabalho.

Depois do grande empreendimento representado pela instalacão das sete primeiras Colônias Agrícolas Nacionais, a preocupação fundamental do Govêrno consiste na execução de um programa de assistência técnica, financeira, educacional e sanitária, dentro de cada Colônia, de maneira que os colonos e suas famílias se elevem a um padrão de vida mais satisfatório.

Já se podem considerar animadores os índices da produção dessas Colônias, demonstrando a possibilidade de valorização das zonas rurais, através de planos bem elaborados de colonização.

Em 1948, o número desses estabelecimentos foi ampliado com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Jaíba, no Estado de Minas Gerais, em uma área de 310.225 hectares de terras situadas na região do alto São Francisco, adequadas à cultura de cereais, algodão, cana de açúcar e plantas oleaginosas. As condições das terras situadas nessa região justificam a instalação de grandes centros de colonização e produção agropecuária, com a preocupação de apressar o povoamento da região e fixar à terra os trabalhadores agrícolas desajustados.

As Colônias Agrícolas e os núcleos agropecuários ou industriais, cuja implantação, nos diversos Estados da Federação, deve constituir preocupação de qualquer govêrno, certamente exercerão poderosa influência na solução dos problemas de imigração, colonização e migrações internas.

Tanto as Colônias Agrícolas, como os núcleos coloniais, vêm sendo providos de utensílios e instrumentos destinados à execução de suas finalidades, inclusive à própria industrialização das matérias-primas produzidas. Receberam, também, equipamentos indispensáveis à abertura e construção de estradas, produção de energia elétrica e transporte dos produtos. Quando se trata de imigrantes de alto quilate, como é o caso referido anteriormente, dos elementos que integram a Cooperativa agropecuária holandesa, a experiência das Colônias Agrícolas pode ser considerada, sem excessivo otimismo, um sucesso integral, já que a êsses imigrantes é familiar o manejo da maquinaria agropecuária adotada, que, aliás, foi por êles mesmos trazida.

Se já é apreciável o trabalho realizado dentro dos limites fixados pela exigüidade dos recursos orçamentários disponíveis, impõe-se a necessidade de estendê-lo gradativamente a todo o território nacional. Levando-se ao homem do campo a assistência a que êle faz jus, é de esperar sua maior dedicação ao trabalho agrícola e resistência à miragem da vida nos grandes centros. Para fixação do homem à terra também muito se pode esperar da industrialização local das matérias-primas que o permitam, e, se êsse alvo fôr atingido, ter-se-á logrado distribuição mais equilibrada da riqueza dentro do território nacional, o que deve ser propósito de todos os brasileiros.

estrangeiros EM GERAL Naturalização e Permanência

Quanto aos demais problemas relativos aos estrangeiros em geral e às delicadas questões de naturalização e permanência, aguarda o Poder Executivo que o Congresso Nacional conclua a votação da nova lei de naturalização, que virá atender a premente reclamo da política de fixação e assimilação do estrangeiro. E' urgente que se substitua a legislação vigente sôbre a matéria, — elaborada em época de anormalidade mundial e, na maioria dos seus dispositivos, retrógrada ou discordante das nossas próprias tradições jurídicas. Cessadas as causas que a determinaram, deverão cessar lògicamente os seus efeitos.

Já formulei e agora reitero a sugestão de que sejam atenuadas as arestas da legislação vigente, aplicando-se aos casos de naturalização, expressa ou tácita, e de permanência de estrangeiros, orientação consentânea com a nossa formação e índole, a fim de serem beneficiados os elementos alienígenas radicados no país e que se revelaram elementos úteis à coletividade brasileira.

Até que a nova lei venha simplificar, em definitivo, o processo de naturalização, a aplicação do texto em vigor está sendo feita com base em interpretações que permitem estabelecer condições favoráveis quanto a prazos ou dispensa de provas não essenciais, como as de manifestação da vontade de renunciar à nacionalidade de origem e a de capacidade técnica, passado por órgão oficial brasileiro.

Anomalia evidente ressalta da aplicação extensiva das leis de exceção de que tenha resultado confisco de bens de brasileiros, tomados erradamente como súditos dos países do "eixo". Também êste é assunto da mais alta relevância, confiado à sabedoria e ao patriotismo dos legisladores. Durante o ano de 1948, foram registradas 48.453 fichas relativas a estrangeiros em geral, temporários e permanentes; 2.434 estrangeiros foram autorizados a permanecer definitivamente. Expediram-se 751 títulos declaratórios de cidadania brasileira e 1.198 decretos de naturalização.

CONSIDERA-

Venho assinalando com a maior sinceridade desde a primeira Mensagem ânua que vos dirigi anomalias e falhas que perturbam o funcionamento regular do conjunto de órgãos dispersos, responsáveis pela solução dos problemas de imigração, colonização, migrações internas, naturalização e assuntos correlatos.

Tenho insistido nas vantagens de uma ampla reorganização capaz de elevar os índices de rendimento dêsses serviços, coordenando-os de maneira satisfatória e congregando tôdas as energias e recursos disponíveis para obtenção dos resultados que a Nação espera. Novas perspectivas se descortinam, todavia, se fôr elaborada com visão larga e rigor técnico indispensáveis a legislação complementar prevista pela Constituição. São problemas que se entrosam cada vez mais e se agravam dia a dia, exigindo para sua boa solução o absoluto afastamento de quaisquer preconceitos, jacobinismo ou tratamento unilateral.

Ao lado dos objetivos específicos dêsse magno capítulo da nossa política social, e com êles estreitamente vinculados, estão os mais altos interêsses demográficos do Brasil; a expansão e fortalecimento de sua população; povoamento adequado das zonas ainda não valorizadas e sua efetiva ocupação; aproveitamento das massas rurais desajustadas que se deslocam em migrações sucessivas; miscigenação superiormente orientada, proporcionando-se, outrossim, ao elemento nacional as vantagens que até agora têm sido privilégio dos imigrantes. Cumpre, em síntese, levar a efeito, pela inteligente utilização dos recursos humanos e naturais, à nossa disposição, uma política imigratória e colonizadora capaz de valorizar a nossa terra e a nossa gente.

POLITICA ECONÔMICO-FINANCEIRA

#### SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA

# FOMENTO A PRODUÇÃO

#### PRODUÇÃO AGRICOLA

POSTOS AGROPECUÁRIOS
MECANIZAÇÃO DA LAVOURA
TRIGO
RECUPERAÇÃO DA LAVOURA ALGODOEIRA
JUTA
DEFESA SANITÁRIA VEGETAL

Broca do café

FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO

Conferência Latino-Americana de Florestas e Produtos Florestais

. CONSERVAÇÃO DO SOLO

## PRODUÇÃO ANIMAL

RECUPERAÇÃO DA PECUÁRIA

Financiamento da pecuária

DEFESA SANITÁRIA ANIMAL PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

PRODUÇÃO MINERAL

## ENERGIA ELÉTRICA

REGULAMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE HIDRELÉTRICA FINANCIAMENTO DA, PRODUÇÃO HIDRELÉTRICA REALIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS

#### PETROLEO

FINANCIAMENTO DA INDÚSTRIA PETROLÍFERA REALIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS

> ESTUDOS GEOLÓGICOS E GEOFÍSICOS CAMPOS DE PETRÓLEO APROVEITAMENTO DO GÁS NATURAL REFINARIA DE MATARIPE OLEODUTO SANTOS-SÃO PAULO

#### SISTEMA BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO REGIONAL

APROVEÏTAMENTO DAS POSSIBILIDADES DO SÃO FRAN-CISCO E DE SEUS AFLUENTES

> comissão do vale do são francisco Plano de Emergência

SANEAMENTO DA BACIA DO SÃO FRANCISCO Erradicação da Malária

# APROVEITAMENTO DO POTENCIAL HIDRELÉTRICO DE PAULO AFONSO

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

Organização

Situação Contábil e Financeira

Problemas Especiais

Transportes e Comunicações

Levantamento das Condições Locais e Inquéritos Especiais

Elaboração do Projeto Definitivo da Usina

Atividades e Realizações para 1949

# PLANIFICAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

NECESSIDADE DE UM PLANO REGIONAL

Areas-Problema

Sentido Nacional da Defesa do Nordeste

OBRAS CONTRA AS SÊCAS

Realizações em andamento

# AÇÃO DO ESTADO NA ORDEM ECONÔMICA

# ATIVIDADES E REALIZAÇÕES DAS EMPRESAS MISTAS

# COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL

ATTVIDADES INDUSTRIAIS

ATTVIDADES COMERCIAIS

CONDIÇÕES ECONÔMICAS

PROGRAMA DE OBRAS

PERSPECTIVAS

# FABRICA NACIONAL DE MOTORES

ATIVIDADES NO SETOR INDUSTRIAL

Revisão de Motores Unidades de Refrigeração Fusos Filatórios

NOVA LINHA DE FABRICAÇÃO

OUTRAS ATIVIDADES

# COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

PRINCIPAIS ATIVIDADES EM 1948

Aumento de Capital Reestruturação da Companhia

# OBRAS EXECUTADAS EM 1948

Exploração da Estrada de Ferro Exploração das Minas de Itabira e Exportação de Minério

PRINCIPAIS OBRAS EM ANDAMENTO E PROGRAMADAS PARA

Nas Minas de Itabira No Cais de Minério Na Estrada de Ferro Vitória a Minas

# COMPANHIA NACIONAL DE ALCALIS

matérias-primas

Sal

Calcário

Combustivel

Agua Fria

PLANEJAMENTO DA FÁBRICA DE CABO FRIO FINANCIAMENTO CONVÊNIO

# VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

OS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS E A VALORIZAÇÃO DA AMAZONIA

COOPERAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL

NECESSIDADE DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE PLANEJA-MENTO

> região abrangida pelo planejamento Situação Demográfica

APLICAÇÃO DE RECURSOS PEDERAIS NA AMAZÔNIA DIRETRIZES GERAIS DO PLANEJAMENTO

# PESQUISA AGRONOMICA NA AMAZONIA

SUMÂRIO DAS CONDIÇÕES GERAIS

# TRANSPORTES FLUVIAIS

SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO PARÁ

# BANCO DE CRÉDITO DA BORRACHA S.A. FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO

PROTEÇÃO À FORRACHA
DIFICULDADES E PROBLEMAS PECULIARES
PRODUÇÃO DA BORRACHA
EXCEDENTES DA SAFRA E ESTOQUES DA BORRACHA
CONSIDERAÇÕES FINAIS

## TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

# SUMÁRIO DAS CONDIÇÕES E DIRETRIZES GERAIS

REVISÃO DO PLANO DE VIAÇÃO NACIONAL TRANSPORTES TERRESTRES

> Estradas de Ferro Estradas de Rodagem

NAVEGAÇÃO

Transportes Fluviais Transportes Maritimos

PORTOS, SERVIÇOS DE DRAGAGEM E FIXAÇÃO DE DUNAS

## PANORAMA SUCINTO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES E REALIZAÇÕES EM 1948

#### ESTRADAS DE FERRO

Estrada de Ferro Central do Brasil
Estrada de Ferro Santos-Jundiai e Oleoduto
Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina
Estrada de Ferro Noroeste do Brasil
Viação Férrea Federal Leste Brasileiro
Rêde de Viação Cearense
Outras Ferrovias
Ligação Norte-Sul
Outras ligações importantes

# ESTRADAS DE RODAGEM

Estrada Rio-Bahia Estrada Rio-São Paulo Estrada Curitiba-Lajes Outras Estradas Fundo Rodoviário Nacional

#### TRANSPORTES MARÍTIMOS E FLUVIAIS

Lóide Brasileiro

Companhia Nacional de Navegação Costeira Serviços de Navegação da Amazônia e da Bacia do Prata

Melhoria das Condições de Navegabilidade dos Rios

Comissão de Marinha Mercante Navegação Fluvial

#### PORTOS

Administração do Porto do Rio de Janeiro Outras atividades

COMUNICAÇÕES POSTAIS E TELEGRÁFICAS Comissão Técnica de Rádio

#### TRANSPORTES AÉREOS

Taxas Aero-portuárias Linhas Subvencionadas Auxilios e Subvenções

## COMERCIO EXTERIOR

PANORAMA ECONÓMICO

DIRETRIZES GOVERNAMENTAIS

A LICENÇA PRÉVIA E SEUS RESULTADOS

MOVIMENTO DO COMERCIO EXTERIOR

exportação importação

BALANÇA COMERCIAL BALANÇA DE PAGAMENTOS

#### MOEDA

MEIO CIRCULANTE MEIOS DE PAGAMENTO EMISSÕES PARA MOBILIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

# BANCOS

SITUAÇÃO BANCÁRIA REFORMA BANCÁRIA

### DIVIDA PÚBLICA

DIVIDA INTERNA DIVIDA EXTERNA

# RENDAS TRIBUTARIAS

IMPÔSTO DE CONSUMO

IMPOSTO DE RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NA-TUREZA

DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO

ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS ADUANEIRAS

# ORÇAMENTO

Reúnem-se, neste capítulo, comentários e informações sôbre a atuação do Govêrno no vasto e complexo domínio da economia nacional. Versando, gradativamente, desde os problemas atinentes ao fomento à produção; à energia elétrica e aos combustíveis; ao planejamento regional e às sociedades de economia mista; aos transportes e ao comércio exterior; até às questões monetárias, bancárias, de tributação e de orçamento, — proponho-me apresentar um quadro — tão completo quanto as limitações de tempo me possibilitaram — do estado geral da Nação.

Cumpre, todavia, que prèviamente se faça uma análise geral da situação econômico-financeira, até mesmo para refutar algumas argüições levantadas sôbre a política que o Govêrno vem observando.

Acentuaram-se, em 1948, os benéficos resultados dessa política econômico-financeira do Govêrno, que visou antes de tudo corrigir os malefícios da inflação por meio de providências que, postas em prática, não pudessem ocasionar qualquer depressão econômica.

Para combater a inflação, não recorreu o Govêrno à deflação, mas diligenciou, por todos os meios, promover a abundância de utilidades nos mercados consumidores. Para isso, procurou, através do Banco do Brasil, estimular a produção de bens de consumo e extinguir as especulações; facilitou o financiamento da produção agrícola e principalmente a de gêneros alimentícios; desencorajou as operações que redundassem em investimentos adiáveis ou em retenção de estoques de mercadorias. Também financiou largamente a aquisição de meios de transporte e concedeu créditos para a importação de automóveis de carga, locomotivas e vagões, máquinas agrícolas e de construção de rodovias, tratores, navios mercantes e materiais para reequipamento ferroviário e portuário.

Foi constante preocupação da política do Govêrno, de combate à inflação, não concorrer para qualquer depressão econômica que pudesse causar o desemprêgo. Por isso evitou a deflação e não teduziu a circulação monetária.

SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA O Banco do Brasil também não efetuou a deflação de crédito, mas submeteu-o a um contrôle técnico que permitiu sustar as especulações. Extinguindo-se os créditos concedidos aos setores de especulação, aplicaram-se as quantias daí provenientes nos setores de produção de bens de consumo, e, por isso, o volume total dos emprestimos manteve-se no mesmo nível.

O estancamento das emissões e a sadia orientação da política de crédito, de amparo à produção e impedimento às especulações, provocaram críticas visando demonstrar que o país caminhava para uma situação de colapso econômico, que felizmente não se verificou. Ao contrário, ocorreram sinais evidentes de recuperação econômica e ordem financeira no país. Com o estancamento das emissões, formou-se um clima mais sadio para as atividades econômicas, permitindo melhor rendimento aos fatôres de produção.

Não obstante se terem montado no país novas unidades geradoras de fòrça, muitas delas financiadas pelo Banco do Brasil. cresceu de tal modo o consumo de energia elétrica que a capacidade das usinas, em certas regiões, atingiu quase o ponto de saturação. Tôdas as fábricas do país, apesar de haverem instalado novas maquinarias, portanto com melhor produtividade técnica, mantiveram-se em pleno regime de trabalho.

O Govêrno continuou a financiar normalmente as safras dos principais produtos, prestando ampla assistência financeira, não so aos produtores, mas também aos comerciantes, através dos organismos próprios, dentro das prescrições regulamentares pertinentes a cada espécie de operação.

Também foi concedida pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito a redução da taxa de redesconto para 5 %, desde que os títulos representassem transações reais de produção ou de circulação de bens produzidos.

De maio em diante, acentuou-se a melhoria da situação econômica, tornando-se muito favoráveis as perspectivas futuras, em virtude da abundância das safras.

Com o maior volume da produção, criou-se, principalmente em São Paulo, um aumento irreprimível de negócios, impossíve de ser detido pelos bancos, visto serem comercialmente irrecusáveis; as operações limitavam-se a desconto de duplicatas, com comprovantes de entrega da mercadoria e de títulos sôbre Santos, com garantia de conhecimentos de café, na base de Cr\$ 300,00 por saca. Os bancos tiveram de operar largamente, não por am-

bição de lucro, mas para não deixar de atender a necessidades legitimas da produção.

Em fins de novembro, cresceu tanto a solicitação de numerário aos bancos, para mobilização da produção, que se tornou inevitável maior elasticidade da circulação monetária, através da Carteira de Redescontos.

Sabiamos, por outro lado, que, em dezembro, como acontece em todos os países, se acentuariam as exigências de um aumento sazonal da circulação monetária. Por essa razão, foram emitidos, no periodo de 22 a 30 de novembro. CrS 250.000.000.00. e, no de 6 a 24 de dezembro, CrS 1.100.000.000.00.

Essas emissões, como mais adiante acentuarei, deram maior elasticidade à circulação monetária, reclamada pela mobilização da volumosa produção. Dispunham elas de um lastro de efeitos comerciais a prazo curto, e já começaram a ser resgatadas, depois de haverem atendido às necessidades legitimas da economia, de acôrdo com os dispositivos legais em vigor. Dêsse modo, não podem aquelas emissões ser interpretadas como alteração do rumo da política econômico-financeira vigente.

Repito mais uma vez que a política anti-inflacionista do Govêrno não mudou, nem foi interrompida; e lhe devemos, sem dúvida, os evidentes sintomas de reajustamento que a nação começa a demonstrar.

Constituía o aumento da produção agropecuária do país, quando assumi o Govêrno em 1946, imperativo não apenas de ordem econômica e social, senão também administrativa e financeira, sentindo todos que era essa a única medida eficiente para sustar a inflação e as suas conseqüências. Tal medida, aliás, se tornava necessária, também, em virtude das condições internacionais: as desamparadas populações de países neutros ou mal saídos dos campos de batalha, febrilmente, buscavam no exterior suprimentos de produtos alimentícios.

Por isto mesmo, paralelamente à queda, na exportação brasileira, dos produtos que antes se destinavam à indústria bélica, previu-se um aumento nas transações comerciais sôbre bens que encontrariam maior receptividade nos mercados consumidores de tempo de paz.

Já vos lembrei, em outra oportunidade, que a crise na produção agropecuária brasileira se articulava com várias causas, algumas próximas, outras remotas, ora decorrentes da segunda FOMENTO A PRODUÇÃO

PRODUÇÃO AGRÍCOLA guerra mundial, ora de rápido crescimento de indústrias que se destinavam a compensar, em parte, as deficiências da importação naquele período.

Não era, assim, uma crise fácil de debelar: aos do passado, se acrescentavam males ou vícios do presente.

E para agravar a situação, criada por um conflito de proporção jamais atingida, o Brasil ainda se ressentia do desgaste, verdadeiramente aterrador, de um sistema de transporte já antiquado, e que não tivera qualquer recuperação pelo espaço de muitos anos.

Não enfrentamos, destarte, unicamente uma crise específica de produção, mas também, — e de modo especial, — aguda escassez de transportes, que sôbre a primeira se vinha refletindo, determinando aumento dos fretes, criando a necessidade de se majorarem os salários, no desenvolvimento incoercível da espiral inflacionária.

Impunha-se um plano de recuperação, de tal modo orientado, que tornasse possível seu entrosamento com a capacidade utilizável de nosso sistema de transportes, exigindo, ademais, o concurso de autoridades diversas, — federais, estaduais e municipais.

Ante a conjuntura que se formara, promoveu-se a reunião clos Secretários de Agricultura dos Estados para discutir de maneira objetiva os problemas atinentes à economia agrícola.

Na Mensagem transata, já vos dei conta dessa reunião, que lançou as bases de um programa de trabalho, cujas principais diretrizes visam à constituição de firme política de fomento à produção, — primàriamente, de gêneros alimentícios, e, secundariamente, de matérias-primas e produtos de exportação.

Os resultados de tal orientação, felizmente, se tornaram mais sensíveis em 1948.

Se os seus frutos ainda não são excepcionais, porque estamos desabituados a trabalhos de cooperação intergovernamental, não há como obscurecer o que já se está colhendo.

Conquanto a venda de certos produtos no exterior fôsse proibida temporàriamente em várias oportunidades, a fim de evitar carência no mercado interno, é fato inconteste que o volume da exportação de gêneros alimentícios e matérias-primas vem subindo gradativamente, sem que se tivesse impôsto à população nacional, — cuja capacidade de consumo se intensifica dia a dia, — sacrifícios de ordem apreciável. Graças a tais medidas, sus-

penderam-se os racionamentos e as filas deixaram de ser o generalizado espetáculo cotidiano que tanto nos constrangia, ao iniciar-se o atual Govêrno.

Um dos pontos básicos dêsse programa repousa na estreita articulação de recursos e esforços da União, Estados e Municípios, e na execução de trabalhos de fomento e defesa sanitária da produção vegetal e animal, também substanciados em acôrdos assinados entre o Govêrno federal e o daquelas unidades administrativas. Sem dúvida alguma, êste é um dos setores em que a política de cooperação intergovernamental adquiriu melhores títulos ao respeito dos brasileiros.

O empenho de meu govêrno em fortalecer tais providências se comprova, de maneira exemplar, pela crescente majoração das dotações orçamentárias que se tornaram indispensáveis para atender aos compromissos do Govérno federal na manutenção dêsses convênios: alcançaram Cr\$ 18.350.000,00 no exercício de 1946, elevaram-se para Cr\$ 35.350.000,00, em 1947, atingindo CrS 57.600.000,00, em 1948.

Atentos que sois às necessidades das unidades federativas de onde vindes, permito-me chamar-vos a atenção para êsse aspecto deveras significativo da Administração federal no último triênio.

Muito ainda há que fazer no mesmo sentido, mas creio que não se poderão contestar de boa-fé as vantagens de um sistema que não se limita a auxiliar governos estaduais vítimas porventura de estagnação, mas concorre para criar um maior senso de responsabilidade e iniciativa.

A cooperação com os governos locais, prática ora habitualmente adotada, tem constituído, pois, instrumento multiplicador de esforços e recursos para a consecução de objetivos comuns; e, se lograrmos evitar a dualidade e o paralelismo de serviços, não sei de meio mais eficiente para dar assistência real e proficua ao homem do campo.

Os postos agropecuários, outra parte substancial do programa Postos Agrotraçado, representam iniciativa vitoriosa. Planejaram-se êstes postos como um sistema para levar, diretamente, ao produtor rural, ensinamentos da técnica moderna no setor da produção vegetal e animal, e também para lhe fornecer instrumentos e utensílios necessários ao trabalho.

pecuários

O programa visa à implantação dêsses postos em todos os municípios brasileiros. Mas, porque foram iniciados em 1947 e dentro dos limites das dotações orçamentárias normais, até aqui só vêm sendo inaugurados nas áreas em que seu funcionamento se impõe como necessidade inadiável. Existem atualmente em funcionamento 19 desses unidades. Acham-se em fase final de construção 69 outros postos, que se espera entrarão em atividade no correr deste exercício. O número é reduzido em face das necessidades nacionais, mas constitui inicio de uma política agropecuária de longo alcance, pois se destinam a constituir bases da operação do Govêrno nesse setor e núcleos ativos da vida rural brasileira. Pretende-se ainda nêles reunir técnicos de várias especialidades, colocando-os em contato direto com o produtor rural. Não será exagêro prever, por isto mesmo, a gradativa transformação dos tradicionais e antiquados meios de produção, empregados pelos nossos homens do campo.

Mecanização da Lavoura O problema da mecanização da lavoura é entre nós, — e decerto permanecerá por muito tempo, — um dos problemas fundamentais de política econômica que o Govêrno terá de enfrentar em tôda a sua plenitude. E por govêrno, entendemos aqui, como sempre, a ação conjugada do Legislativo e do Executivo. Não se discute a necessidade da introdução de técnica moderna em nossa produção agrícola, mas convém fixar até onde deve ir, com proveito, a interferência do Govêrno nessa esfera da economia nacional. Sem pretender sobrepor-se à iniciativa privada e, antes, com propósito de orientação quase pedagógica. — vem o Govêrno importando do exterior máquinas agrícolas, a fim de serem utilizadas pelos serviços públicos ou revendidas a particulares. Funciona o Govêrno como adiantador de capital e estimulador de processos mais aperfeiçoados de produção; acoroçoa e promove, sem substituir-se, contudo, ao lavrador.

Para a formação de pessoal habilitado na utilização econômica da maquinaria importada, têm contribuído decisivamente os centros de treinamento para trabalhadores agrícolas, organizados pela Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais. Em cursos rápidos e de caráter essencialmente prático, os jovens trabalhadores rurais familiarizam-se nesses Centros com as máquinas agrícolas e com as modernas técnicas da produção agropecuária. Muito embora tenha expirado a vigência do Acôrdo

Brasileiro-Americano, em virtude do qual foi organizada aquela Comissão, os Centros de Treinamento permanecerão em funcionamento, à conta das dotações orçamentárias atribuídas para esse fim à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.

Paralelamente à introdução de máquinas em nossa agricultura e à formação do pessoal para o seu manejo, vai o Ministério da Agricultura instalando em suas dependências, notadamente nos Postos Agropecuários, oficinas mecânicas para reparos e recuperação de material, tendo sido importadas, para êsse fim, dez oficinas de 1.º e doze de 2.º classe.

A Lei n.º 404, de 20 de setembro de 1948, que concede favores a companhias, emprêsas e cooperativas que se organizarem para promover a mecanização da lavoura, representará, segundo se espera, outro precioso instrumento de ação governamentai. Procurou-se impedir, na regulamentação, que manobras puramente especulativas se desenvolvessem à sombra de alguns dos seus dispositivos. Assim, só os núcleos de mecanização, que realmente provem contato permanente com o trabalho rural, gozarão dos favores concedidos, nos quais se incluem a venda direta, pelo Ministério da Agricultura, de máquinas destinadas ao aperfeiçoamento da lavoura; isenção de impostos, direitos e taxas aduaneiras, e redução de fretes nas estradas administradas pelo Govêrno.

Embora venha crescendo o volume das máquinas agrícolas importadas pelo Govêrno, ainda delas não dispomos proporcionalmente às necessidades da produção nacional. E' de insistir, no entanto, que o principal objetivo da ação governamental, nesse setor, não é o de suprir totalmente a falta de maquinaria de que se ressentem os particulares, mas tão-sòmente introduzir, incrementar e facilitar o seu uso na agricultura.

Sempre serão oportunas essas demonstrações práticas das vantagens decorrentes da mecanização, máxime onde o permite a natureza do terreno, porque demonstram ao lavrador as possibilidades econômicas da cultura dos campos.

No caso de trabalhadores rurais, cuja carência financeira não permita a aquisição de máquinas, fornecê-las por empréstimo é também outro ponto do programa dos Postos Agropecuários. Caberá, todavia, à iniciativa particular a inadiável tarefa de ampliar a mecanização da lavoura, pois os recursos disponíveis não permitiriam ao Govêrno ação de tal envergadura, mesmo porque, — nunca será demais repeti-lo, — sua participação deve

limitar-se a orientar, facilitar, estimular e ajudar a iniciativa privada, mas não sobrepor-se a ela, a menos que se trate da defesa nacional.

O incentivo mais inteligente à aquisição dessas máquinas será o fornecimento direto do crédito necessário aos lavradores. No entanto, para que tal se dê, necessitamos de um sistema crediticio organizado por tal maneira que cada ramo da produção desfrute, no momento oportuno, do conveniente amparo. Esse foi um dos motivos por que vos pedi a votação de uma lei bancária que, prevendo a criação do Banco Rural, permita auxílio mais eficiente ao trabalho dos campos e incremente, de maneira decisiva, a mecanização da lavoura nacional.

Trigo

O fomento à produção do trigo tem sido, como ninguém o ignora, uma das preocupações absorventes de meu Govêrno. O Brasil, que no início do século XIX chegara a ser auto-suficiente e até exportador dêsse cereal, veio depois a tornar-se um dos maiores importadores mundiais, especialmente a partir do surto de industrialização do país, que coincide com o desenvolvimento dos grandes centros urbanos do litoral, e com a progressiva elevação do poder aquisitivo das suas populações.

Em 1938, pela primeira vez, ultrapassaram as importações um milhão de toneladas. A despeito de o Brasil incluir-se entre os países de mais baixo consumo de trigo per capita, o valor total dessa importação a coloca entre as que maiores sacrifícios nos exigem: basta dizer que, quando não excede a quantia despendida com a compra de máquinas, segue-a de muito perto. Atente-ce. ademais, em que o aumento normal da população do litoral, associado à recuperação econômica do sertanejo, há de elevar, em futuro não muito remoto, o consumo de trigo no Brasil a níveis tão elevados, que dificilmente poderá o país resistir à sangria que representará para o trabalho e a renda nacionais tão onerosa importação.

Já no momento atual, quando os consumidores de trigo pràticamente se limitam a centros urbanos que de memória se enumerariam, despendemos anualmente com a aquisição no exterior, tanto do cereal em grão como da farinha, quantia superior a Cr\$.... 2.000.000.000,00.O problema do trigo, tal como se nos apresenta no momento e como terá de ser formulado no futuro, foge, destarte, aos limites, até certo ponto acanhados, da iniciativa privada para projetar-se como angustioso problema de govêrno.

Em 1946, o Brasil atravessava dolorosa crise de carência dêsse cereal. As condições peculiares do após-guerra, quando a produção mundial era evidentemente inferior às necessidades do consumo, acarretaram a escassez de trigo em quase todos os " mercados importadores; em conseqüência, os preços se elevaram a níveis nunca anteriormente alcançados. A diminuta produção nacional correspondia, então, a cêrca de 10% apenas do consumo geral. Por outro lado, em virtude dos fatôres já citados, a importação caíra a níveis muito inferiores aos da procura efetiva. Paradoxalmente, porém, tal situação favoreceu ao Brasil, pois os elevados precos externos permitiram a garantia de preços mínimos, altamente vantajosos, para os cultivadores nacionais, o que veio a constituir poderoso incentivo à produção. Também, internamente, a situação se apresentava propicia, pois o silencioso trabalho das estações experimentais da União e dos Estados, - que neste momento saúdo com orgulho, - já lograra a obtenção de variedades adaptáveis às diversas regiões e resistentes às moléstias, estabelecendo as épocas de plantio e detalhes outros essenciais a um rendimento compensador. Foi assim possível a organização de um plano de conjunto que, congraçando esforços de autoridades federais e estaduais, redundou na maior safra tritícea da história econômica do Brasil.

Com efeito, em 1946, o Brasil produziu 212.000 toneladas de trigo; em 1947, primeiro ano da aplicação do plano de fomento à cultura do cereal, essa produção se elevou para 378.000 toneladas.

Estima-se agora a safra de 1948 em cêrca de meio milhão de toneladas, o que corresponde a um aumento superior a 100% em duas safras consecutivas, equivalendo, assim, a uma economia em divisas de, aproximadamente, Cr\$ 1.000.000.000,000.

Embora os resultados alcançados sejam os mais auspiciosos, cumpre não subestimar as dificuldades que ainda nos tolhem o progresso e aquelas que se esboçam, nitidamente para os anos futuros.

O aumento das safras triticeas nacionais não depende apenas do fomento à produção, mas de múltiplos outros fatôres. Sem espirito de hierarquização de tais fatôres, mencionem-se: a garantia de preço mínimo remunerador; a do transporte oportuno e fácil e a da aquisição pela indústria moageira; a existência de estabelecimentos coletores em pontos convenientes das regiões produtoras; e a construção de moinhos dentro dos limites dessas regiões. Quanto ao fomento direto à produção, impõe-se, evidentemente, dentro dos limites que a técnica indicar, a mecanização da cultura.

Tratando-se de lavoura que se destina à subsistência e cujo fracasso nos forçaria a recorrer a importações que devorariam parte apreciável da renda nacional, penso que sempre serão poucos quaisquer sacrifícios que se façam para alcançar auto-suficiência no mais breve período possível. Cumpre, no entanto, que, pelo emprêgo de métodos racionais de cultura, o custo de produção venha a firmar-se em um ponto que permitindo justa remuneração do trabalho agrícola e das fases subseqüentes da produção tritícea, não venha a determinar preço superior à capacidade aquisitiva normal das populações consumidoras. Até que seja alcançado êsse elevado objetivo, deve-se proteger o trigo nacional, de maneira a, com o aumento do volume produzido e a melhoria da técnica empregada, assegurar ao Brasil o abastecimento pela sua própria produção, e a preço conveniente.

Encareço-vos, pois, a necessidade da votação de medidas terdentes a defender as próximas safras da ameaça representada pela queda transitória dos preços no exterior, em conseqüência da nova crise que se esboça no comércio mundial do produto. Só quando tiver atingido volume de produção capaz de atender às necessidades internas, estará o país livre do efeito direto dessas crises que, periòdicamente, perturbam o mercado internacional do trigo. Tal é ainda a razão por que importa destinar a produção nacional apenas ao consumo interno, tornando-se desnecessário, por ora, incentivá-la além da medida justa ao atendimento dessa finalidade.

Recuperação da Lavoura Algodoeira O decréscimo da produção algodoeira nacional foi outro problema que tivemos de enfrentar. Inicialmente, procedeu-se à investigação das causas determinantes do fenômeno e à elaboração de um programa de providências adequadas para o soerguimento da produção. Dentre aquelas que de pronto se localizaram, faíz-se mister lembrar certas práticas obsoletas e antieconômicas, ainda em uso em nossos meios rurais. Outras causas, no entanto, poderão ser mais ràpidamente removidas com assistência direta aos lavradores. Devem ser afastadas tanto as primeiras como as segundas pela cooperação intensiva entre os agricultores e os órgãos especializados das administrações federal e estaduais.

O programa elaborado compreende a assistência governamental direta ao produtor em todo o ciclo da produção, chegando mesmo a ultrapassá-lo, estendendo-se, assim, do preparo de sementes selecionadas até ao beneficiamento nos descaroçadores.

Temos vivido sob a pressão da necessidade de importar, de país distante, a juta destinada à fabricação da sacaria indispensável à exportação de certos produtos nacionais, dentre os quais avulta o café. Esse fato tem criado embaraços constantes à nossa economia, fazendo até pairar, algumas vêzes, ameaças sôbre a continuidade dessas exportações.

Não se justificava, porém, essa dependência, visto possuir o Brasil condições propícias à cultura dessa fibra.

Em 1947, a Convenção Nacional de Economia da Juta, realizada em São Paulo, fixava um programa de trabalho, que abrangia, além do estudo científico das condições de cultivo da planta, a organização de um serviço de incentivo econômico com inclusão do fornecimento a tôda a Amazônia de sementes selecionadas, a fum de possibilitar uma produção estimada em 24.000 toneladas de fibra, na safra de 1948-49. Projeta-se, no corrente ano, uma distribuição de sementes que permitirá produção ainda maior, isto é, de 27.000 toneladas de fibra. Sendo presentemente de 35.000 toneladas anuais o consumo nacional, não será demasiado esperar a auto-suficiência, nesse setor, para o ano de 1951.

Convém salientar que trabalho tão importante, no desenvolvimento da cultura da juta na Amazônia, vem sendo realizado em cooperação com os governos estaduais, e mediante a utilização das dotações orçamentárias normais de custeio e manutenção, sem que se tivesse concedido, para êsse fim, qualquer recurso especial.

Os trabalhos de fomento à produção agrícola deixariam de ter alcance e significação, se não fôssem acompanhados, simultâneamente, por medidas de defesa sanitária vegetal, de maneira a efetivar o combate e a erradicação de pragas ou doenças que tão grandes prejuízos ocasionam à lavoura do país. Em países tropicais, como o Brasil, apresentam-se êsses problemas de defesa sanitária vegetal com caráter de gravidade, e mesmo de calamidade pública, pois o clima contribui para mais rápida multiplicação das pragas e maior virulência das doenças.

As nuvens de gafanhotos, que vinham assolando periòdicamente o sul do país e tão graves prejuízos ocasionaram em 1946 e

Juta

Defesa Sanitária Vegetal 1947, felizmente não nos acossaram com a mesma intensidade em 1948. De resto, encontrando-se o Governo bem aparelhado e equipado para dar combate aos acrídios, as nuvens que surgiram foram logo atacadas e destruídas.

A destruição do gafanhoto migratório foi custeada, em 1948, pelo saldo do crédito extraordinário de Cr\$ 8.809.500,00, aberto pelo Decreto n.º 24.274, de 30 de dezembro de 1947. Pela Lei n.º 362, de 8 de setembro de 1948, concedeu-se ao Ministério da Agricultura crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, a firm de atender a tais despesas.

Convém acrescentar que o crédito foi mantido como reserva para vir a ser utilizado, no caso de se renovar, no corrente ano, a destruidora praga de tão funestos efeitos.

Broca do Café

À conta dos recursos da Comissão de Financiamento da Produção, autorizei a abertura de um crédito de Cr\$ 40.000.000,00 ao Ministério da Agricultura para a importação de máquinas, inseticidas e outros recursos necessários. Esse equipamento destina-se à venda direta aos lavradores, a exemplo do que se faz com outras máquinas agrícolas, difíceis de obter ou desconhecidas mesmo dos interessados. Importaram-se inicialmente 1.000 polvilhadeiras mecânicas, 4.000 manuais e 800 toneladas de hexacloreto de benzeno. Tais aquisições foram objeto de concorrência, que provocou a baixa dos respectivos preços, incentivando a importação por particulares de maior quantidade dos produtos e a fabricação de similares nacionais. Posteriormente, compraram-se ainda no país, mediante coleta de preços, 2.000 toneladas de hexacloreto de benzeno, 1.000 polvilhadeiras manuais, 200 polvilhadeiras mecânicas, 3.800 toneladas de talco, 16 jeeps, 11 caminhões e 8 camionetas.

Forçoso é reconhecer que êsses recursos ainda eram muito parcos, se atentarmos na rápida propagação da praga e na necessidade de se lhe dar pronto combate. No entanto, a despeito de certas dificuldades de ordem contábil haverem retardado a entrega ao Ministério da Agricultura do numerário necessário a uma ação mais ampla e enérgica, a atividade governamental desdobrou-se satisfatòriamente. Cumpre observar que não cabe ao Poder Público, neste como em outros setores, substituir-se à iniciativa particular na tarefa direta de mover combate à praga, mas tão-sòmente orientar os interessados, através do fornecimento de instruções elaboradas por entomologistas e concessão de facilidades para a compra do material necessário. Assim, a campanha vem sendo feita com o objetivo de colocar à disposição dos agricultores a indispensável assistência a par de polvilhadeiras e inseticidas adequados à extinção da broca, permitindo-se-lhes a aquisição de ambos pelo preço de custo, e a prestações. Só em casos excepcionais e a título de demonstração, o Ministério da Agricultura executa, diretamente e com o seu próprio pessoal, o polvilhamento dos cafèzais. A execução direta dêsses trabalhos em tôdas as regiões afetadas acarretaria vultosissima despesa, muito superior aos recursos disponíveis, exigindo ainda grande mobilização de pessoal e material.

No ano em curso será também iniciada intensa campanha de combate à saúva, congregando esforços da União, Estados e Municípios, além do indispensável concurso de particulares, com o objetivo de extinguir, sistemática e gradualmente, êsse grande flagelo da agricultura nacional.

Uma das consequências felizes da cooperação intergovernamental, levada a efeito no setor agropecuário, é, sem dúvida, a coordenação de esforços dos Governos federal, estaduais e municipais para a execução de trabalhos de proteção florestal e reflorestamento.

Florestamento e Reflorestamento

Atendendo-se à circunstância de ser a atividade das estradas de ferro e das companhias siderúrgicas uma das principais causas de devastação de nossas matas, o Ministério da Agricultura tem-se articulado com essas emprêsas no sentido de obter a cooperação das mesmas para o reflorestamento das regiões devastadas. Essa campanha tem surtido os melhores resultados, e já foram assinados, estando em pleno vigor, acôrdos de cooperação com a Rêde Mineira de Viação, com a Estrada de Ferro Nazaré, com a Rêde de Viação Cearense, com a Estrada de Ferro Central do Rio Grande do

Norte, com a Great Western, com a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira e com a Cerâmica Brasileira.

Efetuaram-se ainda, em 14 Estados, contratos de cooperação com particulares, obrigando-se êstes a fornecer terreno e trabalhodores, ao passo que o Serviço Florestal contribuiu com técnicos, sementes e mudas de essências florestais. Nos acôrdos com os Estados e Municípios, concorre o Ministério com dois terços, e aquelas entidades com um terço do total reputado necessário para a execução dos serviços.

Nos trabalhos de reflorestamento, sob o regime de cooperação, vêm sendo empregados, de preferência, a carnaubeira e a canafístula na região do Nordeste, por constituírem excelentes pastos arbóreos e, na zona cafeeira, o ingâzeiro, pela sua utilização no sombreamento dos cafêzais. Tem-se ainda utilizado a acácia negra no reflorestamento de algumas zonas em que se localizam indústrias de curtume. Em regiões dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná vai sendo introduzido o pinheiro do Paraná, distribuindo-se, anualmente, entre os interessados no seu plantio, centenas de quilos de sementes.

Durante os anos de 1947 e 1948, o Serviço Florestal, através dos Hortos Florestais e dos trabalhos em cooperação, produziu 13.600.000 mudas e distribuiu 11.200.000 mudas e 27.000 kg de sementes. Amplicu-se, em 1948, a rêde de hortos florestais, em virtude da criação do Horto Florestal de Sobral, no Estado do Ceará, o qual está sendo instalado e organizado.

Conferência Latino Americana de Florestas e Produtos Florestais Foi o nosso pais escolhido para a realização, na cidade de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro, no período de 19 a 30 de abril de 1948, da Conferência Latino-Americana de Florestas e Produtos Florestais, promovida pela Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (F.A.O.). Compareceram a essa Conferência delegados e observadores de 19 nações e de cinco organizações internacionais. Endereçadas aos governos, à F.A.O. e às organizações internacionais, figuram no relatório final 26 resoluções, que sintetizam o acôrdo a que chegaram es delegados em tôrno dos principais problemas técnicos e econômicos debatidos na Conferência. As resoluções tomadas versaram problemas de utilização dos recursos florestais e de proteção e desenvolvimento dêsses recursos e, como escasseasse o tempo para o exame de todos os assuntos apresentados, ficou resolvido que, na próxima Conferência Latino-Americana de Florestas e

Produtos Florestais, a reunir-se em 1950, seria dada preferência aos problemas econômicos e comerciais.

A par do fomento e defesa sanitária da produção agricola, cabe-nos ainda o imperioso dever de preservar o solo, defendendo-o dos males decorrentes de uma exploração antieconômica ou mal orientada.

Conservação do Solo

Se não padece dúvidas que devernos entregar às gerações futuras o solo brasileiro ainda mais fértil, que o recebemos das gerações passadas, forçoso é reconhecer, longo terá de ser o caminho para chegar a tal finalidade, pois é bem sabido mergulharem os males da economía destrutiva suas raízes no período colonial da história pátria. Nossos pais poderiam invocar, em sua defesta, o desconhecimento de certas conquistas do conhecimento humano, só agora vulgarizadas, mas a escusa já não se aplicaria à geração presente. Para não sermos acusados por aquêles que vierem depois de nós, cumpre-nos zelar pelo patrimônio comum e eterno.

Como o recordei na cidade fluminense de Itaperuna, o soio e a primeira riqueza, insubstituível e, por desgraça, algumas vêzes irrecuperável. Nêle se funda a exploração agrícola e pecuária e, por isso masmo, o bem-estar e a prosperidade das nações. Não são elas saudáveis, nem estáveis, quando não se apóiam em uma agricultura de rendimento elevado, estabelecendo harmonioso paralelo com as atividades industriais. No Brasil, o campo nos fornece alimento e matérias-primas, divisas para atender às nossas necessidades no exterior e mercado para a produção industrial. As atividades agropecuárias constituem, como o sabeis, a base da vida econômica nacional. O próprio desenvolvimento industrial, e todos poderão compreendê-lo, tem limite intransponível no poder aquisitivo que a agricultura venha a criar. Porque não o tenhamos suficientemente compreendido, passamos hoje por dificuldades cuja correção está na volta à terra, como já o lembrei em outras oportunidades.

Cumpre elevar o trabalho nos campos pelo uso da técnica moderna, de maneira a que não continuemos a esgotar a terra que produz. E cumpre ainda recuperar as terras, ja agora exauridas por sucessivas culturas que delas tudo tiraram, sem que nunca se tivesse cogitado da recuperação dêsse solo dadivoso.

Felicito-me por ter sido em meu Govêrno que se realizou, na Capital da República, em 1947, a 1.º Reunião Brasileira de

Ciência do Solo, que, como já salientei em Mensagem anterior, proporcionou aos técnicos e cientistas de diversos países oportunidade para intercâmbio de idéias e ampla análise da matéria. principalmente no que se refere às questões de erosão, fertilização e utilização racional do solo.

No ano de 1948, fêz-se o Brasil representar na Conferência Interamericana sôbre Conservação de Recursos Naturais Renováveis, realizada nos Estados Unidos da América, tomando sua delegação parte ativa na discussão das teses e propostas de resolução, ali apresentadas.

Em tôrno dessas ideias, acaba de se reunir no mês de fevereiro de 1949, na Capital do Estado de São Paulo, a 1.ª Mesa Redonda de Conservação do Solo, prestigiada pelo Govêrno federal, que ali compareceu representado pelo titular da pasta da Agricultura, abrindo-se útil e fecundo debate a respeito de problema de tamanha magnitude.

Advertido da sua importância, o Poder Executivo não tem perdido oportunidade de focalizá-lo, como o faz agora, ainda uma vez, perante o Congresso Nacional, onde se encontra em estudos, entre outras, uma Mensagem de capital importância sôbre a questão agrária.

Como observei, porém, em Itaperuna, não é êsse trabalho para uma administração nem programa para um só govêrno. Representa tarefa de gerações e deve constituir-se em propósito de todo um povo.

Produção Animal Para a pecuária nacional, o ano de 1948 foi de plena recuporação.

Recuperação da Pecuária

Devemo-la, em primeiro lugar, ao ânimo e à tenacidade de nossos criadores, que souberam resistir à crise e superá-la com seus esforços. Contribuíram, ainda, e de forma decisiva, para que ela se processasse, os serviços técnicos de fomento, defesa sanitária, pesquisas biológicas e zootécnicas e inspeção sanitária que, com seu reduzido número de técnicos e a modéstia de suas detações orçamentárias, vêm, isoladamente ou em cooperação com os serviços estaduais congêneres, executando trabalho altamente proveitoso de melhoria, aumento, defesa e valorização dos nessos rebanhos.

Nos três últimos anos, foram intensificadas e ampliadas a importação e a aquisição de reprodutores finos de diferentes espé-

cies e raças, destinados alguns ao aumento e renovação dos plantéis do Govêrno, outros a empréstimos nas estações de monta provisórias, e outros a revenda aos criadores nacionais. Todos êsses animais procederam dos melhores plantéis estrangeiros e, no território nacional, em diferentes locais e ocasiões, principalmente nas exposições nacionais e regionais de pecuária, fizeram-se aquisições selecionadas nos rebanhos dos melhores e mais adiantados criadores. Os reprodutores adquiridos foram localizados em diferentes pontos do país, para serem revendidos pelos órgãos competentes.

Possui o Govêrno federal, em seus estabelecimentos, 18.000 animais, dos quais 10.000 de maior porte e de diferentes espécies e raças. Ainda nos seus estabelecimentos zootécnicos, além das atividades concernentes ao fomento animal pròpriamente dito, conduzem-se trabalhos de seleção e melhoramento de raças exóticas e nacionais, estudos de cruzamento e vários outros de grande interêsse para o presente e, principalmente, para o futuro da nossa pecuária.

Realizaram-se nesses anos as Exposições Nacionais de Animais mediante contrato. A de São Paulo, em 1948, teve mesmo excepcional brilhantismo. Foram levadas a efeito, ainda, em 1948, exposições estaduais em Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás, contribuindo o Govêrno federal, para a realização de cada uma delas, com o auxílio anual de Cr\$ 100.000,00.

Ajudas substanciais vêm sendo facultadas aos Estados, Municípios e associações de criadores, para a construção e ampliação de seus recintos de exposição de animais e produtos derivados. Em 1948, êsses auxílios atingiram um total de Cr\$ 2.450.000,00. Concederam-se, ainda, no mesmo ano, contribuições no valor de

Cr\$ 360.000,00 a diversas associações de criadores, signatários de contratos com o Ministério da Agricultura, para a manutenção do registro genealógico de diversas raças.

Financiamento da Pecuária

Paralelamente a essas providências, concederam-se, no setor do crédito, as facilidades aos pecuaristas, permitidas pelas circunstâncias.

Ao mesmo tempo que lhes proporcionava a moratória, a Lei n.º 209 estabelecia, para os que não quisessem beneficiar-se com seus favores, formas de renúncia aos seus benefícios, afastando assim o entrave que a Lei n.º 8, de 1946, havia trazido a novas operações com os criadores e recriadores.

Sucedeu, entretanto, que, enquanto muitos se habilitaram aos favores da Lei, outros, dispondo do prazo de 120 dias para decidir, prazo êste posteriormente prorrogado até fins de 1948, não pediam ser atendidos sem que definissem sua posição. Dessa maneira, a situação de expectativa perdurou por todo o ano passado, impedindo o retôrno ao regime normal de operações.

Mesmo assim foi possível ao Banco do Brasil reiniciar os empréstimos dessa natureza, já então regulamentados em bases e condições ditadas pelo estudo amadurecido da matéria, e pela larga experiência adquirida em 10 anos de atividades.

A partir de agósto adotaram-se novas normas de ação nessesetor, tendo-se firmado, no decurso do ano passado, 836 contratos no valor de CrS 368.769.000,00, acusando essas cifras notável aumento sôbre o volume de operações do ano anterior, quando se efetuaram apenas 397 contratos correspondentes a CrS 88.206.000,00.

Abrange essa modalidade de assistência à pecuária múltiplas atividades, entre as quais se salientam a criação, recriação e engorda de bovinos, equinos, asininos e muares, a aquisição de animais para serviço e custeio de atividades pastoris, a suinocultura, a ovinocultura, a avicultura, os melhoramentos das condições de exploração e das benfeitorias dos imóveis rurais, a formação de pastagens e campos de forragens, a construção de açudes, silos, e outras formas de aperfeiçoamento e desenvolvimento de atividades pastoris.

Os empréstimos destinados à aquisição de gado de recriação e de engorda pouca alteração sofreram em suas condições. Apenas, quanto à engorda, tendo em vista que êsse ramo da pecuária

requer pastagens especiais, situadas nas proximidades dos mercados consumidores ou de centros de industrialização, — houve a preocupação de estimular tais atividades nas zonas onde maior seja a perspectiva de sucesso na sua exploração.

Também quanto à criação, atendendo a que os produtores, já radicados na profissão, geralmente não precisam de adquirir fêmeas, — pois dispõem em regra de novilhas do próprio rebanho —, adotou-se o critério de financiar de preferência a compra de reprodutores machos, como sendo o meio mais eficiente de elevar o índice racial do gado. Sem embargo, tôdas as propostas de empréstimos para a aquisição de fêmeas vêm sendo estudadas com simpatia quando se apóiam em motivos ponderáveis.

Favorece ainda o Banco do Brasil os empréstimos para melhoramentos e instalações nas propriedades rurais, por ter demonstrado a experiência ser essa a maneira mais racional de amparo ao pecuarista.

Na concessão de crédito especializado a criadores, para aumento e melhoria da população bovina, consideraram-se também com especial simpatia os pequenos produtores, quando idôneos e credenciados para a atividade pasteril.

A variedade de dispositivos legais sôbre o assunto, todavia vem, até certo ponto, entravando a ação do estabelecimento credor.

Atentando-se na amplitude das atividades abrangidas pelo crédito pecuário, parece-me ter chegado a ocasião de simplificar a legislação existente, de maneira a, preservando a instituição do crédito que precisa da garantia de reaver o capital aplicado, dar o que é justo no setor da pecuária.

A defesa sanitária de nossos rebanhos, nos três últimos anos, reclamou esforços que possibilitaram combate racional e sistemático, e um melhor estudo da febre aftosa, da brucelose, da raiva, e das ectoparasitoses e endoparasitoses. Foi, todavia, no combate

Defesa Sanitária Animal à peste suína, a terrível virose que ameaçou destruir o nosso rebanho que mais intenso se revelou o trabalho e a exemplar vitória dos serviços de defesa sanitária animal.

Na sua primeira década de virulência devastadora pelo país, não despertou essa moléstia a aconselhável atenção. Só em 1946, quando invadiu o Vale do Paranapanema, — onde se abastecem os frigoríficos de São Paulo, Jaguaraíva e as fábricas de produtos suínos de São Paulo, Estado do Rio e do Sul de Minas, — determinou justificável apreensão, provocando clamor generalizado, agravado senão acentuado pela escassez e alto preço da banha nos mercados consumidores.

Articulando-se com os governos de Estados interessados, conseguiu o Govêrno federal evitar durante um ano a descida da virose para o Sul, onde se localizam os maiores rebanhos suínos do país. Infelizmente, porém, provinda do Território das Missões, na República Argentina, a peste suína insinuou-se através da fronteira Paraná-Santa Catarina, região desguarnecida de proteção sanitária, já porque os recursos disponíveis não permitiam policiamento tão extenso, já porque era ignorada a existência da moléstia em território argentino.

Não havia, então, vacinas para combater a peste, e a pequena quantidade fabricada revelou-se insuficiente para a proteção dos rebanhos. Durante o ano de 1946 aplicaram-se apenas 400.000 doses de vacina cristal-violeta, não se podendo conter o surto da doença. Em 1947, porém, foram estabelecidos testes de eficiência para liberação da vacina e aplicadas 900.000 doses em tôrno dos focos, a fim de se evitar a propagação. Por fôrça da Lei n.º 84, de 4 de setembro de 1947, abriu-se, em dezembro daquele ano, o crédito especial de Cr\$ 12.000.000,00 para o combate à peste suína, tornando-se realizável intensificar a campanha de combate à virose, com a ministração, em 1948, de 4.000.000 doses de vacinas, o que, pràticamente, extinguiu os focos existentes.

Correspondendo ao apêlo do Govêrno e às necessidades do momento, a indústria particular cooperou ativamente na campanha. Hoje dispõe o país de 12 estabelecimentos produtores de vacinas cristal-violeta, tendo passado de importador, que era, a maior produtor dessa vacina. Realizou-se, também, no Brasil, a maior demonstração já levada a efeito com a mencionada vacina, cujos resultados vieram comprovar, na prática e em grande escala, as experiências anteriormente realizadas em nossos laboratórios sôbre a sua eficiência, já agora isenta de qualquer dúvida.

Conseguindo o Govêrno, assim, fazer desaparecer a causa das longas filas de consumidores de banha, com a cessação da mortalidade suína, ao mesmo tempo extinguiu a peste em uma área quase tão extensa quanto a Europa, exclusive a Rússia.

A febre aftosa é outro problema de defesa sanitária animal que tem trazido sérias preocupações, dados os prejuízos que ocasiona à nossa pecuária. Está sendo ultimada a elaboração de um vasto plano de profilaxia dêsse mal, que se baseará, inicialmente, na execução de uma lei específica que preveja notificação compulsória, isolamento, desinfeção e policiamento de trânsito; secundâriamente, na montagem de uma rêde de 18 laboratórios, de Bagé a Belém, com produção de vacinas capaz de bastar às necessidades de nossa pecuária, incluindo-se igualmente no programa os trabalhos de investigação e aperfeiçoamento da vacina Waldmann.

A experiência adquirida no combate à peste suína motivou Mensagem que vos dirigi e da qual resultou a Lei n.º 569, que permitirá a aplicação rápida e sumária de medidas que visem à salvaguarda da saúde pública e à defesa sanitária animal.

O incontestável progresso de nossa pecuária e a fase de recuperação que vem atravessando contribuirão para incrementar o consumo da carne, aliás consideràvelmente aumentado desde a supressão do racionamento, embora não tenha sido possível fazer cessar medidas restritivas e acauteladoras que ainda estão em vigor.

Produtos de Origem Animal

Além dessas providências temporárias de disciplina da matança e da industrialização, que se impunham em face da necessidade de preservação dos rebanhos, cumpre que elas sejam complementadas pela construção de matadouros industriais nas zonas de produção, e de uma rêde de armazéns frigoríficos.

Para a consecução dêsse objetivo, será de grande interêsse, conforme salientei em Mensagem de 1947, a votação de medidas que assegurem a concessão de vantagens a nacionais, pessoas físicas ou jurídicas, que venham a construir, instalar e explorar estabelecimentos destinados ao abate das espécies de açougue e à sua completa industrialização.

No setor de fomento da produção mineral, revestem-se de grande importância os trabalhos de prospecção, estudos e sondagens, realizados em diversos pontos do território nacional para o reconhecimento das riquezas de nosso subsolo. Do Congresso Nacional e Produção Mineral de autoridades militares, governos estaduais e municipais e particulares, recebe o órgão especializado da Administração federal frequentes e insistentes pedidos no sentido da verificação e do levantamento minucioso dessas riquezas.

A indústria de mineração, para que possa ser conduzida racionalmente, deverá ser baseada nos trabalhos preliminares de prospecção, sondagens, levantamentos topográficos e estudos geológicos que, por sua natureza especializada e custo, na maior parte das vêzes, só podem ser realizados pelos órgãos técnicos do Poder Público.

Menção especial deve ser feita aos trabalhos de pesquisas e sondagens do carvão nacional, problema êste considerado como de especial relêvo entre cs da geologia econômica do país. Sondagens de carvão vêm sendo levadas a efeito pelo Govêrno federal, nos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, além dos trabalhos de melhor aproveitamento do carvão nacional na região carbonífera de Cresciúma, em Santa Catarina, que têm merecido redobrada atenção, dada sua estreita relação com a solução do problema do suprimento de carvão à Companhia Siderúrgica Nacional.

Depois de várias interrupções e de um longo período de estagnação, recomeçaram em julho de 1948 os serviços de pesquisa de carvão e de água subterrânea no Piauí.

Os minérios de ferro e manganês mereceram cuidadosa atenção: os primeiros com o fim de ampliar os dados relativos às reservas já conhecidas; e os segundos pela sua particular importância, uma vez que a tonelagem existente no Brasil e a grande procura no comércio mundial aconselham prudência na sua exportação. Assim, foram executados estudos em profundidade, por sondagens, das jazidas de manganês de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia, bem como das jazidas de ferro e manganês de Itabira e Congonhas do Campo, Estado de Minas Gerais.

Em fins de 1948, foi prorrogado c acôrdo existente com o Govêrno dos Estados Unidos e que visa à continuidade dos trabalhos de colaboração entre os serviços técnicos brasileiro e americano sôbre geologia geral e recursos minerais nossos.

A cooperação prestada pelo Govêrno americano continuará a ser de caráter técnico, mediante o envio de especialistas para o nosso país. No momento, estão sendo estudados no regime dêsse acôrdo, por comissões mistas brasileiro-americanas, os depósitos

ferríferos da Cia. Vale do Rio Doce, em Itabira, e da Companhia Siderúrgica Nacional, em Congonhas do Campo.

As atividades de mineração em nosso país são, no entanto, ainda incipientes, cotejando-se o tamanho das áreas pesquisadas e lavradas com o restante do território nacional que apresenta condições favoráveis à mineração. Verifica-se, por conseguinte, que muito há por fazer neste setor da nossa economia, cabendo ao Poder Público ingente tarefa, com relação ao reconhecimento e ao estudo amplo e sistemático das riquezas do subsolo e ao incentivo da iniciativa particular nelas interessada.

Tornam-se ainda necessárias a adoção e manutenção de uma política isenta de entraves burocráticos e a atração de capitais para o estabelecimento de uma indústria mineira permanente, apoiada em sólidas bases financeiras e capaz de adotar os processos técnicos adequados e os métodos racionais de trabalho. A nossa mineração, fórça é confessá-lo, ainda em grande parte está a cargo de firmas individuais e pessoas físicas, cujo trabalho é mais de aspecto pioneiro e transitório. Para se comprovar essa assertiva, bastará ter em vista que, nos anos de 1947 e 1948, foram concedidas apenas 55 autorizações para o funcionamento de emprêsas de mineração.

Embora mantendo o princípio da propriedade das minas e demais riquezas do subsolo distinta da do solo, a Constituição de 1946 incluiu o conceito novo da preferência do proprietário do solo para a exploração das mesmas. A fim de regularizar essa preferência, na conformidade do mandamento constitucional, tive a honra de vos encaminhar a Mensagem n.º 537, de 9-10-48. Para o incremento à exploração mineira no país, torna-se imprescindível a votação das medidas ali sugeridas.

Embora os prenúncios da industrialização da energia elétrica se manifestassem no Brasil ainda ao tempo do Segundo Reinado, seu desenvolvimento não seguiu ritmo acelerado, como aconteceu em outros países. As usinas hidrelétricas, entre nós, têm aumentado muito vagarosamente, em número e capacidade, fenômeno contra o qual a iniciativa brasileira só vem conseguindo reagir depois de 1920.

À exclusão de algumas grandes centrais, a quase totalidade das usinas elétricas, que ainda hoje operam no país, são pequenas e desarticuladas, não possuindo capacidade financeira para enfrentar largo surto industrial, nem características que as qualifiquem energia Elétrica a uma integração em sistema nacional, dada sua utilidade puramente local e baixa eficiência.

Importa salientar, porém, que as condições naturais do país possibilitam o aproveitamento de inumeráveis recursos, capazes de produzir milhões de quilowatts ou cavalor-vapor. Se planejarmos futuras usinas hidrelétricas, estabelecidas em zonas favoráveis à exploração de grandes centrais de base, aparelhadas com as necessárias linhas de transmissão, poderão elas substituir as numerosas pequenas usinas, precàriamente construídas sôbre ribeirões, e amparar devidamente as de pequena, mas regular eficiência.

Intensificada a produção de energia elétrica, serão imediatos os seus efeitos na economia nacional, não sômente nos setores da indústria do país, mas também da lavoura, que então se beneficiará com as facilidades oriundas da eletrificação rural.

Tendo em vista o papel vital dos serviços elétricos no progresso do país, vem o Govêrno empreendendo a planificação do aproveitamento de nosso potencial hidrelétrico, visando à construção de centrais de base, rêdes de transmissão e interconexão dos sistemas locais. O problema implica, no entanto, questões técnicas e, sobretudo, financeiras, demasiadamente graves para serem vencidas de afogadilho.

REGULAMEN-TAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE Como já vos tenho reiterado, o Brasil se apresenta, no que se refere à energia elétrica, como país seriamente deficitário. Ainda que o regime de concessão, instituído pelo Código de Águas, representasse um grande passo para definir as relações entre govêrno e concessionários, não logrou êle incrementar a índustrialização da energia elétrica, nem trazer-lhe todos os benefícios que seria justo esperar.

Não há dúvida que é preciso sanar a falta de regulamentação dos dispositivos mais importantes do Código, justamente aquêles que cuidam da exploração dos serviços elétricos, dispensando-lhes, agora, o Poder Público a devida atenção, já no que diz respeito à parte técnica, já quanto às questões pertinentes aos contratos, ao reconhecimento do capital, à tomada de contas e outros aspectos fundamentais.

Vivem ainda hoje as emprêsas de energia elétrica sob o regime de contratos obsoletos, celebrados, na maioria dos casos, com as antigas câmaras municipais, só recentemente restauradas. Os interêsses da coletividade, em muitos dêles, foram tão olvidados que houve necessidade de apelar-se para a centralização federal,

como corretivo aos prejuízos que se evidenciavam em muitas regiões do país. E' por muitos admitido, no entanto, que êsse regime de centralização pràticamente total não deu todos os resultados previstos, acarretando mesmo inconvenientes, dentre os quais sobressai a morosidade das soluções provenientes do vultoso número de problemas suscitados.

Por outro lado, como vos não será difícil avaliar, resultaria contra-indicada a descentralização imatura do regime, pelo menos enquanto permanecerem em vigor as condições atuais, tornando-se indispensável a adoção de um diploma que venha definir, de maneira específica, as atribuições de cada um dos poderes, — federal, estadual e municipal, — em tudo que diga respeito às questões atinentes aos diferentes e variados problemas da energia elétrica.

Eis por que, neste triênio, vem o Govêrno, antes de qualquer medida precipitada, apurando estudos e experiências, no propósito de melhor definir as atribuições das diferentes órbitas governamentais.

Seria indispensável, desde logo, que os Estados e os Municípios se empenhassem na constituição de órgãos de caráter permanente, a que se possa vir a conferir, como permite a Constituição, o exercício de determinadas funções.

Como início dessa política, vários governos estaduais já possuem repartições que cooperam estreitamente com o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, — órgão de centralização e contrôle dos interêsses federais, — as quais deverão ficar, a pouco e pouco, aparelhadas para o meneio de árduos problemas que tocam, essencial e concomitantemente, nas órbitas geral, regional e local, com a prevalência indiscutível da primeira.

Urge empreender em larga escala a ampliação de nossos serviços elétricos. Já tive oportunidade de vos afirmar que o Govêrno está ultimando estudos em que se prevêem: preliminarmente, a divisão provisória do país em regiões geográficas, autosuficientes quanto aos recursos energéticos; em seguida, a construção de novas centrais de grande capacidade, empreendimento de alta importância, dado o fenômeno de concentração da produção industrial; e, finalmente, a interligação e coordenação dos sistemas elétricos regionais. Essas providências implicarão em

Ampliação Da Capacidade Hidrelétrica preparar o fomento da distribuição de energia às zonas urbanas e rurais.

Obediente a esta orientação, poderá o Govêrno insistir na expansão de nossa capacidade elétrica, a qual, segundo as exigências de nosso desenvolvimento econômico, deverá sofrer um acréscimo médio anual de cêrca de 200.000 kW, de capacidade instalada. E' um mínimo indispensável de energia adicional que não está fora dos limites de nossas possibilidades, pois houve momentos em nossa história em que o país chegou a instalar de 140.000 a 150.000 kW por ano.

Esse desenvolvimento, — que se impõe de maneira inadiável, pois virá aliviar os atuais meios, por demais sobrecarregados, — afigura-se-nos perfeitamente exequível, convindo mesmo lembrar que mais de 80% da nova capacidade poderão ser representados pela extensão e ampliação dos sistemas já em funcionamento.

PINANCIA-MENTO DA PRODUÇÃO HIDRELÉTRICA Está orçado em cêrca de um bilhão e meio de cruzeiros, por ano, o custo dos empreendimentos para industrialização da energia elétrica, com caráter nacional.

E' óbvio, como já vos acentuei, que não pode o Govêrno chamar a si a responsabilidade de um empreendimento de tal vulto: a maior parte dêsses investimentos terá de provir do capital particular. Cabe-lhe, porém, adotar ou promover medidas de amparo e estímulo à iniciativa privada, propiciando, sobretudo, a concessão de créditos a longo prazo e a juros módicos, para verificar-se normalmente aquêle afluxo de recursos.

Neste sentido, o Govêrno não tem descurado de atender aos problemas relativos à fixação de remuneração justa do capital das emprêsas de energia elétrica. A regulamentação, que elaboramos, prevê a adoção do Plano de Contas para Emprêsa de Energia Elétrica, o que permitirá padronizar para cada classe as escritas contábeis dessas organizações. Com tal medida, a que se acrescentará a assistência da fiscalização, será possível determinar, rigorosamente dentro dos preceitos do Código de Águas, o capital efetivamente empregado, e, como corolário, a remuneração que lhe cabe, o que, sem dúvida, desenvolverá a confiança nos investimentos destinados à produção de energia elétrica.

Estas providências de incentivo à iniciativa privada virão reforçar medidas outras, que o Govêrno vem pondo em prática, quer subscrevendo ações de companhias de economia mista, quer

colaborando financeiramente com diversos Estados, para construção de várias centrais e rêdes de transmissão.

Paralelamente estuda o Govêrno meios efetivos de incrementar a utilização dos recursos hidráulicos do país. Quero referir-me ao anteprojeto de sociedades elétricas, cuja organização, lastreada na mobilização de recursos financeiros, públicos e privados, permitirá dotar sedes municipais, isoladamente, dos benefícios que advêm do emprêgo de energia elétrica.

A despeito de tôda a complexidade do problema, sensíveis progressos vêm-se registrando, nestes três últimos anos, no que diz respeito à produção e ao consumo de energia elétrica entre nós, embora ainda sejam enormes as deficiências neste setor fundamental da economia do país.

REALIZAÇÕES GOVERNA-MENTAIS

Em 1946, tivemos um acréscimo de 43.957 kW, de potência hidrelétrica, e de 1.250 kW, de termelétrica; em 1947, o acréscimo foi de 102.570 kW e 18.948 kW, respectivamente; em 1948, alcançou o aumento 82.519 kW e 5.000 kW, nas duas espécies de potência elétrica. Dêsse modo, em três anos, a potência total em kW ultrapassou 1.500.000 kW.

Certamente êsse total ainda é diminuto, se o compararmos com a população atual do país, sua extensão territorial e as necessidades de energia para atender à expansão industrial e ao problema premente da eletrificação rural. Há, todavia, um grande esfôrço, por parte dos Governos da União e dos Estados, no sentido de dotar o país de novas fontes de energia, assim como se tornou diretriz econômica, que se justifica por si mesma, amparar as emprêsas particulares que pretendam dedicar-se a empreendimentos dessa natureza.

Para consecução de resultados mais significativos em futuro próximo, os órgãos federais especializados levaram a efeito, em 1948, diversos trabalhos técnicos de importância, dentre os quais cumpre salientar o prosseguimento das obras de construção e instalação da usina menor, de 5.000 kW, da Cachoeira de Paulo Afonso, cuja finalidade principal é fornecer energia para as grandes obras que serão executadas na região, pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco, e o início dos estudos necessários para instalação de uma usina hidrelétrica na Cachoeira de Formoso, no Rio Corrente.

Convém ainda ressaltar que, como medida preparatória à construção da Usina Hidrelétrica do Fecho do Funil, no Rio Paraopeba, foi assinado um acôrdo com o Govêrno do Estado de Minas Gerais, estabelecendo a execução dessas obras pelo regime de cooperação. Em conformidade com o acôrdo assinado, foram delegadas ao Govêrno de Minas Gerais a conclusão dos estudos da Usina Hidrelétrica de Fecho do Funil, a execução do projeto de construção da barragem e da usina, e o estudo, projeto e execução das obras complementares. Para atender às despesas com tais obras, promovemos a entrega, ao Govêrno do Estado de Minas Gerais, da dotação orçamentária de Cr\$ 10.500.000,00.

Acôrdo semelhante foi celebrado com o mesmo Estado de Minas Gerais para a execução das obras da Usina Hidrelétrica do Cachoeirão de Jequitai, para as quais contribuiu o Govêrno federal com a dotação de CrS 1.500.000,00. Convém notar que tanto as obras do Fecho do Funil, como as do Cachoeirão do Jequitai estão incluídas no plano de aproveitamento das possibilidades econômicas do rio São Francisco e seus afluentes, — que vai analisado pormenorizadamente em capítulo à parte, — sendo custeadas à conta da dotação prevista pelo art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Ultimaram-se também diversos novos estudos, relativos aos trabalhos de levantamento do potencial hidráulico do país, como de caracterização jurídica dos cursos d'água.

Como podeis aquilatar, enfrentando problema de tal envergadura, temos diligenciado por solucioná-lo em bases racionais, assentes em conceitos sólidos, — técnicos, jurídicos e econômicotinanceiros, — os quais sedimentarão as diretrizes do Govêrno para que se logre estruturar um sistema de âmbito nacional. Contornadas as dificuldades iniciais, só então poderemos desenvolver com segurança largo programa de estímulo à eletrificação do país, amparando-a em todos os seus aspectos.

PETRÓLEO

É de todos reconhecida a importância dos combustíveis para a emancipação econômica do Brasil. Cônscio desta realidade, tem o Govêrno diligenciado por estabelecer as condições técnicas, sem descuidar o estudo dos lineamentos jurídicos, que permitam base estável ao aproveitamento e industrialização daqueles recursos.

Assim é que, enquanto o Poder Legislativo revê o arcabouço legal para tais iniciativas, temos levado a efeito pesquisas e em-

preendimentos que visam solucionar no Brasil a carência de combustíveis, principalmente no que tange ao petróleo e seus derivados.

Não se poderiam fixar, com cautela, as bases para a exploração do petróleo no território brasileiro, sem que, dentro de nossa capacidade financeira, se pugnasse concomitantemente pelos meios indispensáveis à industrialização dos combustíveis líquidos, em têrmos eminentemente nacionais.

FINANCIA-MENTO DA INDÚSTRIA PETROLÍFERA

Balanceando o emprêgo mais oportuno das divisas de que dispõe o Brasil em vários países da Europa, entendi que o seu melhor destino seria aplicá-las em material para pesquisas e exploração dos campos petrolíferos, construção de refinarias e aquisição de navios petroleiros, além de locomotivas para as ferrovias nacionais. Na realidade, dava-se corpo, destarte, ao programa de industrialização, idealizado no meu Govêrno, com o fito não só de alcançar, no período de quatro anos, capacidade de refinação bastante para todo o consumo interno de petróleo, estimado em cêrca de 80.000 barris diários, como ainda de se aprestar frota de petroleiros, num total de 180.000 toneladas, que assegurasse o transporte de matéria-prima para as refinarias e a distribuição dos seus produtos.

Dêsse modo, além das instalações que vão ser custeadas por dois grupos financeiros nacionais, no Distrito Federal e no Estado de São Paulo, para 10.000 e 20.000 barris diários, respectivamente, — montará o Govêrno refinaria de alta capacidade, consoante estudos que se vêm processando no Conselho Nacional do Petrôleo.

A par de apreciável economia de cambiais para nossa balança comercial, — os lucros das refinarias trarão sensível contribuição aos trabalhos de pesquisa, além do benéfico influxo que representará para as condições econômicas do país a instalação da indústria do petróleo, em grande escala.

Com êsse objetivo, tive a satisfação de vos dirigir Mensagem, no exercício passado, solicitando do Congresso Nacional a abertura de um crédito especial para aquisição de 90 locomotivas; projetos e material de uma refinaria de petróleo com cracking, de capacidade diária de 45.000 barris; ampliação da refinaria encomendada para a Bahia, de forma a dobrar-lhe a capacidade e adaptá-la à produção de lubrificantes; além da aquisição de navios petroleiros, num total de 180.000 toneladas. Não tendo

sido possível votar a matéria na sessão ordinária, foi ela incluída no ato de convocação da sessão extraordinária e, afinal, aprovado o projeto de lei, autorizando o Poder Executivo a abrir créditos extraordinários até o total de Cr\$ 1.178.457.530,30, para atender às despesas com a aquisição de todo o material referido, verificando-se os respectivos pagamentos em cambiais.

REALIZAÇÕES GOVERNA-MENTAIS Dentro de suas possibilidades técnico-financeiras, vem o Govêrno realizando os exaustivos serviços que se antecipam à efetiva exploração do petróleo. Trabalhos de geologia, prospecções geofísicas, perfuração de poços pioneiros, além das posteriores obras intermediárias à industrialização, — tudo se inclui entre as operações de grande monta e perícia levadas a efeito.

Estudos Geológicos e Geofisicos No Estado da Bahia, continuaram os reconhecimentos na região norte do Recôncavo, até o rio São Francisco, e foram iniciados estudos geológicos nas áreas de São Sebastião do Passé, Alagoinhas e Mata de São João.

Tiveram seguimento, também, trabalhos geológicos no Maranhão, Piauí, Norte de Goiás, Paraná e Sergipe, tendo sido alcançado o Estado de Alagoas. Prosseguiram os estudos de geofísica iniciados em Sergipe e na foz do rio Amazonas, assinalando-se, nesta última região, a existência de uma fossa com mais de 3.000 metros de sedimentos, cuja bacia abrange área aproximada de 70.000 km².

Campos de Petróleo Até fins de 1948, foram revelados no Recôncavo baiano, os seguintes campos de petróleo: Lobato-Joanes, Aratu, Itaparica, Candeias e Dom João. Os três primeiros já se acham completamente perfurados e em condições de produzir; no campo de Candeias, estão em curso os trabalhos de desenvolvimento e, no campo de Dom João, processa-se a verificação de sua extensão.

Vale ainda salientar que, no decorrer do ano findo, deu-se início à perfuração de quatro poços e terminaram-se 16 outros, dos quais 14 se revelaram produtores de óleo. O total perfurado no exercício somou 17.316,30 m, contando o Conselho Nacional do Petróleo, em 31 de dezembro de 1948, com 80 poços produtores de óleo e 13 de gás.

As reservas de óleo em todos êsses campos estão calculadas, atualmente, em 17.844.567 barris de 159 litros, ou seja...... 2.837.286.153 litros de petróleo.

As fontes petrolíferas da Bahia proporcionaram, no decorrer do ano transato, 143.405 barris (22.801.395 litros) de óleo bruto. Essa produção serviu para atender ao consumo da pequena refinaria de Aratu e à queima nas caldeiras das sondas a vapor. A produção potencial diária dos poços de todos os campos do Recôncavo ascende, neste momento, a cêrca de 11.600 barris, só se podendo contar, entretanto, com a extração efetiva de cêrca de um têrço dêsse total, ante a necessidade de sua utilização econômica.

Até 1946, o gás produzido nos campos petrolíferos da Bahia. — cujas reservas são avaliadas em 1.215.407.120 m³, — só era utilizado na pequena refinaria de Aratu e em caldeiras no campo de Itaparica. Naquele ano, deu-se início a sua aplicação para fins industriais, em pequena escala, sendo fornecido, em Itaparica, a uma fábrica de tecidos e, em Aratu, à Usina Santa Luzia.

Aproveitamento do Gás Natural

> r Mataripo á a

A refinaria de Mataripe, já em montagem, é do tipo combination topping and cracking unit, a primeira no gênero a ser instalada no país, para trabalhar com petróleo nacional. Possuirá capacidade inicial de 2.500 barris diários e produzirá, principalmente, gasolina e óleo combustível, estando, todavia, aparelhada para produzir também querosene e óleo Diesel. Está prevista a sua ampliação para 5.000 barris diários, tão pronto o permitam as reservas petrolíferas, tendo-se ainda em mira extrair lubrificantes do petróleo baiano, o que, possívelmente no ano de 1953, será realizável em proporções capazes de satisfazer cêrca de 40% lo nosso mercado interno estimado para aquela época.

Essa refinaria será operada, após o término da construção, por uma sociedade de economia mista — "Refinaria Nacional de Petróleo S. A.", criada pelo Decreto-lei n.º 9.881, de 16 de setembro de 1946, — e atenderá ao suprimento, em derivados do

petróleo, nos Estados da Bahia, Sergipe e Alagons, cooperando desta forma com 3,2% do abastecimento total provável do país no ano de 1950.

O custo da refinaria e da instalação estão orçados em......
USS 2.000.000,00. O seu funcionamento, além dos lucros que proporcionará ao Governo, sob a forma de dividendos, permitirá a venda de 2.500 barris diários de óleo cru, em base de USS 2.80, ou seja CrS 39.312.000,00, anualmente. Esta importância se elevará a cérca de CrS 80.000.000,00, logo que a capacidade da refinaria atinja 5.000 barris diários.

A economia em divisas, relativa à diminuição da importação de produtos de petróleo, corresponderá inicialmente a............. USS 2.846.150,00 por ano, e se elevará a USS 5.692.300,00, quando a produção utingir aquêles 5.000 barris.

Olcoduto Santos-São Paulo Empreendimento de grande alcance para a economia de vasta região do país representa a instalação de um oleoduto, de grande capacidade, entre Santos e São Paulo, tornado necessário pelo constante aumento do consumo de combustiveis líquidos, na área servida por aquêle pôrto.

Após os estudos de uma comissão especial, aceitou o Conselho Nacional do Petróleo um projeto que compreende o lançamento de duas linhas principais de dez e 18 polegadas de diâmetro, respectivamente para o escoamento de produtos leves (como gasolina, querosene e óleo Diesel), e de óleo combustível e petróleo. Prevê-se o deslocamento inicial de 25.000 barris diários, estando a obra orçada em cêrca de Cr\$ 140.000.000.00.

Tal empreendimento será realizado pela Estrada de Ferro Santos a Jundiai, a que se concedeu a exploração do referido oleoduto.

SISTEMA BRASILEIRO DE PLANE-JAMENTO REGIONAL

APROVEITA-MENTO DAS POSSIBILBYA-DES DO SÃO FRANCISCO E DE SEUS APLAIENTES O aproveitamento das possibilidades econômicas do rio São Francisco e de seus afluentes mais importantes, — quer os da margem direita, rios Pará, Paraopeba, das Velhas, Jequitaí, Verde Grande, Rãs, Paramirim, Jacaré e Salitre; quer os da margem esquerda, rios Indaia. Abaeté, Paracatu, Urucuia, Pardo, Carinhanha e Grande, — constitui problema nacional de magna relevância amplamente discutido desde longa data, na multiplicidade de seus aspectos, e sôbre o qual existem os mais diversos estudos de especialistas brasileiros e alienígenas.

Esses estudos preliminares contribuiram para criar um clima favorável à elaboração do art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Carta Magna de 18 de setembro de 1946, que criou os recursos e estabeleceu o prazo necessário à efetiva valorização da extensa bacia hidrográfica e de seus habitantes.

O aproveitamento dessa vasta região, sobre constituir aspiração de várias gerações de brasileiros, vinha se impondo como providência inadiável, ligada aos problemas de expansão econômica do país e à própria sobrevivência da unidade nacional.

Na Mensagem anterior, fiz questão de reconhecer e proclamar a sábia previdência dos Constituintes de 1946, que facultou ao Poder Executivo os meios para o início de uma política concreta de empreendimentos positivos, destinados a obter o máximo proveito no concernente à utilização racional das águas do grande rio e seus tributários para os inúmeros fins a que se destinam: transporte fluvial, eletrificação, irrigação, reflorestamento, produção agropeçuária, colonização, fixação das populações rurais migrantes e industrialização das matérias-primas regionais. Os problemas de utilização da água e da terra se entrosam com os de população cujo bem-estar depende, fundamentalmente, da maneira como são conservados e explorados os recursos naturais. Da solução que lhes fôr dada decorrem a estabilidade da organização econômico-social e o adequado ajustamento ao ambiente físico. As dolorosas migrações nordestinas revelam desajustamentos perigosos, que urge corrigir, entre grandes grupos de população rural e o quadro natural das suas atividades e ocupações normais. O Vale do São Francisco se apresenta, graças à fertilidade do solo adequado a múltiplas culturas, como a solução ideal para fixação dos trabalhadores rurais nordestinos que se deslocam com as respectivas famílias, em migrações periódicas.

Estabelecendo eficiente ligação entre as regiões do altiplano central do país e o nordeste, a bacia hidrográfica são-franciscana adquire excepcional importância geográfica, de que resultam, por outro lado, vantagens especiais de ordem política e econômica. A última guerra mundial contribuiu para realçar uma das vantagens peculiares do São Francisco, no tocante à sua capacidade potencial como meio decisivo nas comunicações internas do país, a ser coordenado com os demais sistemas brasileiros de transporte.

2

O São Francisco e seus tributários, correndo através de extensos planaltos, apresentam, além disso, possibilidades excepcionais com relação ao aproveitamento de um potencial hidrelétrico que prefixa para todo o Vale o roteiro da industrialização local das matérias-primas regionais, notadamente fibras, sementes oleaginosas e culturas alimentícias. A energia elétrica abundante, a preço baixo, ocasionará, forçosamente, extraordinário surto no desenvolvimento agropecuário, na exploração dos minérios ocorrentes na região cujo conhecimento só agora se vem precisando. São, pois, extremamente favoráveis as condições locais do Vale do São Francisco para estruturação de uma economia equilibrada. Cumpre, acima de tudo, estabelecer um padrão de vida decente para suas populações, distribuídas em adensamentos demográficos que têm conservado, através dos tempos, as melhores características da raça.

Do conhecimento de todos é o interêsse que tenho dedicado à política brasileira de planejamento regional, na qual se enquadra, como ponto básico, o conjunto de projetos, obras e serviços relativos ao aproveitamento das possibilidades econômicas do São Francisco e seus afluentes. Já agora nos situamos na terra firme das iniciativas e realizações concretas. Os esforços e recursos concentrados, nestes dois últimos anos, na execução dos empreendimentos de valorização econômica de regiões pouco desenvolvidas ou inaproveitadas, demonstram que a ação executiva do Govêrno federal se encontra empenhada em trabalhos de proporções inéditas entre nós, diretamente vinculados à expansão e fortalecimento da nacionalidade.

Comissão do Vale do São Francisco O Congresso Nacional, cêrca de dois anos, estudou e discutiu a legislação orgânica indispensável à boa aplicação dos dispositivos constitucionais relativos ao aproveitamento progressivo das possibilidades da Bacia do São Francisco. O projeto de lei, criando a Comissão do Vale do São Francisco, — destinada a dar cumprimento ao disposto no art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, — apresentado em 2 de janeiro de 1947, foi exaustivamente examinado nas duas casas do Congresso, quer sob o ponto de vista dos aspectos técnicos do problema, quer sob o ângulo dos interêsses nacionais em causa.

A 9 de dezembro de 1948 foram encerradas tôdas as discussões sôbre o assunto, inclusive apreciação de inúmeras emendas. Depois

de aprovado, foi o referido projeto encaminhado à sanção presidencial no dia 11 do mesmo mês.

A 15 de dezembro de 1948, coube-me sancionar a Lei n.º 541, que cria a Comissão do Vale do São Francisco. Poucos dias depois, a 20 de dezembro do mesmo ano, de acôrdo com o disposto no art. 2.º da referida lei, designei os técnicos que deverão orientá-la e dirigi-la.

Em virtude de o Orçamento da União, para 1949, não haver previsto a verba necessária ao custeio da Comissão, durante o corrente exercício, deverá ser procedida a abertura de um crédito especial para manutenção da mesma, no exercício de 1949.

A partir do corrente ano, a Comissão do Vale do São Francisco, tendo em vista o disposto nos arts. 7.º, 8.º e 16 da lei que a criou, além da organização do plano-geral destinado ao aproveitamento progressivo das possibilidades do Rio São Francisco e de seus afluentes, terá a seu cargo a orientação e fiscalização de todos os demais serviços, ora em execução no mesmo vale.

Anteriormente à criação da Comissão do Vale do São Francisco, tendo em vista as distribuições feitas pelo Congresso Nacional, por proposta da Comissão Especial do Plano de Aproveitamento da Bacia do São Francisco, da Câmara dos Deputados, na cota constitucional estabelecida no art. 29 do Ato das Disposições Transitórias, o Govêrno iniciou a execução de um plano de emergência, congregando diferentes melhoramentos, a cargo dos órgãos ministeriais competentes.

Os serviços programados no plano de emergência e em execução pelos diferentes setores ministeriais constituem a fase básica preparatória do programa de 20 anos; seu prazo de execução corresponde ao primeiro dos quatro quinquênios em que se divide, lògicamente, o plano de aproveitamento do Vale do São Francisco.

Foi orçado em Cr\$ 539.641.600,00 o custo total dos melhoramentos a serem realizados pelos diversos ministérios no Vale do São Francisco, até dezembro de 1950.

Com exceção do programa aprovado para a melhoria das condições de navegabilidade, capacidade de transporte, carga, descarga e armazenamento, a cargo do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais do Ministério da Viação e Obras Públicas, iniciado em 1944, com recursos fornecidos pelo crédito

Plano de Emergência especial de Cr\$ 48.500.000,00, concedido pelo Decreto-lei n.º 6.643, de 29 de junho de 1944, e revigorado pelo Decreto-lei n.º 9.855, de 13 de setembro de 1946, todos os demais conjuntos de obras foram encetados em 1947, com recursos orçamentários, concedidos por fêrça da cota constitucional do São Francisco.

Além das obrigações da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, cujas atividades serão apreciadas à parte, integram-se no referido plano de emergência:

- 1) 10 campos de pouso, da rota do São Francisco;
- três usinas hidrelétricas;
- 3) prolongamento de linhas de fôrça e conclusão da usina menor de Paulo Afonso (Usina de 5.000 kW cuja finalidade principal é fornecer energia para as grandes obras a serem executadas no local pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco);
- 12 campos de irrigação nos municípios ribeirinhos e irrigação das ilhas do São Francisco, em Jatinã e Cabrobó;
  - 33 hospitais regionais;
  - 6) três centros de saúde;
  - 7) quatro postos de saúde;
  - 8) uma escola normal rural;
  - 9) trabalhos de profilaxia da malária;
  - 10) obras de proteção e acostagem em 27 portos fluviais;
  - 11) um estaleiro fluvial, com oficinas e carreiras;
  - 12) barragem eclusada no Braço do Sobradinho;
- 13) levantamento aerofotogramétrico das bacias hidráulicas
   e hidrográficas do Rio São Francisco e de seus afluentes;
- 14) levantamento topo-hidrográfico complementar das bacias hidráulicas do Rio São Francisco e de seus afluentes, nos trechos navegáveis:
- 15) desobstrução do Rio São Francisco e de seus afluentes, nos trechos navegáveis;
- 16) instalação de uma comporta na lagoa de Cotinguiba, no Baixo São Francisco;
  - 17) oito rodovias de acesso ao Vale do São Francisco;
- 18) três rodovias secundárias de ligação ao sistema rodoviário de Sergipe;

- 19) 23 rêdes telegráficas;
- 20) sede para uma Diretoria Regional de Correios e Telégrafos, em Juazeiro, no Médio São Francisco;
- 21) auxílio às emprêsas oficiais de navegação do Médio São Francisco, para aquisição de novas unidades.

Criada a Comissão do Vale do São Francisco, encontra-se o Poder Executivo aparelhado para dar cumprimento ao dispositivo constitucional que visa à elaboração e execução, no prazo de 20 anos, de um plano de conjunto para o aproveitamento das possibilidades econômicas do referido vale.

E' a primeira grande experiência de planejamento regional que está sendo feita em nosso país, razão pela qual, em face dos objetivos nacionais, sociais e econômicos de que se reveste o empreendimento, continua o Executivo federal no firme propósito de facilitar, por todos os meios, o andamento dos trabalhos da Comissão recém-criada.

Dentre os empreendimentos de vulto, já em andamento, merece destaque o saneamento da região como preliminar básica à execução do plano geral de aproveitamento das possibilidades regionais. Têm sido animadores os resultados obtidos. O programa de combate à malária na Bacia do São Francisco, pôsto em execução desde janeiro de 1947, se enquadra no plano-geral de recuperação do vale. A campanha de erradicação da malária, nessa extensa região, ampliou e intensificou as suas atividades no decorrer de 1948, com êxitos positivos.

Pode afirmar-se que em breve estará bem provida de medicamentos antimaláricos tôda a população são-franciscana dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, através de 1.539 unidades distribuidoras, espalhadas por tôda a região e ao alcance de qualquer pessoa.

Os benefícios das dedetizações domiciliares, limitados em 1947 às cidades, vilas e povoados ribeirinhos, estenderam-se em 1948 aos pequenos adensamentos rurais, fazendas, sítios e residências situadas às margens do rio principal e de seus afluentes, achando-se hoje pràticamente protegidas com D.D.T. tôdas as casas das zonas malarígenas da bacia do grande rio, em número de 120.000.

Saneamento da Bacia do São Francisco Como nas demais áreas malarigenas dedetizadas, a situação dos habitantes do São Francisco é plenamente satisfatória, podendo afirmar-se que a malária deixou de constituir problema a impedir ou dificultar o progresso da região.

O programa para 1949 consiste na ampliação e intensificação das medidas profiláticas que vêm sendo adotadas com sucesso.

A rêde de distribuição de medicamentos, já bastante disseminada, será ampliada, a fim de que os moradores dos mais longínquos recantos malarígenos tenham à sua disposição, os medicamentos para debelar o seu acesso de malária. A medida que se generalizarem as dedetizações domiciliares, reduzir-se-á naturalmente a procura de medicamentos, uma vez que, com o D.D.T. se interrompe ou diminui grandemente a transmissão da doença.

O Serviço Nacional de Malária continuará realizando inquéritos malariométricos e entomológicos, que deverão cobrir, no decorrer do ano, tôda a área malarígena sob sua responsabilidade. Com êsses trabalhos, ter-se-á um conhecimento geral da fauna anofélica e do grau de prevalência da malária, apesar do número reduzido de técnicos entomologistas e médicos malariologistas.

Com o saneamento e a erradicação da malária do Vale do São Francisco abrem-se perspectivas animadoras para o progresso econômico e social de quatro e meio milhões de patrícios que nêle mourejam e que têm assim possibilidades de ampliar o rendimento de sua capacidade de trabalho.

Em dois planos principais se projeta a ação do Govêrno tederal nesse importante setor: assistência hospitalar e combate à malária, atividades uma e outra destinadas a assegurar às populações locais condições sanitárias indispensáveis ao trabalho produtivo e ao surto de iniciativas que ali se devem desenvolver.

E' conhecida a carência de assistência médica em que vivem as populações ribeirinhas; a falta de fixação de médicos na região deve-se, em parte, não só à inexistência de estabelecimentos hospitalares indispensáveis a todo trabalho médico-social organizado, como à sua insalubridade, verificando-se, por vêzes, o fato de não disporem os habitantes das cidades, vilas e lugarejos, de qualquer assistência para os seus males.

Para atender às necessidades de assistência, foi decidida a construção de uma rêde de hospitais regionais, localizados nas cidades de maior densidade de população, à margem do Rio São Francisco e principais afluentes. Quinze dessas uni-

dades estão sendo construídas, distribuídas por cinco Estados e nas seguintes localidades: Pirapora, Januária, São Francisco, Lapa, Santa Maria da Vitória, Barra, Xiquexique, Remanso, Casa Nova, Petrolina, Petrolândia, Pôrto da Fôlha, Propriá, Pão-de-Açúcar e Penedo, isto é, três em território mineiro, seis na Bahia, dois em Pernambuco, dois em Alagoas e dois em Sergipe. A fixação dos locais foi iniciativa do Congresso Nacional. Dêsses hospitais, 11 terão capacidade de 64 leitos e os quatro restantes de 28, obedecendo todos ao tipo padrão-progressivo do Ministério da Educação e Saúde.

Estão em via de conclusão, com os recursos concedidos, os de Pirapora, Lapa, Barra, Petrolina, Propriá e Pão-de-Açúcar, ou seja, um total de 384 leitos dentre os 816 em construção.

Quanto ao combate à malária, vale a pena aduzir algumas informações.

Até o fim de 1946, as principais atividades do Serviço Nacional de Malária, na Bacia do São Francisco, foram circunscritas a algumas localidades do Baixo São Francisco, situadas nos Estados de Alagoas e Sergipe. Medidas antilarvárias, consistindo, principalmente, na aplicação de larvicidas ou em trabalhos de pequena hidrografia, nas cidades de Penedo, Propriá, entre oufras, e na medicação dos doentes, dessas e de outras localidades. Afora isto, fazia-se assistência medicamentosa às populações de muitas localidades do Médio, e algumas do Alto São Francisco, com a cooperação do clero e entidades diversas.

Em janeiro de 1947, autorizei o Serviço Nacional da Malária a pôr em execução vasto programa de trabalho. Erradicação da Malária

Esse programa constou, essencialmente, das seguintes iniciativas:

- a) realização de inquéritos epidemiológicos, para conhecimento da distribuição e do grau de prevalência da malária, e a distribuição das espécies de anofelinos vetores da doença;
- b) organização de uma extensa rêde de Unidades Distribuidoras de Antimaláricos (U.D.A.), com o objetivo de fazer chegar aos doentes, dos mais longínçuos rincões, rápida e gratuitamente, o medicamento antimalárico;

 aplicação intradomiciliar do D.D.T., para impedir ou reduzir a transmissão da malária a níveis mínimos.

Esse programa, iniciado em 1947, teve satisfatório prosseguimento no ano de 1948, ao término do qual tinham sido realizados inquéritos epidemiológicos, em cêrca de 130 localidades, para o que foram examinadas, aproximadamente, 20.000 pessoas; e instaladas 1.539 unidades distribuidoras de antimaláricos, através das quais ficou práticamente provida de medicamentos antimaláricos a população de grandes trechos do Alto, Médio e Baixo São Francisco e protegidas com D.D.T. cêrca de 120.000 casas naquelas partes da bacia.

No triênio 1946-1948, foram empregados, para o combate à malária, em tôda a Bacia do São Francisco, compreendendo os Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe (Alto, Médio e Baixo São Francisco), Cr\$ 19.120.000,00.

Os resultados já obtidos, com as medidas acima expostas, sumàriamente, especialmente a aplicação intradomiciliar do D.D.T., são os melhores possíveis. Alguns exemplos, em comprovação dessa afirmativa em 1947: de cada 100 crianças examinadas em Biraba, município de Barra, Estado da Bahia, cêrca de 13 apresentaram parasitos da malária no sangue. Em 1948, após duas dedetizações nessa localidade, menos de uma pessoa de cada 100 habitantes teve exame de sangue positivo para parasitos maláricos. Em Ibotirana, município de Paratinga, a percentagem de pessoas com parasitos de malária, foi de 14,18 em 1947 e de 1,17, apenas, em 1948, após duas dedetizações. Em Bom Jesus da Lapa e Bem-Bom, tal percentagem que era de 5,24 e 4,12, respectivamente, em 1947, caíra para zero em 1948.

Em Guaicuí e São Romão, em Minas Gerais, o índice parasitário caiu de 29,09% e 5,26%, respectivamente, em 1947, para 5,71% e 0% em 1948. E, assim, em tôdas as localidades, dêsses e de outros Estados.

A densidade de mosquitos anofélicos, no interior das casas, foi reduzida de maneira impressionante com duas dedetizações, feitas de 1947 para 1948. As localidades de Bom Jesus da Lapa e l'botirana, por exemplo, na primeira pela captura, em 1947. de 372 anofelinos em 258 casas, e na segunda, onde foram apanhados 117 dêsses mosquitos, em 118 casas. Mas, em 1948, foram capturados apenas cinco em 372 casas visitadas em Bom Jesus da

Lapa e nem um, sequer, em 146 casas inspecionadas em Ibotirana. Estes dados conclusivos dispensam comentários.

O que esclarecem os dados técnicos acima oferecidos é corroborado pelo povo do São Francisco, por pessoas ilustres ali radicadas, pela imprensa local e homens públicos de diversos centros do país. É, portanto, de reconhecer a completa transformação operada de 1947 para cá. O Govêrno imprimiu, pois, grande impulso à sua ação executiva em matéria de saneamento. No exercício de 1949, o Serviço Nacional de Malária espera dedetizar mais de 200.000 prédios, na Bacia do São Francisco, e ampliar a rêde de distribuição de medicamentos com a instalação de 1.000 novas unidades distribuidoras de antimaláricos.

Com o aproveitamento de Paulo Afonso, poderá o Nordeste dispor de energia elétrica a baixo preço nas proporções adequadas à sua indispensável industrialização e ao fortalecimento da capacidade aquisitiva de sua população, que representa boa parte do mercado interno nacional.

APROVEITA-MENTO DE POTENCIAL HIBRELÉTRICO DE PAULO AFONSO

A subscrição de ações da companhia encerrou-se com grande êxito, em 15 de janeiro de 1948, tendo sido o seu capital coberto com excesso, da seguinte forma:

Companhia Hidrelétrica do São Francisco

Ações ordinárias.... 200.000 — entrada Cr\$ 20.000.000,00 Ações preferenciais.. 223.675 — entrada Cr\$ 22.367.500,00

Organização

Para êsse excesso em ações, a Prefeitura do Recife contribuiu com 3.675 ações a mais e o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, com 20.000. A subscrição extra de 20.000 ações pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários viria prevenir a possibilidade de não se consumar qualquer parcela da subscrição.

A entrada deveria ser de 10% do capital, mas o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas subscreveu 14.000 ações e pagou Cr\$ 2.000.000,00 ou seja Cr\$ 600.000,00 a mais.

O depósito feito pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários ficou conservado em poder da companhia para completar a 2.ª chamada.

Ainda em março de 1948, reuniu-se a assembléia-geral de constituição da Companhia, à qual estiveram presentes 47 acionistas representando mais de 2/3 do capital. Procedeu-se, então.

à eleição e posse da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho Consultivo, na forma estabelecida pelos estatutos da emprêsa.

A Diretoria, depois de examinar atentamente diversas propostas, resolveu adquirir para sua sede o 15.º pavimento do Edificio Rio Paraná, à rua Visconde de Inhaúma, 134, tendo para ai se transferido definitivamente. A aquisição foi feita por....... Cr\$ 4.560.000,00, sendo Cr\$ 1.060.000,00 pagos no ato da escritura definitiva e a parte restante em prestações mensais pela Tabela Price com juros de 10% a/a no prazo de dez anos (Cr\$ 46.255,00 por mês). Com a aquisição de sede própria, a companhia evitou desperdícios nocivos ao seu patrimônio e ao seu próprio funcionamento, caso fôsse compelida a dispersar os seus serviços em diferentes locais, todos de aluguel elevado.

A pouco e pouco, de acôrdo com as necessidades ocorrentes foram se constituindo os diversos serviços da companhia.

Fêz-se a admissão do pessoal, que ingressou na companhia sômente pelo rigoroso critério de competência, sem qualquer interferência estranha.

Na estruturação da companhia, levou-se em consideração a necessidade de estabelecer uma organização simples, destinada a funcionar em bases industriais, sem emperros burocráticos, nocivos ao rápido andamento das obras e serviços.

Situação Contúbil e Financeira Na organização do plano de contas da companhia, foram seguidos os moldes aconselhados pela Federal Power Commission. O serviço de contabilidade-geral é todo mecanizado, de sorte a ocupar um número mínimo de funcionários. Com o sistema adotado, é possível ter-se quinzenalmente o balanço da companhia. Em linhas gerais, a situação financeira da companhia era a seguinte em 31 de dezembro de 1948:

A chamada de 15% do capital correspondente ao ano de 1949 já se anunciara para o período de 3 de janeiro a 31 de março do corrente; nesse período, mais Cr\$ 60.000.000,00 serão entregues à companhia.

Nos anos de 1949 e 1950, a companhia precisará de maior numerário, visto como nesse período se desenvolverá a construção das obras civis e nêle se processará a aquisição de máquinas e equipamentos para instalação da usina e linhas de transmissão.

Havendo a lei que autorizou a organização da companhia fixado em sete anos o período para integralização do capital subscrito, e sendo inconveniente aguardar um tão longo período para ultimação e construção necessárias, — torna-se mister efetuar uma operação de crédito, no corrente ano, a fim de prover a companhia dos recursos necessários à realização e ultimação das obras, em curto prazo.

A admissão do pessoal indispensável tem sido feita, como foi dito, exclusivamente pelo critério de capacidade para os cargos. O serviço de pessoal está devidamente organizado de acôrdo com exigências das leis trabalhistas.

Problemas Especiais

Quanto ao pessoal técnico, sua admissão não tem sido fácil, porquanto técnicos de valor estão sempre em cargos aos quais estão ligados por compromissos, não sendo fácil atraí-los para outros serviços. Mais o entusiasmo pela grande obra a realizar do que mesmo pelas vantagens que lhe são oferecidas, diversos técnicos de reconhecida competência aceitaram os convites que lhes foram feitos; a companhia já conseguiu assim organizar um quadro de alta qualidade.

Para garantia da saúde do pessoal que trabalha em Paulo Afonso, estabeleceu-se ali um serviço médico e está sendo construído um ambulatório, enquanto se aguarda a construção do hospital, para o qual o Congresso votou a verba de Cr\$ 2.500.000,00.

A parte de serviços sociais está ainda em estudos e, dentro de pouco tempo, a companhia iniciará as instalações e os serviços necessários.

As compras se revestem de caráter estritamente comercial, sempre, porém precedidas de coletas de preços. Durante o ano de 1948, as aquisições realizadas atenderam especialmente a móveis e utensílios destinados à instalação dos escritórios da sede da companhia, de Paulo Afonso, do Recife e de Salvador; os veículos necessários à movimentação de pessoal e material na zona de operação; os materiais e equipamentos destinados à construção do acampamento de Paulo Afonso, inclusive às respectivas oficinas; e algumas máquinos e equipamentos de construção previstos para as obras da usina. As compras realizadas e contratos de compra celebrados até 31 de dezembro de 1948 atingiram a importância de CrS 18.829.964.16.

Transportes e Comunicações O êxito do grande empreendimento encontra-se na dependência direta da obtenção de transportes permanentes e econômicos. Os trabalhos exigidos para completar as ligações de Paulo Afonso com os principais centros do Nordeste são de tal vulto que não podem ficar a cargo da companhia, a qual também não os pode financiar, uma vez que o seu capital tem aplicação certa, fixada na lei que a criou.

Recife, Maceió, Aracaju e Salvador, são os portos marítimos naturalmente indicados para receber os materiais e equipamentos destinados à companhia. Todos êles serão devidamente utilizados, de acôrdo com a natureza dos materiais a transportar, nas diferentes fases das obras.

Presentemente, entretanto, os portos do Recife e Salvador são os mais aparelhados para movimentar qualquer tipo de carga; o de Maceió ainda carece de equipamento portuário; o de Aracaju, alem disso, só dá entrada a navios de pequeno calado, em virtude de assoreamento da barra e canal de acesso.

Os portos fluviais de Penedo, Neópolis e Propriá também não dispõem de aparelhamento e recebem apenas embarcações de pequena tonelagem, porquanto a barra do Rio São Francisco se encontra parcialmente obstruída. De mais a mais, sua utilização imediata não constituiria solução prática nem econômica para atender a movimento mais intenso de mercadorias destinadas às obras de Paulo Afonso.

Consequentemente, no programa aprovado pelo Govêrno foram fixadas, como primeira de urgência, as ligações com o Recife e Salvador, aliás as duas maiores praças comerciais da região. No primeiro caso é aproveitado com vantagem o trecho de 270 km, da Great Western of Brazil Railway entre Recife e Arcoverde, Pernambuco, reduzindo o transporte rodoviário posterior a 220 km; e no segundo, a linha da Viação Férrea Federal do Leste Brasileiro entre Salvador e Alagoinhas, Bahia, em uma extensão de 126 km, seguindo-se o transporte rodoviário, de 363 km, entre Alagoinhas e Paulo Afonso.

Os trabalhos de consolidação e alargamento do leito da rodovia existente entre Alagoinhas e Paulo Afonso foram intensificados com o auxílio prestado pelo Governo federal.

A ligação com Aracaju, pârto mais próximo de Paulo Afonso, mas cujas condições técnicas só permitem o recebimento de certas mercadorias, se realiza pela Rodovia Central de Sergipe que, em Jeremoabo, encontra o trecho final da estrada Salvador-Paulo Afonso.

Ao ser constituída a Companhia, as ligações rodoviárias com os portos do Recife e Maceió se encontravam incompletas; extensos trechos mais nas proximidades de Paulo Afonso se desenvolviam através de caminhos impraticáveis em certas épocas do ano.

Para estabelecer conexão com o pôrto do Recife foram aceleradas as obras do trecho final da estrada Arcoverde a Petrolândia, Pernambuco, o qual, já em dezembro passado, permitiu a passagem direta dos primeiros veículos. Ficará essa estrada concluída no ano em curso.

Para transposição do rio São Francisco, — até que seja concluída a grande ponte metálica a jusante da Cachoeira de Paulo Afonso, cuja construção foi contratada em dezembro passado e deverá estar concluída no segundo semestre de 1950, — a Companhia instalou uma balsa metálica para cargas até 25 toneladas, na altura de Santo Antônio da Glória. Dessa forma a ligação atual entre Petrolândia e Paulo Afonso se desenvolve inicialmente em território pernambucano e posteriormente no Estado da Bahia, contando-se aproveitar integralmente o trecho de 40 km, da rodovia de primeira classe em construção entre Glória e Barra de Paulo Afonso.

No território alagoano está sendo construída a estrada entre Paulo Afonso (local da futura ponte metálica à jusante da cachoeira) e um ponto da Rodovia Central de Alagoas nas proximidades de Mata Grande. Essa estrada assegurará não só a ligação com Maceió, como também permitirá comunicação mais direta com o Recife, através da estrada anteriormente referida, Arcoverde-Petrolândia.

A ponte sôbre o São Francisco em Paulo Afonso e a estrada Paulo Afonso-Mata Grande apresentam o mérito particular de estabelecer ligação entre as extensas rêdes rodoviárias ao norte e ao sul do São Francisco. O Governo federal autorizou, no ano em curso, a criação, em caráter provisório e pela duração dos traba-

lhos de construção da Usina Hidrelétrica, de um Distrito Rodoviário especial que se encarregue de todos os serviços ligados às rodovias de acesso a Paulo Afonso, quer os de execução direta, quer os feitos em cooperação com os departamentos estaduais, com exceção da rodovia Arcoverde-Petrolândia, que continuará a cargo do Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas. Esse Distrito terá sede em Paulo Afonso.

A etapa imediata do programa de ligações rodoviárias compreende a construção de uma estrada direta entre Nossa Senhora da Glória (Sergipe) e Paulo Afonso, na extensão aproximada de 124 km, com um ramal de 35 km para o pôrto fluvial de Curralinhos, no Baixo São Francisco. Dessa forma, o percurso rodoviário entre Aracaju e Paulo Afonso ficará reduzido a 260 km, quando presentemente é de 307. Haverá também possibilidade de ser utilizado mais fâcilmente o rio São Francisco, como via de penetração.

Ao mesmo tempo deverá ser estabelecida a ligação rodoviária entre a Central de Alagoas, nas proximidades de Mata Grande e Garanhuns, em Pernambuco, passando por Águas Belas, em uma extensão total de 150 km. Essas duas últimas estradas, além de encurtarem as distâncias rodoviárias para os portos do Recife e Aracaju, ainda apresentam a vantagem de servir de ponto de apoio para as linhas de transmissão de energia que de Paulo Afonso demandarão, respectivamente, às regiões ao Norte do São Francisco e do baixo curso dêste rio.

A Companhia se aparelhou com uma frota de caminhões para realizar os transportes rodoviários em sua zona de operação.

Nesta época em que se utiliza intensamente o transporte aéreo, para deslocamento de pessoal e material, sem descurar o aspecto turístico, ficaria incompleto o programa se não fôsse prevista a construção de um aeroporto de primeira classe nas proximidades de Cachoeira de Paulo Afonso. Essa providência foi possível graças aos recursos de Cr\$ 2.300.000,00, consignados na Lei n.º 402, de 23-9-48. Os serviços foram atacados no exercício transato. No momento, aeronaves de porte médio aterram nas proximidades do canteiro principal de trabalho da Companhia.

Para estabelecer comunicações rápidas entre a Sede, os escritórios em Salvador e Recife e os trabalhos em Paulo Afonso, a Companhia adquiriu e está montando estações radio-receptoras para telegrafia e para fonia nesses quatro lugares. A Companhia vem realizando o estudo sistematizado do mercado consumidor de energia em sua zona de influência, que abrange parte dos territórios dos Estados da Paraíba, Pernambuco e Bahia, e a totalidade dos territórios dos Estados de Alagoas e Sergipe, num total de 206 municípios, com a área conjunta de 206.869 km2 e uma população de 6.800.000 habitantes, ou sejam 2,5% da área do território nacional e 15% da respectiva população.

Leventamento das Condições Locais e Inquéritos Especiais

Foram organizados os cadastros de todos os municípios, contendo as seguintes informações: superfície; população (urbana, suburbana e rural); número e tipos de prédios; eletricidade (emprêsas fornecedoras, tarifas vigentes, prédios e logradouros servidos, número de focos de iluminação pública, consumo particular e público); vias de comunicação; finança municipal (receita e despesa); agricultura (área cultivada, produtos, valor da produção); indústria (número de estabelecimentos, operários, capital registrado, média mensal da fôlha de pagamento, potência elétrica instalada e valor da produção) — elementos com os quais é possível avaliar as necessidades de cada município, para supri-los convenientemente, além de poder-se prever o desenvolvimento que cada um experimentará com o fornecimento de energia elétrica abundante e a preço razoável.

Para tornar os trabalhos de pesquisa de mercado mais completos, sobretudo visando à criação de novas atividades industriais no próprio vale do São Francisco, vários estudos se acham em andamento, a cargo dos Ministérios da Agricultura e da Viação, do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, dos Governos dos Estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, das Federações de Indústrias dêsses Estados e do I.B.G.E.

A situação do Nordeste em matéria de energia elétrica ressente-se de extrema penúria. Suas necessidades atuais não são atendidas nem em quantidade nem em preço. As usinas existentes — na sua quase totalidade, térmicas — não atendem aos reclamos até mesmo da iluminação particular e pública. Operando na dependência de fornecimentos precários de lenha transportada de grandes distâncias ou de combustíveis importados, e utilizando conjuntos obsoletos e desgastados, — sua produção revela-se precária, além de ser elevado o preço da utilidade fornecida.

A energia elétrica para a indústria é racionada, sendo impossível a obtenção de novas ligações ou o refôrço dos fornecimentos dos antigos consumidores. Em conseqüência, as maiores indústrias existentes (usinas açucareiras, fábricas de tecidos e de óleos vegetais) enveredaram por caminhos independentes, consumindo os resíduos para aquecimento das caldeiras ou montando instalações--motrizes próprias, muito onerosas.

Este é o quadro geral de todo o trecho litorâneo do Nordeste.

Atingindo a zona do agreste e da caatinga, a situação ainda se apresenta mais desalentadora. Até mesmo as cidades importantes não contam com suprimento adequado e econômico de eletricidade, de sorte que não tem havido ambiente propício ao desenvolvimento de certas indústrias que, em virtude de condições naturais, se poderiam ali estabelecer.

A potência geradora instalada em usinas de serviço público e particulares era de cêrca de 95.000 kW, quando o total brasileiro já atingia 1.500.000 kW, fornecendo as médias per capita, respectivamente de 14 e 31 watts, ao mesmo tempo que essas médias alcançavam 85 e 81 watts, por habitante, respectivamente nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Nos países participantes do programa de reconstrução da Europa, essa média alcança 180 watts, nos Estados Unidos da América 360 watts, na Suécia 420 watts, na Suíça 630 watts, na Noruega 910 watts.

Com o suprimento de energia pelas primeiras unidades geradoras da usina de Paulo Afonso a potência instalada per capita duplicará na região, ao passo que a média brasileira terá atingido cêrca de 50 watts por habitante.

Além do maior bem-estar proporcionado pela eletricidade farta às comunidades que habitam a região, haverá sobretudo benefício direto à produção, que lucrará grandemente com a mecanização em maior escala. A exemplo, convém citar que, em Alagoas, estão instalados na indústria 11.800 cavalos-vapor para 32.177 operários, o que fornece a potência de 0,37 cavalos-vapor por operário, contra a média brasileira de 1,96 em 1944. Em Pernambuco, que é o Estado de desenvolvimento industrial mais acentuado da região, nos 5.316 estabelecimentos fabris que empregavam cêrca de 100.000 operários, havia 107.000 cavalos-vapor de potência instalada, ou sejam, as médias de 1.07 cavalos-vapor por operário e 20 cavalos-vapor por indústria, quando a média norte-americana por operário já alcança 7.2 cavalos-vapor.

E' bem de ver-se a influência decisiva que o aproveitamento progressivo da energia de Paulo Afonso exercerá sôbre a economia do Nordeste Brasileiro. Para a confecção do projeto definitivo da usina tornavam-se necessários diversos serviços e estudos amda não realizados.

Elaboração do Projeto Definitivo da Usina

Em primeiro lugar era indispensável o levantamento topográfico detalhado da área interessando às diversas concepções.

Assim, foi levantada em escala de 1:1.000, com curvas de nível de 1m de equidistância, uma área de mais de 16 km2.

Foram instaladas, para estudos hidrométricos na região circunvizinha à cachoeira, 10 réguas, que são metòdicamente observadas, sendo os resultados dessas observações enviados diretamente à Diretoria Técnica.

As observações nessas réguas, assim como os dados fornecidos pelo 4.º Distrito da Divisão de Águas, com sede em Juazeiro, e pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas em Petrolândia, têm permitido a obtenção de elementos para o estudo das variações do rio, na região.

Procedeu-se também ao estudo batimétrico do rio na mesma área, serviço penoso, dadas a sua profundidade e a impetuosidade das águas em muitos pontos. A parte principal dêsses estudos já foi levada a cabo, prosseguindo êles, entretanto, para confirmação de resultados já obtidos.

Realizaram-se sondagens que atingiram um total de 350 m de perfuração e que já apresentaram resultados necessários à orientação da parte principal do projeto.

Foi estudada com a colaboração do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo a instalação de um laboratório para cimento e concreto em Paulo Afonso, tendo sido adquirido o equipamento necessário.

Quanto às linhas de transmissão, já foram feitos os estudos básicos para linhas até 400 km de extensão, com tensões de 154 kV e 220 kV e para freqüência de 50 e 60 ciclos e respectivos orçamentos.

Dentro em breve serão feitos os serviços topográficos para determinação dos perfís longitudinais dessas linhas.

Foi projetado de modo completo um acampamento para abrigar 1.500 operários e respectivas famílias junto ao canteiro das obras.

As habitações para os operários, embora modestas, são confortáveis e higiênicas, com água, luz elétrica e esgôto.

Foram projetados ainda escritórios, depósitos, garagens, armazém de subsistência, refeitório, oficinas, estação de rádio, capela, escola, ambulatório, casa para polícia e bombeiro, campos de recreação e esporte. Foi ainda projetada uma vila residencial para engenheiros e funcionários da companhia.

Já foram organizados o esquema e o regulamento a que atenderá o serviço nos canteiros de obras em Paulo Afonso.

O projeto da usina se acha em estado adiantado, devendo estar terminado, com o respectivo orçamento, em meados do corrente mês.

Atividades e Realizações para 1949 Quanto ao programa de atividades e realizações da Companhia para 1949, êle abrange os seguintes itens principais:

- a) Acampamentos prosseguimento da construção;
- b) Usina Hidrelétrica 1.º, prosseguimento dos estudos e projetos que estão prestes a se ultimar; 2.º, início dos trabalhos de construção, a saber:
  - I, instalação dos canteiros das obras;
  - II, início da construção da barragem;
  - III, início da escavação dos túneis;
- 3.º, concorrência para a aquisição da maquinaria e equipamentos pesados (turbina-geradores);
- c) Linhas de Transmissão: 1.º, terminação dos estudos e projetos; 2.º, locações; 3.º, encomenda de material no país e do material de importação; 4.º, início da construção pròpriamente dita.

Conforme orçamento preliminar já apresentado pela Diretoria da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, o desembôlso previsto para o corrente ano orça por Cr\$ 170.000.000,00 dos quais Cr\$ 80.000.000,00 em moeda nacional, excluindo-se o custo das linhas de transmissão. Quanto a estas, estão elas orçadas em Cr\$ 370.000.000,00 (1.000 km), dos quais cêrca de Cr\$ ...... 120.000.000,00 deverão ser, também, despendidos, no corrente ano.

No exercício vindouro, deverão ficar concluídas as obras iniciadas êste ano.

Finalmente, merece referência o prosseguimento das obras de organização e instalação, pelo Ministério da Agricultura, do Parque Nacional de Paulo Afonso, criado a 24 de novembro de 1948 pelo Decreto n.º 25.865, na região circunjacente a essa

cachoeira, em terras dos Estados de Alagoas, Pernambuco e Bahia. A área em que será localizado o referido parque exige a criação de um estabelecimento dessa natureza, tanto pelas condições locais adequadas ao turismo, como pela conveniência de ser instalado um núcleo de pesquisas científicas e proteção ao solo, à flora e à fauna da região.

Na Mensagem anterior, ao tratar dos problemas peculiares do Nordeste, deixei bem clara a conveniência da elaboração de um plano de defesa, a ser organizada com rigor técnico, capaz de assegurar aos investimentos que o Govêrno federal deve efetuar nessa vasta região do território nacional a obtenção de um máximo de resultados positivos, no menor prazo possível. Trata-se de um conjunto de problemas que se entrosam numa articulação indissolúvel e no qual avultam as questões de exploração, conservação e fomento dos recursos naturais da terra, sem descurar, todavia, os serviços de assistência econômica e social destinados à valorização de sua população. Na imensa área abrangida pelos diversos Estados do Nordeste devem ser bem delimitadas as regiões que estão a exigir uma maior soma de trabalhos e cuidados; são as suas áreas-problema, com peculiaridades definidas e problemas específicos, como, por exemplo, o vale do rio Jaguaribe e a região do Cariri, no Ceará; os vales secos dos rios Pajeú e Moxotó, em Pernambuco; determinadas áreas do planalto da Borborema e a região do Seridó, nos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte; afora certas áreas especiais do Polígono das Sêcas, no território baiano.

São grandes extensões onde se fazem sentir as necessidades de uma aplicação concentrada de recursos financeiros e técnicos e que certamente constituirão setores especiais do plano geral de desenvolvimento do Nordeste. Indispensável se torna promover, num esfôrço conjunto entre a União, os Estados e Municípios interessados, uma rigorosa investigação dos recursos minerais da região que, no momento, são mui superficialmente conhecidos. A análise criteriosa das disponibilidades em recursos naturais da região, das possibilidades de produção intensiva de matérias-primas de pronto consumo, de par com estudos sôbre as indústrias que devem ser gradativamente estabelecidas no interior, perto das fontes de produção e consumo, — são pontos, todos êsses, da maior importância na planificação do desenvolvimento do Nordeste. Quanto mais perfeito fôr o levantamento, cuja execução já na

PLANIFICAÇÃO
DO DESENVOLVIMENTO
DO
NORDESTE

Necessidade
de um
Plano
Regional

Areas-Pro-

Areas-Problema Sentido Nacional da Defesa do Nordeste Mensagem transata tenho recomendado com todo o empenho, mais depressa e com maior economia poderão ser realizadas as obras de açudagem, rêdes de irrigação, perfuração de poços tubulares, ligações rodoviárias, reflorestamento, eletrificação rural, núcleos agro-industriais e outras mais que se fazem mister. Os aspectos de ordem demográfica têm, por sua vez, particular importância, exigindo medidas eficazes de radicação à terra das massas rurais nordestinas que emigram em busca de melhores oportunidades de trabalho remunerado no sul do país. Há que levar a efeito todo um programa de assistência médica e social, a fim de evitar o despovoamento de uma região tradicionalmente caracterizada pela prolificidade, resistência e capacidade de trabalho de seus filhos. As iniciativas nesse setor apresentam visível e acentuado interêsse nacional porque a melhoria das condições de vida e a da capacidade produtiva dos núcleos nordestinos de densidade demográfica razoável significam contribuição benéfica para fortalecer considerável parte do mercado interno do país, reforçando, destarte, a potencialidade do nosso parque industrial. Por outro lado, a industrialização do nordeste envolve uma providência que interessa à própria segurança nacional: a excessiva concentração dos centros manufatureiros, em determinadas zonas do sul do País, aconselha a execução progressiva de inteligente descentralização industrial, cujos esperados resultados terão repercussão favorável em todos os setores da economia nacional, além de contribuir para elevar o padrão de vida de boa parte da população brasileira.

Obras Contra as Sécas A área que deve ser protegida contra os efeitos das sêcas compreende cêrca de 825.000 km2, em nove Estados; nessa vasta região o flagelo periódico atinge, em maior ou menor escala, perto de 8.000.000 brasileiros. O art. 198 e parágrafos da Constituição Federal mandam despender, anualmente, quantia nunca inferior a 3% da receita tributária da União, na execução do plano de defesa contra os efeitos da calamidade que aflige o Nordeste; estão, portanto, assegurados os recursos indispensáveis à sua execução.

A regulamentação dos dispositivos constitucionais sôbre o Nordeste impõe-se como providência inadiável e indispensável à definição dos objetivos fundamentais e linhas mestras do plano, orientação e execução da política geral a seguir. A boa aplicação dos recursos financeiros facultados, bem como a sinergia de esfor-

ços e coordenação das iniciativas estão, sem dúvida, na dependência de uma regulamentação bem elaborada.

As obras contra as sêcas já realizadas pela União, estão aliás surtindo bons efeitos, que se refletem, sobretudo, no melhoramento e na estabilização das condições de vida da região; a experiência resultante dessas obras constitui um roteiro seguro para os diversos empreendimentos de valorização da terra e do homem do Nordeste.

No combate às sêcas, destinado, principalmente, a prevenir e atenuar os efeitos do flagelo, tem sido política quase permanente da União limitar-se às obras consideradas indispensáveis para êsse fim. Até agora, o programa de construção de estradas de rodagem para garantir o acesso às regiões flageladas há sido atacado com maior intensidade do que as obras pròpriamente hidráulicas, poços, açudes, canais de irrigação e aproveitamento das reservas líquidas armazenadas.

A rêde rodoviária já construída pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, no Nordeste, compreende mais de 6.000 km interligando os portos e as principais zonas da região semi-árida; o Fundo Rodoviário Nacional vem reforçar com os seus recursos financeiros o prosseguimento das obras rodoviárias. Assim, dentro em breve, já se poderão pràticamente eliminar as atividades rodoviárias do plano de combate às sêcas, ressalvada a conclusão de algumas ligações mais importantes e urgentes, já iniciadas, e a construção das estradas de acesso aos grandes açudes e rêdes de irrigação, a construir ou construídos.

Nestas condições, a experiência vem demonstrando a conveniência de intensificar, de agora em diante, a execução planificada das obras hidráulicas necessárias à utilização, para fins múltiplos, dos recursos hídricos de que dispõe a região semi-árida: — construção e exploração, diretamente pela União, das grandes obras de acumulação, regularização de regime, retenção de cheias, irrigação e geração de energia, para desenvolvimento das áreas-problema da região; a construção, em cooperação com os Estados, Municípios e particulares, de obras menores, de interêsse local, açudes, poços, canais de irrigação, barragens submersíveis e submersas em todo o Nordeste. Poder-se-á, assim, multiplicar os pontos de amparo às populações direta e mais intensamente atingidas pelos efeitos do flagelo.

A execução pelos poderes diretamente interessados e por particulares, sob regime de cooperação, das variadas obras de

interêsse local indispensáveis à defesa contra as sêcas, atribuindo responsabilidade mais direta aos usuários pela sua conservação, tornou-se aconselhável pela experiência como medida vantajosa para mais ampla disseminação possível dessas obras. O regime de cooperação deve ser estimulado e ampliado, para o que será necessário destinar-lhe recursos bem mais vultosos que os até agora a ela atribuídos; desde que isso aconteça, não será difícil construir, anualmente, de 50 a 100 açudes por cooperação, ao invés dos 15 ou 20 que, no momento, se consegue construir.

A concentração da atividade construtiva da União, sucessivamente, em alguns sistemas de obras de maior importância para as diversas unidades interessadas da Federação, permitirá a realização dos vultosos trabalhos correspondentes, em prazo relativamente curto, de maneira a facultar o rápido e eficiente aproveitamento das obras realizadas.

A experiência das rêdes de irrigação já existentes na zona sêca mostra que só o pequeno proprietário, em regra, utiliza constante e convenientemente as terras dominadas pelos canais. A finalidade essencial das obras, — defesa das populações contra as incursões periódicas das sêcas —, impõe, por conseguinte, a divisão, pelo maior número possível de famílias, das terras custosamente valorizadas com os recursos da coletividade. Imperativos econômicos e sociais exigem, assim, concomitantemente, a elaboração de uma lei, que à semelhança do que ocorre nos países de mais adiantada política hidráulica, limite a extensão permissível da propriedade de terras nas bacias de irrigação, considere de utilidade pública, para efeito de desapropriação, as áreas remanescentes, e regule o aproveitamento e a transmissão das áreas desapropriadas.

A execução direta das obras dos grandes sistemas e a sua exploração, a intensificação dos trabalhos por cooperação, em tôda a região sêca e os serviços de assistência social previstos no § 1.º de art. 198 da Constituição Federal, cuja pronta regulamentação pelo Congresso é matéria de grande urgência — absorverão fàcilmente os recursos financeiros previstos e permitirão realizar, dentro de poucos anos, a maior das obras de amparo a populações rurais, já empreendidas, no país, em qualquer tempo.

Realizações em Andamento Na execução do plano geral de combate aos efeitos das estiagens prolongadas, registra o Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, além dos trabalhos permanentes de conservação

e exploração das obras já construídas na região, entre outras realizações: o prosseguimento dos serviços de construção do açude "Mãe d'Água", no Estado da Paraíba, que acumulará 639.000.000 m3; o reinício dos trabalhos de instalação do açude público "Poço da Cruz", sôbre o rio Moxotó, em Pernambuco, que, acumulando 500.000.000 m3, está destinado a garantir a irrigação de 6.000 ha, e para cujo andamento foi renovado ou adquirido valioso equipamento mecânico; o início da construção do açude público "Jacurici", no Estado da Bahia, para acumulação de...... 102.000.000 m3; irrigação de 800 ha; o andamento de 88 obras de açudagem, por cooperação, em todo o Nordeste; a conclusão de 15 dessas obras, correspondendo a um total de 31.000.000 m3; o prosseguimento da construção da rêde de irrigação do açude público "General Sampaio", no Ceará, para 1.200 ha, em primeira etapa, e o da rêde de irrigação do açude público "Aires de Sousa", antigo "Jaibara", no mesmo Estado, para utilização inicial de 1.000 ha; a perfuração de 94 poços tubulares com a profundidade total de 5.399,88 m, além do início de mais 36 poços; a entrega ao tráfego, nas rodovias Barão de Grajaú-Carolina, Teresina-Valença-Picos, Central do Piauí (Icó-Floriano), ramal do Piancó, ramal do Catolé do Rocha, Central de Pernambuco, Central de Alagoas, ramal de Petrolândia, Central de Sergipe (Aracaju-Juazeiro), e Queimadas-Monte Santo-Euclides da Cunha, de 300 km de estradas, integradas nessa realização; a conclusão de 250 obras de arte correntes e 50 obras de arte especiais, com um vão total, estas últimas, de 1.000 m; o ataque da construção da grande ponte sôbre o rio Açu, no ramal de Mossoró, Rio Grande do Norte, com 595 m de extensão e o início da instalação para construção da ponte sôbre o rio Poti, na Rodovia Fortaleza-Teresina.

Entre as obras de arte especiais concluídas em 1948, há que ressaltar a grande ponte "Arrojado Lisboa", sôbre o rio Jaguaribe, na Rodovia Transnordestina (Fortaleza-Salvador), com 398 metros de extensão, cuja ultimação deixa, como única solução de continuidade, na mais importante ligação rodoviária do Nordeste, a ponte sôbre o São Francisco, em Jatinã, Pernambuco.

Com os estudos em andamento do rio Paraíba, no Estado do mesmo nome; do Canindé, no Piauí; do Pajeú, em Pernambuco; os estudos complementares do sistema do rio Jaguaribe (Orós), no Ceará; e os das várzeas do Canché, à jusante de Canudos, para aproveitamento do Vaza-Barris, na Bahia, e outros vem procurando o Govêrno federal orientar-se no sentido da realização

quase que exclusivamente da obra especifica de combate às sêcas, por meio de açudagem, irrigação e perfuração de poços, afastando-se progressivamente do campo rodoviário, onde sua contribuição, que foi sem dúvida valiosíssima, já se torna menos necessária, com a criação do Fundo Rodoviário e a reorganização do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

A regulamentação do art. n.º 198 da Constituição, que manda despender obrigatoriamente 3% da receita da União na execução do plano de combate aos efeitos das sêcas, e a reorganização, em base autárquica, do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, são providências correlatas, para que êste possa atuar com a eficiência e prontidão desejáveis.

A ampliação do quadro técnico do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, já autorizada por lei, e maiores facilidades para o seu reaparelhamento mecânico, reclamam medidas de caráter imediato, indispensáveis, não só ao bom andamento dos trabalhos em realização, como à organização e progressiva execução do desenvolvimento planificado do Nordeste, ponto fundamental na política brasileira de planejamento regional.

AÇÃO DO ES-YADO NA OR-DEM ECONÔ-MICA A ação executiva do Estado, como fator positivo de equilíbrio e criação de riqueza, tem-se desenvolvido de maneira auspiciosa, no quadro geral das realidades e condições da ordem econômica vigente, notadamente por intermédio do conjunto das denominadas emprêsas mistas.

ATIVIDADES E REALIZA-ÇÕES DAS EMPRESAS MISTAS A crescente importância dessas entidades, no que se refere ao fortalecimento da estrutura econômico-social do país, sua industrialização intensiva e diversificada, a par da elevação do padrão de vida da população, justifica, integralmente, a política de amparo concreto que o Govêrno federal lhes tem dispensado. Dentre as entidades cujas iniciativas e realizações exercerão cada vez maior influência, como fôrça propulsora de progresso, cumpre salientar a Companhia Siderúrgica Nacional, a Fábrica Nacional de Motores, a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Nacional de Álcalis, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, o Banco de Crédito da Borracha e a Refinaria Nacional de Petróleo.

Sôbre as atividades e iniciativas das três últimas emprêsas já se fêz alhures sumária apreciação, quando se cuidou dos problemas relativos ao aproveitamento das possibilidades do São Francisco, à valorização econômica da Amazônia e à pesquisa e industrialização das nossas reservas petrolíferas. São emprêsas mistas peculiares que, simultâneamente com a obtenção dos objetivos específicos por elas colimados, se vinculam aos planos do soerguimento das áreas onde se localizam.

Não obstante a diversidade dos fins a que se destinam e des regiões onde mais se fazem sentir as repercussões das suas iniciativas, as emprêsas mistas constituem conjunto orgânico de empreendimentos orientados no sentido de prudente descentralização în: dustrial e destinados, em sua quase totalidade, ao estabelecimento de condições propícias ao funcionamento regular das indústrias de base, necessárias à própria segurança econômica e social da Nação. A criação de indústrias de base é tarefa que o Estado tomou a si, a fim de acudir à precariedade e às deficiências da iniciativa particular, entre nós. Trata-se, ao mesmo tempo, de ação supletiva e estimuladora do movimento de ampliação do parque industrial e racionalização da exploração dos recursos naturais. De certo, não assumiria o govêrno responsabilidades diretas de implantação de tais indústrias, se porventura os investimentos privados se mostrassem realmente interessados em iniciativas dessa natureza, que exigem vultosas inversões a longo prazo e, por isto mesmo, não seduzem os parcos capitais disponíveis. Poderosas circunstâncias e fatôres da conjuntura política e econômica, aliados às necessidades do mercado interno, compelem, todavia, o Estado a orientar e dirigir esforços e recursos no roteiro das indústrias pesadas, siderúrgica, mecânica, hidrelétrica ou química, enfim, do estabelecimento dos alicerces de sólido desenvolvimento industrial, compatível com as possibilidades e interêsses da nação. Nem sempre bem compreendida, a ação do Estado na ordem econômica vem-se intensificando, entre nós, como legítimo imperativo de sobrevivência, oriundo da necessidade de aumentar os índices da renda nacional, reforçar o comércio exterior, equilibrar a balança de pagamento e soerguer áreas pouco desenvolvidas do país.

Deve-se, porém, reconhecer que ainda não é possível obter, nas emprêsas de que o Estado participa, os mesmos coeficientes de rendimento que obtém o capital invertido na indústria privada. Numerosos fatôres, muito dos quais estão a exigir medidas eliminatórias drásticas, concorrem para tornar onerosas as iniciativas oficiais no âmbito da ordem econômica.

Urge, porém, assegurar justa retribuição aos investimentos eletuados; coerente com semelhante diretriz, tenho procurado seguir orientação uniforme quanto às emprêsas mistas, quer assegu-

rando-lhes maiores recursos, quer estimulando o seu funcionamento no sentido de maior rentabilidade dos capitais invertidos e de maior eficiência das emprêsas.

Com relação às dificuldades antepostas à ação do Estado na execução de sua política econômica através das diversas emprêsas mistas, as mais importantes continuam sendo as relativas à exigüidade dos capitais de investimento.

Além disso, já na Mensagem anterior, acentuei que, dentre os maiores obstáculos aos nossos propósitos de ação mais enérgica, no setor econômico, merece registro a insuficiência do sistema de transportes - desarticulado e mal aparelhado, em condições técnicas precárias e incapacitado para atender ao escoamento da produção em qualquer das grandes regiões geográficas do país, apesar dos extraordinários progressos obtidos nesse setor fundamental da ordem econômica nos três últimos anos. As nossas matérias-primas ainda se ressentem, por sua vez — dizíamos então — do custo de produção elevado, devido à coexistência de múltiplos fatôres negativos: predominância de práticas rotineiras refratárias à mecanização, baixo rendimento do nosso trabalhador, ausência de aparelho de crédito especializado e capaz de atender, com presteza, às necessidades de financimento da produção. A êsses fatôres negativos há que acrescentar permanente crise de mão-de-obra qualificada, aliada à falta de tradição industrial, surtos de especulação e desperdícios de tôda sorte. A fim de corrigir semelhantes desvantagens, o Govêrno tem procurado arrostar todos os obstáculos antepostos à instalação das indústrias básicas no Brasil. Felizmente já se fazem sentir os bons resultados dos imensos esforços do Estado nos últimos anos, como se verificará do conhecimento da situação e das perspectivas oferecidas pelas diversas emprêsas de capital misto. A elevação da rentabilidade das aludidas emprêsas não deve, porém, constituir motivo para que se ponha de lado a necessidade de permanente vigilância no sentido da economia e da eficiência, mediante saneamento das normas administrativas e financeiras, e obediência ao critério eminentemente industrial que deve presidir às suas operações.

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL Fato extremamente auspicioso para o futuro da nossa indústria siderúrgica reside na distribuição, pela primeira vez, de dividendos entre os acionistas da Companhia Siderúrgica Nacional. O significativo acontecimento verificou-se por ocasião do encerramento do

halanço geral relativo ao primeiro semestre de 1948, que atestou um lucro líquido de Cr\$ 57.082.511,00, permitindo distribuir dividendos de 6% ao ano, pagos a partir de outubro. Os vantajosos resultados que se vêm verificando com o funcionamento regular da Companhia Siderúrgica justificam a necessidade de atribuição de maiores recursos técnicos, humanos e financeiros a êsse importante setor da indústria pesada brasileira. Alêm das providências que vinham sendo tomadas, outros motivos contribuíram para a distribuição do primeiro dividendo, entre êles a colocação em mercado de todos os produtos de sua fabricação. No ano de 1947, haviam sido concluídas as instalações industriais e entraram em funcionamento os vários departamentos da linha de produção prevista. Em 1948, foram postas em atividade as unidades de estanhamento, a 15 de março, e de galvanização, a 3 de maio. Foi dado início à construção de mais um forno de aço, Siemens Martin, de soleira aberta, fixo, com a mesma capacidade dos três já existentes, esperando-se que a aciaria entre em funcionamento neste mês de março.

Para melhor elucidação do crescimento da capacidade de produção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, é conveniente enumerar os significativos totais de produção alcançados em 1948. Foram produzidas 224.025 toneladas de ferro gusa; 243.736 toneladas de aço. No que se refere aos laminados, a produção foi de 61.911 toneladas de trilhos e acessórios; 22.065 toneladas de perfilados; 29.105, de chapas grossas; 27.210 toneladas de chapas finas laminadas a quente; 45.383, de chapas finas laminadas a frio; 6.284 toneladas de fôlhas galvanizadas e 6.319 de fôlhas de flandres, tudo perfazendo um total de 198.277 toneladas. Muito apreciavel foi também a obtenção de subprodutos, como sejam benzol, toluol, xilol, nafta solvente, combustível para motor, sulfato de amônio, alcatrão, naftaleno e óleo desinfetante. Acresce que as minas de carvão da Companhia Siderúrgica Nacional, em Santa Catarina, produziram, até 31 de dezembro do ano findo, 275.965 toneladas de carvão, enquanto o beneficiamento de carvão, realizado pela Estação de Lavagem de Capivari, atingiu 711.529 toneladas de carvão lavado beneficiado, com um resultado de 208.040 toneladas de carvão metalúrgico, 239.171 toneladas de carvão de vapor grosso, 53.228 toneladas de carvão fino e 26.631 toneladas de carvão para uso local. Por outro lado, a produção de minérios das minas da Companhia, no Estado de Minas Gerais, registrou 224.084 toneladas de minério de ferro e 10.175 toneladas de minéAtividades Industriais tio de manganés. No setor da navegação, a frota marítima da Companhia Siderúrgica Nacional transportou 290.181 toneladas de carvão e 8.398 toneladas de carga geral, o que representa sensível contribuição para a navegação de cabotagem.

Atividades Comerciais

A distribuição dos materiais acima, quanto ao valor, se efetuou do seguinte modo: mercado nacional, Cr\$ 615.026.105,70; mercado externo, Cr\$ 122.073.569,60. Os produtos exportados se destinaram em sua quase totalidade para a Argentina, que fêz compras no valor de Cr\$ 120.462.853,10 (Cr\$ 71.974.179,50 de produtos de aço e Cr\$ 48.488.673,60 de ferro gusa). Os Estados Unidos importaram minério de ferro e subprodutos diversos num total de Cr\$ 1.610.716,50.

A Companhia Siderúrgica Nacional efetuou vendas sob quatro modalidades principais: através de seus distribuidores, diretamente a grandes consumidores, vendas diretas ao govêrno, autarquias e estradas de ferro, e vendas diretas para exportação. Dessa maneira, a Companhia Siderúrgica Nacional pôde suprir, no mercado nacional, grandes fábricas de embalagens de aço como tambores de gasolina, vasilhames de leite, lataria de fôlhas de flandres em geral, tambores de carbureto, fábricas de tubos galvanizados, eletrodutos, tábricas de fitas de aço, fábricas de fogões, ferramentas agrícolas, vagões ferroviários, estaleiros, etc. As estradas de ferro do país foram abastecidas com 61.242 toneladas de trilhos e acessórios num valor de CrS 141.579.465,70, o que representa 33% da produção total de aço. Volta Redonda contribuiu para o aparelha-

mento bélico nacional, fornecendo tarugos de forjamento para contecção de granadas, chapas e perfilados para construção naval.

A situação geral da Companhia Siderúrgica é promissora, pretendendo o govêrno tudo empreender para que êsse ritmo de produção não se interrompa e proporcione ainda melhores resultados. Prevê-se o início do funcionamento da fundição para junho próximo: a parte de fundição de metais não ferrosos será concluída em fins de 1949 ou princípio de 1950, enquanto outras obras menores, mas indispensáveis, prosseguem, sendo para salientar que se acham pràticamente concluídos os serviços de construção e montagem da laminação. Iniciado o pagamento dos dividendos do primeiro semestre, a distribuição de dividendos do segundo semestre não será menos compensadora, graças às favoráveis condições econômicas da emprêsa.

Com o funcionamento de mais um forno, a Usina atingirá a sua capacidade máxima de produção de aço para o primeiro estágio planejado, entrando em operação a Fundição, como órgão auxiliar da manutenção da usina e para atender a encomendas. Volta Redonda tem procurado abastecer o mercado interno de produtos que lhe são altamente necessários e as perspectivas para o ano que se inicia podem medir-se pelos planos de produção para venda, que deverão atingir a soma de Cr\$ 1.116.350.000,00, demonstração de quanto representa para o Brasil e quanto já corresponde à expectativa dos brasileiros.

A produção programada para 1949, de acôrdo com judiciosa análise do mercado, é a seguinte: laminados: trilhos e acessórios, 55.000 toneladas; perfilados, 32.000 t; chapas grossas, 30.000 t; chapas finas laminadas a quente, 39.000 t; chapas finas laminadas a frio, 54.000 t; fôlhas galvanizadas, 12.000 t: fôlhas de flandres, 30.000 t; total dos produtos, 252.000 toneladas. A produção estimada de ferro-gusa e de aço para venda é, respectivamente, de 410.000 e 345.000 toneladas. Com relação aos subprodutos, estima-se uma produção de 5.124.000 litros de benzol, toluol, xilol, nafta solvente, nafta pesada e combustível para motor, além de 6.750 toneladas de sulfato de amônio; 16.425.000 litros de alcatrão; 821 t de naftaleno e 821.250 litros de óleo desinfetante.

Condições Econômicas Programa de obras Perspectivas A discriminação dos valores relativos a essas previsões de produção é a seguinte:

	Cr\$
Produtos de aço	923.892.000,00
Ferro-gusa	136.500.000,00
Subprodutos de coqueria	21.958.000,00
Carvão	30.000.000,00
Materiais diversos	4.000.000,00
Total Cr\$	1.116.350.000,00

Esse total previsto representa acentuado aumento em relação ao ano findo, de modo que a Companhia Siderúrgica Nacional vem percorrendo, com a necessária prudência, uma rota continuamente ascendente, índice seguro de vitalidade econômica.

Cabe assinalar que, — a despeito das indispensáveis remessas de numerário para os Estados Unidos, para compras inevitáveis de peças de equipamento e ferramentas ainda não fabricáveis no país, bem como de carvão destinado a suprir a produção nacional ainda deficiente —, a Companhia Siderúrgica Nacional já apresenta saldo a seu favor na balança cambial, como se depreende do exame dos seguintes números:

Divisas estrangeiras provenientes de		
exportação	US\$	6.639,419,13
Total das remessas para o estran-		
geiro	US\$	6.242.803,11

Os compromissos assumidos com o empréstimo norte-americano estão, até esta data, rigorosamente em dia.

As perspectivas econômicas da Companhia Siderúrgica Nacional são, pois, em verdade, as mais promissoras.

Pábrica Nacional de Motores No ano de 1948, teve início a nova fase das atividades da Fábrica Nacional de Motores como sociedade anônima, constituída em assembléia geral de 17 de dezembro de 1947. Está-se procedendo à organização interna dos serviços, de acôrdo com a nova natureza da entidade, ao passo que se empreendem importantes negociações com o objetivo de ajustá-la melhor aos propósitos do govêrno, empenhado em tornar a Fábrica Nacional de Motores

eficiente instrumento de nossa industrialização, pela fabricação dos motores necessários aos transportes e à mecanização da lavoura. Providências foram tomadas para atender à nova linha de produção de caminhões, motores e tratores, já estando construído o primeiro hall destinado à montagem, com vinte metros por cem, dois pisos elevados para serviços auxiliares e as vigas para a ponte rolante que está sendo preparada. Também está sendo levantado o segundo, com as mesmas dimensões do primeiro, onde serão instalados a serralheria e prensas.

As atividades no setor industrial, pròpriamente dito, caracterizaram-se pelo serviço de revisão de motores de aviação, garantindo assistência técnica a nada menos de 15 companhias nacionais. que estabeleceram contrato com a Fábrica, a qual também prestou serviços ao Ministério da Aeronáutica. Foram revisados 158 motores, 166 carburadores e 363 magnetos e ensaiados 273 motores nos bancos de prova da Fábrica. Para maior eficiência da revisão, adquiriu a Fábrica, nos Estados Unidos, grande estoque de peças sobressalentes de motores, no montante superior a ....... Cr\$ 9.000.000,00. Esse estoque representa garantia para a aviação comercial, por isso que ficou assegurada a revisão dos seus aparelhos. Trata-se, pois, de apreciável serviço prestado à eficiência e segurança do tráfego aéreo.

Atividades no Setor Industrial

Revisão de Motores

Antes de sua transformação em sociedade anônima, vinha a Fábrica Nacional de Motores construindo unidades de refrigeração, para as quais recebeu apreciável encomenda, e está habilitada a atender às exigências do mercado interno. Nesse sentido, a Fábrica vem executando encomendas para algumas indústrias de refrigerantes.

Unidades de Refrigeração

Por cutro lado, atendeu às encomendas de fusos destinados Fusos Filatóà nossa indústria têxtil, serviço que cresce diàriamente.

rios

Constituiu dominante preocupação dar início, tão breve quanto possível, à fabricação de tratores e caminhões, em bases econômicas. Contatos com indústrias estrangeiras foram levados a efeito para aquisição de licença de fabricação e obtenção da assistência técnica necessária. Afastada a hipótese de projetar motor e veículo de característicos próprios, o que acarretaria problemas técnicos de alta envergadura, logo ao início do funcionamento da

Nova Lisha de Fabricação

Fábrica, foram estudadas propostas apresentadas pela Fábrica Automobile Isotta Fraschini S. A., de Milão, e assinados contratos de compra e de licença de fabricação do chassis completo (inclusive motor) I.F.D.80, com aproveitamento do motor para a fabricação de trator de esteira. De acôrdo com o contrato de fornecimento, a I.F.S.A. se obriga a entregar 2.000 chassis completos, em remessas mensais, a partir de abril vindouro, de 50 unidades nos primeiros seis meses, remessas que serão progressivamente elevadas, até atingir 100 unidades, mensalmente. Os chassis serão desmontados em "grupos" ou em "partes completamente separadas", a critério da Fábrica Nacional de Motores.

Pelo contrato se visa a encaminhar, preparar e iniciar a linha de fabricação no Brasil dos referidos chassis e motor, e serão postos à disposição da Fábrica Nacional de Motores engenheiros e mestres técnicos para instrução do pessoal. Estudos vêm sendo feitos no sentido de acelerar o lançamento da fabricação de peças do caminhão e do motor, as quais serão gradualmente eliminadas dos lotes importados.

Para consecução dêste objetivo, aguarda apenas a Fábrica Nacional de Motores o tempo necessário à elaboração das novas folhas de operações adaptadas às suas máquinas e o preparo do ferramental, dos modelos de fundição, gabaritos de usinagem e montagem de peças, calibres especiais de contrôle e outros detalhes indispensáveis ao lançamento de um grande plano de fabricação.

Para assegurar tanto a fabricação como a colocação dos produtos, serão levantadas e estudadas as possibilidades atuais do parque industrial brasileiro, em particular da Usina Siderúrgica Nacional, das fundições e forjarias de aco, das fábricas de equipamentos elétricos e acessórios em geral. Acentuadas esperanças estão depositadas na instalação da indústria automobilística no Brasil: em seguida, indústrias novas e subsidiárias se irão estabelecendo, como a de equipamentos elétricos, radiadores, bombas de injeção, amortecedores, freios, feixes de mola, rodas, carrocerias, básculas, cabines e muitas outras. Para melhor êxito das atividades da Fábrica Nacional de Motores, o caminhão FNM D-80 (licenca Isotta Fraschini) é material extremamente robusto e particularmente apropriado às condições brasileiras, quer pela resistência, quer pelo baixo consumo de combustível, e ainda pela sua elevada capacidade de transporte, mesmo em terreno fortemente acidentado.

A carga útil é de 7/8 toneladas, podendo elevar-se a 22 mediante a adaptação de reboque (até 14 toneladas de carga útil rebocável). O motor é Diesel de 6 cilindros, 100 HP a 1.850 rotações por minuto. É, portanto, um motor de baixa rotação, o que, por si só, constitui garantia de robustez e vida extremamente longa. O consumo de combustível a plena carga e em velocidade normal de cruzeiro (46 km/h) é, sem reboque, de 18 litros em 100 km e de 26 litros, com reboque. Esse consumo representa, em média, economia de 50% no custo da t/km em relação ao caminhão a gasolina de igual capacidade de transporte. A declividade máxima a plena carga é de 27% sem reboque e de 13% com reboque.

A fabricação do motor Diesel na Fábrica Nacional de Motores abrirá novos horizontes no setor industrial brasileiro, pois suas aplicações não se limitam apenas à motorização dos caminhões D-80 e dos tratores de esteiras (categoria do Caterpillar D-7 ou International TB-18), cuja fabricação está igualmente planejada para próximo início na Fábrica. Presta-se ainda êsse motor Diesel para instalações fixas destinadas à produção local de energia mecânica ou elétrica, o que representa outro campo de aplicação vastíssimo no Brasil, principalmente nas cidades e fazendas do interior, sem esquecer a importância dos grupos electrógenos em grande número de aplicações militares e industriais.

Aproxima-se, dêsse modo, a Fábrica Nacional de Motores dos objetivos colimados com sua criação. Numerosos serviços complementares estão em marcha e ainda outros são programados, destacando-se a instituição de núcleos residenciais para o pessoal, a conclusão da parte do edifício onde se acham localizados a administração e serviços técnicos, assim como obras para instalação de laboratórios de ensaios químicos, mecânicos e metalográficos, tipografia, laboratório fotográfico, sala de projeções para filmes técnicos e educativos, oficina de manutenção, além de saneamento e colonização das áreas circunjacentes à Fábrica.

Espera o Govêrno que a Fábrica Nacional de Motores, assim encaminhada, possa corresponder à expectativa do País e concorrer, decisivamente, para tornar maior o Brasil industrial e agrícola.

Uma das primeiras medidas do Govêrno, no âmbito das emprêsas mistas, ainda em 1946, foi promover a elaboração de Outras Atividades estudos circunstanciados sôbre a situação da Companhia Vale do Rio Doce, a fim de habilitar-se a proporcionar-lhe recursos para a conclusão de seu programa de trabalho a que o Brasil estava, aliás, obrigado, em virtude de acôrdos internacionais com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha.

Enquanto eram providenciados êsses estudos, necessários à obtenção de recursos suficientes para conclusão das obras, a Companhia, para se manter, socorria-se da colaboração financeira do Govêrno Federal.

E' assim que, para o pagamento da maior parte de suas dívidas e prosseguimento das principais obras, o Govêrno autorizou o Banco do Brasil, em 1946 e 1947, a fazer dois empréstimos à Companhia, um de Cr\$ 100.000.000,00, por emissão de debêntures, e outro de Cr\$ 50.000.000,00 mediante garantia da taxa de renovação de 10% sôbre as tarifas ferroviárias.

Esses recursos consolidaram o crédito da Companhia, permitindo-lhe reduzir as contas a pagar e as promissórias em circulação; tornou-se possível aumentar os vencimentos dos empregados e evitar agitações em fermento. Além disso, as principais obras então em andamento e as essenciais à exploração e exportação do minério de ferro mereceram cuidado especial, o que permitiu entrassem em funcionamento as instalações do Cais de Minério, o tráfego de novo trecho de 130 km entre Vitória e Colatina, com trens de 1.500 toneladas, e a exploração da jazida do Pico do Cauê.

Principais Atividades em 1948

Durante o ano de 1948, foram tomadas duas providências de grande importância para o desenvolvimento da Companhia Vale do Rio Doce, objetivando vantajosas conseqüência para o país. Trata-se do aumento de capital, de 300 para 650 milhões de cruzeiros, e a assinatura do acôrdo do empréstimo com o Export-Import Bank of Washington, no valor de 7,5 milhões de dólares.

Aumento de Capital As duas operações foram autorizadas pela Lei n.º 247, de 17 de fevereiro de 1948, a qual dispunha que o Tesouro Nacional faria a subscrição total do aumento de capital e daria a garantia do Tesouro ao empréstimo com o mencionado Banco. A 7 de maio do mesmo ano, pelo Decreto n.º 24.920, foi aberto o crédito no valor de Cr\$ 350.000.000,00 para cobertura do aumento de capital. E, no dia 12 de agôsto, foi assinado o contrato de 7,5 milhões de dólares com o Export-Import Bank.

Simultâneamente, o Govêrno providenciou a reestruturação administrativa da Companhia, tendo, em 5 de julho, a assembléiageral aprovado os novos Estatutos. A emprêsa recebeu do Tesouro Nacional, em 1948, por conta do aumento de capital, 6 cotas mensais, no valor total de Cr\$ 128.000.000,00.

Reestruturação da Companhia

A Companhia Vale do Rio Doce pôde assim reduzir ainda mais os seus compromissos e obrigações para com terceiros, e realizar trabalhos dos quais se destacam, — para atender ao grande movimento de vagões de minério, em trânsito, — a construção iniciada do pátio de manobras, de Pedro Nolasco, estação inicial da E. F. Vitória a Minas; início da construção do pátio de triagem e um depósito suplementar para o armazenamento de minério, com capacidade de 45 mil toneladas, em Itacibá; trabalhos de conclusão do movimento de terra e assentamento da linha no trecho de Colatina a Aimorés, numa extensão de 50 km; substituição de trilhos no trecho Aimorés-Derribadinha, num total de 133 km, de trilhos, tipo 22,5 por trilhos tipo 35 kg, permitindo essa providência que se processasse um tráfego intenso e isento de perigos e dificuldades.

Obras Executadas em 1948

Diversos outros trabalhos foram ainda executados, como sejam a escavação de 6.000 m3 junto à casa dos compressores, na esplanada do Pico do Cauê, construção da casa de compressores e subcompressores, na estação norte; construção da oficina de brocas, linha de transmissão de fôrça ao Pico do Cauê e linha de ar comprimido de 6" às frentes de minério e diversas linhas de distribuição de 3" e 4".

No Cais de Minério, em Vitória, foram construídos mais dois lances do cais, com o emprêgo de 267.400 m3 de concreto armado; e ficaram concluídas mais três bases submarinas dêsse novo cais, enquanto que, para melhor aproveitamento da capacidade do silo de minério, foram construídas plataformas e montados aparelhos para o rechego do minério.

E' satisfatório verificar que, tanto na Estrada de Ferro, como nas Minas de Itabira e no Cais de carregamento, em Vitória, as obras executadas em 1948 possibilitaram sensíveis melhoramentos nos serviços de operação. Já se observa, como conseqüência dêsses melhoramentos, que as explorações industriais da Companhia apresentam resultados mais vantajosos.

Desenvolveu-se, com regularidade, a exploração da Estrada de Ferro, cujo tráfego, sempre crescente, atendeu perfeitamente às Exploração da Estrada de Ferro necessidades da região, como também ao transporte de minério. As mercadorias transportadas, em tráfego remunerado, montaram a 853.249 toneladas, sendo que, em 1947, elas atingiram 572.063. Dêsses totais, foram transportadas 169.485 toneladas de minério de ferro em 1947 e 403.335 toneladas em 1948. Só o minério de ferro, portanto, ofereceu um aumento de 238%.

Exploração das Minas de Itabira e Exportação de Minério

A exploração das minas do Cauê, em Itabira, continua satisfatória, com aumento de produção e diminuição do custo da exploração, sendo a procura cada vez maior, pois o preço, que era de US\$ 4.80 em 1947, passou a US\$ 5,20 no comêço de 1948, para atingir US\$ 9,00 no fim dêsse ano. A exportação, até 31 de dezembro de 1948, foi de 45 navios com 379.185 toneladas inglêsas.

E' de apreciar o ritmo de crescimento da exportação de minério, e que tem sido o seguinte, em toneladas inglêsas: 1942, 5 navios com 34.849 t; 1943, 9 navios com 62.079 t; 1944, 16 navios com 124.550 t; 1945, 13 navios com 100.026 t; 1946, 6 navios com 40.328 t; 1947, 19 navios com 173.190 t; 1948, 45 navios com 379.185 toneladas.

Principais Obras em Andamento e Programadas para 1949 Novas obras estão programadas e outras prosseguirão no ano corrente, a fim de aumentar a produção da Companhia Vale do Rio Doce. Faremos, a seguir, ligeira enumeração das principais obras nas Minas de Itabira, no Cais do Minério e na Estrada de Ferro Vitória a Minas.

Nas Minas de Itabira Com relação às minas de Itabira: conclusão de 15 casas na Vila Operária e 25 na Vila Santana; distribuição de energia elétrica para a Vila Operária e para a Vila Santana; conclusão da montagem da Oficina Mecânica e Carpintaria; conclusão da Casa dos Compressores elétricos na cota 1.100 do Pico do Cauê; construção da Oficina de Brocas na cota 1.100 do Pico do Cauê; assentamento das linhas de transmissão de ar, de água e elétrica na cota de Cauê; construção de uma rêde de esgôto na cota 1.100 do Cauê; alargamento da estrada de rodagem que liga as minas à cota 1.100 da Cauê; construção da casa e instalação dos britadores secundários; principal correia transportadora e casas de junção; estoque regulador de minério; área do depósito de minériosilo carregador de vagões; reconstrução da casa de sede da Fazenda Conceição; ereção do equipamento da correia transpor-

tudora; construção de uma capela na Vila Operária; construção de uma variante pela passagem superior do desvio do Campestre; construção de um muro divisório, para isolar as dependências da Companhia, no Campestre.

Com relação ao Cais de Minério: conclusão definitiva das obras do Cais; início da construção das obras de alvenaria da ampliação do silo de armazenamento de minério, junto ao Cais; aquisição de maquinaria e correia para o transporte de minériodeste silo de armazenamento para o silo de embarque; montagem da 3.ª correia transportadora.

No Cáis de Minério

Na Estrada de Ferro Vitória a Minas: conclusão da terraple- Na Estrada nagem do pátio de manobras da estação de Pedro Nolasco, em Vitória, e construção de vários desvios; conclusão do Pátio de Triagem e Depósito de Minério em Itacibá (Vitória); assentamento de linha no trecho reconstruído entre as estações de Itapina e Mascarenhas, e entre Baixo Guandu a Aimorés; terminação da substituição de trilhos tipo 22,5 por trilhos de 35 kg, no trecho de Aimorés a Derribadinha; construção das variantes entre Resplendor e Derribadinha; construção das variantes de Pedra Corrida, Naque, inclusive pontes, no trecho de Governador Valadares e Ana Matos; assentamento de trilhos e empedramento das variantes de Derribadinha a Valadares, de Nossa Senhora e Coronel Fabriciano.

de Ferro Vitória a Minas

A Companhia, achando-se agora dotada dos necessários recursos financeiros, está certa de que, em 1951, dará por terminada a execução do seu programa de obras, podendo, então, exportar 1.500.000 toneladas de minério, que é o seu principal objetivo.

O empreendimento precípuo da Companhia Nacional de Alcalis é a instalação em Arraial do Cabo, município de Cabo Frio, da primeira grande fábrica de barrilha e soda cáustica do Brasil.

COMPANHIA NACIONAL DE ÁLCALIS

Com essa finalidade, a Companhia consagrou-se, em 1948, a duas obras de vital importância para a consecução daquele objetivo: a) a conclusão dos estudos técnicos necessários às especificações básicas para a abertura de nova concorrência entre firmas idôneas norte-americanas, capazes de projetar, construir e fazer funcionar a referida fábrica; b) o cumprimento das cláusulas essenciais impostas pelo Export-Import Bank of Washington.

para efetivação do empréstimo de US\$ 7.500.000, concedido à Companhia em abril de 1947, e indispensável à aquisição de maquinaria, custeio de técnicos, etc., para a citada fábrica.

A Superintendência Técnica, criada para substituir, com maior unidade de ação, o antigo Conselho Técnico e Econômico da emprêsa, encontrou diante de si uma tarefa muito séria a realizar. Estudos outrora planejados não tiveram prosseguimento adequado; outros não se apoiaram na experimentação conveniente. Alguns dêsses trabalhos, embora realizados por emprêsas de grande idoneidade técnica — como seja a prospecção de conchas na Lagoa de Araruama — precisavam ser confirmados à luz de seu rendimento econômico futuro.

Matérias Primas

Sat

Duas são as matérias-primas básicas a serem utilizadas pela fábrica: o sal e o calcário. O sal previsto para o consumo da fábrica é o sal marinho, a ser obtido por salmoura, produto de concentração das águas da Lagoa de Araruama. Antes de 1948, haviam sido construídas duas salinas experimentais, projetadas por químicos e especialistas na matéria, mas essas salinas não deram o resultado positivo que delas se esperava. Em 1948, produziu-se salmoura concentrada a ± 25° Baumé, com a cristalização de sal no vácuo. Construiu-se um conjunto experimental composto de uma Estação Meteorológica, um Pôsto Meteorológico e uma Salina Experimental.

Calcário

Enquanto isso, a fim de atender a uma das exigências do Export-Import Bank, foram feitos estudos para demonstrar a existência do calcário (conchas), em quantidade e qualidade necessárias, bem como seu razoável rendimento econômico. Com o meticuloso estudo das jazidas, de acôrdo com as normas adotadas, a Companhia passou a possuir dados reais estatísticos do rendimento econômico dos depósitos.

Combustivel

A hipótese da utilização da lenha para caldeiras e do carvão de madeira para os fornos rotativos do calcário ficou afastada, por exigir o plantio de 25 milhões de pés de eucalipto, transporte em extensão superior a 25 km e fornos para o preparo do referido carvão.

Na fase experimental que atravessa a Companhia, estuda-se, presentemente, o emprêgo do óleo combustível para ambos os casos, havendo, ainda, uma terceira solução: óleo combustível

para as caldeiras e lenha, na falta eventual do mesmo, tirada de pequena reserva florestal. Construiu-se uma bateria de 10 poços freáticos para estudo do lençol d'água da Restinga. Depois de seis meses de funcionamento, êsses poços darão os elementos positivos para o cálculo da sua produção. Enquanto isso, iniciou-se o estudo da adução do rio Bacaxá, o qual, com uma vazão de 2 m3 por segundo, durante a estiagem, poderá fornecer o volume de água potável necessário ao pleno funcionamento da fábrica, e, além disso, facilitará o abastecimento de várias localidades, tais como Araruama, Capivari, Iguaba Grande, São Pedro d'Aldeia e Cabo Frio.

Agua Fria

O rendimento econômico do equipamento prende-se, intimamente, à temperatura da água de resfriamento. Essa temperatura não deve ir além de 20°, convindo, mesmo, reduzi-la para 17. Não tendo sido feitos, anteriormente, estudos sôbre êsse ponto, apesar de sua grande importância, a Superintendência Técnica organizou, em 1948, uma equipe para a obtenção de dados positivos. Montou-se, para isso, um Pôsto de Observação na Prainha, região outrora escolhida como local adequado para tomada de água fria. Os resultados obtidos condenaram completamente aquela região, pois a temperatura atingiu 26°, tendo-se mantido, por vários dias, em média superior a 21. Diante disso, mudou-se a orientação primitiva no que respeita a êsse problema, abandonando-se por completo a área escolhida nos primeiros anos de estudos. A solução dêsse problema será fator de segurança para o planejamento da Fábrica de Cabo Frio.

> da Fabrica de Cabo Frio

Durante o segundo semestre, intensificaram-se os trabalhos Planejamento topográficos de levantamento e desenho. Foi levantada e desenhada uma área de 13.000.000 m2 com planimetria e altimetria em escalas de 1:1.000 e 1:2.000, incluindo as áreas destinadas a fábrica, vila, salinas, tomada d'água fria e emissários. plantas projetou-se a área da fábrica pròpriamente dita, subordinando-a ao ponto de vista mais econômico relativo ao transporte das matérias-primas, exportação dos produtos fabricados, adução d'água fria e potável e ainda a resistência do solo.

É de muita importância para a Companhia Nacional de Álcalis a realização do empréstimo de US\$ 7.500.000, a ser utili-

Financiamento

zado, principalmente, na compra da maquinaria da fábrica que será levantada no Arraial do Cabo. Já foram atendidas as exigências preliminares do Export-Import Bank of Washington para a obtenção do empréstimo — aumento do capital de . . . . . . Cr\$ 50.000.000,00 para Cr\$ 100.000.000,00 e o compromisso, por parte do Banco do Brasil S. A., de avalizar as notas promissórias a serem emitidas pela Companhia Nacional de Álcalis. Pôde. assim, a assembléia-geral extraordinária da Companhia Nacional de Álcalis, realizada em 31 de janeiro de 1949, aprovar o aumento de capital, em vista da relação de subscritores e da declaração do Banco do Brasil de que tinha sido depositada, em seus cofres, a importância correspondente a 10% do aumento, bem como autorizar o presidente da Companhia a assinar o contrato de empréstimo com o Export-Import Bank.

Convenio

O Govêrno promoveu a assinatura de um convênio entre a Companhia Sal-gema, Soda Cáustica e Indústria Químicas S. A., Indústrias Brasileiras Alcalinas S. A. e a Companhia Nacional de Álcalis, a fim de eliminar os óbices que dificultavam um entendimento entre as mesmas e permitir, dêsse modo, a instalação, quanto antes, da indústria da soda cáustica em grande escala no Brasil.

O convênio, entre outros objetivos, teve a finalidade de garantir à Companhia Nacional de Álcalis uma reserva de salgema, em Sergipe, a ser aproveitada, se, por motivos de fôrça maior, vier a faltar, no Arraial do Cabo, sal-marinho na quantidade e qualidade necessárias para manter a usina em funcionamento normal e contínuo.

VALORIZA-ÇAO ECONÔ-MICA DA AMAZÔNIA

OS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS
E A VALORIZAÇÃO DA
AMAZÔNIA
COOPERAÇÃO
INTERGOVERNAMENTAL

Nos têrmos do art. 199 e parágrafo único, da Carta Magna, a União aplicará por intermédio do Govêrno Federal, durante pelo menos 20 anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento de sua renda tributária bem como da dos Estados, Territórios e Municípios integrantes da Amazônia, na execução do plano de valorização econômica dessa imensa área do território nacional.

No âmbito do sistema brasileiro de planejamento regional, os dispositivos constantes do referido artigo têm excepcional alcance político e econômico, além de consagrar o princípio da cooperação intergovernamental no sentido do desenvolvimento planificado da maior porção da superfície do País. Cumpre, todavia, dar início e apressar o ritmo da execução prática das sábias pro-

vidências consignadas no Estatuto básico da Nação pelos Constituintes de 1946. Tem-se atribuído o retardamento das medidas necessárias, ao fato de estar a aplicação dos recursos previstos condicionada à existência de um plano, cuja elaboração se incluirá nas atribuições do aparelhamento administrativo, já estruturado, em linhas gerais, no projeto substitutivo que a Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia ultimou em setembro de 1947.

Cumpre, porém, encerrar o ciclo dos estudos preliminares que se vêm fazendo e, enquanto não se elabora o Plano Geral destinado à valorização econômica da região, levar a efeito todo um programa de medidas preliminares concretas que favoreçam e apressem o seu advento, satisfazendo, destarte, a justa impaciência dos seus habitantes.

O Govêrno federal tem o maior empenho em dar inteiro cumprimento às disposições constitucionais sôbre a Amazônia, para o que aguarda, com ansiedade, as decisões dos legisladores a êsse respeito. E, tanto mais urgente se torna a solução dêsse problema, quanto é certo que se agravou, nestes dois últimos anos, a situação de precariedade em que se encontram os núcleos populacionais rarefeitos, disseminados nos 4.819.819 km2 da imensa bacia do Amazonas. Trata-se de levar a efeito uma política de planejamento regional concernente a mais de metade da superfície total do País, onde se espalham, em ligeiras manchas de civilização, laboricsos adensamentos demográficos, internados aleatóriamente ao longo dos sistemas secundários dos rios Madeira, Tapajós, Xingu, Tocantins, Negro e Branco, para mencionar, apenas, alguns absorvidos, na sua quase totalidade, nas atividades de exploração dos recursos naturais aí ocorrentes.

Contudo, a assistência a êsses núcleos, entregues a uma atividade econômica espoliativa, caracterizada pela destruição sistemática das reservas florestais, a trôco de uma prosperidade ficticia, — é problema de solução particularmente difícil. Nem poderia ser resolvido, apenas, em térmos de subvenções improvisadas a auxilios provisórios. A prevalecer tal orientação, cedo se diluinam, em paliativos desconexos, as disponibilidades destinadas a um planejamento a longo prazo e por etapas, cujo êxito, por outro ado, exige a concentração de esforços e recursos, nas áreas adrede selecionadas em projetos concretos, geradores de riqueza. Ter-se-om, assim, investimentos seletivos, alguns dos quais auto-finan-

ciáveis, como seriam, entre outros, os projetos relativos às madeiras, fibras, oleaginosas e riquezas minerais.

NECESSIDADE DE DELIMIτΑζÃΟ DA área de Pla-NEJAMENTO

Constituindo a delimitação preliminar da área amazônica matéria inadiável para o planejamento que se faz mister, recomenda o Govérno a adoção do critério firmado pelo Conselho Nacional de Geografia, não sòmente para evitar controvérsias de natureza meramente política, como, sobretudo, para que se possa estimar o global previsto pelo citado art. 199 e respectivo parágrafo único. Enquanto não fôr adotado um critério prévio de delimitação da área, só podem ser elaborados cálculos positivos, unicamente à base da receita tributária da União. A importância fundamental da matéria está em que a aplicação dos dispositivos constitucionais exige a delimitação do âmbito geográfico, sem o que, tanto a obra de levantamento quanto a de planejamento continuarão a ser retardadas. Além disso, o cálculo dos recursos tributários a que se refere o art. 199 pressupõe o estabelecimento do campo de aplicação a que se destinam, no qual devem ser fixadas, de antemão, as áreas de investimento. E a ausência de estimativas exatas dos recursos tributários, proporcionados pela percentagem da renda tributária vinculada à valorização da Amazônia, reduziria o planejamento colimado a um simples conjunto de recomendações vagas, sem importância prática. A tarefa preliminar do planejamento econômico da Amazônia deveria consistir, desde logo, na adoção do melhor critério de delimitação da área, para os fins em vista, a que se seguiria, forçosamente, a execução de rigoroso levantamento das realidades regionais.

O Conselho Nacional de Geografia efetuou uma análise dos principais critérios de delimitação, - inclusive do adotado pelo projeto da Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, -- e firmou parecer a respeito, cuja aceitação poderia concorrer para eliminar as controvérsias que têm retardado a elaboração do plano.

Região Abrangida

A região compreendida como amazônica, para fins de planejamento econômico, consoante o aludido parecer, abrange intei-Planejamento ramente os Estados do Amazonas e do Pará, os Territórios Federais do Acre, do Amapá, do Guaporé e do Rio Branco, bem como as partes norte dos Estados de Mato Grosso e Goiás e noroesto e oeste do Maranhão. Aí se configura uma área pouco menor que a da bacia fisiográfica anteriormente mencionada, abrangendo 55,25% do espaço total de País, ou seja 4.704.850 km². Dêsse imenso espaço, o Território Federal do Guaporé representa 5,40%, com 254.163 km²; o Território Federal do Acre, 3,26%, com 153.170 km²; o Território Federal do Rio Branco, 4,56%, com 214.316 km²; o Território Federal do Amapá, 2,92%, com .... 137.419 km²; o Estado do Amazonas, 33,85%, com 1.592.626 km²; o Estado do Pará, 25,86%, com 1.216.726 km²; a parte ainda a ser demarcada dos Estados do Pará e do Amazonas, 0.07%, com 3.192 km²; a parte do Estado do Maranhão, 2.09%, com 98.370 km²; a do Estado de Goiás, 6,90%, com 324.669 km²; e finalmente, a parte do Estado de Mato Grosso, 15,09%, com 710.199 km².

Todavia a população absoluta existente em tôda essa gigantesca área de 4.704.850 km2 foi estimada, até 31 de dezembro de 1948, em apenas 2.225.849 habitantes, isto é, 0,47 por km2, representando 4,55% da população do Brasil prevista para o mesmo ano. Se o número de habitantes ai recenseado, em 1940, era de 1.874.613, representando 4,54% da população brasileira na mesma época — acentue-se o reduzido índice de crescimento vegetativo da população amazônica, em cito anos. Essa população é reconhecidamente insuficiente para domínio e ocupação eficaz dos nossos grandes vales setentrionais.

Decorre, dêste fato, a conveniência de ser incorporado, acomo Plano de Valorização Econômica da Amazônia, um setor demográfico especial, em que se consubstanciem providências da maior envergadura quanto aos problemas de fomeato à natalidade, redução dos coeficientes de mortalidade, assistência à maternidade e à infância, incremento da nupcialidade, melhoria geral das condições de vida, imigração e colonização.

Mas, a despeito da ausência da legislação complementar necessária à tarefa de soerguimento da Amazônia, no quadro da política brasileira de planejamento regional, tem a União procurado amparar as populações que aí operam, através da ação administrativa de importantes órgãos, coordenados por propósitos comuns. Destarte, por intermédio do Banco de Crédito da Borracha S.A., do Instituto Agronômico do Norte, das Colônias Agrícolas do Pará e do Amazonas, das plantações de Belterra e Fordândia, dos Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Pôrto do Pará e da Administração dos Territórios Federais, já foram aplicados, em 1948, pelo Govêrno federal, em benefício da

Situação Demográfica Amazônia, recursos considerávelmente superiores ao total das arrecadações das unidades federativas da região do Norte.

Efetivamente, consoante o demonstram as estatísticas de 1947, essas unidades acusaram uma arrecadação total de Cr\$....... 232.588.875,00. As receitas dos Estados do Pará e do Amazonas figuram, nesse cômputo, com Cr\$ 161.675.997,00, pertencendo o restante de Cr\$ 70.912.878,00 à receita total dos Municípios dêsses Estados e dos Territórios Federais.

Em 1948, as dotações, à conta do art. 199 e parágrafo único, da Constituição, atingiram a Cr\$ 209.926.960,00, quantia essa que se elevou, no Orçamento Geral da União para 1949, a Cr\$ 214.292.000,00.

Mesmo excluindo esses totais dos orçamentos dos Territórios, os recursos concentrados na região amazônica pelas verbas da valorização e pelas dotações orçamentárias dos órgãos ministeriais, que operam na região norte, somaram CrS 263.889.160,00 em 1948, e. em 1949, se elevarão a CrS 289.456.900,00.

Aplicação de Recursos Federais na Amazônia A aplicação dos recursos financeiros, nas proporções acima referidas, demonstra o interêsse do Govêrno Federal em valorizar a Amazônia, cuja economia está sofrendo as conseqüências da falta de um plano orgânico de desenvolvimento, conjugando os diversos aspectos, — demográficos, econômicos, sociais, administrativos entre outros, — no próprio interêsse da segurança e expansão econômica do País.

Torna-se cada vez mais imperiosa a necessidade de hierarquizar os problemas da Amazônia, segundo prioridades e ordens de urgência estabelecidas com rigor. Urge, também, pesquisar novas fontes de riqueza e promover exploração racional de outros produtos, além da borracha, elemento de que ainda dependem, em determinadas zonas, tanto o desenvolvimento dos transportes quanto o das atividades de exploração extrativa das demais riquezas regionais.

Numa obra de planejamento a longo prazo; após amplo levantamento das realidades locais, convém, desde já, propor iniciativas no sentido de uma progressiva mudança do sistema econômico, através de medidas cautelosas que visem à conveniente reforma do regime de terras.

Diretrizes Gerais do Planejamento

O sistema vigente da propriedade pouco aproveitada tem-se apresentado como óbice à efetiva ocupação dos vales equatoriais, pelas famílias que se dispõem ao trabalho profícuo das atividades agropecuárias, em vez da faina puramente extrativa. Cumpre, enquanto possível, cuidar de proteger e conservar recursos naturais, ameaçados de extinção pela imprudência e voracidade de uma organização econômica votada à dilapidação das reservas disponíveis.

Sob êsse aspecto os recursos florestais da Amazônia têm sido desordenadamente explorados desde as primeiras incursões colonizadoras dos que empreenderam a tarefa de dominação dos vales setentrionais. As anomalias resultantes dêsse sistema de colonização, ligadas à ocupação aleatória do solo e depredação dos recursos naturais, sem a mínima preocupação de conservação e fomento, — estão criando problemas que o Estado começa a enfrentar, através dos trabalhos de pesquisa agronômica.

PESQUISA
AGRONÔMICA
NA
AMAZÔNIA
Sumário das
Condições
Gerais

O fato de serem as áreas cultivadas da região setentrional as de menor extensão e produtividade do País, não resulta, sòmente, da pobreza mineral do solo aluviônico, que as chuvas tropicais ainda mais empobrecem, por lavagens sucessivas. Decorre, sobretudo, da própria ocorrência daqueles recursos que, ao longo de quase todos os rios de planícies, conduzem, naturalmente, o esforço produtivo do homem a uma economia puramente extrativista.

Mister se faz, portanto, orientar a pesquisa agronômica, tanto no sentido da preservação dos recursos naturais quanto no da descoberta de novas fontes de riqueza. Trata-se de problema fundamental à economia da Amazônia, cuja importância, aliás, já ultrapassa o âmbito nacional, tanto assim que, além de interessar às nações interligadas pela rêde fluvial que retalha a enorme bacia,

se inclui entre as finalidades específicas do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica.

Esta última instituição, nascida no seio da Organização das Nações Unidas, por proposta de representante brasileiro na Unesco, tem um programa de atividades de cuja execução decorrerão vantagens excepcionais ao progresso da Amazônia Brasileira.

Dos órgãos, diretamente subordinados ao Ministério da Agricultura, que têm suas funções votadas à pesquisa agronômica na Amazônia, deve-se ressaltar o Instituto Agronômico do Norte, em fase inicial de funcionamento. As dotações destinadas ao referido Instituto, em 1948, somaram Cr\$ 11.453.080,00. Em 1949, essas dotações elevar-se-ão à importância de Cr\$ 37.459.280,00.

A experiência começa a demonstrar os erros resultantes da localização geográfica do Instituto Agronômico do Norte, nos arredores de Belém. Os defeitos de funcionamento dessa entidade podem, contudo, ser corrigidos em tempo, desde que sua ação científica se interiorize até as mais afastadas zonas vitais da planície, orientando a política dos governos locais para a obra de preservação e exploração racional das riquezas regionais. Nesse sentido, seria conveniente promover a criação de núcleos com finalidades semelhantes, embora em proporções menores, em cada unidade federativa da região e que funcionariam em regime de íntima articulação. A êsse respeito seria conveniente atualizar os projetos relativos ao Parque Nacional da Ilha do Maracá, no Rio-Branco, previsto ao ensejo da criação dêsse território, mas ainda não organizado.

Parece-me também aconselhável subordinar à orientação técnica do Instituto Agronômico do Norte a administração do acervo adquirido, em 1945, da antiga Companhia Ford Industrial do Brasil. São extensas zonas experimentais, em Fordlândia e Belterra, cuja manutenção deveria ser custeada, até dezembro de 1947, pelo Banco de Crédito da Borracha S. A., mediante a aplicação indireta de Cr\$ 2.000.000,00 mensais.

Cessadas nessa data as obrigações do Banco de Crédito da Borracha S. A., o Govêrno Federal, em 22 de dezembro de 1948, abriu um crédito de Cr\$ 7.000.000,00 para colaborar na manutenção dessas plantações.

Transformou-se assim, a administração do acervo da antiga companhia em encargo permanente do Govêrno Federal, que já

cogita de instituir, nessas áreas, mais uma colônía agrícola em moldes autárquicos.

Os transportes fluviais na Amazônia brasileira dependem fundamentalmente da produção regional, que os incentiva e estimula. Não pode o Govêrno federal, por isto mesmo, tentar solucioná-los, apenas pela criação de novas linhas, intensificação da navegabilidade e renovação da frota, de vez que soluções dessa natureza se ligam intimamente à capacidade produtora e ao sistema de colonização dos núcleos que se rarefazem ao longo dos rios da planície. Sob êste aspecto, a experiência tem demonstrado o resultado deficitário das tentativas da ampliação da rêde de transportes, principalmente fluvial, a regiões cujos índices de produção não ofereçam resultados compensadores. Cedo, as emprêsas foram levadas ao dilema dos fretes absurdos cu à paralisação dos serviços. Diante de razões desta natureza, a navegação, na Amazônia, assume caráter de verdadeiro serviço público.

Aos Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Pôrto do Pará (S.N.A.P.P.) não têm faltado, porém, os auxílios financeiros do Govêrno Federal, que lhe atribuiu, em 1948, no Orçamento-Geral da União, Cr\$ 17.366.000,00. Em 1949, essa dotação será de Cr\$ 13.500.000,00, a que se devem juntar Cr\$ 20.000.000,00, com os quais foi a mencionada organização contemplada pela verba destinada ao plano de valorização econômica da Amazônia.

Mas, a situação econômica do S. N. A. P. P., — que até bem pouco tempo se caracterizava por exigências de recursos no vulto de Cr\$ 173.465.548,20, — continua a enfrentar dificuldades, de vez que o total de que carece, para atender a compromissos restantes, montava, em 30 de setembro de 1948, a Cr\$ 32.815.035,80.

Prevê-se, entretanto, que, em 1949, o S. N. A. P. P. saldará seus compromissos e, de acôrdo com o programa de ação para o referido exercício, serão tomadas medidas favoráveis à redução dos elevados fretes que tanto oneram os transportes na região dos altos rios.

Algumas linhas foram restabelecidas em 1948, de modo que as atividades do S. N. A. P. P. se estenderam a Caiena, a Iquitos, aos rios Japurá, Negro e Maués. Novas linhas, por outro lado, foram criadas, destacando-se as de Belém a Venezuela e às Antilhas.

TRANSPORTES FLUVIAIS

Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Pôrto do Pará (S.N.A.P.P.) BANCO DE CRÉDITO DA BORRACHA S.A.

FINANCIA-MENTO DA PRODUÇÃO

Proteção à Borracha Até 31 de dezembro de 1950 deverá o Govêrno federal seguir, por fôrça da Lei n.º 86, de 8 de setembro de 1947, uma política de proteção à borracha, baseada: na sustenção do preço de Cr\$ 18,00 por quilo de "fina Acre", com o teor de 20% de umidade; no monopólio das operações finais de compra por intermédio do Banco de Crédito da Borracha S. A.; no pagamento dos excedentes da produção não consumidos pela indústria nacional; e, finalmente, na sujeição das importações de artefatos ao regime de licença prévia, sob contrôle da Comissão Executiva da Borracha.

O instrumento da execução dessa política tem sido o Banco de Crédito da Borracha S. A., organizado, em 1942, com um capital de CrS 50.000.000,00, que mais tarde se elevou a Cr\$... 150.000.000,00. A 31 de dezembro de 1947, o referido estabelecimento de crédito acusava um capital aumentado de reservas no valor de Cr\$ 185.918.041,20, total que, em 30 de junho de 1948, se elevou a Cr\$ 239.900.232,00. O balanço, encerrado nessa data, também registrou um estoque de borracha igual a Cr\$ 250.243.976,40.

Dificuldades e Problemas Peculiares A despeito dessa situação econômica, o Banco de Crédito da Borracha, — que, durante o ano de 1947, tinha sob contrôle todos os tipos nacionais de borracha e era por isto mesmo o único fornecedor de goma-elástica à indústria brasileira, — não dispunha de numerário para ocorrer, em 1948, ao financiamento dos excedentes de safra. E' que seus compromissos montavam, em abril dêsse ano, a Cr\$ 74.000.000,00, de vez que os pagamentos haviam sido feitos, até êsse mês, em "vales", sendo Cr\$ 39.000.000,00 para a borracha recebida nos armazéns do banco em Manaus, Cr\$ . 25.680.943,00 nos de Belém, e o restante nos do Acre e Guaporé. Tendo adquirido, em 1947, 32.930 t da grande safra registrada nesse ano, o Banco de Crédito da Borracha enfrentou sérias dificuldades em 1948. Entretanto, até novembro dêsse ano, suas compras atingiram a 23.209 t, graças aos auxílios proporcionados pelo Govêrno.

A execução daquela política funcionou normalmente, pois, quando as fontes vitais da economia da Amazônia se sentiram abaladas pela falta de numerário no Banco de Crédito da Borracha para ocorrer ao financiamento dos excedentes de safra, autorizei, em maio de 1948, um auxílio no valor de Cr\$ 80.000.000,00, do qual a metade resultou de um empréstimo pelo Banco do Brasil. Ainda nos últimos meses do exercício, solicitei um crédito

especial de Cr\$ 150.000.000,00, que se destina ao financiamento das saíras de 1948 e 1949.

O Govêrno Federal continua, pois, desde a prorrogação dos Produção da Acôrdos de Washington, a partir de 30 de junho de 1947, o mesmo programa de estímulo à produção gomífera adotado ao tempo da guerra. Os resultados obtidos, desde 1942, podem ser expressos da seguinte maneira: em 1942, a produção de borracha foi de 22.369 t; das quais o consumo pela indústria nacional atingiu 11.710 t; em 1943, de 24.548 t; das quais 13.157 para a indústria nacional; em 1944, de 28.477 t; sendo 13.028 para a indústria nacional; em 1945, de 30.593 t; das quais 15.661 para a indústria nacional; em 1946, de 30.073 t; das quais 18.391 para a indústria nacional. Ao se encerrar a vigência dos Acôrdos de Washington, em 1947, a produção registrou 32.930 toneladas; das quais 19.213 se destinaram ao consumo interno. Atingiu a borracha, nesse ano, o seu mais alto nível desde 1910. Em 1948, a produção, estimada em 27.000 alcançou apenas 25.306 t, das quais, até novembro do mesmo ano, 18.126 se destinaram às vendas à indústria nacional.

Diversos fatôres contribuíram para a redução, verificada em 1948, da produção e das operações financeiras do Banco de Crédito da Borracha. Afora a liberação de alguns tipos de borracha há que mencionar as possibilidades ocorridás no mercado interno e exterior, com relação a outros produtos que a Amazônia voltou a explorar, como antes da guérra, principalmente no que se refere às madeiras, fibras e castanhas. Os fatos e condições atuais constituem prenúncio de que a economia regional aos poucos se readapta às condições normais da paz e do comércio internacional. Ao mesmo tempo, exprimem tendências relativas à diminuição das possibilidades de aplicação dos excedentes de safras da borracha natural da Amazônia, em face da concorrência do similar asiático e do competidor sintético, os quais, aos poucos, reconquistam e dominam os mercados mundiais.

E' de acentuar, com relação à borracha amazônica, que a preocupação essencial já não consiste, nesta fase da economia nacional e mundial, apenas em intensificar, pelos processos em vigor, a produção dos seringais, pois que sob o atual sistema de financiamento, excessos de safra, não consumidos pela indústria nacional, aumentarão os armazenamentos existentes. Por outro

Borracha

Excedentes da Safra de Estoques da Borracha

lado, a intensificação da produção dos seringais também não se justificaria sòmente pela necessidade de constituir maiores reservas, que poderiam ser obtidas com grande vantagem, mediante a liberação de todos os tipos do produto. Sòmente a preocupação essencial de socorrer e assistir às populações da Amazônia cuja estabilidade econômica aínda depende da borracha, — é que tem levado o Govêrno a sustentar a política até agora seguida com relação a êsse produto básico.

As condições econômicas do mercado acentuam, no momento, os aspectos comerciais do problema da borracha. Surgiu a necessidade imperiosa de encontrar mercado compensador para os excedentes de safra, sem prejuízo do desenvolvimento do parque industrial brasileiro. Aos 10.154.999 kg em estoque, existentes até 30 de junho de 1948, no valor de Cr\$ 250.243.976,40, juntaram-se, no segundo semestre dêsse ano, mais 3.371.374 kg, resultantes de novas aquisições.

O preço de Cr\$ 18,00, pelo qual tem sido adquirido o melhor tipo de borracha, o "fina Acre", eleva-se de fato a Cr\$ 24,60, em virtude das despesas de lavagem e quebra, pois a aquisição, pelo preço-base, refere-se ao produto bruto, com 20% de umidade.

Até dezembro de 1948, a venda, no mercado externo, de tipos equivalentes ao "fina Acre", era feita, em Nova Iorque, sob a cotação de Cr\$ 7,70 e, em Londres, de Cr\$ 7,65 o quilo. Quer sob o dólar a Cr\$ 18,38, quer sob a libra a Cr\$ 74,07, quando se verificaram tais cotações, a venda do melhor tipo de borracha brasileira acarretaria um prejuízo de Cr\$ 16,90 por quilo, ou cêrca de Cr\$ 200.000.000,00, no primeiro semestre do exercício anterior-

Considerações Finais Mais de Cr\$ 500.000.000,00, entre os anos de 1940 e 1945, foram empregados nos seringais amazônicos para a obtenção das primeiras safras de guerra. Vultosas quantias, resultantes de dotações e auxílios, continuam a ser concentradas nos mesmos centros de exploração gomífera, para manter um nível de produção que, além de ultrapassar a capacidade aquisitiva dos industriais brasileiros, não pode concorrer vantajosamente no mercado internacional. Em virtude de não encontrar a borracha mercados compensadores, continuará o Banco de Crédito da Borracha S. A. a adquirir os excedentes de safra; assim, à custa de financiamentos do Govêrno federal, aumenta o estoque que, e m31 de dezembro de 1948, se elevou a 13.526.373 kg de borracha, no valor de Cr\$ 274.306.492,00.

Apresenta-se, assim, assaz delicado o panorama geral da economia gomífera, à qual, entretanto, se vincula o bem-estar da população da Amazônia. Este é o motivo básico pelo qual insisto na conveniência de apressar a organização e execução de um plano de valorização econômica que atenda, com objetividade, bom senso e patriotismo, tanto às necessidades gerais do País como aos justos e respeitáveis interêsses regionais.

Nunca foi plenamente satisfatória a situação do Brasil no âmbito dos transportes e comunicações — por motivos inerentes às próprias condições geográficas, econômicas e administrativas do país.

TRANS-PORTES E COMUNICA-ÇÕES

Já em 1947, ao ensejo da primeira Mensagem ânua que tive a honra de vos encaminhar, acentuei os aspectos mais significativos da situação crítica a que chegáramos, no que se refere aos sistemas de transportes e comunicações — terrestres, marítimos, fluviais e aéreos — dos quais dependem, fundamentalmente, o progresso de cada unidade federativa e a nossa própria expansão econômica.

SUMÁRIO DAS CONDIÇÕES E DIRETRIZES GERAIS

Também na Mensagem transata, em que vos dei conta dos ingentes esforços do Govêrno no sentido de atenuar o panorama de insuficiência e precariedade generalizadas, em tão importante setor, procurei fixar, de maneira sucinta e com a maior sinceridade, o quadro das dificuldades que nos vêm afligindo.

As peculiaridades do relêvo topográfico do nosso vasto território, a par das enormes distâncias a vencer, dificultam sobremaneira o traçado de estradas em boas condições técnicas e econômicas, exigindo investimentos de recursos por vêzes superiores à capacidade financeira nacional.

A efetiva interligação rodo-ferroviária das diversas regiões fisiográficas do país, apesar do legítimo imperativo da unidade, segurança e desenvolvimento da Federação, tem-se constituído num problema de cronicidade desoladora, ao longo de tôda a nossa história político-administrativa. Dados estatísticos demonstram, no entanto, que nunca se fizeram tantos esforços quanto nos últimos três anos, pela implantação de novas ligações inter-regionais

Constituiram preocupação absorvente do Govêrno novas comunicações, capazes de assegúrar, com regularidade, a movimentação de pessoas e mercadorias entre as diversas regiões do país — principalmente as que dizem respeito à ligação Norte-Sul.

Ao mesmo tempo, havendo promovido a revisão do Plano Nacional de Viação, de 1934 — no intuito primordial de adaptá-lo às

necessidades atuais, conseguiu o Govérno apurar, mediante cuidadoso levantamento, os dados indispensáveis ao planejamento que se fazia mister em matéria de transportes e comunicações.

Parece-me conveniente insistir em que são extremamente dificeis de extirpar as causas da tradicional deficiência dos nossos meios de transportes e comunicações; demandam-se penosos trabalhos e recursos materiais, financeiros e humanos, de grande vulto. E requer-se, sobretudo, tempo.

Tal é o caso, entre outros, da melhoria dos traçados e condições de implantação de via permanente na quase totalidade das estradas de ferro, dentro de um esquema de intenso desenvolvimento econômico das zonas que delas são tributárias.

Por outro lado, ainda persistem as dificuldades de substituição do material rodante e de tração; mas, no que se refere ao cada vez maior consumo de trilhos, já se faz sentir a influência da crescente produção da Companhia Siderúrgica Nacional.

O escoamento da produção agropecuária e industrial ressentese, forçosamente, da repercussão de fatôres negativos no setor dos transportes, os quais se traduzem no inevitável aumento de fretes e tarifas, sobrecarregando custos de produção já elevados, — tanto de matérias-primas como das utilidades manufaturadas, — além de retardar o desenvolvimento das zonas rurais e encarecer, de forma intolerável, o custo de vida das aglomerações urbanas.

Os resultados obtidos desde 1946, com as providências tomadas pelo Govêrno, decorreram, em parte, de obras e serviços de emergência, levados a efeito sem prejuízo da elaboração e execução de um planejamento objetivo, capaz de atender às necessidades próximes e remotas dos centros produtores.

Revisão do Plano de Viação Nacional

Assim é que foram concluídos estudos e projetos, de importância vital para a Nação, nos diversos setores: ferroviário, rodoviário, fluvial, marítimo, portuário, aéreo e postal-telegráfico.

Cuidou-se da cocrdenação efetiva, segundo as diretrizes gerais da Revisão do Plano de Viação Nacional. Efetuaram-se grandes encomendas de material flutuante, rodante e de tração, cumprindo mencionar, todavia, os óbices relativos à aquisição dos materiais de importação, ainda sujeitos ao regime de licença prévia nos países produtores, e cujo recebimento sofre atrasos superiores, por vêzes, à própria duração do exercício.

Quanto à reorganização dos principais sistemas de transporte, tiveram-se em vista, não sòmente os problemas do seu reaparelhamento técnico, como, também, os da sua consolidação econômica. E' de acentuar que, a partir de 1946, têm sido as maiores já registradas na história financeira do país as dotações orçamentárias consignadas.

Certo é que os resultados, diretos e indiretos, de tais investimentos fomentarão desde já surtos de riqueza capazes de compensar os gastos efetuados, e mesmo de tornar autofinanciáveis os empreendimentos.

Com relação acs transportes ferroviários, os resultados dos estudos efetuados por ocasião da Revisão do Plano de Viação Nacional acabaram por indicar as diretrizes a obedecer, consubstanciadas no aperfeiçoamento das rêdes existentes, na interligação dos sistemas regionais e no permanente reequipamento do material.

O plano de reaparelhamento e aumento da capacidade de tráfego do sistema ferroviário, mandado elaborar pelo Govêrno, prevê investimentos substanciais, para melhoria do parque de tração, lastro e via permanente de cada estrada, aquisição de trilhos, dormentes, vagões, locomotivas e carros, em quantidades adequadas, bem como programação de obras de grande vulto no que se refere a oficinas. Estima-se que as despesas, a efetuar nos próximos cinco anos, com as construções ferroviárias do novo Plano de Viação. Nacional, atingirão um total de Cr\$ 2.936.000.000,00; com os melhoramentos da via permanente das estradas de ferro em tráfego, Cr\$ 2.246.000.000,00 e com o aparelhamento do material rodante, de tração e oficinas, Cr\$ 1.380.000.000,00. O total dessas despesas revela o vulto das necessidades mais urgentes e representa apenas uma parte das necessidades globais do parque ferroviário brasileiro.

Na oportunidade da reunião dos Diretores de Estradas de Ferro, levada a efeito na Capital do país, no periodo de 15 de junho a 21 de agôsto de 1948, fêz-se longo exame das necessidades reais do sistema ferroviário brasileiro, abrangendo material rodante e de tração, via permanente, oficinas, remodelação de traçados, obras diversas e eletrificação, com execução prevista para longo prazo.

Transportes Terrestres Estradas de Ferro Vale a pena transcrever os dados numéricos que traduzem o vulto excepcional dessas necessidades, com o valor aproximado em cruzeiros:

Locomotivas	741	1,965,000,000,00
Automotrizes	111	299.000.000,00
Carros	1.869.	2.109.000.000,00
Vagões	14.222	1.534.200.000,00
Lastramento	15.379 km	1.715.680.000,00
Trilhos	17.304 km	3,149,572,000,00
Oficines	,	437.900.000,00
Remodelação de tra-		
çados	2.758 km	2,382,100,000,00
Obras Diversas		567.680.000,00
Eletrificação	768 km	1.686.700.000,00
Oficina e Prosseguimento	da Eletrifica-	
ção da E. F. Santos a		267.000.000,00
Total		16.213.832.000,00

Na impossibilidade, em que se encontra o país, de fazer face a despesas de tal vulto, impõe-se, òbviamente, hierarquizar as de maior urgência e executá-las dentro de prazos razoáveis.

A conclusão das ligações ferroviárias, do Norte com o Centro e o Sul do país, representa cêrca de 2.000 km de novas linhas, em adiantado estado de construção, as quais, uma vez concluídas, essegurarão continuidade ao sistema ferroviário brasileiro com a interligação das rêdes regionais isoladas.

A construção de novo tronco ferroviário de 1.050 km ligando o Centro ao Sul; os grandes melhoramentos da Estrada de Ferro Central do Brasil; a eletrificação de longos trechos das ferrovias principais; a construção de 900 km de variante; a substituição de trilhos em cêrca de 4.500 km de linha; o lastramento de 5.700 km; o programa de reaparelhamento de material consubstanciado na aquisição de 220 locomotivas, 300 carros de passageiros, 5.000 vagões e todo um parque de máquinas para oficinas, tudo nos permite ajuizar melhor do vulto das obras e serviços de primeira urgência, já incluídos no Planc SALTE e cuja execução é de maior significação para os nossos transportes terrestres.

Estradas de Rodagêm A situação, no concernente às estradas de rodagem, apresentase auspiciosa. Tornou-se possível, com o Decreto-lei n.º 8.463,

que instituiu o Fundo Rodoviário Nacional, dar início a uma política rodoviária, enérgica e intensivamente conduzida, e verdadeiramente inédita entre nós. Garantida, assim, a viabilidade dos grandes empreendimentos, cuja execução se encontrava atrasada. encetaram-se, durante o ano de 1946, os estudos indispensáveis € a completa remodelação dos órgãos técnicos federais e estaduais incumbidos de levar a cabo o programa rodoviário. O próprio decreto-lei acima referido estabeleceu quais as estradas de rodagem de primeira urgência, a custear pela parte do Fundo Rodoviário Nacional que foi atribuída so Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. As rodovias enquadradas no Plano Rodoviário Nacional, mas que não estivessem incluídas no programa de urgência, seriam financiadas com recursos extraordinários, provenientes de operações de crédito ou de outras fontes de renda, inclusive por intermédio de dotações consignadas regularmente no Orçamento da União.

Encontra-se o Govêrno Federal plenamente apare!hado para prosseguir na execução de um largo programa rodoviário, abrangendo três partes distintas: realizações a custear por conta do Fundo Rodoviário Nacional, na parte que é destinada ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, num total de Cr\$... 1.875.000.000,00; realizações a custear por conta de recursos extraordinários, orçadas em Cr\$ 940.000.000,00 (tornando-se necessária, neste caso, a regulamentação da contribuição de melhoria, prevista na Constituição); e, finalmente, realizações a custear por dotações constantes do orçamento ordinário da União, as quais atingem Cr\$ 65.000.000,00.

A intensificação dos trabalhos de construção rodoviária exiga investimentos cada vez maiores, mas é quase ocicso relembrar que tais obras contribuirão para o fortalecimento do mercado interno. Concluída a extensa rêde rodoviária planejada, assegurar-se-á circulação racional e econômica de pessoas e riquezas; e o tráfego aumentará em proporções imprevisíveis, concorrendo, por sua vez para incrementar a arrecadação do impôsto único sôbre combustíveis e lubrificantes líquidos, sôbre que repousa o Fundo Rodoviário Nacional. Seria difícil prever tôdas as repercussões sôbre o progresso de cada unidade federativa, decorrentes do andamento rápido de tais obras e de sua articulação com os serviços de melhoria das condições de navegabilidade dos rios, das instalações portuárias e das ferrovias.

Navegação Transportes Fluviais As investigações efetuadas, ao ensejo da revisão do Plano de Viação Nacional, caracterizaram o abandono a que tinham sido relegadas as nossas vias fluviais, acarretando graves consequências para o conjunto dos sistemas brasileiros de transporte.

Impunha-se reagir contra êsse êrro, já tradicional, de orientação.

A interligação e o melhor aproveitamento das grandes bacias hidrográficas do Brasil, sua coordenação com os sistemas rodoferroviários e portos de maior importância - para tal fim devidamente reaparelhados e modernizados — são objetivos tenazmente colimados pelo Govêrno. Neste sentido, importa ressaltar os estudos, obras e serviços, já em andamento, desde 1946, e que prosseguiram, em 1947 e 1948, na Bacia Amazônica, no Vale do São Francisco e na Bacia do Prata. Inquéritos e projetos preliminares estão sendo efetuados e concebidos nos vales do Tocantins e do Araguaia, dentro do objetivo de conseguir a ligação rodo-fluvial do Planalto Central com a Amazônia e a articulação dessa vasta região com a do São Francisco, onde se levam a cabo, no momento, os maiores empreendimentos de tôda a nossa história administrativa, em matéria de construção de portos e estaleiros fluviais, saneamento, aproveitamento hidrelétrico, irrigação, navegação e fixação de populações migrantes.

O aproveitamento da imensa rêde fluvial brasileira é particularmente importante nas regiões mais remotas do país, naquelas onde os transportes terrestres são deficientes ou mesmo onde não há outros meios de comunicações.

Os estudos efetuados pelo Governo prevêem o investimento de Cr\$ 166.700.000,00, nos próximos anos, com as obras de melhoramento das condições de navegabilidade dos rios. Nesse total não se incluem as rendas diretamente vinculadas pela Constituição a determinadas finalidades, e cuja utilização cabe às Comissões Especiais de Planejamento da Valorização da Amazônia e do Vale do São Francisco.

Transportes Maritimos Em relação aos transportes marítimos, cuidou o Govêrno de intensificar o andamento das realizações projetadas, concentrando energias, com os melhores resultados, na ampliação e modernização da frota marítima, no descongestionamento e reaparelhamento dos portos e no início de vultosos serviços de dragagem.

A existência de inúmeros portos, ao longo de nosso extenso litoral atlântico, impõe ao Govérno a responsabilidade de bem aproveitar as rotas marítimas para o fortalecimento do nosso comércio exterior e de cabotagem.

Infelizmente, é bastante limitada a capacidade do nosso material flutuante, cuja renovação e ampliação constituem problemas de solução demorada, enquanto não fôr estabelecida no país, em bases definitivas, sólida indústria de construção naval. E' realmente reduzida a frota mercante nacional, cumprindo aumentar o número de navios nas proporções exigidas pelo crescente volume das nossas relações comerciais.

Problema de caráter fundamental é, sem dúvida, o da execução dos serviços de dragagem das barras, canais de acesso e bacias de evolução dos principais portos, a fim de que os navios tenham acesso em melhores condições e com maior calado. O melhoramento dos portos do país, tendo em vista a criação de novas e maiores facilidades para o seu desenvolvimento comercial, representa ponto essencial da nova política nacional de transportes e comunicações. A guerra determinou a interrupção dos precários e insuficientes serviços de dragagem, dificultando, também, a renevação do aparelhamento. Por outro lado, dispúnhamos sòmente de insignificante e obsoleta frota de dragagem, necessitando demoradas obras de reparação.

Diante dêsse panorama e tendo em vista a magnitude dêsses serviços, autorizei a elaboração, ainda em 1947, de um programa especial de dragagem, cuja execução vem encontrando, todavia, obstáculos de certa monta. Esse programa previu o melhoramento das condições de acesso e aprofundamento da bacia de evolução de vários portos do Brasil, entre os quais os de Belém, Camocim, Natal, Cabedelo, Recife, Maceió, Aracaju, Vitória, Rio de Janeiro, Niteréi, Angra dos Reis, Santos, Paranaguá, Antonina, Imbituba, Laguna, Pôrto Alegre e Rio Grande, e os canais interiores da Lagoa dos Patos.

Levando em consideração a necessidade de deixar os portos principais em condições de profundidade compatíveis com a navegação que os demanda, calculou o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais que o volume a ser dragado ascende a 45.620.000 m3., o que exigirá, aproximadamente, o investimento de Cr\$ 684.300.000,00. Pelo Ministério da Viação e Obras Públicas ordenou-se, em fins de 1947, a abertura de concorrência

Portos. Serviços de Dragagem e Fixação de Dunas pública, na qual foram interessadas, também, firmas estrangeiras especializadas, reduzindo-se, porém, os serviços àqueles de caráter urgente, num volume de 16.500.000 m3, compreendendo abertura e aprofundamento de algumas barras, para execução em um prazo máximo de quatro anos.

Realizada a concorrência, o exame das propostas apresentadas desaconselhou a aceitação das ofertas relativas a dragagem em águas agitadas, recomendando, apenas, a aceitação dos serviços em águas tranquilas, estimadas em 11.150.000 m3, o que foi aprovado, para posterior execução, quando da concessão dos indispensáveis recursos, já em exame pelo Congresso Nacional.

Nenhum dos concorrentes se apresentou em condições de poder executar serviços de dragagem em mar agitado, por não dispor de aparelhagem adequada. Efetivamente, essa dragagem se apresenta de execução difícil e exige dragas com características especiais, até aqui inexistentes no Brasil, não tendo, contudo, o Govêrno desanimado da realização dos seus propósitos.

Embora se venha a contratar com particulares a execução dêsses serviços, a magnitude do problema é de tal ordem que não se pode prescindir de aparelhar convenientemente o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, tanto para atender à dragagem dos demais portos não contemplados na referida concorrência, como para atender à conservação periódica da quase totalidade dos portos nacionais. Pràticamente, todos os portos precisam ser dragados, mas os volumes a dragar são em geral reduzidos. Daí, a movimentação constante da aparelhagem de um para outro pôrto, elevando o custo das operações.

Por outro lado, há barras, como as de Aracaju, e Ilhéus, que só podem ser dragadas em determinadas épocas do ano.

Tendo em vista todos êsses fatôres, autorizei a inclusão, no Plano SALTE, de um programa de aquisição de dragas e equipamentos de dragagem, orçado em Cr\$ 173.100.000,00, a ser progressivamente executado, consoante as próprias exigências dos servicos a realizar.

Encontra-se, assim, prevista a aquisição de duas novas dragas de alto mar, sete dragas fluviais, duas estações de conjunto bombamotor, quatro dragas de sucção e recalque, quatro batelões de fundo falso para 600 m3 e igual número para 200 m3 de capacidade, 10 drag-lines, bate-estacas, sondas geológicas, aparelhos de escafandro e tubulações de recalque, cujo emprêgo se estenderá,

pràticamente, por todos os Estados da União, executando os serviços programados para abertura e conservação das vias navegáveis do país, tanto interiores quanto de acesso aca vários portos.

A par da aquisição dêsse aparelhamento, cumpre formar um corpo de técnicos especializados para execução de tais serviços e assegurar, nos orçamentos da União, em caráter permanente, os recursos para manutenção e conservação da aparelhagem a ser adquirida. Ao mesmo tempo, deve-se evitar a prática usual da cessão de aparelhagem do Governo a particulares para execução de serviços públicos, pois a experiência já tem demonstrado que, na maioria das vêzes, a restituição é feita em condições tão precárias que exige vultosas importâncias para a sua recuperação.

· A execução de serviços de dragagens dos portos, canais de acesso e bacias de evolução, constitui, portanto, empreendimento de grande urgência e significação econômica. Quanto ao reaparelhamento e modernização das instalações, o concessionário de cada pôrto apresentou a relação-programa das obras e da aparelhagem a ser adquirida, tendo em vista as necessidades da navegação de longo e pequeno curso, o crescente volume das trocas comerciais e a ampliação dos mercados. Também foi organizado um programa referente-à fixação de dunas, abrangendo uma área de ....... 25.000.000 m2.

No ano de 1948 cuidou-se, sobretudo, do prosseguimento da política de reaparelhamento dos transportes terrestres, com a construção de variantes e de novos trechos de estradas de ferro e de ATIVIDADES E rodagem; da renovação do material flutuante e melhoramento dos servicos portuários e da expansão das comunicações postais, ampliação e aperfeiçoamento dos serviços telegráficos e aéreos. Além disso, destaque especial merecem realizações de grande vulto, como os trabalhos de eletrificação nas Estradas de Ferro Central do Brasil, Leste Brasileiro e Santos a Jundiaí e o projeto e início de construção do oleoduto Santos-São Paulo, a cargo dessa última ferrovia.

Constituíram, ainda, empreendimentos especiais em 1948: a conclusão da Revisão do Plano Geral de Viação Nacional, a aprovação do Plano Postal-Telegráfico, a melhoria das condições de transporte ferroviário, com o desaparecimento do atraso no fornecimento de vagões, a aquisição de material de tração e a consoli-

PANORAMA SUCINTO DAS PRINCIPAIS REALIZAÇÕES EM 1948

dação da atual política de construção rodoviária, pela regulamentação do § 2.º do art. 15 da Constituição, ocasionando, em consequência, excepcional desenvolvimento nos trabalhos dessa natureza. A Companhia Siderúrgica Nacional forneceu apreciável tonelagem de trilhos e talas às ferrovias em construção.

Cabe, agora, enumerar, com a maior síntese, algumas das principais realizações e empreendimentos levados a efeito em 1943.

Estradas de Ferro Estrada de Ferro Central do Brasil

Na Estrada de Ferro Central do Brasil, prosseguiram, em ritmo acelerado, os trabalhos de eletrificação na Serra do Mar, na Linha Auxiliar e\_Rio Douro, e em subúrbios de São Paulo. Intensificou a Estrada o reaparelhamento do material, destacando-se a aquisição de 12 locomotivas Diesel-elétricas, de 1.500 cavalos, para o transporte pesado, sobretudo de minérios, e de 15 locomotivas elétricas; 90 carros elétricos para os subúrbios do Rio de Janeiro; 80 vagões basculantes; 12 pontes metálicas e 220 km de trilhos e acessórios. Cumpre mencionar a remodelação de traçados, com a construção de extensas variantes, na Linha do Centro e no Ramal de São Paulo.

A remodelação da linha-tronco para Minas Gerais compreende a construção de 113 km de variantes, em sua major extensão na Serra da Mantiqueira, necessárias para assegurar o transporte de matéria-prima para Volta Redonda, sem prejuízo do tráfego normal da Estrada. A construção dessas variantes, com a redução da rampa de 1,8% para 1% e o aumento do raio mínimo de 180 m. para 300 m., contribuirão para triplicar a capacidade de transportes naquelas linhas. Com a remodelação dos traçados no Ramal de São Paulo, a Estrada eliminará as condições desfavoráveis da linha atual, onde existem rampas de 2,2% e raios de 180 m. Já se encontram prestes a ser entregues ao tráfego diversos trechos, inclusive a grande variante do Vale do Parateí, de rampa máxima de 0,5% e raio mínimo de 687 m. Nessas condições, a Estrada elevará de 70 para 120 km., à hora, o limite da velocidade de seus trens, para melhor atender ao enorme tráfego de passageiros e mercadorias de todo o ramal de São Paulo.

Revestiram-se, também, de importância a instalação do contrôle centralizado do tráfego, na Linha do Centro, entre Barra do Piraí e Lafaiete, e as obras de melhoria do gabarito para circulação do material tipo padrão, últimamente adquirido.

Estrada de Ferro Santos-Jundiai e Oleoduto

Na Estrada de Ferro Santos-Jundiai, foram recebidas seis locomotivas Diesel-elétricas e 90 vagões abertos metálicos. Os serviços para eletrificação do trecho Mooca-Jundiai prosseguem ativamente. As despesas realizadas foram custeadas pela própria renda da Estrada. Os trabalhos do oleoduto Santos a São Paulo foram iniciados logo que o Conselho Nacional do Petróleo concedeu à Estrada, em 25 de agôsto de 1948, autorização para construir e explorar o referido oleoduto.

A fim de realizar o emprendimento com a urgência que se faz mister, criou-se, desde logo, a Comissão do Oleoduto, incumbida de superintender todos os trabalhos. Contratou-se um técnico de experiência reconhecida, para orientar o projeto definitivo, dando êle imediato início aos trabalhos, tanto no campo como no escritório, com a assistência da Comissão. Já está escolhido o traçado a ser seguido, atentando-se para todos os aspectos que o problema apresenta, inclusive o das estações terminais e de bombeamento. Encontra-se em adiantada fase de execução o levantamento aerofotogramétrico da faixa escolhida.

Para financiar as despesas com a aquisição de material no exterior, foram iniciadas negociações com o Export and Import Bank, de Washington, D.C., Estados Unidos, no sentido de obter um empréstimo de quatro e meio milhões de dílares, empréstimo para o qual a Estrada obteve do Banco do Brasil a garantia necessária.

A Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina prosseguiu na construção de diversas variantes e na de novas linhas, tais como as de Riozinho-Guarapuava e Joaquim Murtinho-Campo Mourão, que se acha aberta ao tráfego até Ventania — km 54. Atendeu-se ainda ao reaparelhamento do material fixo e rodante, com o refôrço e substituição de pontes, aquisição de trilhos, de máquinas operatrizes para as oficinas, de quatro locomotivas Diesel-elétricas e 90 vagões para mercadorias, procedendo-se, outrossim, à reconstrução de seis carros de passageiros. Já foram iniciados os trabalhos de eletrificação da linha Paranaguá-Antonina-Curitiba-Engenheiro Bley. A Rêde recebeu Cr\$ 64.500.000,00, consignados no Orçamento da União. Na exploração industrial da Estrada houve, em 1948, um deficit aproximado de Cr\$ 18.000.000,00. A receita arrecadada foi aproximadamente de Cr\$ 246.000.000,00, para uma despesa de Cr\$ 264.000.000,00.

Rêde de Viação Paraná-Santa-Catarina Deu a Rêde escoamento à madeira, que é mercadoria predominante nos seus transportes, e à safra de café do norte do Paraná, calculada em cêrca de 1.500.000 sacas. Especialmente o trigo, cuja produção ultrapassou à expectativa, os cereais estão obtendo transporte, com a possível regularidade, dentro das disponibilidades da Rêde.

Estrada de Ferro Nocoeste do Brasil

Viação Férrea Federal Leste Brasileiro Na Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, a par dos serviços destinados à eletrificação de um trecho de 250 km, de linha, foram adquiridas duas locomotivas Pacific, 15 locomotivas Dieselelétricas, das quais 9 já recebidas, 14 carros para passageiros, 30 vagões comuns para carga e 50 vagões-pranchas. A Viação Férrea Federal Leste Brasileiro deu inicio ao serviço de eletrificação da linha Bahia-Alagoinha-Cachoeira, orçado em Cr\$ 90.000.000,00.

Rêde de Viação Ccarense À Rêde de Viação Cearense foram incorporadas duas locomotivas Diesel-mecânicas e 135 vagões novos, fornecidos pelo D.N. E.F. Abriu-se ao tráfego o trecho Itapipoca-Miraíma (46 km), da ligação Fortaleza-Sobral, a qual deverá concluir-se êste ano.

Outras Ferrovias Nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, prosseguiram importantes construções ferroviárias, a cargo dos 1.º e 2.º Batalhões Ferroviários, a saber: E. F. Rio Negro-Bento Gonçalves e as ligações Santiago-São Luís-Cêrro Azul e Pelotas-Santa Maria.

Na Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz (Brasil-Bolívia), a penta dos trilhos atingiu a cidade de San José de Chiquitos,

km 385, em agôsto último, quando foi lançada a pedra fundamental da estação ferroviária, em presença dos Presidentes das Repúblicas do Brasil e da Bolívia, ao inaugurar-se o trecho El Portón-San José de Chiquitos.

Dentre as ligações e prolongamentos a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, destaca-se, como das mais importantes, a ligação Norte-Sul, ou seja Contendas-Brumado-Monte Azul, articulando a V.F.F. Leste Brasileiro com a Central do Brasil, na extensão de 360 km, dos quais ficaram prontos, com trilhos assentados, 240 km. No correr dêste ano deverá ser concluída essa ligação, da maior significação para o país em matéria de transportes terrestres, e na qual foram efetuadas despesas no total de Cr\$ 53.550.634,30.

Ligação Norte-Sul

Outras lígações, em andamento, são: Periperi-Teresina, Teresina-Paulistana, Mombaça-Sousa, Patos-Campina Grande, Albuquerque Né-Afogados de Ingàzeira (com prolongamento até Flores); Palmeira dos Índios-Colégio; Itaíba-Mundo Novo e Cruz das Almas-Santo Antônio de Jesus, na Leste Brasileiro; Leopoldo de Bulhões-Goiânia, Blumenau-Itajaí, Apucarana-Guaíra, Limo Duarte-Bom Jardim, Belo Horizonte-Itabira-Peçanha; Angicos-São Rafael e Epitácio Pessoa-Macau; Coroatá-Pedreiras e outras.

Outras Ligações Importantes

No ano de 1948, foram ainda abertos ao tráfego público, pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, 213 km de trechos ferroviários, a saber: 17, na E. F. São Luís-Teresina; 10, na E. F. Mossoró; 47, na Rêde Viação Cearense; 49, na Great Western e 90 na ligação Norte-Sul.

Fato de grande expressão econômica, em 1948, foi o fornecimento, pela Companhia Siderúrgica Nacional, de 30.212 toneladas de trilhos e 1.503 toneladas de talas, distribuídos a trechos em construção e a várias ferrovias.

Por conta de dotações orçamentárias, fizeram-se aquisições e foram realizadas substituições de material fixo e rodante e novas

construções diversas, na Estradas de Ferro de Bragança, São Luis--Teresina, Central do Piauí, Central do Rio Grande do Norte, Great Western, Leste Brasileiro, Bahia-a-Minas, E. F. Goiás e E. F. Dona Teresa Cristina.

Por conta das taxas adicionais de 10% sôbre as tarifas, autorizadas pelo Decreto-lei n.º 7.632, de 12 de junho de 1945, realizaram-se diversos empreendimentos nas Estradas de São Luís-Teresina, Central do Rio Grande do Norte, Leste Brasileiro, Rêde Mineira de Viação, E. F. de Goiás, E. F. Dona Teresa Cristina, Viação Férrea do Rio Grande do Sul, Leopoldina, Companhia Paulista, Mogiana, Sorocabana, Araraquara e E. F. Campos de Jordão.

Finalmente, por conta de empréstimos, também se realizaram serviços e aquisição de material na V.F.F. Leste Brasileiro, na Great Western e na Leopoldina Railway.

A par disso, programaram-se empreendimentos, em diversas ferrovias, por conta das cotas de aparelhamento deferidas pela Lei n.º 272, de 10 de abril de 1948.

Estradas de Rodagem Quanto ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, cabe acentuar, em 1948, a crescente amplitude dos trabalhos de expansão e conservação da rêde rodoviária federal. O Departamento concentrou suas atividades, primordialmente, em três grandes empreendimentos de sentido nacional: a rodovia Rio-Bahía, a nova Rio-São Paulo e a estrada Curitiba-Lajes.

Durante o ano de 1948, foram concluídos, nessas estradas e em outros serviços menores, cêrca de 300 km de rodovias. Idêntica quilometragem foi concluída pelos Estados, sob o regime de cooperação, em rodovias federais, sendo, assim, da ordem de 600 km a extensão rodoviária federal construída no último exercício.

Estrada Rio-Bahia Os mais importantes trabalhos do Departamento Nacional Je Estradas de Rodagem, em 1948, foram os relativos à conclusão de 230 quilômetros na estrada Rio-Bahia. Deve assinalar-se a dificuldade de abastecimento nas zonas virgens do sertão baiano em que até a água, por vêzes, só pode ser obtida a mais de meia centena de quilômetros. O conjunto de máquinas, atualmente empregado nessa construção, é o maior que já se formou no Brasil. Trata-se de uma rodovia de boas características técnicas, com grandes cortes, aterros e custosas obras de arte subsidiárias. Com as variantes em vias de conclusão, essa estrada de rodagem, que beneficia os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, ficará com o percurso reduzido a 1.600 quilômetros, pavimentados a saibro. O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem aplicou na Rio-Bahia, em 1948, cêrca de Cr\$ 130.000.000,00.

O custo anual de manutenção dessa extensa rodovia foi calculado em 16 milhões de cruzeiros. Através da Rio-Bahia far-se-á a interligação da rêde rodoviária do Nordeste com as do centro e su! do país.

Em 1948, foram atacados, em tôda a sua extensão, os servicos de construção da nova estrada Rio-São Paulo. A variante
para saída do Rio tem características de auto-estrada, com duas
pistas de sete metros, separadas por um canteiro central de três
metros e já tem cêrca de 14 quilômetros concluidos. Far-se-á a
pavimentação a concreto de cimento dos trechos, à proporção que
se concluírem. Nos serviços de construção da Rio-São Paulo
serão aplicados, em 1949, Cr\$ 200.000.000,00 do Fundo Rodoviário Nacional.

Por outro lado, o Govêrno já autorizou o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem a efetuar uma operação de crédito de Cr\$ 200.000.000,00 no Banco do Brasil, por antecipação das rendas que se incorporarão, em 1949, ao Fundo Rodoviário Nacional, a fim de apressar a conclusão dessa importantíssima estrada.

A concentração de recursos de tal vulto nessa rodovia justifica-se pela necessidade de assegurar o escoamento da crescente produção de uma região intensamente desenvolvida, onde se condensam indústrias de grande expressão, a serviço das maiores concentrações demográficas do país. Boa parte das atividades econômicas brasileiras se processa entre São Paulo e Rio de Janeiro, sendo bastante animadoras as perspectivas de intensificação dos esforços geradores de riquezas, decorrentes das facilidades que a nova estrada virá proporcionar. Estrada Rio-São Paulo Estrada Curitiba--Lajes Os 370 quilômetros da ligação Curitiba-Lajes estão sendo intensivamente atacados. O trecho entre Curitiba e Rio Negro, com 114 quilômetros de extensão, está pràticamente concluído, devendo ser entregue ao tráfego após a conclusão das pontes provisórias.

Ponderáveis razões, inclusive de ordem econômica, justificam o empenho especial do Govêrno em ultimar os trabalhos da estrada Curitiba-Lajes, a qual será inaugurada no ano vindouro. Por êsse motivo se lhe atribuíram Cr\$ 90.000.000,00. E' de esperar, com a inauguração dessa rodovia, de acentuada importância no quadro dos nossos transportes terrestres, grande surto de prosperidade econômica em zona de extraordinária fertilidade, predestinada, por fôrça de suas privilegiadas condições climáticas, a uma colonização intensiva, de acôrdo com planos de envergadura.

Outras Estradas Merecem especial referência as rodovias de acesso ao Vale do São Francisco, atacadas em todos os sentidos, por expressa recomendação do Govêrno, como fator importante da recuperação e desenvolvimento da extensa região onde, no momento, a União promove consideráveis investimentos financeiros.

Prosseguem ativamente os estudos e trabalhos nas estradas Belo Horizonte-São Paulo, Belo Horizonte-Rio e Fortaleza-Russas-

A cargo de comissões militares, ou unidades do Exército, prosseguiram trabalhos outros de construção de trechos de rodovias: Ponta Grossa-Foz do Iguaçu, São Paulo-Cuiabá, Aquidauana-Bela Vista, Cuiabá-Vilhena, Vacaria-Passo Fundo, Lorena-Itajubá e Lajes-Santa Cecilia.

Fundo Rođoviário Nacional O ritmo da arrecadação do impôsto único sôbre lubrificantes e combustíveis líquidos permite que se estime a disponibilidade do Fundo Rodoviário Nacional, para 1949, em Cr\$ 1.500.000.000,00. Em consequência, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão receber cêrca de Cr\$ 900.000.000,00, para expansão e conservação das respectivas rêdes rodoviárias.

A cota de 40% da arrecadação dêsse impôsto único, destinada ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para o

Pelo quadro abaixo, relativo à arrecadação e distribuição do Fundo Rodoviário Nacional, no triênio de 1946-1948, ter-se-á uma idéia objetiva de sua extraordinária importância para cada unidade da Federação em particular, e seguramente para tôda a Nação:

FUNDO RODOVIÁRIO NACIONAL

(ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO NO TRENDO 1946/1948)

	TOTAL ARRECADADO	DISTRIBUIÇÃO CAS			
ANOS	Cr\$	D.N.E.R.	estados e duthito pederal	renucions arricions e	
1945	453,853,008,10	181.571.586,53	255,822,165,00	6.421,256,70	
1947	755,328,476,39	302,493,369,40	381,498,061,00	69.337.045.98	
1948	1.142.517.167,00 -	457,018,865,70	562.052,011,80	123,473,233,59	
TOTAL	2,352,728,631,40	911.091.822.60	1.212.373.138,60	199,253,601,19	

Quanto aos 60% do Fundo Rodoviário Nacional, entregues, no ano transato, aos Estados, Territórios, Municípios e Distrito Federal, a distribuição efetuada atingiu em cada trimestre os seguintes totais: 1.º trimestre, Cr\$ 190.514.641,56; 2.º trimestre, Cr\$ 162.367.191,10; 3.º trimestre, Cr\$ 171.578.616,20 e 4.º

trimestre, Cr\$ 161.067.851,40. O quadro abaixo elucida a quanticlade e o destino de cada parcela distribuída.

DISTRIBUÇÃO DE 60% DO FUNDO RODOVIÁRIO NACIONAL ENTRE OS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL, TERRITÓRIOS E MUNICÍPIOS NO ANO DE 1948

<del>,</del>	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		`	ì
UNIDADES	1.º TRIMESTRE	2.º Trimestre	3.0 THIMESTRE	4.0 TRIMESTRE
federação	Cr\$	€r\$	Cr3	Cr3
Guaporé	236, 272, 48	199,833,40	212,108,80	201,388,10
Acre	160 (017 , 33	136,113,20	[41,781,50	130,942,60
Amazonas	8,378,820,37	7,104,439,20	7.523.038.70	7.056.762,40
Rie Branco	194,546,92	166,521,70	174,738,40	164,034,10
Pará	8,218,195,80	7, 194, 523, 80	7,569,176,29	7,004,515,50
Amapá	131,302,65	111,569,20	117,654,30	107.724,40
Maranhão	3,224,167,80	2,688,359,60	2.821.704.70	2,685,428,80
Plauf	2,194,396,97	1.875.814,40	1,958,059,30	1,868,021,30
Ceará	5,418,343,39	4,376,808,80	4,459,267,50	4.410.686,90
Rio Grande do Norte.	1.732,201.07	1,357,441,40	1.365,510.90	1.401.795,30
Parafba	3,404,729,09	2,711,561,70	2,619,969,00	2,446,942,00
Petnambuce	8.415, 132, 82	6,883,195,89	7.040,001,90	6.773.585,70
Alagona	1,678,529,65	1,402,294,39	1,423,922,60	1.298.786,50
Fernando Noronha	248,25	203,89	1,320,30	197,10
Sergipe	1.031.208,13	916,247,80	896,713,30	\$70,230,00
Bahia	9,460,232,38	8,479,695,99	\$.654.578,00	8.076.100,60
Minas Gerais	18,319,301,71	14,895,758.09	15,904,411,00	15,122,175,60 1,536,204,70
Espírito Santo	1,949,500,41	1.524.714,10	1,608,794,60	6.902.047,90
Rio de Janeiro	7.883.711,33	7,000,013,90	7,090,695,10	15,698,037,50
Distrito Federal	18,622,715,70	16,456,697,50	17,422,697,70	46,272,275,60
São Panio	51,573,449,46	43,808,642,10	48,481,161,40	5,470,726,00
Paraná	6,910,599,15	5.646.510.90	3,319,696,60	3,358,606,70
Santa Catarina	4.228.174.95	3,408,090,00	14.287.471.80	12,676,606,80
Rie G. do Sul	15,601,845,08	14,179,579,80	6,342,462,20	5,831,275,40
Mate Grosse	7,084,660,13	5,931.747,20	3,823,649,30	3,505,583,90
Goiás	4.335.860,74	3,658,081,00	13,969,00	13,019,50
Amazonas-Pará Minas-Espírito Santo.	15,309,68 110,998,43	94,600,10	99.965,80	03,842,20
TOTAIS	190,514.641,56	162,367,191,10	171,578,616,20	161,067,851,40

Os três últimos anos marcaram, portanto, uma nova era na evolução do sistema rodoviário brasileiro.

A partir de 1946, implantou-se no Brasil a orientação mais conveniente para resolver o problema dos transportes por estradas de rodagem. Esta nova orientação caracteriza-se pelo trabalho conjunto e harmonioso do D.N.E.R. com os Departamentos Estaduais.

As diretrizes gerais da legislação em vigor encontram definição nos seguintes pontos fundamentais:

- 1.º) criação de Fundo Rodoviário, proveniente do impôsto sôbre combustíveis e lubrificantes líquidos;
- atribuição de autonomia financeira e administrativa a todos os órgãos incumbidos dos trabalhos redoviários, supervisionados pelo D.N.E.R.;
- 3.º) planejamento geral de todo o sistema rodoviário brasileiro, articulando-se o Plano Rodoviário Nacional com os estaduais.

Esta nova política acha-se em franco desenvolvimento, e os órgãos técnicos responsáveis trabalham com entusiasmo, tendo-se obtido resultados os mais auspiciosos na perspectiva dos três anos decorridos. Atualmente os transportes rodoviários acham-se seguramente planejados, quer no setor federal, quer nos setores estaduais. Todos os Estados possuem Departamentos ou Comissões Rodoviárias, que trabalham com autonomia, sob a orientação geral do D.N.E.R. Por sua vez, o D.N.E.R. vem executando, diretamente, serviços nas estradas federais, na proporção dos recursos que lhe são atribuídos. Basta acentuar o que se depreende dos quadros abaixo: no setor federal, em três anos, construíu-se maior extensão de estradas do que nos quinze anos anteriores.

As verbas despendidas pelo D.N.E.R. no triênio 1946-1948 representam quase o duplo do total gasto entre 1927 e 1945, sendo certo, no entanto que, na sua aplicação, há que ter em consideração o encarecimento da mão de obra e do material. Se não vejamos:

OBRAS RODOVIÁRIAS	DESTITION	PETO D M E D
Optive accountivative	RUALIZADAN	PERO D.N.E.R.

PERÍODOS .	recursos	QUILOME-	extensão
	financeiros	TRAGEM	pavimentada
	Ct\$	CONSTRUÍDA	Km.
Até o ano de 1930	\$4.759.009,00	326	76
	758.742.424.20	1, 193	159
	1,158.559.822,70	- 1, 391	102

Além dos 1.391 km, construídos no triênio 1946-1948, a Diretoria de Obras e Fortificações do Exército construiu mais 250 km de estradas federais.

Com os trabalhos programados para 1949, a extensão de rodovias pavimentadas no período 1946-1949 ultrapassará o total alcançado entre 1930 e 1945.

O D.N.E.R. tem despendido ingentes esforços no sentido de dar cumprimento ao dispositivo constitucional relativo à conclusão da ligação Rio-Nordeste, estando já prevista a inauguração oficial da Estrada Rio-Bahia para meados do corrente ano.

Levando-se em consideração o ritmo ascendente dos recursos financeiros disponíveis, — em 1948 as verbas federais e estaduais, somadas, ultrapassaram Cr\$ 1.000.000.000,00, — é possível concluir que o prosseguimento das novas diretrizes implantadas há

de transformar completamente, como já vem ocorrendo, o panorama rodoviário brasileiro, com apreciáveis repercussões benéficas no desenvolvimento econômico do país.

Transportes Maritimos e Fluviais O ano de 1948 foi de resultados positivos no setor dos transportes marítimos e fluviais.

Lóide Brasileiro A renovação da frota mercante assinalou-se, em 1948, com a conclusão da primeira parte do programa estabelecido para o Lóide Brasileiro, tendo sido incorporados, em 1947, 23, e em 1948, os últimos nove cargueiros, passando, assim, a frota atual do Lóide a contar 92 navios, com 558.834 toneladas deadweight:

Frota antiga	56	navios	.,	313,126	ton.	đw.
Frota nova	36	**	********	246.708	27	11
Total	92	**		558.834	"	"

A primeira parte do programa de renovação está pràticamente concluída. A segunda parte, contudo, compreendendo os navios de passageiros de que tanto carece o Brasil, não poderá ser totalmente executada pelo Lóide Brasileiro, com os seus próprios recursos, porque só os compromissos assumidos com a aquisição dos navios cargueiros representam uma inversão de Cr\$.....1.500.000.000,00. Esse empreendimento absorverá tôdas as disponibilidades financeiras do Lóide nos próximos oito anos. Por êsse motivo, foi incluída no Plano SALTE a segunda parte do programa: aquisição de três navios de passageiros para cabotagem; cinco navios mistos para as linhas internacionais e embarcações auxiliares. A execução desta segunda parte do programa da ampliação e modernização da frota está orçada em Cr\$......560.050.000,00.

A carga movimentada pelo Lóide Brasileiro em 1948 ultrapassou o limite de dois milhões de toneladas. A receita dos transportes da emprêsa para o exercício é da ordem de Cr\$ ...... 785.254.000,00, tendo sido, no mesmo período, efetuados pagamentos no montante de Cr\$ 128.977.235,50, para atender aos encargos financeiros.

Não obstante as dificuldades ocorridas, pôde o Lóide manter um ritmo de pagamento capaz de evitar qualquer desequilíbrio no organismo financeiro da Emprésa. Os pagamentos até agora efetuados no atual Govérno, por conta da nova frota, foram os seguintes:

	Cr\$
1946	236,507,090,80
1947	241.202.680,10
1948	128.297.235,50
Total	606.007.006,40

Os pagamentos levados a efeito em exercícios anteriores, correspondentes aos anos de 1944 e 1945, foram de CrS ...... 90.454.827,00, totalizando, portanto, os pagamentos a importância de Cr\$ 697.141.834,40.

Bastante pesados se verificaram os encargos financeiros do Lóide, cuja receita foi, todavia, em 1947, de Cr\$ 680.775.890,30, e, em 1948, de Cr\$ 785.253.470,00. Dentro em breve, com a reorganização de sua estrutura técnico-administrativa e com as linhas de longo curso, poderá o Lóide Brasileiro conquistar a posição que lhe deve caber nos transportes internacionais.

Data de 2 de setembro de 1942, com o Decreto-lei n.º 4.648, a incorporação ao patrimônio nacional do acervo das emprêsas da chamada "Organização Henrique Laje". Também nessa oportunidade os dispositivos do referido Decreto-lei estabeleceram providências concernentes à liquidação, quando devida, considerada a exclusão de bens ou direitos de terceiros, ou sua alienação.

Em seguida, a 21 de agôsto de 1946, dispôs o Decreto-lei n.º 9.618 que a administração dos aludidos bens se exercesse através de três setores principais: Administração, Navegação e Construção Naval, sob responsabilidade e direção de um superintendente nomeado pelo Presidente da República.

O Govêrno federal, logo após, pelo Decreto-lei n.º 9.370, de 14 de setembro de 1946, assumiu a responsabilidade do novo passivo das emprêsas definitivamente incorporadas, passivo formado no período que vai de 4 de setembro de 1942 a 21 de agôsto de 1946.

Companhia Nacional de Navegação Costeira Ao iniciar-se o ano de 1948, a União já havia efetuado as seguintes despesas, para cobrir os deficits dessas emprêsas incorporadas ao patrimônio nacional:

		CLS
ε)	dívida ao Banco do Brasil, contraída no período de 4 de setembro de 1942 a 21 de agôsto de 1946	93 . 203 . 558.40
<b>b</b> )	dívidas ao Banco do Brasil, decorrentes da importação de vários materiais	18.000.000,00
-	dívidas na praça, contraidas entre 4 de setembro de 1942 a 21 de agôsto de 1946	87.000.000,00
d)	adiantamento concedido pelo Decreto-lei n.º 9.870,	30.000.000,00
ε)	de 1946 subvenção nos anos de 1945, 1946 e 1947	22,500,000,00
I)	adiantamento por conta do fundo de indenização de guerra	10,000,000,00
	Total	260.703.558,40

Ascende a mais de Cr\$ 52.000.000,00 a média de prejuízo anual ocorrido entre 1943 e 1947.

Com relação ao ano de 1948, o deficit da Companhia Nacional de Navegação Costeira atinge Cr\$ 27.083.848,00, como se depreende da comparação entre a despesa e a receita:

	Cr\$
Despesa	289,580,932,10
Receita	262.497.084,10
Deficit	27.083.848,00

## Fêz-se a cobertura dêsse deficit da seguinte maneira:

	Cr\$	CrS
Adiantamento por conta da indenização de guerra	25.500.000,00 8.500.000,00	34.000.000,00
Menos — Saldos na Banco do Brasil, Companhia e em Caixa Importância aplicada na cobertura do d		6.916.152,00 27.083.848,00

Apesar das dificuldades ocorridas, observa-se uma tendência para melhoria da situação econômica da Emprêsa, cuja receita teve apreciável aumento, verificando-se, ao mesmo tempo, considerável redução na despesa.

Mas, inegavelmente, o equilibrio da situação financeira da Companhia exige a renovação parcial de sua frota, além de providências destinadas a assegurar aos seus estaleiros a execução de um programa mínimo de construção naval.

De início, examinam-se a aquisição de seis navios no exterior e a construção de outros três nos estaleiros da própria Emprêsa, navios êsses de tonelagem entre 2.000 e 4.000 toneladas.

Para execução dêsse programa, deverão ser reaparelhados os estaleiros da Emprêsa. Cumpre acentuar que foram calculados em Cr\$ 270.000.000,00 os recursos necessários à execução de tal programa.

A regularização definitiva da situação econômica e financeira da Companhia Nacional de Navegação Costeira constitui empreendimento de vulto, destinado a libertar o Govêrno dos pesados encargos decorrentes dos deficits anuais.

Nos serviços de navegação da Amazônia, além do restabelecimento de linhas e de vários melhoramentos, prosseguiu o programa de recuperação e motorização da frota, tendo regressado ao serviço ativo dois navios motorizados e estando em readaptação três outros da mesma espécie.

Serviços de Navegação da Amazônia c da Bacia do Prata

Nesses serviços, merece referência a situação atual dos encargos, que é apenas de Cr\$ 31.815.035,80, em confronto com a de fins de 1946, que era de Cr\$ 194.219.503,30.

Cabe, também, salientar, quanto aos serviços de navegação da Bacia do Prata, a assinatura do contrato para fornecimento de 19 embarcações novas, sendo sete em construção na Holanda, quatro na Inglaterra e oito no Brasil, encomendas essas financiadas pelo crédito de Cr\$ 50.469.500,00, de setembro último.

A intensificação dos transportes fluviais depende, sem dúvida, da realização de melhoramentos lprogressivos e permanentes nas condições de navegabilidade dos rios: estudos topo-hidrográficos, limpeza, desobstrução, fixação de margens, balizamento, dragagem e canalização. A ligação entre as diversas bacias hidrográficas exige a construção de canais, cujos estudos não foram descurados.

 Melhoria das Condições de Navegabilidade dos Rios

A Comissão de Marinha Mercante, no intuito de evitar a recusa do embarque de gêneros alimentícios, por parte dos armadores, estabeleceu a obrigatoriedade do carregamento de, pelo menos, 75% da praça oferecida, baixando, depois, tal percentagem a 50%, atendendo a que os navios não eram totalmente carregados.

Comissão de Marinha Mercante

Essa Comissão, além de suas atividades e atribuições normais, concedeu auxílios e financiamentos, no total superior a Cr\$....

19.834.400,00, para aquisição de embarcações, reparações, obras e outros encargos, distribuídos aos Serviços de Navegação do Amazonas, da Bacia do Prata, ao Território do Amapá, ao Estado do Espírito Santo, ao pôrto do Recife e à Emprêsa Fluvial Marítima S.A.

Navegação Fluvial A proteção governamental aos transportes fluviais tem crescido de maneira significativa, a partir de 1946. Atualmente, a Comissão de Marinha Mercante controla as atividades de 722 armadores fluviais, representando 1.106 embarcações em tráfego, nos diversos rios. Essa proteção tem-se efetuado, de preferência, sob a forma de subvenções às emprêsas que executam serviços regulares. No orçamento do ano findo foram consignadas subvenções no valor de CrS 28.116.000,00, assim distribuídas:

	C13
1 — Serviço de Nav. da Amazônia e de Adm. P.	
Pará	17.366.000,00
2 — Serviço de Navegação da Bacia do Prata	7,000,000,00
3 — Serviço de Navegação do Guaporé	700,000,00
4 — Serviço de Navegação do Medeira	200.000,00
5 — Serviços de Transportes do Amapá	350,000,00
	200.000,00
6 — Navegação dos Autaxes	486.000,00
7 — Navegação Araguaia-Tocantins	430.000,00
8 — Navegação Fluviel do Maranhão	160.000,00
9 — Navegação Baixo São Francisco	24.000,00
10 — Navegação Rio Doce	770.000,00
11 — Navegação Mineira do São Francisco	·
12 - Navegação entre Manaus-Santa Isabel	180.000,00
13 — Navegação Manaus-Maués	250.000,00

Aos serviços de navegação do Amazonas, Pará e Território do Guaporé, foram entregues auxílios no valor de CrS 5.050.000,00. A Companhia de Navegação Mineira do São Francisco, no Estado de Minas Gerais, e à Viação Baiana do São Francisco, no Estado da Bahia, concederam-se auxílios para aquisição de novas unidades, no valor de Cr\$ 6.000.000,00, ou seja, a quantia de Cr\$ .... 3.000.000,00, respectivamente.

Portos

Administração do Pôrto do Rio de Janeiro A Administração do Pôrto do Rio de Janeiro levou a efeito, em 1948, vários melhoramentos e deu início à realização de diversos empreendimentos de vulto. Nesse conjunto cumpre mencionar: início da construção do Cais do Caju, com a extensão de 1.330 metros e a inauguração de 150 metros, devidamente aparelhados; aquisição de 27 guindastes elétricos de pórtico, de duas a dez toneladas; aquisição de 105 vagões da E.F.C.B.; remodelação e ampliação das linhas férreas do pôrto; aquisição de seis

locomotivas Diesel-elétricas para bitola larga; aquisição de 6.800 metros de cabos de baixa tensão; aquisição de quatro escavadeiras para o serviço de minério; início da construção da "Vila Portuária"; refôrço da estrutura dos pátics 2/3, 14/15 e 15/16 para adaptação a pontes rolantes; aquisição de 18 pontes rolantes para o armazém 18-A; e drenagem e pavimentação da área ao redor dos armazéns 19 e 20 do cais de São Cristóvão.

Todas essa obras e aquisições no sentido da renovação, ampliação e modernização do porto, totalizando cêrca de CrS ........ 140.000.000,00, estão sendo custeadas pela receita propria dos serviços portuários e por operações financeiras, uma vez que a Administração do Pôrto do Rio de Janeiro, entidade autárquica, não recebe créditos orçamentários.

Foram iniciadas as obras para a construção do pier na Praça Mauá, obra essa da maior importância para os serviços portuários da Capital Federal.

Outras Atividades

Em 1948, o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais executou estudos e obras de melhoramentos das condições de navegabilidade de vários rios, e de acesso aos portos nacionais; serviços de fixação de dunas; construção, reparação e conservação de instalações de acostagem, bem como reparação e conservação do respectivo aparelhamento.

São de referir também a exploração comercial dos portos de Natal e Laguna, diretamente pelo Departamento, e a fiscalização da exploração comercial dos demais portos organizados, concedidos pela União aos Estados ou a emprêsas particulares.

Ainda em 1948, normalizou-se a situação dos portos do Rio de Janeiro e de Santos, desaparecendo o aflitivo congestionamento, graças às medidas de emergência e de longo prazo, levadas a efeito.

Por todos os Estados, o Departamento de Portos, Rios e Canais, através de seus dezenove Distritos, realizou obras apreciáveis, cuja enumeração não se torna aqui exigível.

Comunicações Postais e Telegráficas

No setor das comunicações postais e telegráficas, há que acentuar o prosseguimento do programa de instalação condigna das diversas repartições de correios e telégrafos, espalhadas pelo território nacional.

Assim, foram concluídas as obras dos edificios de Campinas, Cabedelo, Ibiapinópolis, Cataguases, Santos (reforma) e Campos, com um dispêndio total de CrS 10.057.410,00.

Prosseguiu a construção de vinte e uma agências, no montante orçamentário de Cr\$ 11.100.000,00. Essas agências estão localizadas nos Estados do Pará, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio Grande do Norte.

Por fôrça da Lei n.º 498, de 28 de novembro último, que reajusta as tarifas postais-telegráficas, inicia-se, no corrente ano, vasto programa de construção de edifícios, em número de 331, abrangendo todo o território brasileiro, devendo destacar-se, especialmente, o edifício sede dos Correios e Telégrafos nesta Capital e o destinado às oficinas, garagem e almoxarifado; bem assim, os das diretorias regionais em Uberaba, Santa Maria, Bauru e Juazeiro e a reforma e ampliação dos de Fortaleza, Aracaju, Goiânia, Vitória e Teresina.

O serviço telegráfico nacional foi ampliado, em 1948, com um total de 6.852 km de linhas telegráficas e a inauguração de mais 32 novas agências, distribuídas por várias unidades da Federação.

Prosseguiram ativamente os trabalhos do Plano Telegráfico Nacional, afetos a uma Comissão Executiva, que os distribuiu por três setores principais: o de telegrafia, o de radiotelegrafia e o de construção civil. Realizaram-se obras e instalações diversas, em Belém, Recife, Olinda, Bahia, Campo Grande, São Paulo, Pôrto Alegre, Manaus, Marambaia, São Bento, Manguinhos e na própria Central do D.C.T., nesta Capital.

Comissão Têcnica de Rádio A Comissão Técnica de Rádio, a par de suas atribuições normais, que se vêem acrescidas com o rápido desenvolvimento das radiocomunicações, atendendo à sugestão da Câmara dos Deputados ao Ministério da Viação, elaborou, por uma comissão especial, dois projetos de consolidação e revisão da legislação sôbre radiocomunicações, em geral, e sôbre radiodifusão, em particular, os quais, atribuindo ao Govêrno poderes de supervisão e fiscalização, que ainda não se acham bem definidos na fragmentária legislação vigente, sugerem, também, a criação de um Departamento Nacional de Radiocomunicações, com a estrutura e as atribuições legais necessárias ao exercício das funções que lhe são inerentes.

Transportes Aéreos Adquirem importância cada vez maior os problemas relativos acs transportes aéreos. Foram intensas as atividades de aviação comercial nos últimos anos. Estamos a braços com o problema das tarifas, consideradas ruinosas pelo Ministério da Aeronáutica.

Apesar da mesa-redonda, realizada sob os auspícios dêsse Ministério entre os operadores nacionais, prosseguiu a luta pela carga e pelo passageiro, à custa de especulação tarifária. O Govêrno reexaminou a matéria e estabeleceu a tarifa-teto, a que aquiesceram as emprêsas particulares, no seu próprio interêsse. Fixaram-se, depois, os elementos indispensáveis à segurança dos transportes aéreos e os requisitos mínimos de manutenção e operação. Estabeleceu-se, a seguir, uma política de competição equilibrada. Desde 1947, acumularam-se dificuldades financeiras para as emprêsas de transportes aéreos. Sete companhias cessaram suas atividades durante o ano. Mas a situação tende a se normalizar, a partir dos últimos meses de 1948.

Em janeiro desse último ano, operavam no Brasil como concessionárias de linhas regulares dez emprêsas, e, em viagens não regulares, nove. Além destas, cinco companhias executavam serviços de táxi aéreo. Durante o ano de 1948, obtiveram autorização para realizar tráfego, em caráter precário, mais oito emprêsas, uma das quais destinada, exclusivamente, ao transporte de carga modalidade que o Ministério da Aeronáutica estimula e observa atentamente, como inovação que pode concorrer para solução dos problemas de transporte das regiões mais afastadas dos centros populosos do país e falhas de meios de comunicações. A exploração de linhas internacionais continuou a ser feita pelas mesmas emprêsas que realizavam tais serviços em 1947. Com relação às tarifas, a Portaria Ministerial n.º 99, de 7-5-48, veio contribuir para resolver a situação difícil que atravessava a aviação comercial. Essa providência resultou da experiência e dos estudos e discussões em que tomaram parte todos os interessados. Inovações de maior relevância foram, então, introduzidas, por fórça dêsse documento, o qual:

- 1.º reconhece a conveniência de competição equilibrada entre emprêsas;
- 2.º determina que os preços se justifiquem, podendo ser negados ou julgados industrialmente absurdos, caracterizada a concorrência ruinosa;
- 3.º no caso de desinterêsse da emprêsa, deixando de requerer em tempo a sua tabela de preços, estipula que só poderá cobrar tarifas máximas, as quais constam de

uma base-padrão, corespondente a 1937, aumentada de 20%, no máximo;

4.º — estabelece a penalidade de cassação da autorização para as emprêsas que deliberadamente infringirem as tarifas aprovadas.

Em seguida foi expedida a Portaria Ministerial n.º 170, de 13-8-48, aprovando as Condições Gerais de Transportes; unificando normas esparsas e às vêzes contraditórias, até então existentes sôbre o assunto; inovando, principalmente no concernente ao transporte de mercadorias, sob os diversos aspectos de "expresso", "encomendas" e "cargas", e permitindo ainda a adoção de tarifas especiais, para determinadas mercadorias, e de tarifas de retôrno, nas rotas de tráfego interno, em um só sentido.

O Departamento de Aeronáutica Civil tem tido especial cuidado em distinguir da competição equilibrada, reconhecidamente útil, a condenável concorrência ruinosa, negando sempre aprovação às tarifas requeridas que revelem esta última finalidade.

Taxas Aéroportuárias A cobrança das taxas aeroportuárias, que havia sido suspensa em 1947, não pôde ser reiniciada em 1948, como se sabe, por falta de previsão da receita respectiva no Orçamento daquele exercicio. Tal omissão foi sanada na proposta do Orçamento de 1949, onde já figura a parcela de Cr\$ 19.000.000,00, como estimativa da renda provável dessas taxas no ano em curso.

Linftas Subvencionadas Seguindo a política adotada quanto à subvenção de emprêsas de navegação aérea (e que consiste especialmente no auxílio concedido para a execução de linhas aéreas de penetração, cuja exploração é deficitária e por isso não atrai os nossos transportadores), — o Ministério da Aeronáutica manteve, em 1948, diversas linhas subvencionadas já contratadas, renovando ainda o acôrdo celebrado com a emprêsa "Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul" para exploração da linha Belém-Amapá, com prolongamento ao Oiapoque, mediante a subvenção de Cr\$ 3,00 por km voado. Autorizou-se ainda, para êsse ano, o regime de auxílio estabelecido anteriormente para a execução, pela mesma Companhia, das linhas Cuiabá-Pôrto Velho-Cruzeiro do Sul, e Parnaíba-Floriano-Belém.

As dotações orçamentárias destinadas a tais subvenções foram aplicadas, em 1948, de acôrdo com os contratos celebrados, como segue:

#### Servicos Aéreos Cruzeiro do Sul Ltda.

	•	CrS
1.	Linha Belém-Amapá	83.500,00
2.	Linha Amapá-Oiapeque	32.400,00
3.	Linha Manaus-Boa Vista	314.080,00
4.	Linha Parnaiba-Floriano-Belém	1.070.544,00
5.	Linha Cuiebá-Pôrto Velho-Cruzeiro do Sul	2.296.780,00
	Panair do Brasil S.A.	
6.	Linha Belém-Manaus-Pôrto Velho e Manaus-Iquitos	7.313.135,00
	Emprêsa de Viação Aérea Rio-Grandens	e
7.	Linhas regionais (subvenção global)	4.200.000,00
	Navegação Aérea Brasileira S.A. (NAB	)
8.	Subvenção global percebida	1,000,000,60
	Total	16.310.559,00

De acôrdo com a legislação em vigor, os aeroclubes podem adquirir gasolina isenta de direitos, para consumo nos vôos de instrução e treinamento de suas aeronaves. Para a aquisição dêsse combustível, vem sendo concedida autorização trimestral, à base do consumo no trimestre anterior. Durante o ano passado, tais autorizações para gasolina perfizeram um total de 2.103.000 litros, sendo 1.875.000 de gasolina de 73 octanas. Ainda em 1948, foram distribuídas subvenções em dinheiro a 30 entidades, para a formação de 46 instrutores de vôo; 92 pilotos civis e 20 mecânicos, perfazendo tudo um total de CrS 1.899.200,00, para instrução de 158 alunos.

Grande quantidade de material de vôo foi fornecida a essas entidades, tendo sido empregada totalmente a dotação orçamentária de Cr\$ 4.550.000,00 na aquisição de motores, peças sobres-

Auxilios e Subvenções selentes, ferramentas e acessórios. Esse material ainda está sendo distribuído, gratuitamente, às entidades que dêle necessitam e cuja organização técnico-administrativa assegure o seu bom aproveitamento.

#### COMERCIO EXTERIOR

PANORAMA ECONÔMICO Com o objetivo de tornar mais eficiente o funcionamento de algumas entidades e visando também amparar a indústria nacional de aviões, foram adquiridas 34 aeronaves CAP-4 "Paulistinha", da Companhia Aeronáutica Paulista, e três aeronaves HL-6, da Companhia Nacional de Navegação Aérea, perfazendo um total de 37 aviões, no valor de Cr\$ 2.800.000,00.

Embora reduzido a simples informações e a uma análise sucinta, o que ficou dito demonstra promissora atívidade, nos vários setores dos transportes nacionais, segundo a orientação do Govêrno no sentido de ampliação, renovação e resparelhamento, quer dos veículos, quer das instalações fixas.

O Comércio mundial, em 1946, atravessava um período de readaptação às condições de paz, que haveria de ser, como de fato o foi, mais prolongado do que a princípio se supusera. Comparandose o intercâmbio mercantil brasileiro de então com o de períodos anteriores e posteriores, verifica-se que, nesse ano, sofria êle ainda poderosa influência de diretrizes estabelecidas nos anos de guerra. Aliás, tinham sido essas diretrizes de tal natureza, dado o caráter excepcional do conflito, que não era possível, de improviso, sustar as modificações que se tinham operado em nosso sistema de procura e na estrutura de bens que lhe era correspondente. Por isto, embora a importação começasse a elevar-se, continuava ascendente o ritmo da exportação e valorizado seu custo unitário.

Com efeito, durante a guerra, o movimento exportador se processara sem qualquer disciplina, destinando-se ao consumo externo a parcela excedente de nossa produção que êle podia absorver, sem que se atentasse nos requisitos de qualidade ou de preço. Até certo ponto éramos impotentes para remediar a situação: os poderosos imperativos do momento assim o exigiam de nós e de nossos compradores. A concorrência, já no que se refere aos custos de produção, já quanto aos preços de venda, fôra profundamente subvertida pelo conflito; daí o fim da luta armada só se ter refletido diretamente sôbre o comércio mundial muitos meses mais tarde.

Fomos, pois, em 1946, governados, tal como a maioria das nações, pelo impulso trazido de anos anteriores. Mas, logo que uma real segurança e maior facilidade nos transportes marítimos se res-

tabeleceram e se tornou possível uma troca normalizada de mercadorias, certo que as condições de guerra não poderiam perdurar talvez até fôssem violentamente contrariadas.

A enumeração das cifras do comércio exterior, nesse período, é suficiente para elucidar o assunto. Em 1945, exportamos ...... 2.987.221 t no valor de Cr\$ 12.197.510.000,00 e importamos 4.291.685 t no valor de Cr\$ 8.747.086.000,00. Em 1946, exportamos 3.663.122 t no valor de Cr\$ 18.229.532.000,00 e importamos 5.061.382 t no valor de Cr\$ 13.028.734.000,00.

COMÉRCIO EXTERIOR 1945-1948 Em toneladas

Anos	Exportação	Importação	Saldo
1945	2.987.221	4.291.685	1,304,464
1946	3.663.122	5.061.382	1,398,250
1947	3.781.453	7.159.091	3.377.638
1948	4.658.408	6.799.421	2.141.013

### COMÉRCIO EXTERIOR 1945-1948 Em Crs 1.000,00

Anos	Exportação	Importação	Saldo	
1945	12.197.510	8.747.086	÷ 3.450.424	
1946	18,229,532	13.028.734	÷ 5.200.798	
1947	21,179,413	22.789.291	1.609.878	
1948	21.696.874	20.984.880	+ 711.994	

# COMÉRCIO EXTERIOR Valor médio por tonelsda em cruzeiros 1945-1948

,	Anos	Exportação	Importação	,
	1945	4.083	2.038	
•	1946	4.977	2.574	
	1947	5.601	3.183	
	1948	4.658	3.086-	

Resultou dêsse movimento mercantil, em 1946, um saldo favorável de Cr\$ 5.200.798.000,00, como ainda não houve semelhante em tôda a nossa história econômica.

Foi em 1947, conforme a um verdadeiro conhecedor de questões de comércio internacional não teria sido difícil prevèr, que as novas condições criadas pela paz se manifestaram de maneira sensível. Os elevados saldos dos anos anteriores não provinham apenas do aumento das exportações, senão também da diminuição drástica das importações. Essa queda de importação se fizera sentir em tôda a estrutura econômica do país: no desgaste dos meios de transporte e em outros meios de produção. Paralelamente, certas camadas mais favorecidas da população ressentiam-se da falta de mercadorias supérfluas ou suntuárias, anteriormente adquiridas no exterior. Havia, pois, uma procura acumulada prestes a intervir na balança comercial brasileira — e a fazê-lo num sentido inequivocamente perturbador.

O ano de 1946 fóra aproveitado, pelas potências que se tínham empenhado na guerra, para realizar a reconversão parcial de suas indústrias adaptadas à procura bélica; ora, em 1947, elas já haviam alcançado um ritmo de produção capaz de lhes permitir substancial exportação. Assim, as encomendas, anteriormente colocadas nos poucos mercados externos fornecedores, principalmente nos Estados Unidos da América, começavam a ser feitas em ritmo mais acelerado, distribuindo-se por quase todos os países onde acumuláramos saldos nas respectivas moedas.

A reunião dêsses fatôres ensejou radical inversão, pois a tanto equivaleu a importação de 1947, cujo total atingiu .... 7.159.091 t, no valor de Cr\$ 22.789.291.000,00, ou seja .... 2.097.382 t mais que no ano anterior, correspondentes a Cr\$ .... 9.750.557.000,00.

Esses algarismos são bastante expressivos, dispensando comentários. Na verdade, dificilmente poderia o país resistir às consequências de semelhante progressão em seu movimento importador, operada no decurso de um só ano. Agravando a situação, convém acrescentar que essas compras, efetuadas no exterior, não se limitavam aos produtos essenciais à recuperação econômica nacional. Estenderam-se, ao contrário, pelo campo do supérfluo, do suntuário ou de utilidades de que possuímos produção própria.

Fêz-se agudamente sentir na estrutura de nossas vendas ao exterior a queda da exportação dos chamados produtos estratégicos e de outros destinados às necessidades de guerra. Ainda éramos, em certos setores, muito inexperientes e não poderíamos enfrentar

uma competição com indústrias que já tinham crédito firmado e trabalhavam, mercê de superior organização, num regime de rendimento crescente. Conquanto melhores possibilidades se abrissem ao café, algodão em rama, aos tecidos de algodão e a outros produtos, principalmente os que se destinam à alimentação, — não foram bastantes em 1947 para contrabalançar a queda de produtos exportados em grande escala durante a guerra, e permitir equilíbrio no intercâmbio externo. O ano de 1947 terminou, assim, acusando na balança mercantil externa o elevado deficit de Cr\$ 1.609.878.000,00.

Foi normal o fenômeno na prática do comércio livre, dentro de um mercado mundial ainda desorganizado. Cumpria, no entanto, ao Govêrno agir de maneira a anular, tanto quanto possível, os seus efeitos internos e externos, e atuar sôbre a estrutura econômico-financeira nacional. Apresentou-se tal imperativo a quase todos os governos do mundo. Como a produção atual de gêneros alimentícios, de bens de produção e bens de consumo essenciais ainda não atingiu, em regra, aos índices do período anterior à guerra, — as necessidades eram maiores, notadamente para a efetivação dos planos de recuperação e desenvolvimento. Face a tal contingência, compreenderam os países que o ideal do livre-cambismo, embora respeitável, não lhes permitiria, de modo algum, alcançar seus objetivos necessários.

Acresce que, pela sua pujança econômica, preservada e até mesmo ampliada durante a guerra, os Estados Unidos da América, se tornaram os maiores fornecedores, assim de bens essenciais, como de quaisquer outros, ocorrendo que o valor de sua exportação, passou a corresponder várias vêzes ao das importações, o que determinou no resto do mundo aguda escassez de dólares.

Daí a razão por que alguns países estabeleceram a inconversibilidade de sua moeda; outros adotaram o dólar para o comércio externo; e, pràticamente, todos enveredaram por uma política de contrôle das exportações e importações. São em número de 48 os que assim procedem, e dentre êles se contam os maiores mercados do mundo e nações tradicionalmente democráticas, como os Estados Unidos da América, Grã-Bretanha e Suíça.

Evidentemente não poderia o Brasil deixar de seguir o resto do mundo na política que todos vinham pondo em prática.

Era ela de natureza necessária — na verdade, a única que se poderia observar. Só assim se restabeleceria o equilíbrio de

DIRETRIZES
GOVERNAMENTAIS
A Licença
Prēvia e seus
resultados

sua balança comercial, preservando-se as disponibilidades no exterior para a compra de bens essenciais ao reerguimento econômico nacional. Impunha-se, portanto, disciplinar o comércio exterior, mediante a adoção do regime de licença prévia, e nesse sentido vos dirigi a Mensagem de que resultou a Lei n.º 262, de 23 de fevereiro de 1948.

O regime de licença prévia vem assegurando o abastecimento regular do mercado interno, sem prejuízo da fiel observância dos acôrdos internacionais firmados pelo Brasil. Restringiu-se também a importação de artigos não essenciais ou a dos que possam, em condições satisfatórias de qualidade e preço, ser produzidos no país. Embora a aplicação do sistema só se tenha tornado efetiva no segundo semestre do ano passado, seus resultados já se fizeram claramente sentir no balanço mercantil de então.

O principal objetivo a que se visou foi alcançado em quatro meses apenas, pois o vultoso deficit verificado, ao encerrar-se o primeiro semestre, — já se tinha convertido em saldo, ao terminar o mês de outubro. Com efeito, a balança comercial de 1948 fechou acusando o saldo de Cr\$ 711.994.000,00. Maior transformação não se poderia operar em tão pouco tempo; e a sua origem tem que ser localizada no regime da licença prévia.

O resultado colhido demonstra o acêrto da iniciativa governamental, quando vos pedi a votação de uma lei para pôr têrmo à indisciplina das trocas mercantis com o estrangeiro.

Assinale-se que o regime adotado não influenciou a orientação do movimento exportador, nem era êsse o seu objetivo; mas exerceu papel importante ao resguardar o atendimento das necessidades do mercado interno. De conformidade com a lei que o instituiu, as restrinções à exportação de produtos nacionais ficaram limitadas à quantidade consumida ou industrializada no país, durante o ano anterior à vigência da lei, acrescentando-se 7 % a essa quantidade. Procurou-se, destarte, assegurar situação de igualdade nas reservas e na distribuição dos produtos pelos principais mercados externos e internos, deduzidas tôdas as despesas. Não se criaram limitações descabidas ao escoamento da produção nacional para o exterior: a recusa da licença prévia para a exportação só se torna legítima em face da conveniência de acumular estoques indispensáveis ao regular suprimento do consumo interno.

E' na importação que se afirmam de maneira vitoriosa os efeitos do regime de licença prévia. As restrições impostas, como já disse, aplicaram-se explicitamente aos produtos supérfluos e suntuários, e àqueles que iriam competir com o similar nacional. Houve, concomitantemente, a preocupação de preservar tanto quanto possível nossas reservas em moeda livre, e de utilizar as disponibilidades em moedas não livremente transferíveis.

A Lei n.º 262, de 23 de fevereiro de 1948, que instituiu o regime da licença prévia para o comércio exterior, fixou também, para 30 de junho de 1949, o têrmo de sua vigência. No entanto, é fácil perceber que, uma vez cessado êsse contrôle, os variadíssimos e fortes interêsses, até agora contidos dentro de limites adequados, terão livre campo para sua expansão. Apresentar-se-ia, então, com inútil e irreparável sacrifício para nossa economia, o seguinte quadro: por um lado, exportações que poderiam ser extraordinàriamente lucrativas para os interessados, mas que haveriam de afetar o abastecimento do mercado interno, infringir compromissos internacionais e acarretar acumulação de saldos no exterior, de problemática liquidação; e. por outro lado, importações de produtos de tôda espécie, na sua maioria, porém, de necessidade contestável, já que os essenciais, mundialmente escassos, têm seus suprimentos severamente controlados pelos países fornecedores.

Atendendo a essas considerações foi que vos dirigi Mensagem no sentido de que seja permitido ao govêrno prosseguir na aplicação do regime da licença prévia. Encareço, pois, a conveniência da pronta votação de medidas que permitam, sem solução de continuidade, êsse indispensável movimento disciplinador das trocas mercantis do país.

A tendência geral da economia brasileira continua a ser no sentido de diversificar a pauta dos seus produtos exportáveis. Esse objetivo ainda constitui um ideal, embora passível de realização: nossa economia interna, afastando-se da monocultura a que estivemos durante tanto tempo adstritos, está seguindo hoje caminho inverso, de forma que o desdobramento de nossas possibilidades, apesar de auspicioso, não chega a atuar de maneira absoluta sôbre a exportação.

Enquanto em 1934 só o café representava 61% do valor total da exportação do país, o que lhe permitia completar com os três principais produtos de exportação — café, algodão em rama

MOVIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR

Exportação-

e cacau - 88% do que então apuramos em cruzeiros, nas vendas ao exterior: — em 1948 os cinco principais produtos — café, algodão em rama, cacau, pinho e peles e couros — representam 69%, cabendo ao café a participação de apenas 41%. E' que a evolução de certas culturas e o surto industrial do país já se vão fazendo sentir na estrutura das exportações, sem que por isto venham a ser prejudicadas as antigas fontes de renda, bases históricas de nossa economia. Assim, a exportação do café, no ano passado, elevou-se a 17.492.324 sacas, quantidade que até hoje só foi superada pela cifra record nacional atingida em 1931. Quando, porém, se considera que o excepcional volume exportado em 1931 decorreu, em parte, das trocas dêsse produto pelo trigo norte-americano, não é vão exagêro dizer que o record efetivo foi, realmente, o marcado em 1948. As diferenças quantitativas registradas nas vendas ao exterior de alguns produtos tradicionais da exportação — algodão, cacau, peles e couros, arroz, tecidos de algodão, e fumo - provieram de fatôres de ordem internacional, ou refletem o reajustamento das quantidades exportáveis a níveis normais.

Resta agora aos produtores e exportadores dos produtos considerados em crise no comércio exterior enfrentar com objetividade a nova situação apresentada pelo mercado mundial, em virtude do restabelecimento da concorrência, e orientar seus esforços, pela racionalização e modernização dos métodos de trabalho, no sentido de baratear a produção de maneira a consolidar os atuais e conquistar novos mercados para seus produtos. No que for possível, nunca lhes será negado apoio irrestrito do Govêrno.

É necessário, todavia, que cesse a prática de recorrer ao poder público no sentido de ampliar produções levadas a efeito por métodos antieconômicos, a fim de que não seja o Govêrno obrigado a arcar — pelo financiamento de produtos cujo custo ultrapassa o normal — com os possíveis prejuízos decorrentes do obstinado emprêgo daqueles métodos. Aliás, com raras exceções que se ligam diretamente ao abastecimento interno essencial e à defesa nacional, não devemos favorecer produções cujo custo unitário ultrapasse o que seria razoável esperar. E, mesmo no caso das exceções a que aludi, cumpre agir no sentido de tornar possível a redução gradativa dos custos considerados excessivos.

Quanto aos rumos de nossas correntes de exportação, orientam-se agora também para o continente europeu, que absorveu no último ano decorrido, 34% do valor total vendido pelo Brasil. A maior parcela continua a ser encaminhada às Américas, absorvendo os Estados Unidos 43% do valor total da exportação brasileira e 73% da parcela correspondente ao continente americano.

No ano de 1948, a exportação atingiu 4.658.408 toneladas, no valor de Cr\$ 21.696.874.000,00.

O regime da licença prévia permitiu, pela disciplina do movimento importador, o restabelecimento do equilíbrio na balança mercantil do país. O volume importado sofreu um decréscimo de 361.670 toneladas equivalentes a Cr\$ 1.804.411.000,00. Nunca será demais repetir que as mercadorias que deixaram de entrar no país, em virtude do regime implantado, não representavam bens de produção nem de consumo forçado, cuja ausência se fizesse notar na produção ou no abastecimento nacionais, mas bens de consumo não-essenciais, artigos de que tínhamos produção paralela em qualidade e preços. As disponibilidades assim economizadas poderão ser empregadas no pagamento de produtos de importação forçada, ou cuja utilização implique em multiplicação da riqueza nacional.

O grupo constituído por máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios, continua preponderando sôbre a importação nacional, embora acuse redução de 24.950 toneladas, no valor de...... Cr\$ 537.930.000,00, em relação ao ano anterior, o que se explica pela restrição imposta à compra de determinados produtos que nêle se incluem e são considerados não-essenciais.

Cabe agora uma referência especial à importação do trigo — em grão e em farinha — que absorveu Cr\$ 2.492.178.000,00 o que corresponde a 12% do valor total despendido nas compras ao exterior. A simples enumeração dessa cifra justifica os esforços que vem empregando o Govêrno no propósito de emancipar o país de tão onerosa importação. Em outro passo desta Mensagem jà se examinaram os aspectos mais relevantes do problema da produção do trigo nacional; cumpre, todavia, que se frisem aspectos outros que também êle apresenta, a saber: a economia de divisas que faculta a produção no país e a possibilidade paralela de aparelhar a indústria nacional de bens de produção.

As quantias empregadas na aquisição de trigo ainda concorrem, invariàvelmente, para o desequilibrio da balança de pagamento do país e, se outro motivo não houvesse para o Govêrno perseverar na sua política de aumento à produção tritícola, resÎmportação

taurar o equilíbrio da balança de pagamentos já seria justificativa suficiente.

Outro grupo de produtos cuja importação representa pesado ônus para a Nação é o que diz respeito aos combustíveis líquidos. Devo salientar que a atenção do govêrno se tem voltado para a produção nacional dêsses combustíveis, pretendendo-se, quando não resolver — por se tratar de assunto que demanda, para completa solução, prazo bem mais dilatado que o de um período presidencial, — pelo menos encaminhar o problema para solução que consulte os elevados interêsses nacionais.

As correntes da importação nacional orientam-se, ainda mais que as da exportação, para o continente americano. Dêste recebemos 85% da tonelagem total comprada, correspondendo a 71% do valor despendido. Aos Estados Unidos da América couberam 33% do volume e mais da metade do valor. A contribuição da Europa correspondeu a 14% do volume e 27% do valor.

O total da importação somou 6.799.421 toneladas, no valor de Cr\$ 20.984.880.000,00.

BALANÇA COMERCIAL O comércio exterior acusou no ano transato o superavit de CrS 711.994.000.00.

Ao encerrar-se o primeiro semestre, acusava a balança mercantil um deficit de Cr\$ 2.320.761.000,00. Em poucos meses de disciplinação do comércio exterior, a situação fôra invertida. O país atravessou graves dificuldades, mas podemos agora afirmar que venceu galhardamente uma etapa bem árdua. A medida que cessava o deficit no valor, transformando-se em superavit, reduzia-se considerávelmente o desequilíbrio quantitativo; para êsse resultado contribuíram, simultâneamente, as duas correntes do intercâmbio. Comparativamente ao ano anterior, a importação caíu 5% e a exportação se elevou 23% em tonelagem; em valor, a primeira diminuiu 8% e a segunda aumentou 2%.

Convém não esquecer que, no exame da balança comercial, importa considerar: a parcela representativa do saldo ativo ou passivo do comércio bilateral, que se processa em moedas não livremente transferíveis; a parcela da importação financiada mediante operações de crédito, de modo a aliviar imediatos compromissos resultantes das compras do país no estrangeiro; e finalmente, a parcela da importação em moeda livre.

Melhoraram as nossas possibilidades de pagamento em moedas de livre curso internacional, embora ainda seja sensivelmente deficitária a balança de comércio com os Estados Unidos da América. No ano passado, a importação de procedência norte-americana atingiu Cr\$ 10.875.787.000,00, não chegando a exportação para aquêle mercado a Cr\$ 9.386.800.000,00, o que gera na balança comercial com os mesmos Estados Unidos o deficit de Cr\$ 1.488.987.000,00.

É no comércio com a Europa que a balança mercantil se mostra acentuadamente favorável, conforme ressalta dos dados seguintes: exportação, Cr\$ 7.408.334.000,00; importação,...... Cr\$ 5.584.931.000,00; superavit Cr\$ 1.283.403.000,00.

Examinando-se as condições gerais do intercâmbio por continentes, verifica-se que só é deficitário nas trocas com a América do Norte, o que assinala ponto decisivo a retificar no comércio do Brasil com o exterior.

O Brasil sempre foi um país deficitário na balança de pagamentos. Os créditos resultantes da exportação nunca bastaram para atender aos débitos relativos à importação e à transferência de capitais estrangeiros, aqui empregados, e respectivos juros.

BALANÇA DE PAGAMENTOS

Os saldos que conseguimos acumular no exterior durante o período da guerra provieram do excesso de uma exportação, que sobrepujou de muito os limites normais anteriores, sôbre uma importação de valor pràticamente nulo.

Finda a guerra, restabelecida a atividade industrial em alguns países, a necessidade em que nos encontrávamos de bens de tôda espécie, excedendo qualquer previsão, teria consumido totalmente aquêles recursos, se não tivéssemos abandonado, em junho de 1947, a política de liberdade cambial, até então observada.

Acentuaram-se em 1948 as dificuldades resultantes da carência mundial de dólares e da supressão do sistema multilateral de pagamentos.

Até então vivêramos de presunções, sem conhecer realmente a nossa verdadeira situação relativamente aos débitos e aos créditos com o exterior.

Pela primeira vez, no ano passado, conseguiu-se levantar a balança de pagamentos, que acusou para 1947 o deficit de Cr\$ . . 3.356.000.000,00.

A despeito dêsse deficit, o Brasil iniciou o exercício de 1948 com disponibilidades em ouro e divisas no montante de 13.507 mi-

lhões de cruzeiros, sendo 6.555 milhões em ouro e 13.507 milhões em divisas.

Das reservas-ouro, apenas 72.552 quilos estavam caucionados ao Federal Reserve Bank, em garantia de adiantamentos feitos ao Banco do Brasil, no valor de 80 milhões de dólares.

Tais recursos, mesmo com o deficit verificado na balança de pagamentos de 1947, permitiriam uma situação cambial relativamente folgada, se contingências de ordem internacional não nos privassem do direito de utilizar os saldos em libras, francos e outras moedas, no valor aproximado de 5.750 milhões de cruzeiros, na cobertura do deficit de nossa balança de contas com os Estados Unidos da América e outros países de moeda forte. Imobilizados tais créditos, sem remuneração e sem vencimento certo, passaram a constituir verdadeiros empréstimos forçados, auxílios que o Brasil presta ao exterior, com grande sacrifício, porque a nossa débil economia não permite desempenhar o papel de país financeiramente credor.

As dificuldades cambiais que nos afligiram durante o ano de 1948 e ainda persistem, — escapam, portanto, ao nosso arbítrio porque provêm de causas externas, que nos impedem de usar créditos acumulados no exterior, forçando-nos a vender, a prazo, grande parte do excedente exportável de nossa produção e a pagar à vista a maior parte das compras essenciais na área do dólar. Tal situação decorre do excessivo acúmulo da capacidade produtiva, mercadorias disponíveis e dinheiro em um só país, coincidindo essa concentração de riquezas com a destruição ou desorganização da capacidade produtiva de outros países.

Para atenuar os reflexos da desorganização econômica mundial, impedir o esgotamento das reservas em ouro e em dólares e atender a outros imperativos nacionais, fomos compelidos a instituir o regime de licença prévia, que, conjugado com as restrições cambiais anteriormente estabelecidas, permitiu conservar as divisas disponíveis para atender preferentemente ao pagamento de importações essenciais e de interêsse nacional, aos serviços comerciais  $\epsilon$  nos encargos de investimentos estrangeiros.

Graças a tal recurso, foi possível manter em dia o serviço da Dívida Externa, satisfazer com pontualidade obrigações contratuais assumidas com garantia do Govêrno e do Banco do Brasil, no valor aproximado de 16.7 milhões de dólares, liquidar no vencimento a primeira prestação, de US\$ 20.000.000, do Empréstimo

de Estabilização obtido nos Estados Unidos, atender às compras essenciais, e, na medida do possível, à remessa de rendas de inversões estrangeiras, e aos serviços de fretes e seguros. Nossas possibilidades cambiais dependem substancialmente das vendas para a área do dólar e do poder aquisitivo de nossas exportações. Enquanto tais possibilidades não se elevarem, não há como fugir a medidas discriminatórias, tendentes a reduzir importações oriundas de países de moeda escassa.

A fim de remover entraves resultantes da escassez de meios de pagamento internacionais, foram prorrogados durante o exercicio alguns acôrdos de pagamento e firmados outros, que vão preenchendo satisfatòriamente as finalidades visadas. Em março dilatamos os acôrdos com a França que datavam de 1946. Na vigência dêles, parte de nossos saldos naquele país seria transferida para uma conta especial denominada "Fundo de Liquidação", até o limite máximo correspondente a 19.320.000 dólares norteamericanos e destinada ao resgate da dívida externa em francos. Tenho a satisfação de comunicar-vos que o "Fundo de Liquidação" foi totalmente integralizado e está sendo utilizado no resgate da dívida.

Ocorrendo a 8 de março de 1948 o vencimento desses acôrdos, foram prorrogados até 8 de março de 1950, com algumas alterações que beneficiam particularmente ao Brasil. Assim, os saldos existentes na data da prorrogação poderão ser aplicados no pagamento de quaisquer encomendas, anteriores ou posteriores aquela data. A partir de agôsto do ano de 1948, todos os saldos brasileiros na França que ultrapassem o equivalente a 15.000.000 de dólares norte-americanos serão convertidos e liquidados em dólares. Findo o prazo do acôrdo, a conversão e liquidação do saldo total existente será feita também em dólares.

Em maio assinamos o acôrdo com a Grã-Bretanha, o qual representa um passo decisivo para solução do problema dos esterlinos "congelados" e utilização dos saldos provenientes de novas transações. Os "congelados" que somavam 61,5 milhões de libras em 1946, estavam reduzidos, à época do acôrdo, a 50 milhões.

Em harmonia com os têrmos do novo acôrdo, parte substancial dêsses saldos em libras, foi reservada para o pagamento da encampação da S. Paulo Railway Company Ltd. e para o repatriamento de títulos da dívida externa brasileira; parte foi liberada para livre uso na área da libra.

A importância restante, a juizo do Govêrno brasileiro, poderá ser empregada na encampação de outras estradas de ferro britânicas ou emprêsas de utilidade pública, das que operam no Brasil.

Em outubro assinamos o acôrdo de pagamentos com a Argentina, que se propõe regular e intensificar o intercâmbio entre os dois países. Infelizmente os entendimentos havidos não lograram êxito no sentido de liberar os elevados saldos que possuímos naquele país. Cumpre, no entanto, assinalar que, ao contrário da situação anterior, passarão a render juros os saldos que se vierem a formar depois da vigência do novo acôrdo, e que ultrapassarem a quantia de Cr\$ 280.000.000,00. No vencimento do primeiro triênio da vigência do Convênio, o país devedor — salvo comunicação em contrário do país credor — deverá pagar-lhe o excedente da quantia de CrS 650.000.000,00 que, eventualmente, apresente o saldo total líquido, em dólares ouro ou qualquer outra moeda de curso internacional, a critério do país credor. E, caso seja o Convênio denunciado, o país devedor deverá liquidar o saldo total existente em moeda livre ou ouro, dentro do prazo de 18 meses.

Considerando que do intercâmbio entre os dois países tem resultado, nos últimos anos, para o Brasil, a posição de credor da República Argentina em elevadas quantias, o Convênio assinado nos coloca durante a sua vigência em situação de receber parcialmente êsses saldos em moeda livre, e, se fôr denunciado por qualquer das partes contratantes, garante-nos a devolução total dos saldos então existentes.

Estabelece ainda o cruzeiro como moeda na qual serão efetuados os pagamentos entre as duas nações, abandonando o uso tradicional do dólar em tais ajustes. Essa cláusula vem demonstrar o prestígio que a moeda nacional conquistou no exterior. Paralelamente foram concertadas medidas que visam assegurar o equilíbrio da balança de contas.

De conformidade com obrigações assumidas na Convenção de Bretton Woods, o Govêrno brasileiro declarou, em 15 de julho, ac Fundo Monetário Internacional, a paridade inicial do cruzeiro, mantida na cotação dos últimos anos (Cr\$ 18,50 por dólar, ou seja Cr\$ 20,817.6 por grama de ouro fino).

Na fixação dêsse valor, atendendo a peculiaridades da crise atual, preferiu o Govêrno manter a cotação vigente, evitando valorizações ou desvalorizações. A baixa da cotação externa do



cruzeiro, preconizada por muitos, determinaría, sem dúvida, alta de preços internos e aumento do custo da produção; mas aínda que dispuséssemos de meios para aumentar desde logo a produção de mercadorias exportáveis, talvez não adviessem daí os benefícios esperados, pois seria muito provável que as exportações se dirigissem com maior presteza para as zonas de moeda fraca, aumentando os saldos indisponíveis e bloqueados.

As restrições cambiais e a utilização racional das divisas disponíveis afiguram-se o único recurso hábil para transpor, sem grandes abalos, a difícil situação que se delineia no cenário internacional, enquanto as grandes potências põem em execução planos reconstrutivos e de reabilitação, com o fim de restabelecer o equilíbrio monetário mundial, procurando restaurar, por essa forma, a liberdade de câmbio e de comércio.

Declarada a paridade do cruzeiro, entregou o Brasil ao Fundo Monetário Internacional, em setembro de 1948, 33.312 kg de ouro, no valor de 37,5 milhões de dólares, correspondente a 25 % da cota subscrita, devendo o restante da cota, equivalente a 112,5 milhões de dólares, ser integralizado mediante depósito, à disposição do Fundo, na Superintendência da Moeda e do Crédito, em cruzeiros ou em títulos sem juros, exigíveis à vista e não negociáveis.

Esses atos praticados pelo Govêrno contribuíram para firmar o prestígio internacional do cruzeiro e para aumentar as nossas disponibilidades, uma vez que ficamos habilitados a obter do Fundo divisas de outros países contra entrega de nossa moeda.

O valor da moeda em circulação, que, em janeiro de 1948, era de Cr\$ 20.392.367.000,00, foi-se reduzindo paulatinamente nos meses seguintes, e, em outubro, expressava-se pelo montante de Cr\$ 20.353.641.000,00; em novembro, êsse valor ascendeu a Cr\$ 20.599.102.000,00 e, em dezembro, a Cr\$ 21.693.252.000,00.

MOEDA

MEIO CIRCULANTE

O total dos meios de pagamento, que, em janeiro de 1948 apresentava o valor de Cr\$ 50.659.403.000,00, atingiu, em dezembro, Cr\$ 53.916.549.000,00.

MEIOS DE PAGAMENTO

É oportuno aqui referir que frequentemente os comentadores da política econômico-financeira do Govêrno afirmam estar o Banco do Brasil praticando deflação. Entretanto, os números que se seguem provam não ter havido deflação monetária nem deflação de crédito (em milhares de cruzeiros):

	Meio	Moeda	Meios de
Anos	circulante	escritural	pagamento
	·	•	(Total)
1945	17.535	23.955	41.490
1946	20.494	26.163	46.657
1947	20.399	29,739	50.138
1948	21.693	32.223	53.916

EMISSÕES
PAKA MOBILIZAÇÃO DA
PRODUÇÃO

Dezembro é mês em que, normalmente, costuma ocorrer, em todos os países, aumento sazonal da circulação monetária; como habitualmente acontece, acentuaram-se, então, as necessidades legítimas da produção brasileira.

Por essa razão, foram emitidos, no período de 22 a 30 de novembro, Cr\$ 250.000.000,00, e, no de 6 a 24 de dezembro, Cr\$ 1.100.000.000,00.

Essas emissões, realizadas pela Carteira de Redescontos, deram maior elasticidade à circulação monetária reclamada pela mobilização da volumosa produção já feita, como foi anteriormente observado; possuem lastro de efeitos comerciais a prazo curto, e serão resgatadas, depois de terem atendido às necessidades legítimas da economia, de acôrdo com os dispositivos legais em vigor.

Não podem essas emissões ser interpretadas como alteração do rumo da política econômico-financeira vigente. A política anti-inflacionista do Govêrno não mudou, nem foi interrompida, — mais uma vez o repito.

Nos países onde existe Banco Central, confere-se elasticidade à moeda, aumentando a circulação monetária, para assim atender à mobilização das safras. Depois de mobilizadas essas, retorna o numerário aos bancos e, então, o Banco Central resgata o excesso emitido, reduzindo assim a circulação monetária ao nível primitivo. Mas, o Banco Central não emite papel-moeda sem dispor de lastro de efeitos comerciais que representem transação legítima, a curto prazo.

Tais efeitos, representando, por sua vez, produção efetiva, liquidam-se automàticamente, por ocasião do respectivo resgate pelos devedores. Ao receber o numerário, em pagamento do resgate do título, o Banco Central efetua-lhe o recolhimento, isto é, retira-o da circulação. Destarte, através do mecanismo do Banco Central, as necessidades da produção são atendidas, sem o perigo de qualquer inflação.

Sem a elasticidade da circulação monetária, não poderá haver ritmo regular de produção e será sempre defeituoso qualquer sistema de crédito.

Em nosso país, as dificuldades para a produção sempre provieram da ausência de mecanismo regulador da circulação monetária ou da imperfeição com que tem funcionado a Carteira de Redescontos, cuja finalidade tem sido deturpada, dando motivo abusos contra a nossa economia.

Agora, entretanto, com a atuação da Superintendência da Moeda e do Crédito, que possui atribuições de Banco Central e lhe está preparando caminho, — muitos benefícios poderá colhêr a economia do país, desde que se impeçam os inconvenientes que no passado ocasionou a distorção do funcionamento da Carteira de Redescontos.

A Superintendência da Moeda e do Crédito, pelas atribuições que possui, está habilitada, através da Carteira de Redescontos, a regular a circulação monetária, ampliando-a ou reduzindo-a, de acôrdo com as necessidades econômicas da Nação.

Na verdade, nem sempre produz inflação a maior elasticidade da circulação monetária. Desde que o maior volume de papelmoeda esteja lastreado por efeitos comerciais a prazo curto e representativos de produção efetiva, isto é, — já acabada e em condições de ser consumida, — não haverá inflação. Esta só existirá se o papel-moeda emitido não tiver a contrapartida da produção.

Como vimos de assinalar, as emissões de papel-moeda que o Govêrno anterior repetidamente lançou acabaram por gerar a inflação de crédito bancário. Com efeito, pequenos bancos e casas bancárias surgiram em profusão, acobertados pelas facilidades de uma legislação bancária esparsa e inadequada. Era o caminho aberto à especulação, que neste, como em outros setores da vida econômica, sempre acompanha e caracteriza as épocas de inflação.

A especulação chegou a criar um mercado de procura para tais depósitos, mediante comissões, do que resultou serem utilizados, na Capital da República, e quase exclusivamente para a especulação imobiliária, mais de 1 bilhão e 500 milhões de cruzeiros — total a que ascenderam tais depósitos.

BANCOS

Era mercado excepcionalmente lucrativo, que se desenvolvia rápido e ocasionava a alta de preços dos imóveis, dificultando a vida de todos em benefício de alguns. Mas não representava êste o malefício mais grave : essa especulação motivou, ainda, o sacrifício da produção, pelo desvio de braços do interior para as obras vultosas que foram promovidas nos grandes centros, principalmente no Rio, São Paulo e outras capitais.

Chegáramos, pois, a um ponto crítico, que afetava a própria estrutura econômico-financeira do país.

Quando assumi o Govêrno sabia ser inoportuna e prejudicial uma drástica deflação de créditos; daí por que fiz ponto vital de nossa política bancária a subordinação do sistema de crédito a contrôles técnicos, que permitissem sustar as especulações. Não visávamos com esta orientação reduzir o volume total dos empréstimos, mas conservá-lo no mesmo nível. Sustada a inflação, no entanto, pelo cerceamento do crédito pessoal, que havia chegado a proporções demasiadas, tais empréstimos passaram a beneficiar automàticamente os vários setores de produção nacional.

SITUAÇÃO BANCÁRIA Em harmonia com esta política de rigoroso contrôle seletivo, o movimento de empréstimos bancários vem guardando, no triênio findo, sensível rítmo de regularidade. Suas mínimas variações, de mês para mês, em relação ao total dos depósitos, e ainda o valor de encaixes em relação aos mesmos depósitos, bem como a ausência de elementos perturbadores no largo periodo de três anos, são indícios convincentes de equilíbrio e estabilidade no mercado monetário.

O movimento bancário se tem assinalado pelo crescimento paulatino dos depósitos, que se elevaram de 48 bilhões e 768 milhões de cruzeiros, em 31 de dezembro de 1946, para 51 bilhões e 809 milhões de cruzeiros, na mesma data do ano seguinte, sendo que, em 31 de dezembro de 1948, o saldo referido já ultrapassava 57 bilhões e 217 milhões de cruzeiros. No entanto, êste crescendo tão significativo já não se deve mais à especulação, porém a circunstâncias propícias, entre elas, sem dúvida, o restabelecimento da confiança na política financeira do Govêrno.

Em verdade, de 1946 a esta parte, enquanto o meio circulante comportou apenas pequena flutuação de 20 bilhões e 494 milhões para 20 bilhões e 378 milhões de cruzeiros, aquela expressiva elevação dos depósitos bancários veio fortalecer o potencial mone-

tário de maneira acentuada, agindo muitas vêzes como elemento saneador. E' certo que o movimento geral dos empréstimos se elevou na proporção dos depósitos, passando de 46 bilhões e 539 milhões, em 31 de dezembro de 1947, a 51 bilhões e 309 milhões de cruzeiros em 31 de dezembro de 1948; mas graças ao contrôle seletivo das operações, por parte dos estabelecimentos bancários, foram êles empregados, na sua quase totalidade, em investimentos produtivos de larga importância para a recuperação econômica do país.

Ponderados todos êstes pontos, evidencia-se que a situação bancária vem melhorando visivelmente, sendo que as dificuldades que se apresentaram nestes três últimos anos foram fàcilmente dominadas pela ação dos organismos estatais que preparam o advento do Banco Central: a Superintendência da Moeda e do Crédito, a Carteira de Redescontos e a Caixa de Mobilização Bancária.

Vale mesmo salientar que, durante o ano de 1948, teve a Superintendência da Moeda e do Crédito de intervir em vários estabelecimentos, para resguardo da tranquilidade pública; no entanto, as ocorrências mencionadas não tiveram a menor repercussão, tão conhecida já se tornara a precária situação das instituições afetadas.

As aplicações da Carteira de Redescontos, em 1948, apresentaram aumento de Cr\$ 1.004.736.378,70, em confronto com as de 1947; e as da Caixa de Mobilização Bancária, um crescimento de Cr\$ 705.320.627,70 — incluindo-se nas mencionadas importâncias juros contados, no valor de Cr\$ 233.181.113,10, circunstância que vem comprovar quão remota é ainda a fase de perfeita recuperação e reerguimento de grande número de estabelecimentos bancários envolvidos pela crise.

É-me grato, entretanto, ressaltar que tal situação não alcançou o comércio bancário em geral, ficando circunscrita a âmbito de bem menores proporções, pois muitos estabelecimentos inscritos conseguiram liquidez sem recorrer à Carteira e outros não tiveram necessidade de se beneficiar integralmente do respectivo limite de crédito disponível.

E' oportunc assinalar que as operações realizadas pela Carteira de Redescontos foram sempre amparadas pela rigorosa seleção dos títulos apresentados a redesconto, bem como os empréstimos da Caixa se revestiram, invariàvelmente, de indispensáveis condições de segurança.

As operações da Carteira de Redescontos elevaram-se em 1948 a Cr\$ 2.477.381.763,50, total que está assim distribuído:

Títulos redescontados:	CrS
— No Distrito Federal  — Nos Estados	1.935.298.488,40 542.083.275,10
	2.477.381.763,50

Apresenta, aquêle órgão, portanto, condições de perfeito equilibrio, o que é secundado pela sua progressiva rêde de influência.

O número de estabelecimentos inscritos, no ano transato, subiu a 272, sendo 191 bancos, 55 casas bancárias e 26 cooperativas.

Não menos importante e indispensável vem sendo a função da Caixa de Mobilização Bancária no auxílio ao comércio creditício, principalmente nos momentos de crise. Como sabeis, enquanto a Carteira de Redescontos atende aos bancos em suas necessidades comuns, negociando títulos a prazo curto, a Caixa é chamada a intervir quando, em virtude de anormais retiradas de depósitos e consequente desnível de encaixe, se expõem os estabelecimentos de crédito ao perigo da desconfiança do público.

Aceitando em garantia imóveis, títulos comerciais e públicos e, quando necessário, reforçando tais garantias com o aval dos respectivos diretores, mobiliza a Caixa inversões a longo prazo, restabelecendo os níveis normais de encaixe.

O confronto do total das operações de 31 de dezembro de 1947 a 31 de dezembro de 1948, apresenta o seguinte resultado:

## Em 31-12-1947:

- Empréstimos conce-	Cr\$	Cr\$
didos  — Garantias	1.472.197.095,50	2.584.476.991,60
Em 31-12-1948:		
- Empréstimos concedidos	2.177.517.723,20	
- Garantias		3.834.381.016,60
Aumentos	705.320.627,70	1.249.904.025,00

Como podeis perceber, houve um significativo aumento de operações que, visando principalmente ao descongelamento dos ativos bancários, foram realizadas com o objetivo de facultar aos bancos atingidos por imobilizações, suficientes recursos para aplicações úteis à economia nacional.

As cifras referidas crescerão de interêsse, se vos lembrardes, que, em dezembro de 1945, os empréstimos concedidos pela Caixa de Mobilização atingiam apenas o valor de 164 milhões de cruzeiros.

O quadro seguinte salienta a ação construtiva de amparo governamental ao nosso sistema bancário, através dêsse importante Instituto:

# CAIXA DE MOBILIZAÇÃO BANCÁRIA

## Empréstimos a Bancos

	Er	a milhões de CrS
31-12-1945		164.000
31-12-1946	* * * * * * * * * * * * * * * * * * * *	550.000
31-12-1947		1.472.000
31-12-1948	* * * * * * * * * * * * * * * * * * * *	2.177.000

A liquidez das operações do referido órgão — o que vale dizer, a liquidez de nosso sistema bancário — é fàcilmente perceptível. bastando para tanto ajuntar que, além das garantias já referidas, possui a Caixa os seguintes recursos para fazer face a prejuízos eventuais:

	CrS
Fundo de Reserva	162.565.413,30
Juros já adicionados às promissórias de mútuo, referentes ao semestre futuro	56.789.910,60
•	219.355.323,90

Quando da convocação de vossa sessão extraordinária, salientei que na agenda de vossos trabalhos, entre outros assuntos, cumpria figurasse a reforma bancária. Era imperativo de urgência, pois que, submetido o anteprojeto ao Congresso Nacional a 21 de junho de 1947, ainda não foi o assunto examinado, com graves prejuízos para a Nacão.

REFORMA BANCÁRIA O projeto de reforma que vos enderecei é um trabalho realizado com a colaboração dos mais preeminentes banqueiros do país, cujas sugestões foram devidamente apreciadas. Teve, além disso, ampla divulgação pela imprensa, a fim de ser livremente discutido pelos interessados e estudiosos da matéria.

Não cabe mais qualquer restrição à iniciativa, já quanto à sua oportunidade e estruturação de bancos auxiliares, já muito especialmente quanto à criação do Banco Central. As impugnações a respeito, até agora levantadas, foram devidamente respondidas.

Já vos salientei, em 1948, que a evolução econômica, no último século, trouxe uma transformação substancial à organização dos bancos, por isto que o Estado, a pouco e pouco, se tornou o maior interessado nessa modalidade de emprêsa. Daí, não pode o Govêrno da União continuar neutro ou mero espectador em questões bancárias. Sua participação é um imperativo que decorre do próprio desdobramento das funções estatais.

A reforma bancária, repiso, é uma exigência inadiável. Seu objetivo, como já tereis julgado, é realmente facilitar o crédito a tôdas as atividades econômicas, por intermédio de vários bancos especializados, cabendo ao Banco Central o poder de refrear êsse mesmo crédito, para impedir qualquer possibilidade de surtos inflacionistas. A criação do Banco Central, dêsse modo, virá concorrer, de maneira decisiva, para o saneamento do meio circulante e sua conseqüente valorização. Ademais, dispondo do privilégio exclusivo da emissão de moeda-papel, de curso legal e forçado, o Banco Central dosará essas emissões dentro das necessidades do financiamento da produção, evitando as crises comuns à procura sazonal de meio circulante.

Basta, aliás, refletir sôbre as causas básicas da inflação do meio circulante — deficits orçamentários e financiamento da exportação — para verificardes a relevância da atuação de um instituto central de crédito.

Com efeito, pelo que estatuímos no anteprojeto, uma das funções do Banco Central será justamente auxiliar a manutenção e segurança de equilíbrio orçamentário, ação de todo oposta ao aumento de deficits ou desequilíbrio orçamentários.

Relativamente à segunda causa — financiamento da exportação — é também ao Banco Central que incumbirá adotar medidas capazes de minorar os efeitos de desequilíbrio entre a exportação e a importação, ampliando ou restringindo créditos, de acôrdo com as necessidades econômicas, e, portanto, disciplinando a exportação e seu financiamento.

Completada a atuação do Banco Central por um sistema de bancos especializados, — como o que foi proposto, — teríamos preenchido grave lacuna, não apenas para resolução do problema de crédito entre nós, mas também para o desenvolvimento de tôdas as atividades econômicas do país.

A reforma do nosso sistema bancário é aspiração que de longa data se vem impondo a todos os espíritos preocupados com a freqüência das crises monetárias e a desorganização do crédito. O Congresso Nacional terá realizado obra meritória, se legislar a respeito, dentro de breve prazo, facilitando-nos a regulação da moeda e crédito, a disciplina das aplicações do capital, e, conseqüentemente, a formação de reservas-ouro, para retificação da balança de pagamentos.

Só dêsse modo poderemos orientar unificadamente as políticas monetária, bancária e cambial, — pedras angulares da política econômico-financeira do Govêrno. E só então poderá o Executivo cumprir com eficiência os dispositivos dos arts. 149 e 150 da Constituição que promulgastes.

São bastante auspiciosos certos resultados da política financeira do Govêrno no que tange à dívida pública. Não me parece supérfluo encarecer-vos as dificuldades que tivemos de vencer neste grave setor das finanças do país. A necessidade imperiosa de fomento à produção, ligada aos sucessivos deficits orçamentários, sempre induziu os governos anteriores a apelar com insistência para o crédito. Daí o vulto crescente de nossa dívida pública, a onerar permanentemente as finanças do país com pesadíssimo serviço de juros. Foi um dos pontos capitais de minha política financeira proceder à liquidação gradativa de débitos no exterior, o que vimos realizando à medida de nossas possibilidades, no triênio que se encerrou, já que, ao mesmo tempo, somos obrigados a arrostar o pêso das obrigações que nos advieram da participação do país na segunda guerra mundial dêste século.

DIVIDA PUBLICA

No comêço do ano de 1948, a dívida interna fundada atingia Cr\$ 10.063.227.542,40. Em 31 de dezembro do mesmo ano,

dívida Interna os saldos em circulação montavam a CrS 10.411.078.479,90. Houve, por conseguinte, o aumento de CrS 347.859.937,50, correspondente às seguintes operações efetuadas no decurso do referido ano:

Emissão	Cr\$	349.087.037,50
Resgate e anulação de emissão	Cr\$	1.236,100,00
Anmento em 1948	CrS	347,850,937,50

Para o total em circulação de Cr\$ 10.411.078.479,90, os títulos emítidos concorreram, de acôrdo com a sua natureza, com a seguinte percentagem:

Apólices	47%
Obrigações	53%
	<del></del>
	100%

Dêsse modo, a situação da dívida interna, no biênio 1947--1948, se expressa nos seguintes algarismos:

	1947	1948		Para + ou em 1948
Apólices	4.666.633.900,00	4.901.451.900,00	+	234.818.000,00
Obrigações	5.396.593.642,40	5.509.626.579,90	+	113.032.937,50
Tatel	10.063.227.542,40	10 411 978 479 90		347 850 037 50

Vale ressalvar, porém, que a atual política do Govêrno não é responsável pelas altas cifras dêstes totais, que decorrem dos compromissos bélicos assumidos pelo Brasil. Representam os bônus, que são a parte mais vultosa das obrigações: 81,1%, quase a metade de tôda a dívida interna consolidada, isto é, 43,2%. Cumpre mesmo destacar que, no tocante à dívida interna flutuante, a circulação das letras do Tesouro diminuiu sensívelmente, apresentando no fim de 1947 e 1948 o seguinte saldo:

			Dilerença para — em
	1947	1948	1948
Letras do Tesouro	1.308.627.279,50	1.253.178.000,00	 55.449.279,50

Concorre com a maior parcela, no cômputo destas letras, a emissão efetuada em virtude do disposto no Decreto-lei número.

9.524, de 26 de junho de 1946, nos térmos do qual 20% do produto da venda de letras de exportação são aplicados na aquisição dêsses títulos do Tesouro.

Já vos tenho por várias vêzes afirmado o pensamento do Govêrno em não insistir na tradicional política financeira de empréstimos improdutivos, apenas para satisfazer compromissos do Tesouro. Erros acumulados neste sentido legaram às finanças do país, desde o alvorecer do Império, uma sobrecarga poderosa, em que empréstimos de grande monta, lançados nas praças mundiais, sob condições altamente desfavoráveis, eram agravados por funding-loans desastrosos, de cujos efeitos até hoje se ressente a economia nacional.

DÍVIDA EXTERNA

Pelo regime de poupança forçada a que as injunções do último conflito nos levaram; pelo crescimento regular e seguro da renda nacional, que vai diluindo os efeitos dos débitos públicos; e pela evolução de nosso mercado de títulos que, embora ainda não conte com a ação retificadora de um banco central, já hoje recebe os beneficios dos órgãos do Govêrno que lhe orientam a atuação — só agora vem deixando a dívida pública externa de ser um sorvedouro das energias do país.

A mensagem transata ensejou-me o prazer de afirmar-vos que, no tocante aos nossos compromissos externos consolidados acusávamos uma diminuição de CrS 27.630.000,00, — que representava o primeiro efeito palpável das medidas saneadoras do Govêrno.

No período que ora se encerrou, resultados mais promissores podem ser observados. Assim é que, a 31 de dezembro de 1948, os saldos em circulação dos empréstimos externos brasileiros consolidados eram os seguintes:

Federals - Plano A e B

Esteduais e Municipais - Plano A e B

A responsabilidade da União, proveniente dos saldos em circulação dos empréstimos federais e dos títulos estaduais e municipais, incluídos no Plano B, assim se expressa:

#### Em dólares:

Federais Estaduais e Municipais.	US\$ 99.955.065 US\$ 31,424.150	US\$ 131.379.215
Em libras:		
Federais	€ 71:304.505	
Estaduais e Municipais.	£ 10.362.269	£ 81.666.774

Feita a conversão ao par, o passivo da União, decorrente da dívida externa fundada, alcança Cr\$ 966.474.743,10. Tendo-se em vista que, em 31 de dezembro de 1947, o passivo dessa natureza era de Cr\$ 995.122.500,90, verifica-se a diminuição de Cr\$ .... 28.647.757,80, correspondente ao resgate efetuado em 1948, a saber:

#### Em dólares:

Federais Estaduais e Municipais.			US\$	7.060.710	Cr\$	12.927.757,60
Em libras:						
Federais	£	1.355.528				
Estaduais e Municipais.	£	412.972	£	1.768.500	Cr\$	15.720.000,20
Total					Cr\$	28.647.757,80

No tocante aos nossos compromissos em francos-ouro, tenho a satisfação de anunciar-vos que estão êles em fase final de liquidação; nos têrmos do acôrdo de Resgate, firmado com o Govêrno francês e portadores de títulos lançados em francos, o Govêrno brasileiro já constituiu, integralmente, o Fundo de Liquidação, no montante de US\$ 19.320.000, destinado à amertização total da dívida.

Acresce ainda que, relativamente aos empréstimos externos classificados no Grau VIII pelo Decreto n.º 23.829, de 5 de feve-

reiro de 1934, os quais o Govêrno Federal se comprometeu a resgatar à vista, em virtude do art. 2.º do Decreto-lei n.º 6.019, de 23 de novembro de 1943, — já foram amortizados 72 % e 86 % dos títulos em circulação, em libras e dólares, respectivamente. Os saldos atuais dêsses empréstimos são de US\$ 277.000 e US\$ 2.395.621, já dispondo o Govêrno das provisões necessárias à liquidação total dessa parcela da dívida consolidada externa.

Apraz-me também dar-vos centa de que acaba o Govêrno de liquidar com grande habilidade o Coffee Realization Loan, empréstimo de £ 20.000.000, contratado em 1930 pelo Estado de São Paulo, para atenuar a crise em que se debatia a economia cafeeira do Estado. Desde 1931, o serviço da dívida passou para a órbita federal, até que, em 1946, para concluir a extinção do Departamento Nacional do Café, se promoveu o resgate do saldo em liquidação.

Aos banqueiros, agentes fiscais do empréstimo, em Londres e em New York, já foram entregues os valores dos títulos a serem resgatados, promovendo-se a chamada dos respectivos portadores.

Cessaram tôdas as obrigações do contrato inicial, sendo o estoque de cafés, que representava a garantia contratual, liberado pelos banqueiros. Para pagamento do Coffee Realization Loan, utilizou o Govêrno os cafés em seu poder, vendendo-os nos mercados exportadores nacionais, de conformidade com o Decreto-lei n.º 9.410, de junho de 1946.

Os títulos do empréstimo, que se distribuíram pelos planos A e B do esquema estabelecido pelo Decreto-lei n.º 6.019, que regulou o resgate da dívida externa nacional, venceriam, os primeiros, no ano de 1978 e os últimos, no ano de 1957. Desta forma, resgatou-se, por antecipação, uma dívida que vinha onerando a economia cafeeira há 18 anos, utilizando-se para a liquidação a sua própria garantia.

Como podeis aquilatar, caminha o Govêrno segura, embora pausadamente, para a solvência de todos os seus compromissos no estrangeiro, fenômeno que, aliado às nossas disponibilidades em ouro e divisas, vem concorrendo eficazmente para afirmação do prestígio exterior de nossa moeda, que começa mesmo a ser aceita como instrumento de troca em convênios internacionais.

RENDAS TRIBUTA-RIAS Desde a minha investidura no Poder Executivo, tenho procurado reestruturar o sistema fiscal do país em moldes condizentes com os dispositivos constitucionais de 1946, que fixaram as diretrizes da nossa política tributária. O critério seguido procura ser realista e conciliador, ao mesmo tempo, não transformando ex abrupto a legislação específica, mas não deixando de introduzir, sempre que oportuno, modificações aconselhadas pela prática.

Vem assim o Govêrno reforçando paulatinamente sua receita, não apenas através de reformas tributárias parcíais e gradativas, senão também pela constante melhoria do aparelho arrecadador.

Como sabeis, não se improvisa uma política tributária: trata-se de processo permanente, arrimado a laboriosas pesquisas, a fim de que as providências a adotar acompanhem a evolução da conjuntura econômica.

Nos países de organização federativa, além do mais, a interdependência e a complexidade dos fenômenos financeiros tornam indispensável estreita articulação das atividades fiscais dos diversos níveis de govêrno. Só assim se poderão evitar os efeitos negativos, tanto para o fisco como para o contribuinte, que resultam do exercício simultâneo e descoordenado do poder tributário, por diferentes unidades governamentais, sôbre a capacidade contributiva da coletividade — base comum da tributação.

Com o objetivo de assegurar o máximo de bem-estar social e garantir a equilibrada expansão das fôrças produtivas, persevera o Govêrno nos estudos sôbre o aperfeiçoamento da política tributária, devendo, oportunamente, sugerir ao Congresso Nacional a adoção de certas medidas julgadas aconselháveis.

As reformas que já efetivamos tíveram em vista as peculiaridades da economia nacional, evitando repercussões desfavoráveis à expansão das atividades produtoras. No entanto, cumpre registrar que, apesar da moderação com que tem agido o Govêrno na esfera tributária, os resultados da arrecadação dos impostos mostram produtividade ascendente, o que nos tem facilitado custear o natural crescimento das despesas públicas.

O quadro nos dá conta do movimento da arrecadação das rendas tributárias, que, a não ser em casos previstos, continuou subindo sensívelmente, chegando quase a alcançar a estimativa feita para o orçamento de 1948 — Cr\$ 12.228.226.000,00, — que muitos haviam considerado otimista. Considerando-se a ordem de

grandeza em causa é realmente de pouca significação o êrro negativo de previsão — Cr\$ 78.005.816,40.

CONFRONTO POR PARÁGRAFOS ENTRE AS BENDAS TRIBUTÁRIAS ARRECADADAS NOS EXERCÍCIOS DE 1947 E DE 1948

RENDAS TRIBUTÁRIAS	ARREC	DIFERENÇA Verificada para		
MANUAS INIBUTARAS	1947	1948	+ OU PARA EN 1948	
Consume. Renda Importação Selo Tetritórios	4.462.971.067.30 3.901.807.972,90 1.876.436.469.70 1.423.888.266.50 2.374.931,10	4,854,257,243,80 4,194,995,603,50 1,650,271,311,76 1,448,358,152,50 2,336,672,10	+ 391.286.176,5 + 293.188.630,6 - 226.164.958,0 + 24.469.886,0 - 38.259,0	
TOTAL	11.667.478.707,50	12.150.220.183,60	+ 452.741.476,1	

Examinam-se, em seguida, os três principais parágrafos de nossas rendas tributárias.

No capítulo das rendas ordinárias, representa o impôsto de consumo a parcela de maior importância. Sua produtividade, em 1948, chegou a Cr\$ 4.854.257.243,80, o que registra um acréscimo sóbre a de 1947 na importância de Cr\$ 391.286.176,50. Embora seja tributo regressivo, pelos fenômenos de repercussão a que estão sujeitos os impostos indiretos, ainda não foi possível ao Govêrno, no estágio de evolução econômica em que ainda vivemos, fazer do impôsto de renda e proventos de qualquer natureza — direto, pessoal e equânime — a coluna mestra das rendas tributárias.

Em 1948, pois, ainda uma vez se recorreu ao impôsto de consumo, alterando-o substancialmente no sentido de aumentar-lhe a produtividade, para atender ao maior volume de despesas decorrentes da majoração dos vencimentos do funcionalismo civil e militar da União.

A Lei n.º 494, de 26 de novembro de 1948, que regulou a reforma, não representa, todavia, sobrecarga contributiva na satisfação das primeiras necessidades: agravaram-se apenas as taxas incidentes sôbre o fumo, bebidas alcoólicas e cartas de jogar, ou objetos suntuários, como jóias e outras obras de ourivesaria.

O Govêrno se preocupa, presentemente, com os meios de evitar a evasão do impôsto e realiza estudos para eliminar tôdas as possibilidades de fraude. Neste ponto, a consolidação das Leis do Impôsto de Consumo, de que ora se cogita, virá facilitar grandemente a tarefa dos contribuintes que, pelo melhor conhecimento da matéria, poderão colaborar eficientemente com os órgãos de arrecadação fazendária.

IMPÔSTO DE CONSUMO O sistema de arrecadação por meio de selos vem também merecendo especiais atenções, pois oferece inconvenientes conhecidos, que deverão ser evitadas, desde que se possam adotar outras medidas, complementares ou não, já em uso noutros países. Outro problema vital no tocante a essa figura tributária é o que diz respeito à discriminação entre produtos estrangeiros e seus similares nacionais. Todos êstes assuntos, no entanto, exigem exame acurado, que o Govêrno vem realizando.

IMPÔSTO DE RENDA E PRO-VENTOS DE QUALQUER NATUREZA A reforma da tributação sôbre a renda, instituída pela Lei n.º 154, de novembro de 1947, deixou patente, já em 1948, seus resultados compensadores para a receita pública, sendo grato assinalar que sua arrecadação ultrapassou de Cr\$ 293.188.630,60 a do ano anterior.

Em contraposição à majoração de várias taxas do tributo, além de outras vantagens, os contribuintes foram favorecidos com a elevação dos abatimentos correspondentes aos encargos de familia, e a administração de encargos anteriormente não permitidos.

O fator marcante da reforma, contudo, foi a extinção do impôsto adicional de renda, sucedâneo do antigo impôsto sôbre lucros extraordinários, o qual, criado como medida de emergência, já não desempenhava o papel que antes fôra chamado a exercer.

Concorreram para o aumento de arrecadação tanto a taxação sôbre pessoas físicas, como jurídicas. No tocante, porém, à gravação dos lucros obtidos pelas pessoas físicas, na venda de propriedades imobiliárias, — nota-se que o impôsto se vem mantendo quase estacionário, com tendência para menor produtividade, em virtude das isenções estabelecidas pela citada Lei n.º 154.

Cumpre assinalar que o sistema atual de arrecadação do impôsto, em relação aos rendimentos do trabalho, fixos e determináveis, constitui elemento perturbador da evolução do tributo e impede que os serviços das repartições arrecadadoras possam oferecer maior eficiência. Pensa o Govêrno em implantar o regime de cobrança na fonte, que, além de tornar mais certo e justo o impôsto, descongestionará, para sua cobrança, o aparelhamento burocrático. Vale mesmo lembrar que, vingada essa providência, grande massa de contribuintes suportará com maior facilidade o ônus fiscal, que será cumprido automàticamente.

Estuda também o Govêrno as possibilidades de conceder maiores abatimentos correspondentes ao mínimo de subsistência e aos encargos de família, procurando, dêsse modo, estabelecer cada vez mais a relação exata entre a renda disponível do contribuinte e o rendimento tributável. Tal reforma aperfeiçoará o cunho social do gravame, corrigindo-se, destarte, uma das falhas que mais desfiguram o caráter dêsse impôsto entre nós.

O substancial decréscimo verificado no impôsto de importação decorre de causas várias.

DIREITOS DE IMPORTAÇÃ**O** PARA CONSUMO

Inicialmente, era de esperar que a arrecadação do tributo não atingisse a previsão orçamentária, já que o regime de licença prévia instituído visou diretamente restringir as importações, único meio eficaz de salvaguardar nossos recursos em dólares.

Importa relembrar, ademais, que o notável incremento representado na produtividade daquele tributo, durante os anos de 1946 e 1947, era evidentemente circunstancial. Não decorreu apenas das alterações substanciais na legislação específica, as quais lhe aumentaram as taxas em vigor, mas principalmente do contínuo revigoramento dos transportes marítimos e da abolição de restrições (sistemas de prioridades e cotas), baixadas durante a guerra por todos os centros exportadores, causas a que acrescia a reconversão gradual das indústrias bélicas nos países com que mantemos mais ativo intercâmbio comercial.

O maior volume de arrecadação ocorreu, assim, antes de tudo, pela rápida satisfação de uma procura longamente acumulada — conforme foi acentuado na Mensagem transata e em outro passo desta que ora vos dirijo. O mercado brasileiro se achava subabastecido não só de bens de produção — que deixáramos de importar quando da propagação da guerra ao Continente americano — como de bens de consumo, cuja falta transitória ou permanente se agravara de modo especial. O descontrôle, que se observava na balança comercial de 1947, marcando tão espantosa importação — teria necessàriamente de repercutir na arrecadação do impôsto.

No período de 1948, todavia, êsses fenômenos já se haviam atenuado sensivelmente. Assim, em virtude das restrições impostas pelo regime de licença prévia e porque o reajustamento dos direitos específicos, — determinado pela Lei n.º 313, de 30 de julho de 1948, em vigor a partir de 1.º de agôsto, — fôsse contrabalançado pelas concessões que tivemos de fazer aos produtos oriundos de países signatários do Acôrdo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio — o impôsto tenderia a decrescer, produzindo apenas Cr\$ 1.650.271.511,70, isto é, apresentaria uma retração de mais de 226 milhões de cruzeiros.

ACÔRDO GE-RAL SÔBRE TARIFAS ADUANEIRAS No sentido de assegurar a expansão equilibrada da economia mundial e evitar as práticas oportunistas que tanto prejudicaram as trocas nas últimas décadas — os países de importância no comércio internacional firmaram, em 1947, na cidade de Genebra, o Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio.

Trata-se de programa de concessões recíprocas e mútuamente vantajosas, bem como de compromissos assumidos pelas partes contratantes, que proíbem regulamentações ou exigências contrárias aos princípios do Acôrdo, tendo em vista, precipuamente, normalizar o comércio internacional.

Os países vanguardeiros do comércio internacional propõem-se, destarte, passar por uma experiência singular, que muito poderá contribuir para o equilibrio da economia mundial.

A referida Lei n.º 313, de 30 de julho de 1948, obedeceu às cláusulas do Acôrdo. Foram, dessa forma, reduzidos os direitos de importação sôbre produtos e artigos importados dos países signatários; por outro lado, consolidaram-se, reduziram-se ou eliminaram-se os direitos exigidos, nos respectivos países, em relação à maioria de nossos produtos de exportação.

O Brasil dá assim exemplo frisante de apoio ao esfôrço das Nações Unidas, criando condições mais favoráveis para o pleno desenvolvimento do intercâmbio comercial. Por outro lado, estamos, de fato, garantindo aos nossos produtos de exportação os benefícios tarifários, direta e indiretamente concedidos pelos países contratantes.

Para enfrentar as dificuldades inerentes à execução de acôrdo multilateral tão complexo, criou o Govêrno uma comissão encarregada de examinar as reclamações porventura suscitadas.

No entanto, a prática tem demonstrado que, de modo geral, as concessões feitas a produtos estrangeiros não são de molde a prejudicar a indústria nacional. Convém mesmo acrescentar que a redução efetiva dos direitos específicos da nossa Tarifa das Alfândegas, ocasionada pelas depreciações da moeda nacional, está sendo em parte corrigida pelo reajustamento acordado em Genebra, que, através da referida Lei n.º 313, foi realizado em têrmos ad valorem.

Já em abril próximo, terão início novas negociações tarifárias que objetivarão aliciar os demais países que participaram da Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Emprêgo.

Para que a Delegação que devemos enviar a Annecy (França) possa conduzir-se de modo a obter vantagens compensadoras, o Govêrno constituiu uma Comissão incumbida de realizar, desde já, os necessários estudos preparatórios.

Desta maneira, os técnicos do Govêrno e os representantes das classes interessadas estão examinando, em conjunto e antecipadamente, as questões pertinentes ao problema, uma vez que as negociações, em virtude do processo já estabelecido, deverão ser iniciadas e ultimadas em prazo curto.

E' de esperar, pois, que saberemos defender os nossos interêsses e cumprir a missão que nos cabe em setor tão relevante para o progresso universal.

A execução do orçamento, durante o exercício de 1948, pautou-se pelo mesmo regime de severa economia que vimos adotando desde 1946. Neste sentido, não se empenhou ûnicamente o Govêrno em restringir as despesas aos limites das autorizações orçamentárias. Sabendo-se que, entre nós, na fase de elaboração, ainda não se logrou o rigor de fixação da despesa — que em outros países já é comum, dada a natureza dos métodos empregados — determinei uma série de providências drásticas destinadas a cercear os gastos no que tivessem de excessivo ou supérfluo. Impunham-se essas medidas com tanto maior fôrça quanto é certo que o orçamento viera a ser aprovado pelo Congresso, e foi sancionado, dentro de margens tão estritas que apenas se previra o superavit de Cr\$ 1.278.956,00.

No correr da execução orçamentária, porém, é que os orçamentos são postos à prova: verifica-se, então, quase cotidianamente, a correspondência entre a receita prevista e a arrecadada, e, sobretudo, o acêrto da despesa fixada. Dado o nosso regime de contabilidade pública, faz-se mister não esquecer que são pouco expressivas as indicações gerais fornecidas pela Lei de Meios logo ao comêço do exercício: não oferecem um quadro claro da verdadeira situação, porque não computam as transferências de créditos adicionais, oriundos de exercício precedente, para não mencionar as suplementações sempre necessárias durante o ano e os créditos especiais e extraordinários que em todos os exercícios se autorizam, embora nem sempre sejam integralmente utilizados.

ORÇA-MENTO Era legitimo supor-se, conseguintemente que, nos primeiros meses de 1948, o orçamento começaria a registrar delicit, que talvez não deixasse de crescer até o fim do ano. Na verdade, modificações posteriores da despesa, — que incorporavam não sòmente os créditos suplementares, mas também os especiais e extraordinários, inclusive os transferidos de exercícios anteriores —, levaram a ultrapassar de muito o referido superavit, que se transformou em certo momento no deficit presumível de Cr\$..... Cr\$ 2.190.343.000.00.

Todavia, a exemplo de 1947, esteado no aumento da arrecadação, que se verificou em algumas rubricas da receita e na politica governamental de repressão de gastos, já em 30 de novembro findo, apurava-se o superavit de Cr\$ 1.186.513.000,00, como demonstrou então o balancete levantado pela Contadoria Geral da República.

Despesas decorrentes do aumento de vencimentos dos servidores públicos e o maior volume dos encargos que se liquidam normalmente no último mês do ano e no período adicional, concorreram para reduzir de modo sensível êsse superavit. Na realidade, ao encerrar-se o balanço geral do exercício, apresentaram-se os seguintes resultados:

 _	 15.698.971.246,30 15.695.590.594,40
	<del></del>
Superavit	 3.380.651,90

Se comparardes êstes algarismos com os referentes ao exercício de 1947, que foi encerrado com o superavit de Cr\$ ...... 460.237.958,60, ressalta expressiva diferença para menos, equivalente a Cr\$ 456.857.306,70. No entanto, êste decréscimo não pode significar recuo na política de parcimônia do Govêrno. Atentai em que, só por causa da majoração de vencimentos dos servidores públicos, houve um acréscimo não previsto de Cr\$ .. 831.044.123,60 no período de 1.º de agôsto a 31 de dezembro. E' fácil concluir que o superavit real seria de Cr\$ 834.424.775,50, se essa despesa não tivesse ocorrido.

O Govêrno venceu, pois, uma árdua etapa, o que me parece de justiça registrar. O equilíbrio orçamentário que logrou em 1948 não é apenas formal, aritmético, dêsses que se obtêm no princípio dos anos financeiros: resulta do completo desafôgo do Tesouro, ao qual não faltaram recursos para realização das despesas públicas.

Haveria comentários diversos a tecer em tôrno da execução orçamentária de 1948. Registre-se, inicialmente, que a Receita fôra estimada em Cr\$ 14.597.320.000,00, sendo excedida em Cr\$ 1.101.651.246,30, o que representa auspicioso índice de melhoria na arrecadação. Ainda assim, nunca se poderia fazer frente com esses recursos a uma despesa orçamentária de Cr\$ .... 14.596.041.044,00, que veio a ser acrescida de suplementações, créditos especiais e extraordinários, bem como títulos outros do exercício, até chegar a Cr\$ 17.783.473.672,70. Urgia, com efeito, persistir naquele ascetismo orçamentário de que vos falava na Mensagem do ano passado. Assim, obedientes a êsse critério administrativo, reduziu-se a despesa orçamentária autorizada para Cr\$ 13.686.354.117,90, utilizando-se apenas Cr\$ 1.952.976.499,90 dos créditos especiais — apesar de totalizarem Cr\$ ....... 3.058.158.907,40 --, e sòmente Cr\$ 21.246.660,80 dos créditos extraordinários — não obstante somarem Cr\$ 55.310.846,60.

Na verdade, a disciplina nos gastos foi condição sine qua non para restituir o orçamento ao seu equilibrio — muito mais ponderável mesmo que o êxito obtido com a maior arrecadação, que afinal não registrou um êrro positivo de significação técnica apreciável sôbre a previsão inscrita no orçamento. Só aquela disciplina permitiria, com efeito, corrigir o pêso da herança no valor de CrS 401.161.453,40 — pois em tanto importavam CrS ... 376.160.106,80 de créditos especiais e Cr\$ 25.001.346,60 de extraordinários — que o exercício de 1947 legara ao de 1948.

Na Mensagem de 1948, ao rematar o capítulo consagrado ao exame do orçamento, assinalei: "Não faltarão, ainda assim, os que observem ser inteiramente antieconômica essa política de repressão de despesas. Não faltarão, sobretudo, os que registrem, mediante raciocínios e argumentação especiosos, que as despesas do Govêrno federal se caracterizam por ser improdutivas". Bem sei que a argumentação e o raciocínio continuam sendo repetidos, mas, se houver boa-fé e honestidade na crítica, não poderão persistir à luz de uma simples enumeração de fatos.

As despesas dos Ministérios da Agricultura, da Educação e Saúde, e da Viação e Obras Públicas — os ministérios executivos por excelência, os que maior soma de benefícios prestam ao povo em geral — nunca representaram percentagens tão vultosas da despesa geral, como neste último triênio. Não se diga que esta alegação, tomando por base a despesa orçamentária, é por si

mesma pouco significativa, já que medeia certa diferença — às vêzes bem apreciável — entre o que fixa a Lei de Meios, lei meramente autorizadora na parte variável, e o que efetivamente se despende. Na verdade, ainda que desprezemos os quantitativos orçamentários autorizados e recorramos aos gastos reais, não será diferente a conclusão.

As despesas do Ministério da Agricultura passaram de Cr\$ ... 298.034.665,20, em 1945, para Cr\$ 658.271.706,20, em 1948, o que é prova da crescente preocupação do Govêrno em o aparelhar dos meios de que carece para bem desincumbir-se de suas funções. Se se atender às dotações orçamentárias, pròpriamente ditas, ver-se-á, adotando comparação percentual a fim de abreviar estas considerações, que as do Ministério da Agricultura, em 1945, representavam 3,79% da despesa geral, ao passo que, em 1948, significaram 5,45% de um total sensivelmente maior. Não será grande para muitos a progressão, mas aquêles que conhecem da impossibilidade de ultrapssar os limites normais da capacidade assimiladora de um órgão administrativo, não deixarão certamente de apreciar o esfôrço que êsse aumento pressupõe.

As despesas do Ministério da Educação e Saúde também acusam notável progressão: se em 1945 ascendiam a Cr\$ ...... 550.832.314,90, em 1948 totalizaram Cr\$ 1.493.597.591,60. Talvez seja, no conjunto dos ministérios do Govêrno federal, o que registra em tão breve período de tempo, os mais extraordinários aumentos de despesa efetivamente realizada. Prosseguindo com a comparação percentual das dotações orçamentárias, vê-se também que às atividades de educação e saúde, em 1945, estavam reservados 7,26% da despesa geral, enquanto em 1948 lhes couberam 10,94% da totalidade dos gastos previstos.

Quanto ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crescimento nas suas despesas reais também é dos mais expressivos: elas passaram de Cr\$ 1.459.743.046,40, em 1945, para Cr\$ .... 3.057.954.282,70, em 1948. A fim de que bem se avalie o volume das despesas do Govêrno federal, empreendendo ou custeando tantas atividades construtivas, convém não esquecer que nelas não se computam as do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, que tem regime financeiro à parte. Percentualmente, o volume das dotações orçamentárias atribuídas ao Ministério da Viação e Obras Públicas exprime-se do seguinte modo: em 1945,

constituíam 10,58% da despesa geral; em 1948 passaram a ser 19,45% de um conjunto de despesas notàvelmente maior. No entanto, em virtude da autorização de créditos de vária espécie e a despeito da economia feita em muitas verbas, êsses dados percentuais não expressam claramente o fato sui-generis ocorrido com o Ministério da Viação: sua despesa realizada foi efetivamente maior que a fixada no orçamento, pois só lhe haviam consignado Cr\$ 2.840.041.230,00. A argumentação percentual perdura, porém, sem modificações de monta, o que nos permite assegurar que em atividades construtivas gerais o Govêrno federal despendeu mais de 20% do seu orçamento.

DESPESA REALIZADA NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

EXERCÍCIOS	orçamento e Suplementações	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL
1945.	244.632.792,10	53, 402, 163, 10	298.034.665,20
1946.	435.724.306,90	42, 924, 122, 30	478.648.429.20
1947.	442.735.030.10	110, 934, 060, 90	553.569.061,00
1948.	646,173,466.90	12, 098, 239, 30	658.271.705,20

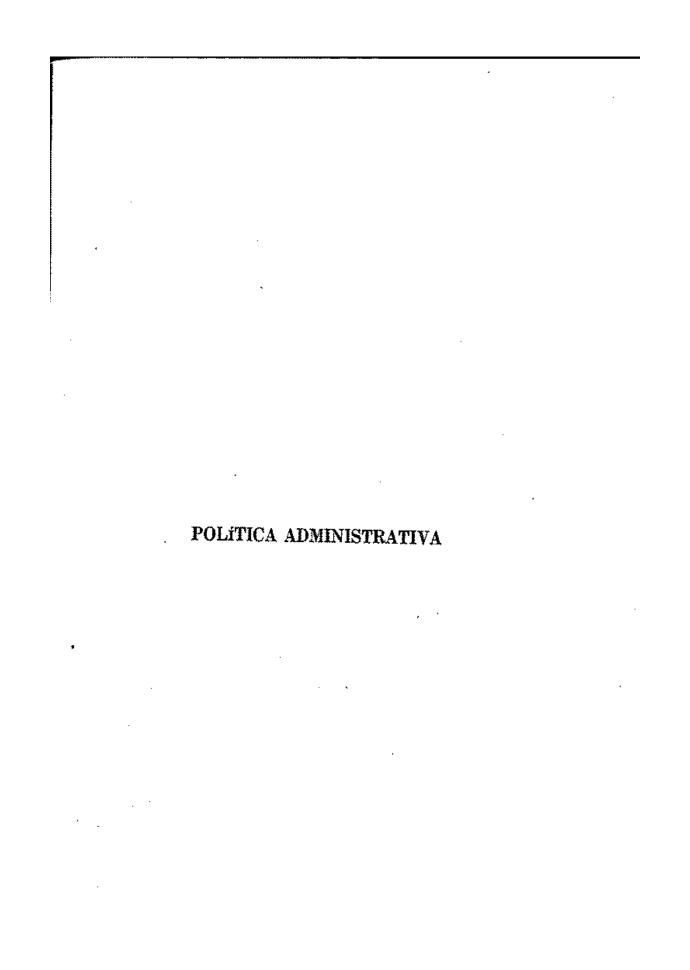
## DESPESA REALIZADA NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

EXERCÍCIOS	Orçamento E Suplementações	Créditos Especiais e Entraordinásios	TOTAL
1946.	521.074.303,50	29.757.811.40	350,832,314,90
1946.	741.331.749.00	74.968.402.20	816,300,151,20
1947.	1,035.224.384,30	41.531.903.40	1,070,756,287,70
1948.	1.448.630.692,90	44.966.898.70	1,493,597,591,60

## DESPESA REALIZADA NO MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

EXERCÍCIOS	orçamento e suplementações	créditos Especiais e Entracedinários	TOTAL
1945	\$24,494,839,50	635.249.106,00	1.459.743.946,40
	1,779,317,557,90	367.080.874,20	2.437.338,432,10
	1,984,051,269,00	204.446.314.80	2.488.497.583,80
	2,639,843,980,10	418.110.202,60	3.057.954.282,70

Nota: — Na despesa de 1945 de Ministério da Viação e Obras Públicas foi incluida a importância de Cr\$ 56, 133, 598, S0, de despesa de guerra (Babuço de Guerra) por conta de Créditos Especiais.



ADMINISTRAÇÃO GERAL

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTARIA ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL

PLANIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

A racionalização dos serviços públicos foi um dos pontos que, já em minha primeira Mensagem ânua, mereceu particular atenção.

Durante o triênio de meu Govêrno, os resultados dêste movimento puderam efetivar-se com segurança: consolidado o regime de cooperação técnico-financeira — um dos nossos primeiros objetivos visados — entrou o país em fase de recuperação administrativa, em que o constante aperfeiçoamento dos órgãos federais — em referência à administração específica e geral — atingiu significativo índice de homogeneidade e coordenação, em todos os grandes ramos das diversas funções executivas.

Apraz-me sobremaneira assinalar que o nível de relações interadministrativas a tal ponto se elevou, que pudemos iniciar no país — pela primeira vez, em tôda a sua história — atividades nacionais de planificação em moldes democráticos, hoje concretizadas nas linhas gerais do Plano SALTE, programação sistemática das atividades administrativas, visando, sobretudo, à melhoria de nossas condições econômicas e à valorização do homem brasileiro.

Como veremos adiante, envolve êsse Plano o estudo e a sugestão de medidas tendentes a corrigir as deficiências e falhas existentes nos setores: Saúde, Alimentação, Transportes e Energia, sendo sua execução prevista para cinco anos.

Pela exposição das realizações planejadas em cada um dos campos acima relacionados, ver-se-á, todavia, que o Govêrno não se limitou apenas à elaboração de um plano de caráter restrito, mas, ao contrário, assistiu com eficiência e desvêlo aos mais importantes ramos da Administração Pública.

A expansão cada vez maior das atividades do Govêrno, assim como o caráter especializado das funções por êle exercidas, vieram impor às instituições públicas, — e tal já acontecera com as emprêsas privadas, — uma integral racionalização de seus serviços. Sômente pela observação de perfeito programa de eficiência, que se estenda a tôdas as atividades institucionais do Estado, —

adminis. Tração Geral orçamento, pessoal, material, obras públicas e documentação, — poderá a administração levar a cabo o seu plano de trabalho.

Cônscio destas verdades, tem meu Governo fortalecido progressivamente os princípios da organização racional e do sistema do mérito, meios salutares de que se pode valer uma administração pública eficiente, capaz de corresponder às modernas exigências da organização social.

ADMINISTRA-ÇÃO ORÇA-MENTÁRIA Mais que em qualquer outro setor do mecanismo administrativo, a racionalização se impõe ao processo de elaboração orçamentária, pela razão mesma de que, modernamente, o orçamento constitui o próprio programa de trabalho do Govêrno.

Alcançamos já razoável progresso na elaboração da proposta orçamentária, mas ainda muito resta a fazer, não obstante ter o Govêrno procurado aperfeiçoar seus métodos e práticas, de maneira a assegurar ao orçamento o caráter que verdadeiramente o deve distinguir, isto é, o de uma planificação integral das suas atividades.

A esta orientação nos temos acomodado, e já hoje se podem avaliar as realizações governamentais pelo simples cotejo dos orçamentos da União. Pode-se constatar, por exemplo, o empenho do Executivo em estimular as fontes de produção, mediante rápido exame das dotações concedidas, no triênio de meu mandato, aos Ministérios da Agricultura, Viação e Obras Públicas, e Educação e Saúde, onde se verifica como já mostrei, expressivo aumento percentual, em relação ao total dos gastos, nas despesas de caráter reprodutivo.

Outro fenômeno que fàcilmente se pode ressaltar são os reflexos, na lei de meios, do combate generalizado à inflação, campanha em que o Govêrno fundamente se vem empenhando.

Assim, a política de compressão das despesas não produtivas, adotada pelo Govêrno, pode ser avaliada pela diminuição dos gastos com as verbas Pessoal e Dívida Pública. Com efeito, a verba Pessoal, que, em 1946, representava 38,08% do total do orçamento, baixou para 35,30% e 33,79%, em 1948 e 1949, respectivamente. O mesmo acontece com a verba Dívida Pública, que, em exercícios passados, consumia apreciável parte do total orçamentário, e agora representa apenas fração: 6,51%, em 1949, quando, em 1946, foi de 17,21%

É fora de dúvida que a técnica das estimativas orçamentárias requer multiplicidade de tarefas de larga envergadura, cujo êxito depende, em grande parte, da habilidade dos funcionários encarregados de sua execução. No entanto, esforços têm sido realizados com o intuito de, relativamente à receita pública, oferecer
estimativas tanto quanto possível aproximadas da arrecadação
que vier a efetivar-se, utilizando-se para tal fim métodos objetivos, baseados em dados concretos. A prática tem demonstrado,
à evidência, que o objetivo colimado vem sendo conseguido nos
orçamentos elaborados nestes últimos anos, não obstante a interferência de elementos pouco afeitos às melhores técnicas.

Lembre-se, também, o fato ocorrido no exercício de 1947, em que, nos últimos momentos da tramitação do projeto no Senado, foram aprovadas duas leis de grande repercussão: a de reforma do impôsto sôbre a renda e a do impôsto sôbre a transferência de fundos para o exterior. Como era de esperar, estavam ambas fadadas a exercer grande repercussão no volume das rendas da União, acrescendo-lhe vários milhões de cruzeiros. As estimativas da receita fatalmente teriam de ressentir-se com essa tardia deliberação.

No tocante à apresentação da despesa, o mesmo interêsse pelo seu aprimoramento tem sido demonstrado.

Na última proposta orçamentária que vos enderecei, lembrei que o Executivo estava empenhado em adotar novo sistema de classificação das despesas públicas, que atendesse aos apelos provindos do próprio Congresso, no sentido de assegurar ao orçamento inteira acomodação a princípios constitucionais expressos.

A tendência dos últimos orçamentos tem sido a centralização das dotações em verbas globais, o que, de certo modo, é de grande vantagem para a administração, haja vista as despesas com pessoal, Verba I, que obedecem à benéfica Lei n.º 284, de 1936, a chamada Lei do Reajustamento. Entretanto, o contrôle legislativo exige a discriminação, a despesa especializada.

Conforme se me ensejou esclarecer, na Mensagem que encaminhou a Proposta orçamentária para 1948, a atual classificação de despesa tem defeitos, que a experiência poderá îr corrigindo. Articula-se, porém, admiràvelmente, com os sistemas de administração de pessoal e de material em vigor. Seria insensato subverter, intempest vamente, uma prática administrativa, que já transpôs mais de uma década de provas, sem ponderar com circunspecção as suas conseqüências. Os imperativos da especialização da parte variável da despesa podem ser plenamente atendidos, respeitando-se o que já se verificou ser conveniente à administração.

Aproveitando a experiência de tantos órgãos empenhados no processo orçamentário, pensa o Govêrno que, mediante estudos e pronunciamentos em que todos se manifestem livremente, será possível elaborar uma classificação que a todos satisfaça, inclusive aos membros das Comissões técnicas do Congresso, que são os que mais autorizadamente podem e devem emitir seu juízo em matéria tão controvertida.

Como salientei na Mensagem de 1948, a elaboração centralizada do orçamento, entre nós, ainda se ressente de certos senões, que os créditos adicionais, sobretudo os suplementares, revelam indisfarçàvelmente. E' um velho mal que vem minando a administração financeira do país e, contra êle, até agora as medidas tomadas têm sido de pouca eficácia, nada obstante os esforços que se têm empregado e continuarão a empregar-se. Só mesmo o progressivo e paciente aperfeiçoamento na elaboração das propostas, conformando-as com critérios desapaixonados, permitirá remediar parcialmente o mal.

Não se improvisa, em meia dúzia de anos, uma técnica orçamentária, consentânea com o arcabouço jurídico e administrativo de um país, nem se acomoda, sem atritos, a elaboração da proposta do Executivo a essa técnica. O orçamento brasileiro evoluíra técnicamente de maneira notável nos últimos anos. Tem o Govêrno, todavia, diligenciado por eliminar as falhas que aînda subsistem.

Pode-se mesmo assinalar que está o Govêrno vivamente interessado, quanto à execução orçamentária, em que se venham a modificar alguns pontos relativamente à utilização das dotações de obras, não só no que respeita à sua distribuição — que, pelos constantes atrasos, dificultam o andamento de emprêsas vitais ao soerguimento nacional, — senão também quanto à possibilidade de serem votadas algumas das referidas dotações com validade para mais de um exercício. Em muitos casos, destinadas à aquisição de material importado, — cujos prazos de entrega ultrapassam um ano —, perdem elas o efeito legal. Essas medidas, no entanto, se devem concentrar principalmente no Código de Contabilidade, cuja reforma está em estudos.

Cumpre, também, fazer breve referência às falhas ocorridas nos orçamentos das autarquias. Tem-se prosseguido nos estudos relativos à padronização das propostas orçamentárias dessas entidades, de par com a sua completa revisão pelo órgão competente.

O estudo dêsses orçamentos vem revelando disparidades que justificam a necessidade de um contrôle mais estrito por parte do Govêrno, relativamente aos gastos das autarquias, especialmente quanto à verba Pessoal. Com efeito, no exercício de 1948, enquanto o Instituto do Açúcar e do Álcool gastou apenas 15% do montante total de suas despesas com pessoal, a Comissão Executiva dos Produtos da Mandioca, por exemplo, despendeu, no mesmo setor, 69% do total de seus gastos.

É de ver-se que uma orientação mais bem inspirada, no sentido de imprimir-se aos orçamentos dessas entidades tratamento mais uniforme, impõe-se como medida elementar.

Está, pois, o Govêrno trabalhando ativamente no sentido da racionalização do sistema orçamentário.

Continuando no empenho de governar sob o regime de orçamentos equilibrados, o Executivo orçou em Cr\$ 17.440.130.588,00 a despesa para o exercício de 1949. A lei de meios, no entanto, foi votada com um acréscimo de Cr\$ 1.929.885.181,00. Trata-se, pois, de uma despesa autorizada de inédito volume, aproximando-se mesmo do total do papel-moeda em circulação.

Concorrem para êste crescimento, além da majoração dos vencimentos e salários dos servidores públicos, as dotações que, em obediência aos dispositivos constitucionais, foram atribuídos às obras para valorização da Amazônia, Polígono das Sêcas e Bacia do São Francisco, assim como à manutenção e desenvolvimento do ensino, num total de cêrca de 1 bilhão de cruzeiros.

Felizmente, as perspectivas quanto às fontes da Receita federal são promissoras, prenunciando vultosa arrecadação em 1949.

Quero referir-me, finalmente, à inclusão, no orçamento federal, do Plano SALTE, que, devendo ser custeado por dotações orçamentárias, além da utilização prevista de divisas e operações de crédito, representa, acima de tudo, o aproveitamento sistemático de vultosos recursos anuais, até agora dispersos por dotações isoladamente consignadas a diversos serviços — recursos êsses que, doravante, serão concentrados no financiamento de iniciativas coordenadas e programadas para um período de cinco anos.

Cumpre mesmo assinalar que a inclusão parcelada de um plano a longo prazo nos orçamentos da União não deve ser tomada como fenômeno inédito.

Já a Constituição Federal promulgada em 1934 instituía plano sistemático, permanente, para a defesa contra os efeitos das sêcas nos Estados do Nordeste (art. 177); e se quiséssemos ir mais longe, encontraríamos também a Lei n.º 3.232, de 5 de janeiro de 1917, que facultava as propostas do Orçamento conterem, para consignação dos fundos respectivos, a relação dos créditos necessários à realização ou ultimação dos serviços anteriormente contratados e dos que fôssem objeto de leis especiais.

Tais medidas, pois, visavam, já muito antes do atual Govêrno, assegurar, através dos orçamentos, a continuidade dos empreendimentos administrativos.

Devo, entretanto, salientar que, adotando tal regime, não se afastará o Govêrno, de modo algum, da política de equilibrio orçamentário, pois não está previsto nenhum deficit eventual, mesmo no caso de sua previsível compensação por superavit futuro.

Incluído no Orçamento Geral, o Plano contemplará apenas despesas de caráter eminentemente reprodutivo, o que redundará, sem dúvida, em eficaz arma de combate à inflação.

administra-Ção de Pessoal Seria desnecessário voltar a encarecer a importância do sistema de pessoal, na composição das funções auxiliares do Estado. A administração pública moderna, pela sua multiplicidade de objetivos, exige funcionalismo eficiente e intelectualmente capaz. Daí por que, empenhado em eliminar as deficiências de nossa administração de pessoal, bem como preencher os quadros com elemento humano qualificado, vem meu govêrno dedicando-se à aplicação criteriosa dos princípios do sistema do mérito na seleção o aperfeiçoamento intensivo do funcionário em exercício.

Entre as atividades relativas ao recrutamento e seleção de pessoal para o serviço público federal, processadas em 1948, merece destaque a criação de Postos de Inscrição e Documentação em vários Estados. Com essa medida, a administração pública melhor se aparelhou para tornar realidade os dispositivos constitucionais a respeito da democrática acessibilidade dos cargos públicos a todos os cidadãos capazes.

A política de compressão de despesas que o Executivo vem empreendendo influiu sensivelmente para o decréscimo da realização dos concursos; não obstante, a fim de atender à premente necessidade de pessoal para o preenchimento de inúmeras vagas ocorridas, quase uma centena de concursos e provas de habilitação foram realizadas, acusando um total de 3.725 habilitados em 9.013 candidatos inscritos.

No âmbito das atividades de aperfeiçoamento cumpre citar-se, como realização significativa, a inauguração dos cursos de treinamento em Belo Horizonte, tal como já se procedera com relação a São Paulo. Essa providência visou não apenas beneficiar aos servidores federais em exercício nas repartições sediadas naquelas capitais, como também a corresponder aos pedidos de candidatos a cargos ou funções no Govêrno federal.

Os cursos de Administração mantidos pelo Govêrno continuam despertando o mais vivo interêsse entre os servidores públicos federais. Uns a êles acorrem pelo interêsse à revisão ou especialização de seu conhecimentos; outros, à preparação para o exercício de novas funções. Para os estranhos ao serviço público, aquêles cursos vêm também representando precioso centro de aprendizado. Em 1948, além dos cursos básicos e de especialização, nos quais as inscrições se elevaram a 1.518 servidores públicos, e dos inúmeros avulsos, foram criados os seguintes cursos especiais: I — Curso de Técnico de Imigração; II — Curso de Técnico de Colonização; III — Curso de Especialização em Imigração e Colonização.

Com a criação dêsses currículos, teve o Govêrno em vista o preenchimento de grave lacuna da administração brasileira, formando técnicos que possam atender aos sérios problemas da imigração e colonização.

De par com a iniciativa de leis de amparo e proteção ao servidor público, foram elaborados decretos executivos visando à aplicação de dispositivos legais, de que vale ressaltar a regulamentação da Lei n.º 283, de 24-5-48, sôbre a concessão de licença especial aos servidores civis e militares, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Outro empreendimento de vulto foi a elaboração de novo Regulamento de Promoções do funcionalismo público. Tantas foram as alterações introduzidas no antigo Regulamento, tais as revogações implícitas e explícitas decorrentes de leis novas, que se

não podia mais discernir, com precisão, os artigos que ainda podiam ser considerados em vigor.

Este fenômeno era bem patente no que respeitava, por exemplo, às promoções do funcionalismo civil. Após longos estudos sôbre o assunto, em que se procurou condensar, num só projeto de decreto, as novas normas relativas às promoções, que atendessem, de maneira concreta, à legislação vigente, sem descurar da introdução de novos princípios que a prática aconselhava, foi expedido o Decreto n.º 24.646, de 10-3-48.

Vários atos legais foram ainda expedidos em 1948, consubstanciando medidas de assistência e amparo ao servidor público, concorrendo, assim, para uma política de maior solidariedade entre o servidor e o Estado. A tal respeito, merece destaque, em primeiro lugar, a Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, de iniciativa do Poder Executivo, sôbre a concessão de um aumento geral aos servidores civis e militares da União. Generalizando a medida, outros textos legais estenderam o benefício aos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público e ao pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça.

Não somente nesses setores o Govêrno demonstrou interêsse no sentido de promover a melhoria econômica de seus servidores. A lei citada, seguiram-se vários decretos executivos sôbre o aumento de vencimento do pessoal das entidades autárquicas.

Cumpriu o Govêrno, desse modo, com um imperativo inadiável, que fora mesmo veementemente ressaltado na Mensagem transata. Isso não obstante, sinto-me à vontade para assinalar que a política de pessoal não se afastou em 1948 da orientação traçada pelo Govêrno, que é de severa compressão das despesas públicas. Em atenção mesmo a esses imperativos de economia, várias providências foram tomadas, tendentes a corrigir anomalias que persistem nos quadros de pessoal, e reajustar, conseguintemente, de maneira uniforme e coordenada, o conjunto das séries funcionais e das carreiras profissionais.

Cumpre salientar, por fim, que, além destas atividades normais, tem o Executivo federal prestado ampla colaboração aos governos estaduais e municipais, orientando-os através de respostas e consultas que têm sido formuladas, bem como destacando funcionários da União a diversos Estados, onde prestaram cooperação de vulto, em todos os setores da administração pública. Constituiu grande preocupação nossa desde o início do atual período governamental, a elaboração de um plano de trabalho que venha a consubstanciar medidas reclamadas pelo ressurgimento econômico do país.

PLANIFICA-ÇÃO ADMI-NISTRATIVA

Pesquisas e inquéritos, recém levados a efeito, confirmaram, à luz das cifras, as condições difíceis em que se encontrou o Brasil na guerra e sobretudo no após guerra. Tornou-se necessário fixar um programa na base da realização de algumas aspirações nac onais, de modo que, uma vez encaminhadas, possam influir favoràvelmente em nossa situação econômica e financeira. Esse trabalho, entretanto, não foi desde logo atacado porque não era lícito elaborar projetos destituídos de exeqüibilidade, tanto pelo próprio conteúdo, como pelas condições ambientes. Urgia, no entanto, fixar os problemas que estão a exigir e comportam realmente solução imediata. Assim, como primeira tarefa, dedicou-se o Govêrno à implantação e consolidação de tôdas as medidas conducentes à democratização do país e, à cessação da desordem financeira.

Pode mesmo dizer-se que era isso a preparação do terreno para o lançamento de obra realmente construtiva. Mas não era bastante. Importava congraçar os espíritos, mitigando o faccios semo, para unir os brasileiros em tôrno dos interêsses vitais da nacionalidade. Foi criado clima propício à Conciliação, aproveitando-se os anseios de lúcidos homens públicos e de correntes ponderáveis no seio da opinião pública, para evangelizar os que não acreditam no Brasil, a êle não são incondicionalmente leais ou não se resolveram ainda a por êle trabalhar.

. Movido, assim, por motivos patrióticos e impessoais, animei-me a oferecer à Nação um projeto de plano de govêrno, com a convicção de que sòmente através de rumos certos e dominando, pelo menos, alguns dos seus problemas fundamentais, poderemos canalizar os esforços do país, no sentido da promoção do bem comum. Era tempo de refugir aos azares do empirismo e evitar descuidosa improvisação para fazer o país marchar, firme e esclarecidamente, não segundo tendências pessoais de cada governante, mas em obediência a um plano de govêrno.

Logo após o balanço da situação do país que vos ofereci em 15 de março de 1947, foi realizado, para fins de financiamento, minucioso estudo da nossa situação e das nossas disponibilidades, conseguindo-se, exatamente um ano depois, na Mensagem subsequente, fixar, com exposição ao Congresso Nacional, as linhas gerais da planificação, abrangendo os problemas fundamentais de saúde, alimentação, transporte e energia.

Na fase atual de transformação da nossa economia, são imensos o número e o vulto dos problemas que tem o Estado de enfrentar. Há mesmo muitos dêles que, em outras nações, os resolve a atividade privada, mas que, em nossas atuais circunstâncias, precisam ainda de ser atacados diretamente pelo Govêrno.

E' certo que a nossa Constituição foi estruturada na base da livre iniciativa. E' também certo, por outro lado, que os governos totalitários se empenharam em planos aventurosos, e, por isso mesmo, ruidosamente malogrados. Mas planificação não é privilégio de organizações totalitárias. Muito ao contrário. Se não padece dúvida que algumas ditaduras vestiram vontades incontroladas e unipessoais nos figurinos de planos quinquenais ou quadrienais, — não é menos verdadeiro que as mais pujantes democracias racionalizaram as suas atividades governativas, enquadrando-as dentro das balizas de planejamentos econômicos, pela melhor doutrina considerados compatíveis com o regime de livre opinião e com o sistema representativo. Democracia não quer dizer imprevidência ou improvisação: nela se ajusta a prática de ação esclarecida, previsora e ordenada, sobretudo nas medidas assistenciais. A ordem econômica brasileira — di-lo a Constituição, — deve ser organizada conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano.

O texto votado em 1946 impõe, mesmo, a intervenção no domínio econômico e o monopólio de atividades por parte do Estado, sempre que os exija o interêsse público. O bem-estar social é a norma predominante.

Ademais, já se não nega, em nenhuma parte do mundo, a perfeita admissibilidade da prática do planejamento econômico com as instituições democráticas. Basta referir que, na democracia norte-americana, foram organizados mais de uma centena de planos locais, estaduais, nacionais e até de âmbito universal. A França, a Holanda e a Grã-Bretanha nos dão exemplos dessa orientação racional com rigoroso respeito aos princípios basilares da Democracia.

Entre nós, além do seu aspecto supletivo e parcial, abrangente de alguns problemas mas não de todos, acontece que o Plano SALTE teve a mais legítima origem, com o mais amplo inquérito e debate, antes e durante a sua tramitação no Congresso Nacional, dentro da índole e das práticas salutares do regime. Ele não se destina a ser um plano do meu govêrno, mas o Plano do Govêrno do país, depois de sagrado pelo voto das duas Casas da representação popular.

Existe, pois, e deve existir a economia planificada sob o regime do livre empreendimento. O que importa é submetê-lo ao contrôle democrático, na mais ampla discussão e na mais livre decisão. Foi o que deliberei fazer. Expus as idéias do chamado Plano SALTE, submetendo-as à crítica da imprensa e dos peritos aos quais convoquei, de todos os campos, para trazerem as suas luzes e a sua contribuição ao serviço do Brasil.

Para que o Plano pudesse tornar-se fato auspicioso e não mero enunciado de proposições, de realização duvidosa, o Govêrno procurou enfrentar os problemas mais prementes, dando feição de recuperação, a mais rápida possível.

Além das constantes do Piano elaborado, outras questões foram inventariadas, não merecendo, contudo, inclusão por motivo de prudência, para que não nos empenhassemos no planejamento de obra excessivamente complexa e cuja realização excederia de muito a nossa capacidade, nos recursos e no tempo adequado.

O objetivo precípuo era o de considerar preferencialmente as mais prementes necessidades, e, dentre essas, as que passarão a influir, de maneira decisiva, na melhoria da situação econômicofinanceira do país.

As questões mais urgentes são, indiscutivelmente, as que se relacionam com a valorização do homem e da terra. A valorização do homem na forma mais intensiva tem de se operar pela solução dos problemas da saúde e do fomento da produção Sòmente assegurando condições físicas compatíveis com a intensidade do trabalho e propiciando os meios materiais que permitam o seu maior rendimento, pode o homem auferir um salário condigno, capaz de proporcionar padrão de vida satisfatório. Por outro lado, é preciso que se proporcionem à terra condições apropriadas para que o trabalho se expanda e se torne realmente útil ao indivíduo e à coletividade. É necessário, portanto, que se torne a terra mais habitável e mais produtiva.

Em verdade, por uma feliz coincidência, a valorização do homem e da terra pode operar-se concomitantemente, através do fomento da produção. O aparelhamento de medidas que nos levem à solução dêsses pontos básicos permitir-nos-á a obtenção de um mercado interno sólido, capaz de manter em qualquer eventualidade o ritmo da nossa produção, eliminando, em consequência, as taxas de subconsumo que entre nós ainda são alarmantes. O fomento da produção, em bases racionais, exige a circulação em ritmo de expansão. A produção e o transporte, por outro lado, estão na dependência de energia fácil e barata.

Dessa maneira qualquer plano de trabalho, para ser objetivo em nosso meio, deverá cuidar não só da valorização do homem que habita o solo nacional, — velando pela sua saúde e promovendo por todos os meios sua recuperação, com o ânimo de tornar efetivo o incremento da produção agropecuária, e em particular da alimentação, — como também dos meios de transporte e do aproveitamento do nosso potencial hidrelétrico e reservas petrolíferas.

É lógico que esses problemas não poderão de início ser encarados em tôda a sua plenitude, mas interdependente e em harmonia com as possibilidades atuais, visando ao advento de condicões novas para nossa imatura economia. Os problemas da saúde devem ser atacados preferentemente na parte de medicina preventiva, com a execução de campanhas de efeito imediato. Cs de alimentação, pela produção daquilo de que necessitamos para abastecimento interno e melhoria de nossa balança de pagamentos. No de transportes, com as medidas imediatas para coordenação a mais eficiente dos diversos meios já existentes, considerados em um todo, em concomitância com providências outras de aumento e regulação do fluxo das correntes de circulação dos bens de comércio. Finalmente, quanto à energia, impõe-se incrementar as taxas do consumo infimo atual, e principalmente modificar as percentagens dos tipos de energia que hoje atestam baixonível da nossa economia. Tudo afinal influirá, necessàriamente, e de modo decisivo, em nossa balança de pagamentos.

Foram êsses os princípios que influíram na escolha dos problemas a serem solucionados pelo Govêrno com a prevista execução do Plano SALTE. Tais foram as idéias que o Govêrno, ao ensejo das comemorações realizadas nos Estabelecimentos Mallet, anunciou pela primeira vez, lançando o esquema do planejamento, ao mesmo tempo em que focalizava a situação econômica e financeira do país.

Elaborado o Plano, foi entregue ao estudo e à crítica da Comissão Interpartidária, — criada por fôrça da Conciliação dos Partidos Políticos, visando-se a que êle não refletisse apenas os propósitos do Executivo, mas se beneficiasse com a revisão dos representantes credenciados das maiores organizações partidárias nacionais, que lhe deram, pela voz das suas supremas direções, inteiro apoio e solidariedade que se traduzirão em votos nos plenários do Congresso Nacional.

Não me privo do prazer de consignar que essa autorizada Comissão Interpartidária, constituída de elementos dos mais representativos de grandes Partidos Nacionais, trabalhou de forma intensiva, examinando cada um dos setores do mesmo Plano SALTE, em todos os seus aspectos, incluída a sua natureza e o seu alcance. Nesse particular, a Comissão Interpartidária deixou bem claro ter verificado com satisfação que o Plano em aprêço nada tem a ver com a inspiração e o estilo totalitários, para concluir que, na sua opinião, estava justificada, em suas linhas definidoras, a iniciativa do Govêrno. Fêz ainda substancioso estudo sôbre as origens e aplicação da idéia de planejamento para demonstrar, de maneira precisa, a sua harmonia com o ideal democrático. Ali, esboçaram-se algumas reservas e ressalvas, em grande parte atendidas, na revisão do próprio Govêrno, antes da remessa do trabalho ao Congresso Nacional.

Cada um dos membros da Comissão Interpartidária expôs o assunto ao respectivo Partido, apresentando depois relatório ao Presidente da República, em 4 de maio de 1948, concluído com as seguintes expressões:

"É, pois, animada dos melhores sentimentos e esperanças, que a Comissão Interpartidária, depois de ouvir a suprema direção dos Partidos que representa, considera merecedor de apoio o Plano SALTE, com reserva, naturalmente, das modificações já sugeridas e outras que, à luz do debate parlamentar, se tornarem de patente necessidade".

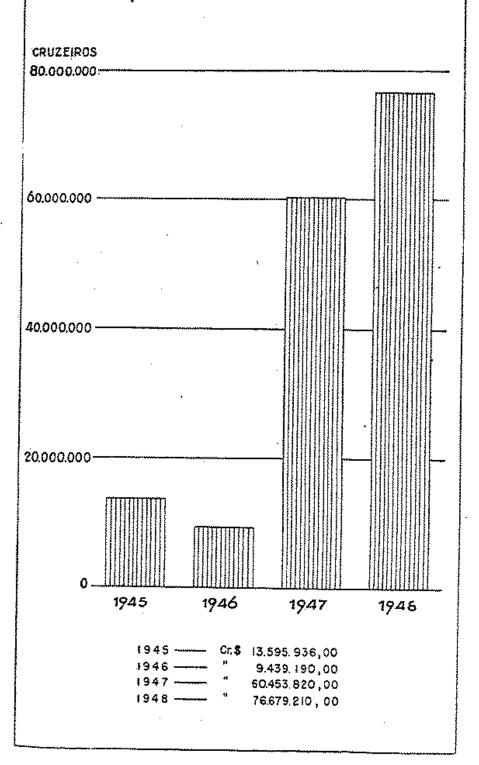
Em face dêsse apoio prévio, o Presidente da República, em Mensagem de 10 de maio de 1948, enviou ao Congresso Nacional o anteprojeto do Plano SALTE. Dada a complexidade do problema, ocorreu retardamento na marcha da proposição governamental.

Havia, entretanto, no Plano SALTE, alguns problemas a reclamar solução imediata. Em face disso, e dada a relevância do problema do petróleo — relegado injustificadamente até hoje — solicitei, em Mensagem de 5 de maio, a abertura de um crédito especial para aquisição de uma refinaria de petróleo, com alta capacidade, além de locomotivas e navios petroleiros.

Esse destaque do Plano SALTE teve por objetivo permitir a solução imediata de problema premente que, pela sua natureza, assim como pelas condições do mercado internacional, não comportava qualquer adiamento. A necessidade da antecipação dessa parte do Plano SALTE, demonstrou-a a manifestação de regozijo, expressa nas duas Casas do Congresso, bem como resultou indiscutivel da repercussão em todos os quadrantes da opinião pública, provocando entusiasmo de cunho verdadeiramente popular. O vulto do trabalho parlamentar, no entanto, não permitiu que vissemos ultimada, dentro da sessão ordinária, a votação dos dois projetos. Deliberei, por isso, convocar o Congresso para uma sessão extraordinária, com a inclusão dêsses dois assuntos palpitantes entre os problemas a examinar.

Ao encarecer, finalmente, urgência para votação da matéria, — por julgá-la útil e mesmo imprescindível aos interêsses da Nação, — quero insistir nos benefícios que a execução do Plano SALTE trará à economia nacional, levantando o padrão de vida dos brasileiros e inspirando ao povo maior esperança nos dias que virão.

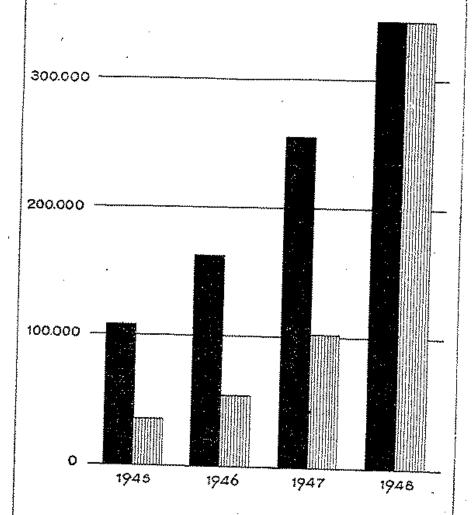
## DOTAÇÕES DO SERVIÇO NACIONAL DE TUBERCULOSE



# SERVIÇO NACIONAL DE TUBERCULOSE

EXPEDIÇÃO DE B.C.G.

UNIDADES 400,000



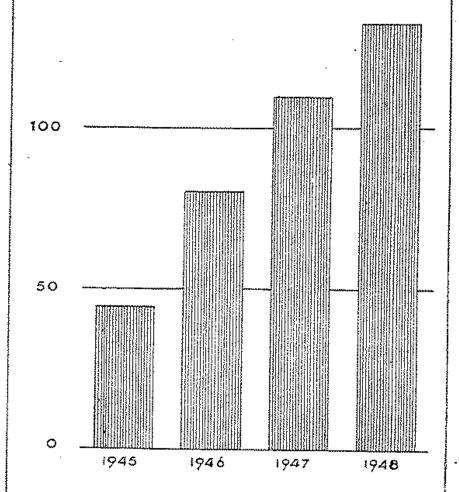
•	_TUB0s	DOSES
1945 -	108 978	 36 326
1946 -	162 650	 54 217
1947	255 931	 102 110
1948 —	347 938	 347938

# DEMONSTRAÇÃO DAS DESPESAS DO S.N.M. €

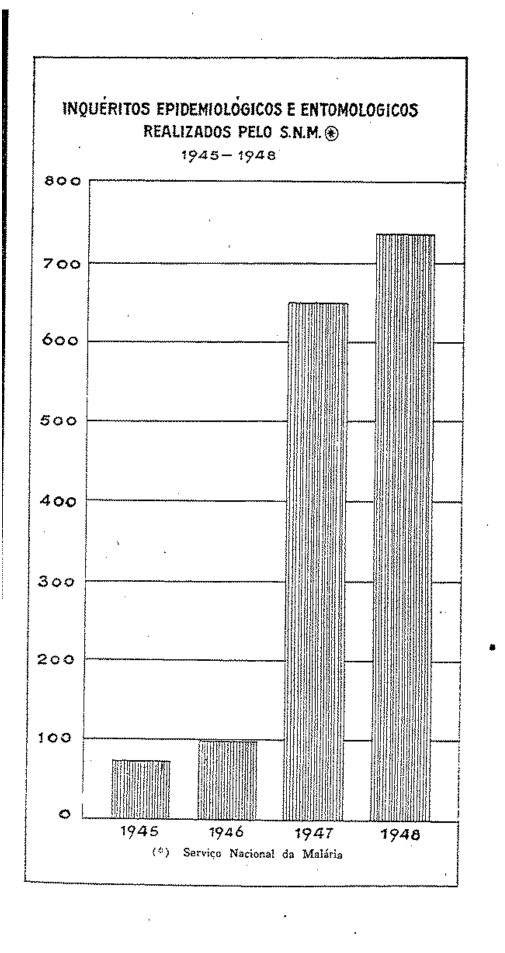
1945 - 1948

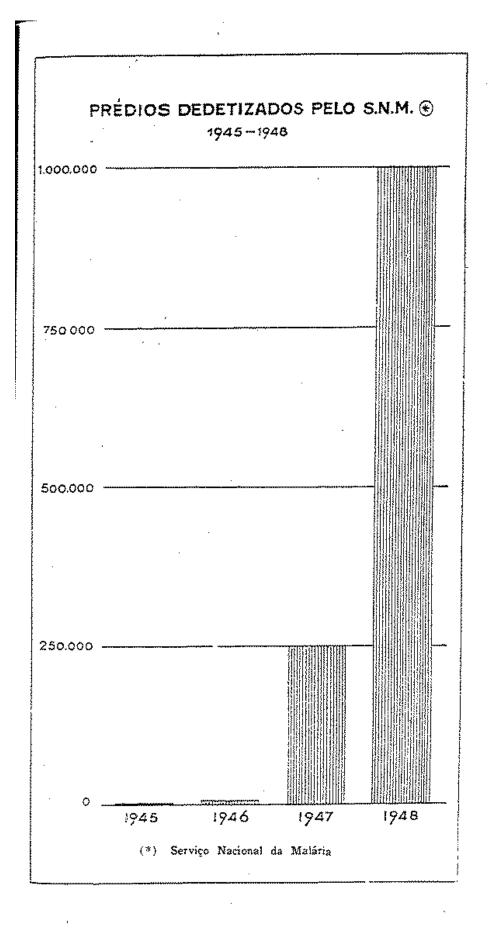
MILHÕES DE CRUZEIROS

150

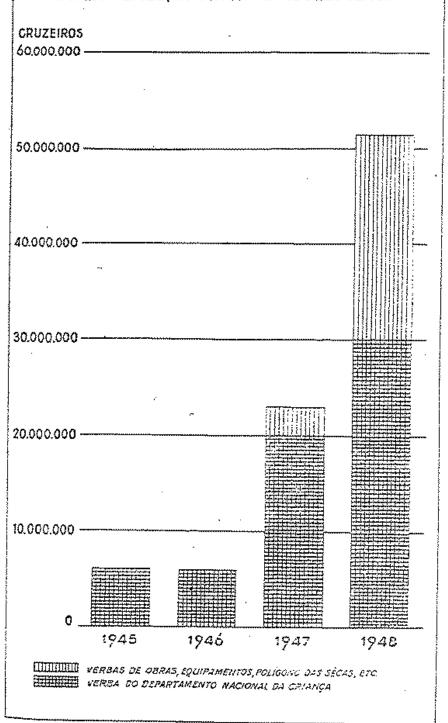


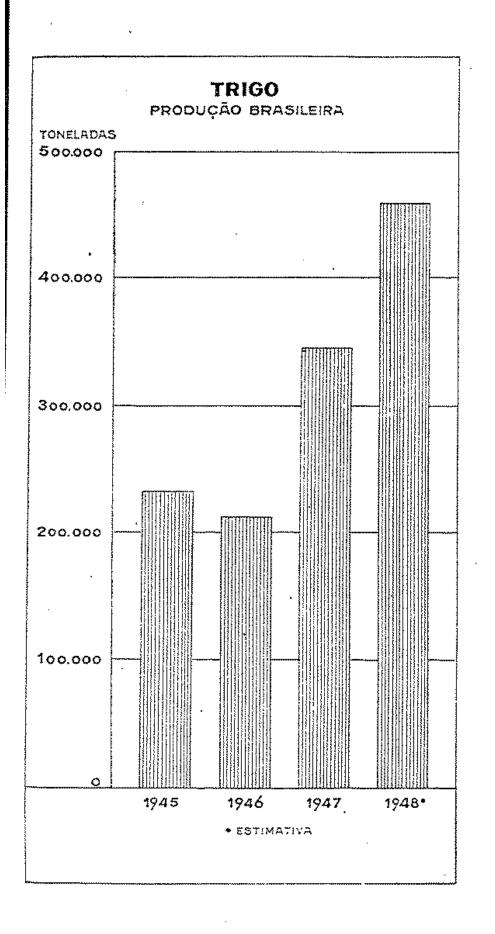
(\*) Serviço Nacional da Malária

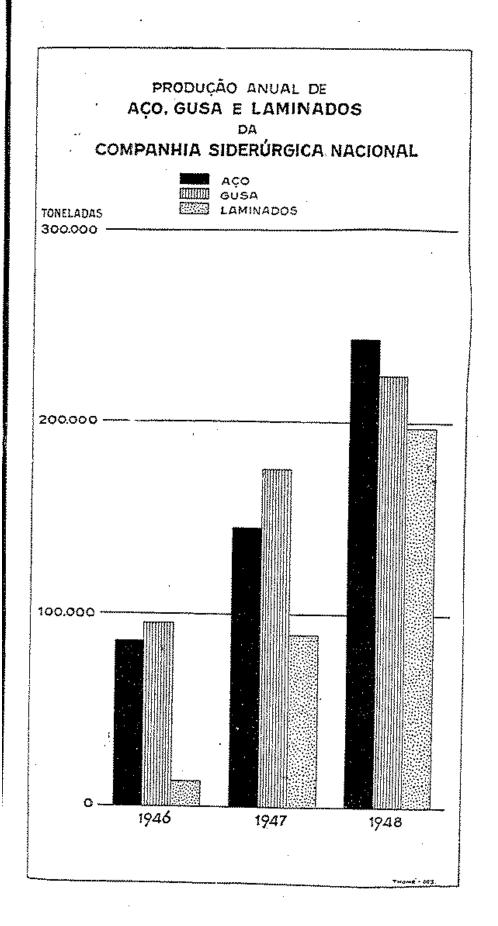


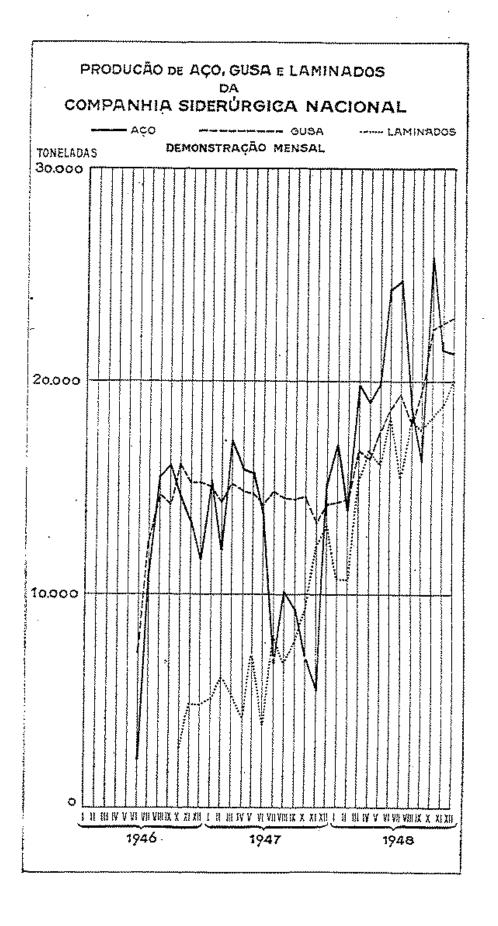


# DOTAÇÕES DO DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA PARA OBRAS DE MATERNIDADE, INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA











Em 1949, a redução percentual nas doinções orçamente/les do Ministélo de Viação e Obras Póblices so explice pelo fato de muitas das auas despesas cerm sido transferidas para o Plano SALTE; o mesmo se aplica aos Mánisté rios de Educação e Saúde e da Agricultura, embora as transferências efetuates não tenham influido de modo a reduzir es suas percentageas deutro do organizato da União.

#### SENHORES MEMBROS

#### DO CONGRESSO NACIONAL:

Já vos dei conta da situação do país, à qual devotais a mesma vigilância que a todos nos anima.

Nesta, como nas duas Mensagens ânuas anteriores, e em outras, esparsas, — solicito as providências indispensáveis para assegurar ao povo brasileiro paz, abundância e liberdade. A primeira propicia o trabalho construtivo, que gera desafôgo e fartura. A abundância consolidará o benefício da paz social e, sem esta, nenhum aglomerado humano destrutará, em sua plenitude, o sumo bem da vida, que é ser livre.

A paz é, pois, ao mesmo tempo, ponto de partida e meta almejada, tanto para os indivíduos, como para as nações.

A recuperação, não a alcançará a nossa Pátria, sem grande esfôrço comum, realizado num clima de serenidade e congraçamento. Êsse, o dever do Govêrno, dos Partidos, das elites e do Povo. A Nação está fatigada dos atritos estéreis e da demagogia como finalidade. Não importam o passado e os seus erros. A todos os brasileiros de boa vontade, faz-se mister convocá-los para o ressurgimento nacional. E' o futuro o que interessa, e só o futuro da Pátria.

Ao homologar a celebração do acôrdo inter-partidário, proclamei com sinceridade: "A Nação não poderá ser joguete de facções desavindas, senão intolerantes, mas o grande ente moral que impõe soma de esforços à consciência de todos os cidadãos". No Paraná, pouco depois, insisti na fórmula de que urgia "conciliar para governar, e governar para conciliar", repetindo hoje, ainda uma vez: "a conciliação que eu desejo e reclamo é em tôrno do serviço do Brasil".

E, recentemente, na Cidade do Salvador, reafirmei o fundamento jurídico, moral e político do entendimento interpartidário:

"Essa aliança em tôrno da legalidade democrática servirá de escudo ante os perigos da hora presente, dentro e fora de fronteiras, compondo a defesa do regime diante da demagogia esterilizadora ou dos sonhos criminosos de inéditas ditaduras".

Não foi sòmente por humildade, — resultante da consciência que tenho de necessitar da ajuda de todos os meus concidadãos — que, ao receber-vos, solenemente, Senhores Senadores e Deputados, ao ensejo da instalação da sessão extraordinária do Congresso Nacional, — encareci a vossa assistência e vos atribuí a justa parte no êxito até aqui alcançado.

Ao apresentar-vos, nesta nova oportunidade, as minhas homenagens e ao exaltar o sentido patriótico da vossa
colaboração no florescimento das instituições, restauradas
graças à união em tôrno do Brasil das suas gloriosas
Fôrças Armadas, — relembro, com o pensamento nos
inimigos da Democracia, as palavras do Livro Sagrado:
"Todo o reino, dividido contra si mesmo, será assolado; e
a casa, dividida contra si mesma, cairá" (S. Lucas, 11:17).

Rio de Janeiro, D.F., em 15 de março de 1949.

EURICO G. DUTRA

INDICE

	Págs.
INTRODUÇÃO'	5
CONJUNTURA HISTÓRICA	5
CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	6
ATAQUES ÀS INSTITUIÇÕES	6
RESPEITO AOS FATOS	6
BALANÇO DE TRÊS ANOS	7
RECLAMOS SECULARES	7
COOPERAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL	8
AJUDA FINANCEIRA AOS MUNICÍPIOS	9
fragmentação de municipios	10
CAMPANHAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO	10
administração acima dos partidos	11
DISPERSÃO DAS VERBAS	12
USINA DE PAULO AFONSO	13
o homem do ínterior e a administração	14
TRIGO E JUTA: DUAS VITÓRIAS	15
a conciliação	16
FATO POLÍTICO NOVO	16
intervenção conciliadora	17
ação moderadora	18
ATUALIDADE DO ACÓRDO INTERPARTIDÁRIO	18
LEI DOS PARTIDOS E LEI ELEITORAL	18
rapidez na apuração	19-
DEMOCRATIZAÇÃO DOS PARTIDOS	20
PODER DO DINHEIRO NAS ELEIÇÕES	21
PROLIFERAÇÃO DE PARTIDOS	23
PARTIDOS DE ÂMBITO NACIONAL	· 24
PARTIDOS LEAIS À NAÇÃO	25
POLITICA INTERNA	27
DEFESA DA CONSTITUIÇÃO	31
estruturação do regime	
Lei Eleitoral — Crimes Eleitorais — Lei dos	
Partidos Políticos	

•	
as constituições estaduais em face da constituição federal	Págs.
Constituição de Alagoas	
Constituição do Piaui	
Constituição de Goiás	
Constituição do Rio Grande do Norte	
PODER JUDICIARIO	35
relações entre os poderes	
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	
Expulsão de Estrangeiros	
Tabelamentos de Preços	
TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS	
Adicionais do Impôsto sóbre a Renda	
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	
tribunais elbitorais — militar — da justiça do traba-	
LHO E DAS JUSTIÇAS LOCAIS	
LEGISLAÇÃO NOVA	37
MENSAGENS AO PODER LEGISLATIVO	
Na pasta da Agricultura	
Na pasta da Educação e Saúde	
Na pasta do Exterior	
. Na pasta da Fazenda Na pasta da Guerra	
Na pasta da Justiça e Negócios Interiores	
Na pasta da Marinha	
Na pasta do Trabalho	
Na pasta da Viação e Obras Públicas	
VETOS PARCIAIS E TOTAIS	••••
Parciais	
Totais	
Sanções tácitas	
REESTRUTURAÇÃO DO DEPARTAMENTO FEDERAL DE SE- GURANÇA PÚBLICA	#o
REESTRUTURAÇÃO MUNICIPAL	50 50
TERRITORIOS FEDERAIS E ADMINISTRAÇÃO DE FRON-	
TEIRAS	53
TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE	00
Território federal do amapá	
TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO	
TERRITÓRIO FEDERAL DO GUAPORÉ	
POLITICA EXTERNA	61
PERSPECTIVA DE TRES ANOS DE GOVERNO	ee.

ATUAÇÃO DO BRASIL NOS ORGANISMOS INTERNACIO-	Págs.
NAIS	68
organização das nações unidas	
II e III Assembléias Gerais das Nações Unidas	
Organização dos estados americanos	
IX Conferência Internacional Americana	
- Conferência de Bogotá	
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	77
RECONHECIMENTO DE GOVERNOS	
Nicarágua	;-
India	
Estado de Israel	
proteção de interêsses erasileiros no exterior	
União Soviética	
proteção de interêsses estrangeiros no brasil	
FRONTEIRAS	
Venezuela	
Bolivia	
Paraguai	
Uruguai	
ARBITRAGEM	٦.
Tratado entre o Brasil e o Uruguai	
ASSUNTOS MILITARES	
Acordo com a Missão Militar do Brasil no	
Paraguai	
Curso sobre operações combinadas	
Reparações de guerra	
visitantes ilustres	
Governador-Geral do Canadá	
Presidente da República Oriental do Uruguai	
Ministros de Estado Estrangeiros	
INTERCÂMBIO CULTURAL	83
CONVÊNIOS CULTURAIS	
Libano	
França	
Portugal	
Estados Unidos da América INSTITUTOS DE CULTURA BRASILEIRA NO EXTERIOR	
INSTITUTOS DE CULTURA BRASILEIRA NO EXTERIOR MISSÃO CIENTÍFICA NO PARAGUAI	
MISSÃO CULTURAL AO URUGUAI	
MIDDAU COLIONAL AU CAUGUAL CHEUDNIÑES À TRISTITUTUS E SOCIEDADES SUI WIDAIS	

COOPERAÇÃO ECONÔMICA	E 488
Conferência internacional de comércio e emprêgo	00
ACÔRDOS	
OBRAS EM ANDAMENTO	
Estrada de Ferra Corumbá-Santa Cruz de	
La Sierra	
DEFESA NACIONAL	91
ESTADO-MAIOR DAS FÓRÇAS ARMADAS	95
EXERCITO  ENSINO MILITAR	97
SERVIÇO NACIONAL OBRIGATÓRIO	
Indústria militar	
MARINHA	99
BASES NAVAIS	
ESQUADRA	
ENSINO NAVAL	
segurança da navegação	
AERONAUTICA	101
ENSINO E INSTRUÇÃO	
navegação e segurança aéreas	
SUPRIMENTO DE COMBUSTÍVEIS	
POLITICA SOCIAL	105
EDUCAÇÃO	109
DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO	*00
DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL	
REALIZAÇÕES NO CAMPO EDUCACIONAL	
Ensino Primário	
Campanha de Alfabetização de Adultos	
Ensino Normal	
Ensino Médio	
Ensino Industrial	
Ensino Superior Ensino Rural	
Universidade Rural	
Cidade Universitária	
SAÚDE	127
CONDIÇÕES SANITÁRIAS DO PAÍS	
REALIZAÇÕES NO CAMPO SANITÁRIO  Tuberculose	
Doenças Mentais	: ·
Cancer e Doenças Venéreas	
$E\pi demias$	
Endemias Rurais	

Malária	Pags.
Assistência Hospitalar	
Defesa Sanitária dos Portos e Aeroportos	
Obras de Engenharía Sanitária	
Auxilio às Vitimas de Enchentes	
PROTEÇÃO À ÎNFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA	144
CAMPANHA DA CRIANÇA	
SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A MENORES	
CÓDIGO DE MENORES	
PREVIOUNCIA E ACCIGERATORA COCTATO	149
RETROSPECTO GERAL	
PROJETO DE LEI ORGÂNICA	
LEIS COMPLEMENTARES	
Vinculação do seguro de acidentes do tra-	
balho às instituições de previdência social	
DÉBITO DA UNIÃO PARA COM OS INSTITUTOS E CAIXAS DE	
aposentadoria e pensões	
realizações no campo de <sub>ta</sub> previdência e assistência	
SOCIAIS	
Assistência Social	
Serviços Assistenciais Médico-Hospitalares e	
Farmacêuticos	
Movimento Imobiliário	
. Gutros serviços assistenciais	
Abono Familiar	
Assistência Alimentar	
Casas Populares	
TRABALHO	163
RETROSPECTO GERAL	
HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO	
SINDICALISMO	
IMIGRAÇÃO, COLONIZAÇÃO, MIGRAÇÕES INTERNAS, NA- TURALIZAÇÃO E ASSUNTOS CORRELATOS	
SITUAÇÃO GERAL	166
ATIVIDADES E REALIZAÇÕES	
Estudos e Planejamento	
Cadastro de Mão-de-Obra e Organização do	
Mercado de Trabalho	

Págs. Hospedagem de Imigrantes Migração Interestadual de Trabalhadores Distribuição da Mão-de-Obra Exodo Rural NEGOCIAÇÕES E ACORDOS Italia Portugal | Paises-Baixos Organização Internacional de Refugiados (O. I. R.) Assimilação dos Imigrantes Acôrdos Entre a União e os Estados Despesas com a Imigração COLONIZAÇÃO ESTRANGEIROS EM GERAL Naturalização e Permanência considerações finais POLITICA ECONÔMICO-FINANCEIRA 179 SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA ..... 187 FOMENTO À PRODUÇÃO .... PRODUÇÃO AGRICOLA Postos Agropecuários Mecanização da Lavoura Recuperação da Lavoura Algodoeira JutaDefesa Sanitária Vegetal Broca do café Florestamento e Reflorestamento Conferência Latino-Americana de Florestas e Produtos Florestais Conservação do Solo PRODUÇÃO ANIMAL Recuperação da Pecuária Financiamento da pecuária Dejesa Sanitária Animal Produtos de Origem Animal PRODUÇÃO MINERAL

	383
ENERGIA ELÉTRICA  REGULAMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE  AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE HIDRELÉTRICA  FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO HIDRELÉTRICA  REALIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS	Pags. 209
PETRÓLEO  FINANCIAMENTO DA INDÚSTRIA PETROLÍPERA	214
REALIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS  Estudos Geológicos e Geofísicos  Campos de Petróleo	
Aproveitamento do Gâs Natural Refinaria de Mataripe Oleoduto Santos-São Paulo	
SISTEMA BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO REGIONAL  APROVEITAMENTO DAS POSSIBILIDADES DO SÃO FRANCISCO E	218
DE SEUS AFLUENTES  Comissão do Vale do São Francisco	
Plano de Emergência Saneamento da Bacia do São Francisco	

APROVEITAMENTO DO POTENCIAL HIDRELETRICO DE PAULO AFONSO

Erradicação da Malária

Companhia Hidrelétrica do São Francisco

Organização
Situação Contabil e Financeira
Problemas Especiais
Transportes e Comunicações
Levantamento das Condições Locais
e Inquéritos Especiais
Elaboração do Projeto Definitivo da
Usina

Atividades e Realizações para 1949

PLANIFICAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Necessidade de um Plano Regional

Áreas-Problema

Sentido Nacional da Defesa do Nordeste

Obras Contra as Sêcas

Realizações em andamento

AÇÃO DO ESTADO NA ORDEM ECONÔMICA	Pags
ATIVIDADES E REALIZAÇÕES DAS EMPRESAS MISTAS COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	242
Atividades Industriais Atividades Comerciais	
Condições Econômicas	
Programa de Obras Perspectivas	

#### FÁBRICA NACIONAL DE MOTORES

Atividades no Setor Industrial
Revisão de Motores
Unidades de Refrigeração
Fusos Filatórios

Nova Linha de Fabricação Outras Atividades

## COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

Principais Atividades em 1948

Aumento de capital

Reestruturação da Companhia

Obras Executadas em 1948

Exploração da Estrada de Ferro

Exploração das Minas de Itabira e

Exportação de Minério

Principais Obras em Andamento e Programadas para o Exercício de 1949

Nas Minas de Itabira

No Cais de Minério

Na Estrada de Ferro Vitória-a-Minas

#### COMPANHIA NACIONAL DE ÁLCALIS

Matérias-Primas

Sal

Calcário

Combustivel

água-fria

Planejamento da Fábrica de Cabo Frio Financiamento Convênio

Pags. VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA ..... 258DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS E A VALORIZAÇÃO DA **AMAZÓNIA** Cooperação Intergovernamental Necessidade de Delimitação da Área de Planejamento Região abrangida pelo Planejamento Situação Demográfica Aplicação de Recursos Federais na Amazônia Diretrizes Gerais do Planejamento PESQUISA AGRONÔMICA NA AMAZÔNIA Sumário das Condições Gerais TRANSPORTES FLUVIAIS Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Pôrto do Pará BANCO DE CRÉDITO DA BORRACHA S. A. FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO Proteção à Borracha Dificuldades e Problemas Peculiares Produção da Borracha Excedentes da Safra e Estoques da Borracha Considerações finais TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES ..... 269 sumário das condições e diretrizes gerais Revisão do Plano de Viação Nacional Transportes Terrestres Estradas de Ferro Estradas de Rodagem Navegação

> Transportes fluviais Transportes Maritimos Portos, Serviços de Dragagem e Fixação de Dunas

PANORAMA SUCINTO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES E REALIzações em 1948

Estradas de Ferro

rina

Estrada de Ferro Central do Brasil Estrada de Ferro Santos-Jundiai e Oleoduto Rêde de Viação Paraná-Santa CataEstrada de Ferro Noroeste do Brasil Viação Férrea Federal Leste Brasileiro Rêde de Viação Cearense Outras Ferrovias Ligação Norte-Sul Outras ligações importantes

Estradas de Rodagem

Estrada Rio-Bahia Estrada Rio-São Paulo Estrada Curitiba-Lajes Outras estradas

Fundo Rodoviário Nacional

Transportes Maritimos e Fluviais

Loide Brasileiro

Companhia Nacional de Navegação Costeira

Serviços de Navegação da Amazônia e da Bacia do Prata

Melhoria das condições de navegabilidade dos rios

Comissão de Marinha Mercante Navegação Fluvial

**Portos** 

Administração do Pôrto do Rio de Janeiro

Outras atividades

Comunicações Postais e Telegráficas Comissão Técnica de Rádio Transportes Aéreos

> Taxas aero-portuárias Linhas subvencionadas

Auxílios e subvenções

## COMÉRCIO EXTERIOR .....

299

Panorama Econômico

DIRETRIZES COVERNAMENTALS

A Licença Prévia e seus Resultados

MOVIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR

Exportação

Importação

BALANÇA COMERCIAL

BALANÇA DE PAGAMENTOS

	387
	Págs.
MOEDA	311
MEIO CIRCULANTE	
MEIOS DE PAGAMENTO	
emissões para mobilização da produção	
BANCOS 1	313
SITUAÇÃO BANCÁRIA	
REFORMA BANCÁRIA	
DÍVIDA PÚBLICA	319
divida interna	
DÍVIDA EXTERNA	
RENDAS TRIBUTĀRIAS	324
IMPÔSTO DE CONSUMO	
IMPÓSTO DE RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	
direitos de importação para consumo	
ACÔRDO GERAL SÔBRE TARIFAS ADUANEIRAS	
ORÇAMENTO	329
POLITICA ADMINISTRATIVA	335
ADMINISTRAÇÃO GERAL	339
Administração Orçamentária	
Administração do Pessoal	
PLANIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA	347
GRÁFICOS	
dotações do serviço nacional de tuberculose	353
SERVIÇO NACIONAL DE TUBERCULOSE B. C. G	355
demonstração das despesas do serviço nacional da Malária	357
inquéritos epidemiológicos e entomológicos realizados	<b>40</b> 1
PELO SERVIÇO NACIONAL DA MALÁRIA	359
prédios dedetetizados pelo serviço nacional da malária	361
dotações do departamento nacional da criança para	
OBRAS DE MATERNIDADE, INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	363
TRIGO — PRODUÇÃO BRASILEIRA	365
PRODUÇÃO ANUAL DE AÇO, GUSA E LAMINADOS DA COMFANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	367
PRODUÇÃO ANUAL DE AÇO, GUSA E LAMINADOS DA COMPANHIA	•••
siderúrgica nacional — demonstração mensal	369
GRÁFICO COMPARATIVO DAS DESPESAS DOS MINISTÉRIOS DA	
AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E SAÚDE E VIAÇÃO E OBRAS PÛ-	0774
ELICAS COM A DESPESA GERAL DA UNIÃO	371
CONCLUSÃO	373
INDICE	375